



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

DAVIANE APARECIDA DE AZEVEDO

**DA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA BURGUESA AO
DIFÍCIL CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DE UMA
CONTRA-HEGEMONIA: O Protagonismo do MST nas Lutas de
Resistência no Governo Lula**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**Florianópolis (SC)
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

Daviane Aparecida de Azevedo

**DA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA BURGUESA AO
DIFÍCIL CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DE UMA
CONTRA-HEGEMONIA: O Protagonismo do MST nas Lutas de
Resistência no Governo Lula**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - Mestrado da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Ivete Simionatto.

Área de Concentração: Serviço Social, Direitos Humanos e
Questão Social.

Linha de Pesquisa: Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais.

Florianópolis (SC)
2012

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

Azevedo, Daviane Aparecida de
Da pedagogia da hegemonia burguesa ao difícil caminho de
construção de uma contra-hegemonia [dissertação] : O
protagonismo do MST nas lutas de resistência no governo
Lula. / Daviane Aparecida de Azevedo ; orientadora, Ivete
Simionatto - Florianópolis, SC, 2012.
276 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em
Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Sociedade Civil. 3. Classes
subalternas. 4. MST. 5. Luta de classes. I. Simionatto,
Ivete. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.



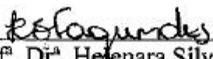
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Daviane Aparecida de Azevedo

**DA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA BURGUESA AO DIFÍCIL
CAMINHO DE CONSTRUÇÃO DE UMA CONTRA-
HEGEMONIA: O PROTAGONISMO DO MST NAS LUTAS DE
RESISTÊNCIA NO GOVERNO LULA**

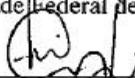
Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do Título de “Mestre em Serviço Social” pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis (SC), 24 de agosto de 2012.


Prof.ª. Dr.ª. Helena Silveira Fagundes
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:


Prof.ª. Dr.ª. Ivete Simionatto - Presidente
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC


Prof.ª. Dr.ª. Marlene Grade – Membro Externo
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP


Prof. Dr. Ricardo Lara - Membro
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC


Prof.ª. Dr.ª. Vera Maria Ribeiro Nogueira - Suplente
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS)
Centro Sócio Econômico (CSE) – Campus Universitário João David Ferreira
Lima. CEP: 88040-900 Cx. Postal 476, Florianópolis – SC.
Fone: (48) 3721 6514. www.pos.ufsc.br/servicosocial - Email: pgss@cse.ufsc.br

Nada mais justo do que dedicar este estudo, aos trabalhadores sem-terra, que são expropriados dos meios de produção e criminalizados, constantemente, por sonharem e lutarem por outro horizonte societário.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC pela oportunidade de aprendizado, construção do conhecimento e amadurecimento acadêmico-profissional.

À professora e orientadora, Ivete Simionatto, que mesmo longe (física e geograficamente), sempre se manteve muito presente nesse processo. Agradeço pela dedicação, competência e diálogo constante, principalmente, pelo incentivo à produção acadêmica e por abrir caminhos para o desvendamento e compreensão das categorias gramscianas e a sua influência no Serviço Social.

À Banca de Qualificação do Projeto e à Banca Examinadora, composta pelos professores Marlene Grade, Ricardo Lara e Vera Maria Ribeiro Nogueira. Obrigada pelas excelentes contribuições, que aglutinadas ao trabalho de orientação foram extremamente fundamentais e enriqueceram esta dissertação, pois sem elas, acredito que esta ficaria um tanto “fragilizada”.

Ao grupo de estudos NESPP (em especial, as colegas Kaliandra Mendes e Hilda Alonso), pelo acolhimento afetuoso, apoio e troca de experiências nessa trajetória.

A todos aqueles, que de uma ou outra forma, me incentivaram e motivaram para que prosseguisse confiante nessa caminhada tão instigante, exigente e desafiadora.

O requisito histórico e o patamar de um movimento dessa envergadura é a existência de uma sociedade que caminha inexoravelmente, pelas pressões de baixo para cima, pela insatisfação das massas e pelo inconformismo das classes trabalhadoras, na direção da desagregação da ordem existente e da revolução social. Nesses quadros há um socialismo em potencial (diria mesmo, um socialismo revolucionário potencial).

(Lênin. *Que fazer?* 1986).

RESUMO

AZEVEDO, Daviane Aparecida de. *Da pedagogia da hegemonia burguesa ao difícil caminho de construção de uma contra-hegemonia: o protagonismo do MST nas lutas de resistência no governo Lula*. 2012. 276 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

A conjuntura política brasileira, particularmente, no período (2003-2010) que gerara grande expectativa em boa parte da esquerda no Brasil, principalmente, no âmbito dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, acabou por disseminar a perplexidade, a decepção e a frustração da classe trabalhadora no país. O PT não havia amadurecido uma agenda política alternativa que pudesse orientar a transição para um outro padrão de desenvolvimento, mantendo a política econômica do neoliberalismo, em um contexto de crise do capital. Além de provocar, ousadamente, um processo de desmobilização e despolitização crescente das massas subalternas. Neste sentido, a presente dissertação tem como tema as expressões da sociedade civil e luta de classes e as tensões no governo Lula e o MST. O objetivo norteador é realizar um estudo do MST enquanto movimento organizativo da sociedade civil vinculado às classes subalternas nos dois mandatos do governo petista, com vistas à identificação e análise das principais propostas, estratégias e formas de luta nos campos político e social bem como as ações que buscaram tencionar a atual direção social, política e econômica do governo, e em que medida contribuíram para a construção de um novo projeto societário. O estudo é de natureza qualitativa e de caráter exploratório e documental, sendo fundamental para subsidiar o desvendamento do objeto. Do ponto de vista teórico-metodológico, o método crítico-dialético se afigurou como suporte para a compreensão das contradições dos processos sociais contemporâneos e as lutas travadas para o seu enfrentamento na disputa de hegemonia, o que permitiu ir além das aparências dos fatos buscando mostrar o protagonismo do MST nas lutas de resistência no governo Lula. A pesquisa sinaliza que os sem-terra, organizados sob a forma de MST, repõem os antagonismos que produzem a luta de classes que se tencionam entre um processo de expropriação permanente dos trabalhadores e uma luta mediada pela dialética da resistência na perspectiva da “classe para si”, ao se colocar diante da tarefa histórica de superação da ordem burguesa. Razão que

nos leva a assinalar o seu potencial revolucionário (ainda que “episódico”) frente às configurações da “questão social”, ao tempo que possibilita desnudar uma intervenção regressiva do Estado que é orientada, paulatinamente, para a “pequena política”, através das respostas sociais governamentais pulverizadas à “assistencialização” dos processos de luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais no país. Nesse cenário, procuramos evidenciar os traços de disputa e resistência protagonizados por esses sujeitos e que são potencializados nas experiências auto-organizativas das massas e que convidam à “universalização” da luta das classes subalternas numa efetiva disputa contra-hegemônica.

Palavras-chaves: sociedade civil; classes subalternas; MST; luta de classes; lutas sociais e políticas.

ABSTRACT

The Brazilian political conjuncture, especially during the period between 2003-2010, which created great expectation to the majority of the Left Wing in the social movements and civil organizations, ended up for disseminating perplexity, deceiving and frustration for the country's working class. The PT (Workers Party) did not developed an alternative political agenda that could guide the transition to another standard of organization, as it kept the neoliberal economical policy in a capital crisis context - besides causing a growing demobilization and political uninteresting in the subaltern classes. In this sense, this work presents as thesis the civil society's expressions, the classes' battles and the tensions between Lula's government and the MST (Landless Movement). The guiding objective is to make a study of the MST as a structural movement of civil society linked to the subaltern classes during both PT governments, paying attention to the main proposals, strategies and means of social and political protests, as well the actions that aimed to reinforce the ongoing social, political and economical direction, and also to what extent they have contributed to the building of a new society's project. The study has a qualitative and exploratory profile, what is fundamental to support the development of the project. From a theoretical-methodological view, the critical-dialectic method configured itself as a basis to the comprehension of the contradictions of the contemporary social processes and the struggles firmmed in the hegemony dispute, what has allowed going through the surface of facts, trying to show the main role of MST in the fights for resistance in Lula's government. The research indicates that the landless, organized under MST, compensate the antagonisms that produce the class struggles of workers. Also, there is the fight for the resistance dialectic, with the "class to itself" towards the historic task to overcome the bourgeois order. For this reason, we highlight the revolutionary potential, even though it is sporadic, towards the configurations of the social issue, once it conveys to denude a regressive intervention of the State, which is guided to a "small politics", through social governmental answers that are plumped to the assistance of the struggle for land processes, agrarian reforms and social changes in the country. In this scenario, we try to evidence the dispute and resistances characteristics acted by these subjects, which are reinforced in the self developing experiences of the masses that invite to a "universal purpose" of the struggle of the subaltern classes in a con-hegemonic effective dispute.

Keywords: civil society; subaltern classes; MST; classes struggle; social and political disputes.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura organizativa do MST	43
Quadro 2 - Palavras de ordem do MST	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Manifestações (%) do MST no Brasil (2003-2010) - Luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais.	73
Gráfico 2 - Brasil: Ocupações nos governos FHC - Lula.....	176
Gráfico 3 - Brasil: Famílias em ocupações nos governos FHC – Lula.....	177
Gráfico 4 - Brasil: Assentamentos nos governos FHC – Lula.	178
Gráfico 5 - Brasil: Famílias assentadas nos governos FHC - Lula.....	179
Gráfico 6 - Brasil: Acampamento do MST (2003 – 2010).....	199
Gráfico 7- Brasil: MST – Famílias acampadas (2003 – 2010).....	200

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC PAULISTA – Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária

ALBA – Aliança Bolivariana para as Américas

ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola

ANDES – Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior

CENTRU – Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CLOC – Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

CNA – Congresso Nacional Africano

CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

CONAM – Confederação Nacional das Associações de Moradores

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONIC – Coordenação Nacional Indígena e Campesina

CONLUTAS – Coordenação Nacional de Lutas

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CTB – Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENFF – Escola Nacional Florestan Fernandes

FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação

FES – Frente Esquerda Socialista

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FNRA – Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo

FSM – Fórum Social Mundial

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERRA – Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem-Terra

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEPF – Ministro Extraordinário de Política Fundiária
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
MLST – Movimento de Libertação do Sem-Terra
MMC – Movimento das Mulheres Camponesas
MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
MPV – Medida Provisória
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MSTS – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTS – Movimento por uma Tendência Socialista
NESPP – Núcleo de Estudos Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social
NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
OMC – Organização Mundial do comércio
ONGs – Organizações Não Governamentais
OTC – Organização dos Trabalhadores no Campo
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PPS – Partido Popular Socialista
PROCERA – Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
SRB – Sociedade Rural Brasileira
UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas
UBM – União Brasileira de Mulheres
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UNASUL – União de Nações Sul-Americanas
WRM – Movimento Mundial pelas Florestas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 O MST E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONJUNTURA DO GOVERNO LULA	33
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST) NO BRASIL ...	33
1.1.1 A formação e as principais características do movimento	37
1.2 ENTRE COOPTAÇÃO E RESISTÊNCIA: O MST, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O GOVERNO LULA	52
1.3 LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS: A DIALÉTICA DA LUTA DE CLASSES	65
1.4 O MST NESTE CONTEXTO.....	70
2 A LUTA PELA TERRA E O MST NA PERSPECTIVA DA CLASSE PARA SI	85
2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA “CLASSE PARA SI”	86
2.2 RETOMADA HISTÓRICA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL.....	90
2.2.1 A entrada do MST nesse processo	100
2.2.2 A ascensão da luta pela terra	109
2.2.3 O MST na defensiva.....	116
2.3 A LUTA PELA TERRA ARTICULADA À CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA	121
3 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E POR MUDANÇAS SOCIAIS NO PAÍS	151
3.1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNDO.....	151
3.2 A REFORMA AGRÁRIA QUE NÃO ACONTECEU.....	158
3.3 UM COMPARATIVO ENTRE OS GOVERNOS FHC E LULA: OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS	175
3.4 O MST E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA.....	182
3.5 A LUTA POR MUDANÇAS SOCIAIS E OS DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UMA CONTRA-HEGEMONIA	209
A MODO CONCLUSIVO: OS IMPASSES NA ATUAL CONJUNTURA ADVERSA PARA A DEFESA DE UM NOVO PROJETO SOCIETÁRIO	233
REFERÊNCIAS	243
ANEXO A – Quadro MST – Luta Política (2003-2010)	269
ANEXO B - Quadro MST – Luta Social (2003-2010)	274

INTRODUÇÃO

*Quando a gente descobre que tem um caminho
 Já não quer ficar sozinho nem o sofrimento
 E ao redor de uma bandeira e o cheiro de fumaça
 Balançando com a massa se faz movimento.
 Somos este movimento
 Por fora e por dentro
 Vermelho na cor
 Que se faz com a bravura
 A força e a ternura
 Do trabalhador.
 Olhando para o futuro e sempre caminhando
 Cada um vai encontrando a razão de ser
 Homem, mulher e menino lutando e cantando
 Assim se faz a história aprendendo a fazer.*

(Ademar Bogo, MST).

A preocupação temática que orienta este estudo dissertativo vincula-se as relações entre Estado e sociedade civil na realidade contemporânea e suas expressões no contexto brasileiro. Esta dissertação integra a linha de pesquisa *Estado, Sociedade Civil e Políticas Sociais* do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e a linha de pesquisa *Estado e Sociedade Civil* do Núcleo de Estudos Estado, Sociedade Civil, Políticas Públicas e Serviço Social (NESPP) da Universidade Federal de Santa Catarina.

A pesquisa parte de interesses prévios sobre a temática, tendo em vista as diversas inquietações sobre a tão complexa relação entre Estado e sociedade civil, evidenciadas desde a graduação em Serviço Social, o que se tornou objeto de estudo já apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso e, posteriormente, no anteprojeto de pesquisa e no projeto de qualificação do mestrado. Entretanto, tratam-se de caminhos com uma única centralidade: a importância de trazer as discussões sobre o Estado e a sociedade civil para dentro dos debates do Serviço Social, fundamental para a produção de conhecimentos no campo dos processos democráticos, organizativos e de mobilização popular.

Os temas da sociedade civil, das classes subalternas e dos movimentos sociais são extremamente significativos para o Serviço Social, quando situado como uma profissão ou “um dos elementos que participa da reprodução das relações de classes e do relacionamento

contraditório entre elas” (IAMAMOTO, 2001, p. 71) e também na medida em que oferece suporte para a compreensão das contradições dos processos sociais contemporâneos e as lutas travadas para o seu enfrentamento na disputa de hegemonia.

Nesse contexto, os movimentos sociais são entendidos numa perspectiva de constante embate político, demarcados por interesses de classes antagônicas, em especial, o MST, no qual a questão agrária é explicitada, evidenciando-se como expressão da “questão social”, e esta, objeto do Serviço Social, decorrente do processo desigual e contraditório do modo de produção capitalista.

“A questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política” (FERNANDES, 2001, p. 23). Para o autor ela se configura em um conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agricultura, agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores que são inerentes ao processo das relações capitalistas de produção que vão se apresentando através de características diversas nos diferentes estágios de desenvolvimento do capital.

Neste terreno contraditório entre a lógica do capital e a lógica do trabalho, a questão social representa não só as desigualdades, mas, também, o processo de resistência e luta dos trabalhadores. Por isto ela é uma categoria que reflete a luta dos trabalhadores, da população excluída e subalternizada, na luta pelos seus direitos econômicos, sociais, políticos, culturais (MACHADO, 1999, p. 43).

“Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem” (IAMAMOTO, 1997, p. 14). Nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, escolhemos o MST “como uma “lente” para olhar a totalidade” (MARRO, 2009, p. 1), buscando mostrar seu protagonismo nas lutas de resistência no governo Lula.

Nesse sentido, destacamos as principais propostas do MST nos campos político e social priorizando os três objetivos fundamentais de sua luta: *lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país*, e em que medida buscaram tencionar a atual direção política, econômica e social assumida pelo governo do PT no Brasil, no período (2003-2010).

Assim, pretendemos demonstrar a importância do estudo dos movimentos sociais para o Serviço Social, partindo do MST, bem como o comprometimento da profissão com a construção de uma nova ordem societária, a partir da teoria social crítica forjada na perspectiva marxista e, neste estudo, particularmente, no pensamento e o legado de Antonio Gramsci. Ao longo deste trabalho, o pensamento de Gramsci é uma referência fundamental seja na compreensão do conceito de sociedade civil, da relação com o Estado, dos processos de luta de classes e da construção de uma nova hegemonia.

Para Machado (2005) são poucas as pesquisas, no âmbito das Ciências Sociais, que procuram analisar os objetivos dos movimentos organizativos da sociedade civil vinculados às classes subalternas relacionando-os com as formas como se organizam para lutar por esses objetivos; tão pouco se propõe a observar se há incongruências política e ideológica entre ambos. Daí a relevância de compreender o processo dialético entre os objetivos pelos quais se luta, as estratégias, os mecanismos utilizados para dar direção ao movimento num plano político mais amplo.

No campo do Serviço Social, também Yamamoto (2007, p. 461) apontou que uma das lacunas nas pesquisas desenvolvidas no âmbito da pós-graduação, se refere aos temas relativos a “conflitos, movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular”. Para a autora, nos últimos anos, os investimentos da pesquisa tiveram maior ênfase no controle social e nos Conselhos de Direitos e de Políticas Sociais, deixando em aberto o campo dos movimentos e lutas sociais mais amplas.

Além disso, nas duas últimas décadas a nova ofensiva do capital, com a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais, provocou mudanças estruturais na organização do processo produtivo, na composição da sociedade civil e na definição do papel do Estado. Os fundamentos e pressupostos da ideologia neoliberal tornaram-se hegemônicos contribuindo em grande medida para a desmobilização dos institutos representativos das classes subalternas mediante um amplo processo de despolitização e do direcionamento das lutas coletivas para a defesa de interesses econômico-corporativos.

No panorama atual fala-se numa sociedade civil “oponente ao Estado” e que tende a ser vista como “fora do controle dos grupos de poder”, como “uma zona de objetividade, alheia às lutas de classes” (MONAL, 2004, p. 3). Na verdade, a sociedade civil deixou de ser pensada como terreno de lutas sociais combativas de resistência e de disputa pela hegemonia. Não representa mais o terreno da “grande

política”, de sujeitos coletivos que “buscam interpelar e alterar o Estado, transformando-se em arena desqualificadora de vocalização das demandas sociais” (SIMIONATTO, 2009, p. 05).

Assim, desencadeou-se um processo de deslocamento da sociedade civil, “de campo predominantemente político-estatal, espaço de lutas democráticas e construção de novas hegemonias” (SIMIONATTO, 2009, p.04), para um “arranjo societal destinado a viabilizar tipos específicos de políticas públicas, em espaço de cooperação e gestão da crise, ou em fator de reconstrução ética e dialógica da vida social”, ingressando numa fase em que a “perspectiva liberal-democrática”, prevalece e opera como referência principal (NOGUEIRA, 2003, p. 185).

Os impactos desse processo adentraram o século XXI intensificando ainda mais a “incompatibilidade entre o capitalismo contemporâneo e as instituições democráticas” (NETTO, 1998), as formas de luta vigentes, aparentemente, não conseguem mais responder às necessidades de organização da classe trabalhadora contra o capital. Nessa lógica, a sociedade civil é apresentada como “um espaço despolitizado”, ou seja, onde se opera uma “repolitização da política”¹, de um lado estimula-se a participação em movimentos caracterizados pela busca de soluções individuais; e de outro, promove-se a desmobilização dos sujeitos políticos coletivos representantes da classe trabalhadora (NEVES, 2005).

Na realidade brasileira essa perspectiva também foi assumida pelos governos, em diferentes conjunturas, em inúmeras estratégias, destinadas a legitimar a hegemonia da sociabilidade burguesa (NEVES, 2005). Especialmente nos anos 1990, a adoção do projeto neoliberal provocou uma guinada do Estado para a “mentalidade privatizante”, com reformas estruturais centradas na desregulamentação dos mercados, na privatização do setor público e na redução da esfera estatal. Diante disso, vem se fortalecendo uma ideia de sociedade civil como sujeito de

¹ Por “repolitização da política” entende-se a redefinição da participação política no contexto democrático nos anos finais do século XX e nos anos iniciais do século XXI, voltada ao fortalecimento do projeto neoliberal nos moldes da Terceira Via, isto é, de uma nova social-democracia. Trata-se de uma nova “pedagogia da hegemonia” que se materializa por meio do exercício da dominação de classe configurando uma nova dimensão educativa do Estado capitalista. Sua efetividade se justifica pela legitimidade de iniciativas políticas de organizações e de pessoas baseadas na compreensão de que o aparelho de Estado não pode estar presente em todo tempo e espaço e que é necessário que a sociedade civil e que cada cidadão se tornem responsáveis pela mudança da política e pela definição de formas alternativas de ação social (NEVES, 2010, p. 24).

cooperação, uma visão homogeneizante e despolitizadora das relações entre Estado e sociedade.

A política capitalista neoliberal alterou as relações de classe e de poder existentes na sociedade brasileira (BOITO, 1999), permeando e fragmentando as relações sociais, fragilizando a capacidade de organização das classes subalternas. Para o autor o neoliberalismo desmontou o “protecionismo” do período desenvolvimentista e reduziu a precária rede de direitos sociais herdada do “populismo”. As principais políticas que corporificaram esse desmonte foram a abertura comercial e financeira, a política de privatização, a redução dos direitos sociais e a desregulamentação do mercado de trabalho.

Essas condições se acirram nos países da América Latina, uma vez que a inserção imediata dos países periféricos no mercado internacional acaba por subsumir a identidade coletiva “à irracionalidade político-cultural do neoliberalismo” (GUERRA, 2001, p. 16), acarretando consequências visíveis na formação de identidades de classe e na construção de projetos coletivos.

Boron (2004, p. 50) em seu estudo sobre *“La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI”*, refere que sucessivos presidentes latino-americanos optaram por rejeitar o caminho das reformas profundas e governar de acordo com as regras do mercado. Para ele, os resultados são perceptíveis no Brasil e na Argentina. É verídico que não há comparação entre figuras tão diversas como Lula e De La Rúa e nenhum paralelo entre o Partido Justicialista ou a Aliança e o PT, “una de las construcciones políticas más importantes a nivel mundial”.

Com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições presidenciais em 2002, grande parte dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil acreditava que o Brasil estaria inaugurando uma nova fase histórica, deixando para trás ou pelo menos enfrentando com maior vigor a agenda neoliberal, incitando profundas mudanças na conjuntura política, econômica e social.

Nem mesmo uma “liderança respeitável” de um grande partido de massa como, Lula da Silva, garantiu o “sentido correto” de uma experiência de governo. Para tanto, o governo do PT investiu em um “caminho equivocado”, ou seja, o caminho da “mais injusta estrutura capitalista e menos democrático do que o anterior”, “donde la dictadura del capital, revestida con un leve ropaje pseudo-democrático, será más férrea que antes, [...] porque de todos modos gobernarían los mercados” (BORON, 2004, p. 50-51).

Isto é, o governo petista permaneceu no mesmo rumo já tomado pelos governos Collor e FHC (Fernando Henrique Cardoso), pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo Banco Mundial: tocando adiante a criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), conservou a política de juros elevados, aumentou consideravelmente a meta de superávit primário, encaminhou uma nova reforma neoliberal da previdência e uma reforma tributária que manteve intocável o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro (BOITO, 2003, p. 11). Fortaleceu esse suposto espaço da sociedade civil, de terreno para afirmação de projetos de hegemonia, que se converte em um espaço de cooperação, gerenciamento, crise e implementação de políticas (NOGUEIRA, 2003).

Essa situação explica a adesão do governo Lula aos principais eixos do neoliberalismo. A luta de classes vinculada às classes subalternas, a mudança de orientação do PT, seus interesses, alianças e objetivos, as relações de força entre eles, todo esse terreno social e político mudou muito ao longo dos últimos anos, como mudaram os movimentos sociais e o panorama político e ideológico do Brasil.

Contudo, mesmo nessa conjuntura desfavorável e, partindo do pressuposto de que a sociedade civil é um espaço de luta de classes e de disputa de hegemonia, consideramos que vários movimentos sociais, sobretudo o MST permanecem na cena política com propostas direcionadas tanto à ampliação da emancipação política quanto da emancipação humana mediante pautas e estratégias de disputa pelo poder e da construção de um projeto contra-hegemônico².

É nesta direção que se situa o projeto de pesquisa *Estado, sociedade civil e lutas sociais: uma análise gramsciana do Brasil no período de 2003-2010*, coordenado pela professora Dr^a. Ivete Simionatto. Tal projeto elegeu como recorte de estudo os movimentos sociais urbanos e rurais que mais se destacaram na realidade brasileira com propostas e estratégias de luta, em grande medida, em confrontação com as pautas do governo e, mantendo uma agenda em defesa das classes subalternas, as quais segundo Yazbek (1996, p. 61) são colocadas pelo sistema “num lugar social que se define pela exclusão”, exploração, subalternidade, expropriação, conformismo, dominação.

É nessa conjuntura contraditória das relações capitalistas, que os movimentos sociais vinculados às lutas das classes subalternas evidenciam-se enquanto manifestações das organizações da sociedade

² Refere-se “a possibilidade de que se produza uma hegemonia alternativa” face ao grande capital (CAMPIONE, 2003, p. 53).

civil com o objetivo de contestar a ordem burguesa estabelecida e à ofensiva neoliberal, constituindo-se em projetos contra-hegemônicos mediados por uma dialética da resistência.

Nessa trajetória, o objeto da presente pesquisa volta-se ao estudo do MST, entendido como um sujeito político coletivo na universalização das demandas dos trabalhadores do campo e sua mediação com a luta de classes, fortalecendo a construção de resistências e ações de contra-hegemonia ao capital, nos dois mandatos do governo Lula.

Por isso a relevância de captar os itinerários, as novas dinâmicas das lutas e os pressupostos teóricos que as sustentam, bem como as estratégias utilizadas para articular as propostas defendidas no terreno das lutas políticas e sociais, as ações que buscam tencionar a atual direção social, política e econômica do governo, e de que forma tem contribuído para a construção de um novo projeto de sociedade.

O objetivo do presente trabalho está ancorado em realizar um estudo do MST enquanto movimento organizativo da sociedade civil vinculado às classes subalternas no período entre 2003-2010, com vistas à identificação e análise das principais propostas, estratégias e formas de luta e, de que maneira apontaram para a construção de uma contra-hegemonia. Com base neste objetivo geral foram traçados quatro objetivos específicos: (i) mapear as principais propostas e estratégias de luta do MST nos campos social e político; (ii) identificar os principais temas e demandas constantes da agenda de luta nestes dois campos e as estratégias utilizadas para a sua concretização; (iii) identificar de que forma as demandas do movimento são encaminhadas ao Estado e as respostas recebidas; e (iv) verificar de que forma a luta política envolve a construção de alianças com outros sujeitos políticos.

Diante de tais objetivos, buscamos elementos necessários para analisar o que ora nos propomos e, essencialmente, para responder à questão norteadora da pesquisa: Quais as principais propostas, estratégias e mecanismos de luta defendidos pelo MST nos campos político e social e em que medida buscaram tencionar a atual direção política, econômica e social assumida pelo governo Lula, no período (2003-2010), e de que forma expressa sua resistência ao neoliberalismo visando contribuir para a construção de um novo projeto societário?

A abordagem teórico-metodológica desta pesquisa está pautada no método crítico-dialético e a perspectiva teórica gira em torno de um quadro heurístico para subsidiar o desvendamento do objeto, onde Estado e sociedade civil são entendidos em sua relação dialética: espaço de luta de classes, disputa de hegemonia, conquista do poder político e superação da ordem societária capitalista.

Trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório, realizado pelas técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, no sentido de desenvolver um processo de investigação em torno do objeto, a partir de suas múltiplas determinações sociais, econômicas, políticas e culturais, isto é, o vínculo indissociável entre o mundo objetivo e subjetivo.

Foram utilizados como fonte de pesquisa documentos e análises publicadas em meios eletrônicos e impresso no período (2003-2010). Os dados empíricos foram buscados, assim, em documentos publicados em: websites; jornais; revistas; cartilhas; cartas; reportagens, notícias e notas que formalizaram atos públicos, como os protestos, manifestações, audiências, seminários, jornadas, fóruns, congressos, entre outros.

O processo investigativo pautou-se nos seguintes procedimentos metodológicos:

1º momento: identificação dos principais instrumentos utilizados pelo MST na apresentação de suas propostas e agendas de luta;

2º momento: identificação dos principais temas e demandas constantes da agenda de luta e as estratégias utilizadas para a sua concretização;

3º momento: mapeamento das principais propostas e estratégias de luta do MST nos campos social e político e de que forma são direcionadas ao Estado;

4º momento: analisar em que medida e com que ações o movimento buscou tencionar a direção social, política e econômica do governo, tendo em vista uma efetiva disputa hegemônica;

5º momento: identificação das estratégias utilizadas para articular as lutas nos campos político e social e verificar de que forma as lutas nestes campos interferem no processo político mais amplo mediante a construção de alianças com outros sujeitos políticos;

6º momento: identificação e análise dos pressupostos teóricos que sustentam as propostas do movimento e de que forma buscam contribuir para a construção de um novo projeto societário.

Organizado em três capítulos, o presente estudo procura mostrar, no primeiro, a contextualização do MST e dos movimentos sociais na conjuntura do governo Lula, observando os processos de “cooptação e resistência”, de “conformismo e rebeldia”. Além de potencializar a dialética da luta de classes, expressa pelas lutas nos campos político e social e o MST neste contexto.

O segundo capítulo, por sua vez, contempla a retomada histórica da luta pela terra no Brasil, destacando o processo constitutivo do MST

enquanto “classe para si”, à medida que a luta pela terra se articula à luta política pelo socialismo e pela construção de uma nova hegemonia.

O terceiro abarca a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no país, discorrendo sobre “a reforma agrária que não aconteceu”. Também traz um breve comparativo entre os governos FHC e Lula a partir das ocupações e assentamentos. Evidencia-se a luta pela reforma agrária no governo do PT, visto que no primeiro mandato o MST optou por investir nos “trabalhos de base” do movimento e, no segundo, há uma retomada dos pontos de pauta não cumpridos no mandato anterior, e uma preponderância pela renegociação das dívidas dos assentados. Destaca-se a luta por mudanças sociais e os desafios à construção de uma contra-hegemonia, mediada pelo movimento da resistência.

Entrelaçados dialeticamente, os três capítulos buscam qualificar os ensaios auto-organizativos das lutas políticas e sociais, presentes na “iniciativa autônoma das massas” (DEL ROIO, 2007, p. 69), enquanto condição básica para o progressivo desenvolvimento do “espírito de cisão”, o que pode contrapor “a este complexo formidável de trincheiras e fortificações da classe dominante” (GRAMSCI, 2006, p. 79) à medida que também denota uma “tendência à unificação” das classes subalternas.

A modo conclusivo, apresentam-se algumas considerações acerca da análise do objeto em estudo e dá-se proeminência aos impasses na atual conjuntura tão adversa para a defesa de um novo projeto de sociedade ao tempo que se possibilita desnudar a resposta governamental petista diante dos processos de luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais no país, limitada ao plano do “diálogo” e da “promessa a ser cumprida” aglutinada a um conjunto de medidas funcionais à acumulação capitalista.

1 O MST E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONJUNTURA DO GOVERNO LULA

*Instruí-vos, porque
precisamos da vossa
inteligência.
Agitai-vos, porque
precisamos do vosso
entusiasmo.
Organizai-vos, porque
carecemos de toda a
vossa força.*

(Gramsci, L' Ordine Nuovo).

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST) NO BRASIL

O final da década de 1970 e início dos anos 1980 marcaram o início de um novo ciclo de lutas que refletia não só as profundas mudanças pelas quais passava a agricultura brasileira em virtude do desenvolvimento capitalista, como também surgiram novas lutas e categorias sociais, em decorrência da construção de grandes usinas hidrelétricas, do avanço da fronteira agrícola e pecuária, causando a devastação de áreas habitadas atingindo, principalmente, as populações indígenas, além do impacto da modernização rural sobre os pequenos agricultores. Num cenário em que o tema da redemocratização brasileira se colocava na pauta política do país, emerge um novo ciclo de lutas no campo ao lado de muitas outras, protagonizadas pelos operários do ABC paulista e por outros movimentos populares, que foram fundamentais no processo de “fragilização” e “decomposição” do regime militar no Brasil (MEDEIROS; FERNANDES, 2010).

A década de 1980 caracterizou-se, nos países centrais do capitalismo, pela reestruturação produtiva do capital monopolista, bem como pela manutenção de um Estado que possibilitasse o enfraquecimento da organização da classe trabalhadora. No Brasil, face à elevação do grau de exploração da força de trabalho; à submissão dos trabalhadores ao capital; ao serem usados métodos de trabalho de extração de mais-valia relativa, a classe trabalhadora passa a reconhecer a grande necessidade de ampliar os espaços coletivos de defesa de seus interesses (NEVES, 2002, p. 12), frente à preponderância do projeto

burguês que se empenhava em impedir o aumento da pressão popular e a organização das massas.

Grandes greves de massa marcaram o panorama político e social do período, colocando o Brasil, ao lado da Espanha, que também saía de uma ditadura, como “campeões incontestes da atividade grevista em escala mundial” (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2009, p. 154). Ocorreu “uma explosão inédita de greves” conforme destacam os autores:

[...] as greves do operariado fabril, principalmente das cidades industriais do chamado no ABC paulista (São Bernardo, Santo André e São Caetano), as greves dos trabalhadores rurais – como as greves dos canavieiros da Zona da Mata nordestina e do município de Guariba no interior de São Paulo – e as greves do funcionalismo público por todo o país. Esses movimentos grevistas tornaram irreversível a crise da ditadura militar. Se eles não foram suficientes para impor uma saída popular para a crise da ditadura, limitaram as opções da burguesia brasileira.

O salto organizativo da época foi muito significativo para as lutas e organização das classes populares no Brasil, destacando-se no período a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o PT. Como dito anteriormente, os sindicatos e várias categorias profissionais, principalmente, dos ramos de vestuário e calçadista, dos setores bancário, carbonífero, industrial e metalúrgico, inclusive dos professores passaram a se mobilizar não somente em torno das lutas por melhores condições de trabalho e conquista de direitos previdenciários, mas também na busca de novos caminhos para “romper a subalternidade” e que alimentassem “as resistências e o protagonismo” desses atores “na recusa à universalização das relações [...] submetidas ao mundo do mercado” (MEDEIROS, 2005, p. 2).

Nesse contexto onde se vislumbram grandes mobilizações nas cidades brasileiras em torno da reconstrução democrática e da conquista de direitos, é que os trabalhadores rurais e urbanos também começam a se organizar em prol da luta pelo enfrentamento e resistência à reprodução capitalista no campo. É exatamente nesse cenário que nasce o MST, fazendo parte do movimento histórico da luta pelo direito a terra e na busca de mudança da estrutura existente em nosso país, que perdura desde a colonização, com concentração de terras, latifúndios, etc. A

formação do movimento ocorre, mais precisamente, entre 1978 e 1985, coincidindo com a luta pela democracia, e com os movimentos como a “Diretas-Já”, final da ditadura militar, abertura e transição política (GRADE, 1999, p. 27).

Resgatando as últimas três décadas do século XX, observa-se que o desenvolvimento da agricultura capitalista acentuou ainda mais a concentração fundiária, o êxodo rural e a desigualdade e exclusão social no campo. Uma vez que esse processo encontrou pouca resistência, porque o golpe militar de 1964 aniquilou os três movimentos camponeses mais importantes e bem organizados do período: as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), surgidos na década de 1950. Permitiu-se, assim, apenas a existência, sob intervenção, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que apesar das limitações do regime autoritário e de sua estrutura burocrática constituiu um importante meio para a construção de uma identidade de classe entre os trabalhadores rurais e para a difusão dos direitos de cidadania incluindo a discussão de temas agrários. Embora a aliança entre os militares e latifundiários, a CONTAG e muitos dos seus sindicatos encontraram formas “engenhosas” de estimular diversas lutas por terra, muitas delas de maneira discreta, em comunidades do interior do Brasil (CARTER, 2010).

Não obstante, o movimento sindical ficou sob controle do Estado, ao mesmo tempo em que se pretendia eliminar os conflitos por terra, “mediante a expropriação dos pequenos produtores rurais e urbanos pela burguesia e a conversão destes em trabalhadores assalariados, forçados a vender no mercado sua força de trabalho” (MARINI, 1998, p. 109) e ou provocando a migração para as cidades (FERNANDES, 2000).

“Os camponeses, [...] foram forçados a abandonar o campo, tornando-se parte minoritária das populações, e os deslocamentos humanos modificaram a geografia social, ampliando as periferias de pequenas cidades e das grandes metrópoles” (BOGO, 2011, p. 113).

“O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro” (MARX, 1991, p. 706). Desse modo, a expropriação do trabalhador é determinada pelo próprio processo de desenvolvimento do capital.

Assim, como Oliveira (2001, p. 185), partimos do princípio que:

[...] o desenvolvimento do capitalismo – e a sua consequente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Este quadro de referência teórica, por consequência, está no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo [...]. [...] O capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento.

O resultado disso foi o aumento da desigualdade e da exclusão social e o alto índice de desemprego no campo e na cidade, na medida em que a modernização da agricultura e o processo migratório das populações rurais e urbanas se intensificava no país, aperfeiçoando a crise do trabalho que assola o país desde os anos 1980:

Suscitando a perda de milhões de postos de trabalho, a abertura do mercado acirrando a competição global e o desassalariamento em massa, o desemprego maciço e de longa duração causando a precarização das relações de trabalho [...] (SINGER, 2004, p. 03).

Consequentemente, a condição de não acesso ao assalariamento faz com que os trabalhadores “desassalariados” resistam contra a exploração capitalista, contra a expropriação, a expulsão e o trabalho assalariado (FERNANDES, 2000, p. 50), passando a organizar-se enquanto sujeito coletivo, como acontece com o MST no Brasil. Nessa perspectiva, entendemos o MST como pressuposto e resultado da própria dinâmica de reprodução do capital no contexto do processo de “esgotamento” do assalariamento no país. O MST, contudo, “é uma realidade que surgiu da lógica desigual do modo capitalista de produção” (FERNANDES, 2001, p. 4).

Ou seja, podemos pensar o MST enquanto resultado da superpopulação relativa, à medida que a predominância da mais-valia relativa, é entendida “como uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta da desvalorização real da força de trabalho” (MARINI, 2000, p. 113).

Entretanto, a união consciente desses homens “desvalorizados pelo capital” sob a forma de MST, “rasga o espesso véu da impossibilidade de superação da ordem burguesa” (GRADE; AUED, 2006, p. 08).

A expropriação permanece, portanto, o fulcro central da exploração capitalista, à qual corresponde, no extremo oposto da mesma relação, a concentração de recursos sociais (meios de produção e de subsistência) aptos a se converterem em capital, para ser valorizados, aplicados na própria exploração de trabalhadores (FONTES, 2008, p. 28).

Para Antunes (1999) diante das profundas mutações no interior do mundo do trabalho advindas da crise do capital e do processo de reestruturação produtiva caracterizados pelo “aumento intensivo da miséria e degradação das relações e condições de trabalho” (LARA, 2008, p. 122), o MST “ergue a sua resistência à expropriação capitalista” (MARTINS, 1990, p. 13) e se coloca como o mais importante movimento social e político do país, fazendo renascer a luta dos trabalhadores do campo convertendo-a no centro da luta política e da luta de classes, na medida em que traz à tona manifestações de rebeldia e resistência em nome dos que vivem de sua força de trabalho ou daqueles que (temporariamente ou não) estão excluídos desse processo pela lógica destrutiva que preside a sociedade burguesa.

1.1.1 A formação e as principais características do movimento

No fim da segunda metade da década de 1970, depois de 15 anos de forte repressão política do regime militar no Brasil, os trabalhadores do campo e da cidade lutaram intensamente para reconstruir a democracia e reconquistar direitos. É nesse contexto de decomposição da ditadura militar e de crescente mobilização popular por uma abertura política, que surge o MST.

O processo de formação do movimento iniciou-se com as ocupações de terra e as resistências de posseiros e arrendatários, principalmente, na região Centro-Sul do Brasil, nos estados do Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), Paraná (PR), São Paulo (SP) e Mato Grosso do Sul (MS). As ocupações de terras se revelavam como a forma mais eficaz de pressionar os latifundiários, o governo e o aparato

do Estado em geral (STÉDILE, 1994), trazendo em seu bojo traços de luta e resistência à expropriação capitalista.

No Rio Grande do Sul, entre os fatos mais conhecidos, podemos citar a ocupação de aproximadamente 100 famílias sem-terra na fazenda Macali no município de Ronda Alta, em setembro de 1979. Em seguida, 240 famílias ocuparam a fazenda Brilhante. A maior parte dessas famílias era procedente do conflito de terras que envolveu os índios Kaingang, na Reserva de Nonoai, com a expulsão de cerca de 1.400 famílias que viviam sob a condição de posseiros. Em virtude disso, parte dessas famílias expulsas acabou indo para o Mato Grosso e outras decidiram continuar a luta pela terra no Rio Grande do Sul. No estado de Santa Catarina, famílias sem-terra ocuparam a Fazenda Burro Branco, em maio de 1980, localizada no município de Campo Erê. Em São Paulo, houve conflito na Fazenda Primavera, situada no município de Andradina, sendo ocupada por mais de 300 famílias. Já no Mato Grosso, ocorreram vários conflitos, onde os fazendeiros pretendiam despejar centenas de famílias que viviam na condição de parceiros, isto é, agricultores que trabalhavam com suas famílias em forma de arrendamento, especialmente, no final dos anos 1970 e na década de 1980. No Paraná, a retomada das lutas pela terra vincula-se à construção da Barragem de Itaipu, que invadiu as terras de mais de 10.000 famílias, na região da fronteira com o Paraguai. Muitas dessas famílias atingidas não concordaram com as indenizações pela terra em dinheiro, exigindo, assim, indenizações em terras no próprio estado, como também preços compatíveis ao seu patrimônio (móvel e imóvel) e áreas inundadas.

Essas experiências foram organizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) sendo discutidas, em julho de 1982, no município de Medianeira (PR), no primeiro encontro onde já se evidenciava o crescimento da luta pela terra no país. No mês de setembro, novo encontro foi organizado em Goiânia (GO), onde trabalhadores rurais sem-terra de várias regiões brasileiras formaram uma comissão provisória para organizar e fundar um movimento camponês a nível nacional. Em 1983, mais dois encontros foram realizados para a fundação do MST (STÉDILE; FERNANDES, 1999).

Foi com a troca de experiências que a articulação nacional desses movimentos começou a ser constituída na perspectiva de superação dos isolamentos e em busca da autonomia política [...]. Assim, uma articulação nacional poderia

permitir a construção de uma forma de organização social que fortalecia esse processo de conquista, construindo uma infraestrutura para a luta (FERNANDES, 1996, p. 77).

Oficialmente, a fundação do MST, em 22 de janeiro de 1984 está ligada, mais precisamente, ao Primeiro Encontro Nacional de Conflitos e Luta pela Terra, na cidade de Cascavel (PR), representando a organização de um movimento de agricultores sem-terra. O encontro reuniu cerca de 80 trabalhadores rurais que ajudavam a organizar ocupações de terra em 12 estados: Rio Grande do Sul (RS), Santa Catarina (SC), Paraná (PR), São Paulo (SP), Mato Grosso do Sul (MS), Espírito Santo (ES), Bahia (BA), Pará (PA), Goiás (GO), Rondônia (RO), Acre (AC) e Roraima (RR). Também contou com a participação de representantes da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), da CUT, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Pastoral Operária de São Paulo (MST, 2010).

Na tentativa de romper com a estrutura e concentração fundiária no campo, inicialmente, impulsionada pela CPT, e pelo apoio de partidos políticos de esquerda, principalmente, o PT, delinea-se e se estrutura a organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, fundamentado no acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta (RS) e no Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (MASTRO).

A intervenção do governo militar no acampamento da Encruzilhada Natalino, organizado em 1981, pretendia impedir o surgimento de um movimento de trabalhadores sem-terra no país. Quando da transição para um regime democrático esse acampamento acabou dando um grande destaque à mobilização pela reforma agrária.

A luta no Natalino outorgou ao incipiente MST sua primeira grande vitória política graças ao apoio de uma ampla gama de forças sociais e políticas contrárias ao regime militar. O acampamento foi um ponto decisivo na sua gênese. Ele consagrou a orientação do movimento em favor do ativismo público e serviu como incubador de diversas táticas de mobilização. O ajuntamento provisório no Natalino evoluiu rapidamente para uma organização popular bem-estruturada. Em menos de quatro meses os camponeses estabeleceram um processo decisivo

coletivo com múltiplas instâncias de consulta. Também conduziram diversas atividades para promover a conscientização de seus participantes e investiram esforços para forjar uma identidade comum, sublinhando sua unidade como trabalhadores rurais sem-terra (CARTER, 2010, p.208-209).

No período entre 1985 e 1989, o MST foi se consolidando como movimento nacional, ao se fazer presente em quase todas as regiões do Brasil. Se territorializou em todos os estados das regiões Sudeste e Nordeste, além do Centro-Oeste, região Amazônica, e nos estados de Goiás e Rondônia. No Sudeste, o MST estruturou-se formalmente em São Paulo, em 1984, e organizou suas ocupações de terra no Espírito Santo, em 1985, e em Minas Gerais, no Vale de Jequitinhonha, a partir de 1987. Em 1985, o MST se inseriu no Rio de Janeiro, mas enfrentou uma série de problemas de organização interna e suspendeu suas ações no estado em 1987. E só voltou a se reorganizar a partir de 1993 (FERNANDES, 2010).

Na região Nordeste, o MST iniciou seu trabalho de base no sul da Bahia, logo em seguida da realização do 1º Encontro Estadual do Movimento, em 1986, e realizou sua primeira ocupação em 1987, em uma área da companhia Vale do Rio Doce, utilizada parcialmente para o plantio de eucalipto. Nesse ano, o MST também realizou suas primeiras ocupações em Alagoas e Sergipe. A primeira experiência de ocupação de terras em Pernambuco foi registrada em 1985, mais tarde esse grupo se desvinculou do MST e somente em 1989, com a vinda de militantes para os estados vizinhos, é que o MST começou a se afirmar novamente nesse estado. Nos estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí as primeiras ocupações de terras ocorreram em 1989. No Maranhão, a primeira experiência do MST surgiu com o apoio de uma organização ligada aos trabalhadores rurais da região de Imperatriz, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU). Porém, em 1988, os ativistas do MST se afastaram dessa entidade, e algum tempo depois, passaram a se mobilizar de modo próprio e tiveram sua primeira conquista de terra.

As ocupações pioneiras do MST em Goiás começaram em 1985, na fazenda Mosquito, que acabou com um despejo policial. Posteriormente, montaram acampamento na Praça Cívica de Goiânia, o que tornou possível um acordo com o governador e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), que contribuiu para a

expropriação dessa fazenda em agosto de 1986. Na Amazônia, a primeira ocupação de terras se deu no estado de Rondônia, a partir de 1985, embora as primeiras tentativas de ocupação não tenham sido bem sucedidas. A ocupação da fazenda Seringal, em 1989, marcou o nascimento do MST no estado. Mas a oficialização de toda área para os sem-terras só foi acertada após diversas ocupações dessa área e do prédio regional do INCRA e muitos despejos e algumas mortes (FERNANDES, 2010. 167-169).

O processo de consolidação do MST no Brasil contou, principalmente, com o apoio da CPT, de diversos sindicatos de trabalhadores rurais, algumas igrejas protestantes e entidades progressistas, como a CUT e o PT, grupos de direitos humanos e centros estudantis. Diante disso, um desafio importante foi o de garantir sua autonomia, evitando as relações de dependência ao mesmo tempo em que expandia suas alianças políticas. Essa fase também correspondeu a um momento de definições fundamentais para o estabelecimento da estrutura organizativa do MST e de sua identidade política. Em dezembro de 1985, realizou-se o II Encontro Nacional do MST, onde a questão da autonomia do movimento e as alianças políticas foram amplamente discutidas pelos trabalhadores. Em cada estado, que o MST se organizava e realizava ocupações, articulava o apoio à luta pela terra no país (FERNANDES, 2010).

Em resumo, podemos afirmar que o processo de formação do MST constituiu-se de três momentos fundamentais:

Ele é a expressão combinada de, pelo menos, três importantes processos. Um deles foi modernização capitalista de fortes traços conservadores que dominou a agricultura brasileira nas décadas de 60 e 70 e aguçou os conflitos agrários, principalmente nos estados de São Paulo e no Sul do país, onde surgiu o embrião do movimento. Em segundo lugar, merece destaque a ação pastoral dos cristãos ligados à Teologia da Libertação e sua convergência, na conjuntura brasileira, com o ideário de setores da esquerda marxista. A origem do MST está estreitamente vinculada à emergência [...] dos movimentos sociais urbanos das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), bem como do próprio PT no final da década de 70. O terceiro processo remonta ao conjunto de experiências

organizativas acumuladas pelos trabalhadores rurais nas décadas que precederam o golpe de 64 e que não foram, ou foram incorporadas (total ou parcialmente) pela organização sindical que emergiu depois. Embora tenham sido derrotadas pela ditadura militar, as experiências das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultrabss) são referências frequentemente destacadas pelos próprios dirigentes do MST. Todavia, durante a crise prolongada deste regime, os camponeses encontrariam uma nova forma de luta que viria a ser a principal característica deste movimento: a ocupação de terras, de modo organizado, por um grande número de famílias (ALMEIDA; SÁNCHEZ, 1998, p. 79-80).

Para Corazza (2003, p. 60) o termo “sem-terra”, na verdade, é uma versão popular do conceito sociológico daqueles “que trabalham na terra sem serem proprietários dela”. Possuem várias categorias de trabalhadores fundadas na participação produtiva: os filhos de pequenos proprietários; os atingidos por barragens; os parceiros; os meeiros; os arrendatários; os migrantes; os posseiros expulsos de suas posses; os pequenos agricultores; os boias-frias que trabalham na agricultura por conta própria e, até mesmo os desempregados urbanos, estes são os principais componentes do MST. Atualmente, o movimento está organizado em 24 estados brasileiros, com aproximadamente 130 mil famílias acampadas e 370 mil famílias assentadas (MST, 2010).

A luta na terra levou o MST a combinar seu ativismo público com a construção de várias equipes de trabalho impulsionadas por diversos grupos dentro do movimento. Essa combinação de mobilização, negociação e a criação de atividades suplementares levaram à constituição da complexa estrutura em rede que sustenta o MST (CARTER; CARVALHO, 2010, p. 304).

Sua estrutura organizativa é determinada por seu próprio movimento, constituída de três partes interativas: as instâncias de representação, os setores de atividades e as organizações convencionais e transversais (STÉDILE; FERNANDES, 1999), conforme explica o Quadro 1.

Quadro 1 – Estrutura organizativa do MST

<p>Instâncias de representação</p> <p>Congresso Nacional Encontro Nacional Coordenação Nacional Direção Nacional Encontro Estadual Coordenação Estadual Direção Estadual Coordenação Regional Coordenação de Assentamentos Coordenação de Acampamentos Núcleos de Base</p>	<p>Setores de atividades</p> <p>Secretaria Nacional Secretarias Estaduais Secretarias Regionais Setor de Frente de Massa Setor de Formação Setor de Educação Setor de produção, Cooperação e Meio Ambiente Setor de Comunicação Setor de Finanças Setor de Projetos Setor de Direitos Humanos Coletivo de Relações Internacionais Setor de Saúde Setor de Gênero Coletivo de Cultura Coletivo de Mística Coletivo de Jovens (*)</p>
<p>Organizações convencionais</p> <p>Associação Nacional de Cooperação Agrícola (ANCA) Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil Ltda. (CONCRAB) Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)</p>	

Fonte: (CARTER, 2010, p. 182). (*) Criado em 2006.

As instâncias de representação abarcam diferentes espaços que são formados por diversas modalidades (núcleos, coordenações, direções, encontros e congresso nacional) resultantes de uma ampla reflexão das formas de organização dos movimentos de luta pela terra no país.

Mesmo realizando atividades diferentes, todas as modalidades perseguem os mesmos objetivos por meio de um processo de mobilização coletiva, que parte das decisões tomadas nas bases do movimento, fundamental para “se manter a unidade de um movimento de massas” (BOGO, 1999, p. 151).

Nesses espaços são deliberadas as políticas que são executadas pelos setores de atividades e secretarias, ambos exercem funções administrativas e executivas e estão articulados em diferentes escalas. Nos setores de atividades há também os coletivos, formados por membros de vários setores. Nos trabalhos realizados nos setores se situam as organizações convencionais e transversais responsáveis pela articulação dos projetos de desenvolvimento agropecuário, educacional, saúde e infraestrutura do movimento.

Como se pode observar a “porta de entrada” nesse processo de representação política são os núcleos de base, constituídos pelas famílias sem-terra nos acampamentos ³ e nos assentamentos ⁴, os quais elegem suas coordenações, que escolhem as coordenações regionais, que, por sua vez, elegem as coordenações estaduais. A coordenação estadual elege os representantes da coordenação nacional. E os coordenadores indicam entre seus membros os componentes da direção estadual e nacional. É nos núcleos de base, nas coordenações e nas direções que o MST toma suas decisões cotidianas. Os Encontros Nacionais e o Congresso Nacional consistem em momentos de definição das políticas conjunturais e estruturais. O Encontro Nacional é realizado a cada dois anos. Os encontros locais, regionais e estaduais são realizados anualmente. E o Congresso Nacional se realiza a cada cinco anos. Esses encontros constituem espaços de planejamento e decisão política, além de festivos, de confraternização, de integração, de socialização, de troca de experiências e de disseminação da cultura do trabalhador sem-terra (CARTER, 2010).

Outro elemento importante da cultura política do MST são as “palavras de ordem”, isto é, frases que dão significado ao sentido da luta dos trabalhadores rurais sem-terra, geralmente, são cristalizadas nos encontros estaduais ou nacionais organizados pelo movimento. Sendo assim, novas frases surgem conforme as mudanças da conjuntura política e as ações do MST, representando, assim, vários momentos e preocupações em relação ao desenvolvimento da luta desses trabalhadores, por exemplo: “o descrédito com o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985, a ocupação, a resistência, a conquista, o fim do latifúndio e a amplitude da luta pela reforma agrária como condição essencial para a construção da democracia” (CARTER, 2010, p. 185). No quadro 2 demonstram-se as principais “palavras de ordem” utilizadas pelo MST desde o início de sua formação.

³ Ação organizada para se ter acesso a terra, tendo como principal objetivo efetivar a ocupação de imóveis rurais que não cumprem a função social, isto é, de grandes extensões de terras cultiváveis, mas que são mantidas improdutivas e ainda, em casos específicos, de pressionar a tramitação de processos de desapropriações por interesse social.

⁴ Resultantes, em sua maioria, das ocupações de terras, consistem, em “territórios conquistados” (MST, 2009, p. 16) para as famílias de trabalhadores sem-terra “viver, morar, estudar e garantir um futuro melhor à população”. Logo depois, a conquista da terra, se inicia outro processo: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra (MST, 2010, p. 19).

Quadro 2 – Palavras de ordem do MST

Ano	Origem	Palavras de Ordem
1979	Campanha da Igreja Católica pela Reforma Agrária	“Terra para quem nela trabalha”
1984	1º Encontro Nacional	“Terra não se ganha, terra se conquista”
1985	1º Congresso Nacional	“Sem reforma agrária não há democracia” “Ocupação é a única solução”
1990	2º Congresso Nacional	“Ocupar, resistir, produzir”
1995	3º Congresso Nacional	“Reforma agrária: uma luta de todos”
2000	4º Congresso Nacional	“Por um Brasil sem latifúndio”
2007	5º Congresso Nacional	“Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular”

Fonte: (CARTER, 2010; GRADE; AUED, 2006).

É pertinente mencionarmos que o MST também representa um movimento formado por gerações que historicamente, constituem o espaço de luta e resistência, por meio das ocupações, acampamentos e assentamentos, que se renovam e se recriam na medida em que ocorre a adesão de novos grupos de famílias sem-terra, uma vez que “a todo momento entram novas pessoas no MST a partir da conquista de novas áreas” (BOGO, 1999, p. 77), além das gerações já existentes como a dos militantes fundadores e a geração dos jovens, filhos desses militantes. Assim, torna-se imprescindível “a capacidade de ir além da pressão imediata e “interesseira”, criando formas e estruturas de referências, [...] dentro do tempo e do espaço em que vive cada geração” (BOGO, 1999, p. 113).

Em vista disso, a formação de um grupo de famílias sem-terra, inicia-se com um trabalho de base coordenado, principalmente, pelos militantes que estão há mais tempo engajados na luta do movimento, através da criação de espaços de socialização da política: comunicativos, interativos, de lutas e resistências (FERNANDES, 2000). O espaço comunicativo começa pelas primeiras reuniões e com a definição dos objetivos da luta, também é o ponto de partida para o espaço interativo, que se dá pela troca de experiências e trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, num processo de construção e reconhecimento da identidade “sem-terra” na medida em que vão consolidando espaços de luta e resistência (FERNANDES, 2000). Reunindo “os esforços dos que querem não somente fazer da reforma agrária uma realidade imediata, mas organizar

uma sociedade em novas bases”, buscando, assim, novas formas de convivência, de novos modos de relações de produção em que a desigualdade, a hierarquia e o consenso passivo sejam superados (BOGO, 1999, p. 24).

Desde então o MST se apresenta como um dos movimentos de maior relevância na América Latina, e que luta basicamente, em torno de três objetivos principais: “lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país” (MST, 2010, p. 9). Além desses, o MST apresenta outros objetivos gerais: 1) Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; 2) A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda sociedade; 3) Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; 4) Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; 5) Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; e 6) Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher (MST, 1996).

Uma das características mais marcantes do MST é o movimento e a articulação constante dos seus objetivos que se afirmam no cotidiano da luta e, que não se limitam ao atendimento de necessidades imediatas, mas que colocam em seu horizonte de luta a construção de uma nova sociedade igualitária e socialista, à medida em que se concebe a reforma agrária não apenas como mecanismo de acesso à terra, mas como possibilidade de transformação da sociedade. “À luz da importância da reforma agrária na justiça, na equidade e na inclusão social” (WESZ JR., 2010, p. 184), sem perder o eixo fundamental de sua proposta que é a construção de um novo projeto societário.

“Um movimento social autônomo de massa, de caráter popular, sindical e político” (MORISSAWA, 2001, p. 153), assim se autodenomina o MST. Como um movimento social de massas, cuja base principal é os trabalhadores sem-terra, tendo um caráter sindical quando vinculado à luta pela terra para resolver os problemas de sobrevivência das famílias; popular, ao agregar várias categorias que participam, lutando por reivindicações populares, em especial nos assentamentos e político, não no sentido partidário, mas no sentido de querer contribuir para mudanças sociais na sociedade (CORAZZA, 2003, p.67).

Por meio de suas manifestações e expressão de suas reivindicações e lutas, o movimento “contribuiu para publicizar e politizar o tema da questão agrária no Brasil” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 276), país que ocupa o primeiro lugar na classificação de concentração de terras dentre os principais países em

desenvolvimento, com um índice de Gini ⁵, correspondente a 0,85. Em segundo lugar classifica-se a Argentina, com 0,83 e, em terceiro, a Colômbia, com um índice de 0,80 (BANCO MUNDIAL, 2005).

No Brasil, a concentração e a desigualdade regional também são comprovadas pelo índice de Gini da estrutura agrária do país. Os dados apresentam um índice de 0,872 para a estrutura agrária, superior aos índices apurados nos anos de 1985 (0,857) e 1995 (0,856). A evolução do Índice de Gini, no entanto, foi muito diferente entre os estados brasileiros. Em São Paulo, passou de 0,758 no Censo anterior para 0,804, em 2006. No Maranhão (MA), por outro lado, recuou de 0,903 para 0,864. O maior Índice de Gini em 2006 estava em Alagoas (AL), 0,871, enquanto o menor foi apurado em Roraima (RR), 0,664.

Portanto, os dados demonstram que “a concentração da propriedade fundiária no Brasil permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos. Paralelamente, os níveis de pobreza e a desigualdade social no campo continuam latentes, inclusive com acréscimos em algumas regiões do país” (WESZ JR., 2010, p. 184).

O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) mostra que a concentração de terras persiste no Brasil. Ou seja, 1% dos proprietários rurais controla 45% de todas as terras cultiváveis da nação, ao passo que 37% dos proprietários rurais possuem apenas 1% da mesma área (IBGE, 1996). Enquanto os estabelecimentos rurais de menos de 10 hectares ocupavam menos de 2,7% da área total ocupada pelos estabelecimentos rurais, a área ocupada pelos estabelecimentos de mais de 1.000 hectares concentrava mais de 43% da área total (IBGE, 2006).

Sendo que 600 dos 850 milhões de hectares de superfície do território brasileiro foram registrados pelo INCRA, dos quais 250 milhões de hectares estão classificados como terras devolutas e 285 milhões como latifúndios. A disponibilidade de terras produtivas é tão surpreendente quanto a desigualdade na sua distribuição: 2,8% dos imóveis rurais dispõem de 56,7% da área registrada, enquanto 62,2% dos agricultores cultivam apenas 7,9% deste total. Cerca de 80 milhões de hectares estão ociosos e 27.556 latifundiários são os que se beneficiam desta situação, fazendo da propriedade da terra uma reserva de valor da sua riqueza (ANDRIOLI, 2003).

Associada à elevada concentração da terra, “desigualdades agudas na distribuição de terras têm permanecido como uma das principais causas da extrema pobreza em muitos países em

⁵ Quanto mais perto esse índice está de 1, maior é a concentração e, quanto mais próximo de 0, significa que há uma distribuição dos ativos fundiários (LEITE; ÁVILA, 2007).

desenvolvimento” (BORRAS JR; MCKINLEY, 2006, p. 01). Sendo assim, é evidente uma imensa desigualdade no acesso à renda, sendo que 37% das famílias rurais vivem abaixo da linha da pobreza, 11% vivem somente da aposentadoria rural e 4,8 milhões de famílias são agricultores sem-terra (BRASIL, Portaria 2607 de 2004).

Entretanto, as lutas pela democratização da terra e, principalmente, a luta pela reforma agrária se apresenta como pauta central da luta política do MST, ou seja, os trabalhadores rurais sem-terra, em geral, não lutam apenas pelo acesso a terra, mas pela redistribuição de renda, de poder e de direitos. “Não desejam a mera distribuição de pequenos lotes, o que apenas os habilitaria a continuarem sendo uma forma de barateamento de mão-de-obra para as grandes propriedades. Mas almejam uma mudança na estrutura política e social no campo” (SILVA, 1994 p. 94).

Para Pinassi (2009) a particularidade histórica da luta pela reforma agrária pode ser um dos maiores triunfos do MST, na medida em que esta também é entendida como “uma política importante para diminuir a pobreza, promover a inclusão social e reduzir a acentuada desigualdade social do país” (CARTER, 2010, p. 68). “Ou seja, da bandeira que evoca velhas contradições nacionais não resolvidas pode aflorar a consciência para as mais atuais formas assumidas pela exploração de classe e pela dominação imperialista” (PINASSI, 2009, p.71).

Dentre os movimentos sociais de massa, que são capazes de “enfrentar e desarmar as forças destrutivas fortemente entrincheiradas” do capital (MÉSZÁROS, 2003, p. 86), o MST se evidencia como espaço de luta de classes e disputa de hegemonia. Suas estratégias de luta são baseadas, sobretudo, em ações diretas como as ocupações de terra e de órgãos públicos com acampamentos temporários, além das jornadas nacionais de luta que se desdobram em marchas e passeatas, bloqueio de rodovias, protestos e variadas formas de manifestações. Fora do controle imediato do Estado, estas estratégias colocam em xeque a verdadeira dimensão da hegemonia burguesa, que tradicionalmente foi desempenhada por regimes autoritários e que hoje se reproduz em grande medida.

Apesar de ser um movimento social excepcionalmente “duradouro e complexo”, o MST, é, desde a sua gênese, atacado e criminalizado por parte da grande imprensa brasileira. Parte do seu reconhecimento público baseia-se no exagero negativo da mídia, em particular durante a última década.

Desde a vitória de Lula, a mídia nacional, compreendida pela TV Globo, pelos jornais O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil, a revista Veja e outros periódicos semanais, têm pautado as políticas governamentais a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário. Com essa tremenda acumulação de força da mídia, tenta-se impedir que a realidade do campo brasileiro apareça como de fato é: uma das estruturas fundiárias mais concentradas do mundo e ainda em processo de intensificação dessa desigualdade rural. Esconde-se de igual forma o aumento de famílias acampadas na beira de estradas e dentro dos latifúndios; a extensa pobreza rural e a crescente perda das terras em mão dos camponeses e indígenas. A mídia nacional procura mostrar o aumento do conflito, mas não apresenta suas causas (FERNANDES, 2010, p.189).

A enorme concentração de poder da mídia no Brasil tem grande influência nessa situação, uma vez que se estima que nove conglomerados de propriedades familiares tem controle dos veículos de comunicação que geram 85% das informações no país. Esse oligopólio da imprensa e seus preconceitos de classe, advindos do compromisso com a classe social à qual ela serve, dificultam a difusão de pontos de vista alternativos sobre o MST e outros movimentos populares (CARTER, 2010, p. 41).

Nesse contexto, diversos órgãos da imprensa burguesa - os verdadeiros porta-vozes dos interesses dos capitalistas no campo - como revista Veja, O Estado de São Paulo, Correio Braziliense, Zero Hora e a TV Bandeirantes, passaram a atacar o movimento para inviabilizar medidas progressistas conquistadas com a luta. Não há nenhuma novidade na postura política e ideológica desses veículos, que fazem parte da classe dominante e defendem os interesses do capital financeiro, dos bancos, do agronegócio e do latifúndio, virando de costas para os problemas estruturais da sociedade e para as dificuldades do povo brasileiro. [...] Vamos continuar com as

nossas mobilizações porque apenas a pressão popular pode garantir o avanço da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores, independente da vontade da classe dominante e dos seus meios de comunicação (Secretaria Nacional do MST, 31 de agosto de 2009).

Por outro lado, é importante destacar que o MST também se coloca como referência central dos principais órgãos internacionais que congregam as organizações camponesas, como a Via Campesina⁶, fortalecendo, assim, uma articulação em âmbito mundial para unificar diretrizes, orientações e desafios em vista de impulsionar as lutas massivas em todos os continentes, em defesa da reforma agrária e de mudanças sociais e econômicas para as nações. Nesse sentido, a Via Campesina tem sido uma estratégia utilizada pelos movimentos sociais de luta pela terra do mundo inteiro para tornar a luta mais orgânica e visível, integrando também à agenda política além da reforma agrária, o combate aos transgênicos e ao agronegócio. Nesse patamar, também defende a soberania alimentar como direito dos povos e seus países, insistindo em um comércio agrícola internacional que proíba o *dumping* suprimindo o poder das corporações multinacionais.

Desde sua organização enquanto movimento, o MST manteve sua trajetória de luta vinculada ao Partido dos Trabalhadores, que também teve suas origens na década de 1980, num cenário político marcado pelas greves dos metalúrgicos, professores, bancários e outras categorias profissionais organizadas na formação da CUT. Assim, as lutas populares dos movimentos e dos sindicatos pelas conquistas dos direitos de cidadania e pelo restabelecimento da democracia constituíram-se nas bandeiras de lutas que fizeram do PT um dos mais importantes partidos brasileiros que se identificava e reunia os projetos políticos dos diferentes segmentos da classe trabalhadora. É neste momento, que o MST, a CPT e demais movimentos sociais, juntamente com o PT, recolocam na pauta da luta política a questão da reforma agrária, que

⁶ Movimento internacional, fundado em 1992, que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras da Ásia, África, América e Europa. O principal objetivo da organização é desenvolver solidariedade entre as organizações de pequenos agricultores; preservação da terra, soberania alimentar; produção agrícola sustentável. No Brasil, quatro movimentos fazem parte da Via Campesina: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), MST e Movimento Pequenos Agricultores (MPA) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, 298).

ganhou novamente centralidade, junto às lutas por direitos trabalhistas e previdenciários.

No decorrer do processo histórico é evidente a proximidade entre a CPT, o MST, a CUT e o PT. A atuação dessas instituições foi fundamental para o processo de formação do movimento. “Havia um clima de otimismo entre os militantes, particularmente, quando eles começaram a trabalhar de maneira mais próxima com o Partido dos Trabalhadores (PT)” (BRANFORD, 2010, p. 409), atuando em diversos momentos, organizando e participando conjuntamente de muitas lutas sociais e, até mesmo, de cursos de formação política (CARNEIRO, 2006). Inclusive, Stédile (2005, p. 36) afirma que, “militantes do MST ajudaram a fundar o PT em diversas localidades e muitas lideranças passaram a militar neste partido, como dirigentes ou parlamentares”.

Ao lado do PT também podemos observar a caminhada de luta do MST junto ao partido, transmitida na entrevista “*O MST comenta os 30 anos do PT*”, realizada com um dos integrantes da coordenação nacional do movimento, João Paulo Rodrigues, e publicada pelo Jornal Folha de São Paulo, em 08 de fevereiro de 2010:

O PT surgiu no contexto das lutas pela democratização do país e por transformações na sociedade brasileira, aglutinando sindicalistas, movimentos sociais e setores de intelectuais com compromisso com os interesses da população brasileira. Até hoje, o partido tem uma inserção importante nesses segmentos sociais. [...]. Empunhou as bandeiras de organização dos trabalhadores e abriu as portas para que a classe trabalhadora ocupasse um lugar de protagonista nas lutas eleitorais. As duas últimas décadas de políticas neoliberais provocaram uma fragmentação organizativa e divisões políticas na classe trabalhadora, o que teve impacto na vida organizativa do partido (RODRIGUES, 2010).

Sendo assim, pretendemos evidenciar a conjuntura a partir da tão sonhada conquista da classe trabalhadora, quando elegeu o candidato pelo PT para a presidência da República brasileira. Sem dúvida, podemos dizer que um dos fatores determinantes da vitória petista ao governo federal foi o apoio de parcela significativa das organizações da sociedade civil e seu acúmulo político nas lutas pela ampliação da

cidadania e pela radicalização da democracia (SIMIONATTO et. al., 2011).

Esperava-se o encaminhamento de reformas profundas voltadas a um novo projeto de nação tendo como base o apoio histórico dos movimentos e lutas sociais às propostas defendidas pelo PT ao longo de sua trajetória. Além disso, o novo governo aglutinava os anseios de boa parte dos movimentos sociais que deveria responder a determinadas demandas represadas na superação do modelo neoliberal, e, principalmente, na tão esperada reforma agrária pelo MST.

1.2 ENTRE COOPTAÇÃO E RESISTÊNCIA: O MST, OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O GOVERNO LULA

Em outubro de 2002, a eleição e posse de Luiz Inácio Lula da Silva como chefe de Estado traz consigo novos elementos para a conjuntura política brasileira. Candidato pelo PT, Lula foi eleito presidente da República Federativa do Brasil, com 61,3% dos votos válidos do segundo turno, derrotando o candidato do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), José Serra, apoiado pelo então ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Significou a vitória de um líder operário e sindical, fundador do PT, e que, apesar das amplas coligações eleitorais ⁷ realizadas, envolvendo o Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido Popular Socialista (PPS), o Partido Socialista Brasileiro (PSB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e até mesmo o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), apresentava um programa de governo de caráter “antineoliberal”.

Quando a população elege Lula para presidente, apesar das alianças e concessões programáticas e ideológicas que já vinham se desenhando no processo eleitoral, com todo o peso simbólico da chegada de um operário oriundo das lutas democrático-populares ao cargo máximo do país, estava dizendo um não ao drama crônico de um

⁷ Partidos políticos de orientação ideológica oposta uniram-se indiscriminadamente com todos os tipos de agrupamentos, confirmando-se a falta de consistência da política partidária, onde os partidos representam pouco e a política está centrada em personalidades. Por exemplo, o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, apesar de ser o maior sojicultor do mundo, apoiou Lula abertamente, enquanto o partido do qual é membro – o Partido Popular Socialista (PPS), sigla herdeira do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB) – fez campanha por Geraldo Alckmin (OLIVEIRA, 2010, p. 21-22).

lado e ao neoliberalismo da coalizão de centro-direita, de outro (BEHRING, 2004, p. 10).

A “cúpula partidária” fez acordos de todo tipo para ser aceita pela burguesia, pelos partidos burgueses e pela mídia, assegurando muitas promessas de campanha ao eleitorado sobre política de crescimento, sobre criação de empregos, sobre reforma agrária e sobre respeito aos direitos previdenciários (BOITO JR., 2003, p. 03).

A vitória foi saudada pela grande maioria dos movimentos de esquerda latino-americanos, representando “o sentimento de que a população estava farta de neoliberalismo e desejava mudanças” (SAMPAIO JR., 2006, p. 74). Também foi vista como um momento histórico que poderia inaugurar uma era “pós-neoliberal”, ao lado da eleição de Hugo Chaves na Venezuela, reforçando um quadro de avanços das mobilizações populares que eram retomadas na América Latina nesse período (DRUCK, 2006).

Lula inicia a sua caminhada como governo com imensa legitimidade para realizar a transição – ademais anunciada no Programa Plurianual (PPA) Brasil de Todos – para uma política econômica direcionada ao mercado interno de massas, articulada a uma política social mais ousada (BEHRING, 2004, p. 10).

Nessa perspectiva, Lula é reeleito em 2006 quando vence em segundo turno, Geraldo Alckmin (PSDB), com 60,8% dos votos válidos. Entretanto, existe uma gama variada de interpretações que poderiam justificar a vitória. A mais óbvia acentua a influência do Programa Bolsa Família⁸, implementado no primeiro mandato, que teria garantido uma maciça votação dos estratos mais pobres da sociedade. Tanto que no Nordeste, região que recebe o maior contingente assistencial do programa, Lula ultrapassou os 70% dos votos em quase todos os municípios (OLIVEIRA, 2010, p. 21).

⁸ O *Bolsa Família* é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza (www.mds.gov.br/bolsafamilia). Segundo o próprio balanço do governo Lula (MPOG, julho/2004) a ação mais importante na área social é o Programa Bolsa Família, criado em outubro de 2003. Aqui, o governo ressalta “o fim da pulverização de recursos e da superposição de ações com a unificação dos outros programas similares (bolsas que já existiam antes com recursos alocados) e a criação de um cadastro único de beneficiários” (BEHRING, 2004, p. 12).

Quando comparada as eleições presidenciais de 2002, observa-se uma expressiva mudança no contorno geográfico da base eleitoral de Lula, uma vez que diminuiu o percentual dos votos na região Centro-Sul do país e aumentou nas regiões Norte e Nordeste. Sendo assim, o PT manteve-se com a segunda maior bancada da Câmara Federal, apesar de que pela primeira vez em sua história tivesse o número de deputados reduzidos: dos 16,1 milhões (18,4%) dos votos e 91 cadeiras conquistadas em 2002, o PT decaiu para 14 milhões (15%) de votos e 83 cadeiras em 2006 (TERRON; SOARES, 2010, p. 313).

No entanto, o ciclo de acúmulo de forças que levou Lula à presidência não reunia poder político suficiente para enfrentar os grupos econômicos, externos e internos, que davam sustentação ao padrão de acumulação neoliberal. O desejo de mudança era difuso. A vitória de Lula não se dava em uma situação de intensa mobilização popular. O PT não havia amadurecido uma agenda política alternativa que pudesse orientar a transição para um outro padrão de desenvolvimento (SAMPAIO JR., 2006, p.75).

Embora tivesse mantido o apoio de boa parte dos movimentos organizativos da sociedade civil vinculados às classes subalternas, logo, no início do primeiro governo Lula, tornou-se evidente a perda de autonomia de um projeto visto pela maioria da população como de ruptura com as formas políticas macroeconômicas adotadas pelos governos antecessores. “A candidatura Lula e o PT tinham abandonado o programa de reformas sociais avançadas que defenderam nos anos oitenta e passaram a conciliar com o modelo neoliberal” (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2009, p. 154).

Já está bastante clara a orientação geral seguida pelo governo Lula. Sua política macroeconômica é explicitamente neoliberal, e ele tem encaminhado reformas (de fato, contrarreformas) neoliberais (a reforma da Previdência, a lei de falências, o projeto das parcerias público-privadas). Tem, ainda, anunciado projetos, cujos contornos já se anunciam, que têm o mesmo caráter (os projetos das reformas sindical, trabalhista, agrária [grifos nossos], universitária). É certo que, em algumas áreas, ele tem

implementado algumas políticas de características diferentes. Mas as políticas neoliberais predominam amplamente e condicionam o conjunto do governo, marcam toda sua atuação (MACHADO, 2004, disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/042/42cmachado.htm>).

A manutenção de políticas herdadas, principalmente, do governo FHC foi determinante para os destinos do novo governo e da população brasileira. Não apenas pela continuidade no processo de concentração de renda, de transferência de renda para o capital especulativo, de desemprego e precariedade do trabalho, de expropriação de direitos; mas, também, pela “decepção” que causou no movimento popular, pela “derrota” que significou para a esquerda pela falta de prioridade do “social”.

Além de não ter se constituído em uma possibilidade “antineoliberal”, o governo petista deu continuidade à política econômica do neoliberalismo, em nome do desenvolvimento e da estabilidade, em um contexto de crise do capital. A base ideológica e política do neoliberalismo, transmutada em “social-liberalismo”, provocou ousadamente, uma desmobilização dos movimentos sociais, no sentido de anular sua força autônoma e independente, através da permanente cooptação de suas direções e de um processo de “estatização” das organizações dos trabalhadores como sindicatos e partidos, especialmente a CUT e o PT (DRUCK, 2006, p. 331).

Isso se deve, fundamentalmente, às estratégias compensatórias e de controle do Estado por parte das classes subalternas. Em nome do “neodesenvolvimentismo”, o governo Lula procurou através de suas políticas, limitar o crescimento e controlar a organização das massas populares, seja através de políticas que visem cooptar os movimentos sociais e suas lideranças, ou através de mecanismos assistencialistas (como o Bolsa Família, os programas de crédito bancário e financiamento estudantil) introduzidos por meio de medidas paliativas que sequer alteram a situação crítica do desemprego, da concentração da renda e da privatização da educação, mas que produzem o impacto político de atrair simpatia e apoio difuso para o governo junto à população marginalizada pelo próprio modelo capitalista neoliberal.

“Trata-se de uma atualização da tradição política brasileira de confiscar a insatisfação popular e integrá-la num pacto burguês construído pelo alto” (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2009, p. 155-

156), desarticulando-se, sobretudo, as forças sociais e políticas de um projeto coletivo de classe.

Propagaram-se, contudo, impactos expressivos sobre a dinâmica do movimento social, inclusive grande debilidade, principalmente, no âmbito do movimento sindical conforme atesta Fontes (2008, p. 31):

[...] assistimos à destruição dos sindicatos mais combativos, ao desmonte de anteparos legais, ao aguçamento da concorrência internacional dos trabalhadores. Foram, porém, edulcorados pela corrupção e sedução de estratos sindicais dirigentes, pela incorporação subalterna de uma franja de gestores sindicais aos papéis de gestores de fundos de porte internacional e pela adoção de estratégias de trabalho de cunho “participativo”, “responsável”, etc.

Sobretudo, a cooptação para essa política de importantes movimentos sociais, ou, pelo menos, a “neutralização” da maioria deles “desarmou as resistências” ao modelo liberal-corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal. Isto é, assistimos a uma clara manifestação daquilo que Gramsci chamou de “transformismo”, ou seja, “o fenômeno pelo qual se unificaram os partidos” (GRAMSCI, 2006, p. 95) e a cooptação pelo bloco no poder das principais lideranças da oposição por meio de um processo de absorção pelas classes dominantes de elementos ativos ou grupos inteiros, tanto dos grupos aliados como dos adversários. Tal processo é responsável pela destruição da força política das classes subalternas decapitando suas lideranças e desarticulando os grupos antagonistas (BRAGA, 2009, p. 7-10). E esse transformismo que se iniciara no governo FHC, consolidou definitivamente o predomínio da “hegemonia da pequena política”⁹ no governo Lula (COUTINHO, 2010, p. 42).

A “pequena política” para Gramsci corresponde aquela “política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas”. Compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância

⁹ Coutinho (2010, p. 32) caracteriza as relações de hegemonia hoje, na “época neoliberal”, ou “época da servidão financeira” como uma “hegemonia da pequena política”. É precisamente assim, ou seja, por meio da “exclusão da grande política”, que se apresenta a hegemonia na época do neoliberalismo (Ibid p. 29).

entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é “grande política” tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (GRAMSCI, 2007, p. 21).

Sendo assim, a “grande política” para a concepção gramsciana corresponde a “alta política”, isto é, as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais (GRAMSCI, 2007, p. 21).

Contudo, é possível afirmar que o governo Lula correspondeu a essa “hegemonia da pequena política” na medida em que a política deixou de ser pensada como “arena de luta por diferentes propostas de sociedade”, ao mesmo tempo, em que passou a ser vista como “um terreno alheio à vida cotidiana dos indivíduos” mediante a um processo de consenso passivo, que não se expressa pela auto-organização e nem pela participação ativa das massas, mas simplesmente, quando se torna senso comum a ideia de que a política “não passa da disputa pelo poder entre suas diferentes elites” (COUTINHO, 2010, p. 31-32).

Para Gramsci (2007, p. 333) o consenso passivo corresponde a “transformação das ideias e dos valores dominantes em senso comum de grandes massas, inclusive das classes subalternas”. Por meio de um processo que, através da cooptação das lideranças políticas e culturais das classes subalternas, busca excluí-las de todo efetivo protagonismo nos processos de transformação social (COUTINHO, 2010, p. 38).

Cooptam-se centrais sindicais e movimentos sociais, entre eles o próprio MST, que ainda resiste. A política não só é substituída pela administração, como se transforma num espetáculo diário: o presidente anuncia com desfaçatez avanços e descobertas que no dia seguinte são desmentidos. O etanol, que seria a panacéia de todos os males, foi rapidamente substituído pelo pré-sal, que agora urge defender com submarinos nucleares e caças bilionárias. [...] Ora, o governo Lula, na senda aberta por Collor e alargada por Fernando Henrique, só faz aumentar a autonomia do capital, retirando das classes trabalhadoras e da política qualquer possibilidade de diminuir a desigualdade social e aumentar a participação democrática (OLIVEIRA, 2010, p.375).

Na medida em que ficava claro que a população continuaria sob a rígida tutela dos organismos financeiros internacionais, as massas pareciam vivenciar um período de “anestesia crítica” (BOGO, 2004, p.6). Ou seja, grande parte dos movimentos sociais “não deflagrou um processo de mobilização social capaz de reverter a correlação de forças e obrigar o governo Lula a cumprir seu mandato popular de mudar o Brasil”. Os movimentos sociais “não estão isentos de sua parcela de responsabilidade pela absoluta incapacidade do governo cumprir as promessas de mudanças sociais” (SAMPAIO JR., 2006, p. 69) que tantas esperanças causaram na classe trabalhadora.

Desde 2003, os movimentos populares têm se “desmobilizado”, pressionando menos o governo a adotar uma agenda de reformas sociais profundas. Houve um “distanciamento” entre o governo federal e os movimentos sociais, o que acabou por afastar do poder a agenda pretendida pelos movimentos populares (FREI BETTO, 2010, Correio do Brasil - Ano XI – Nº 4043).

Com isso, observa-se um processo de despolitização crescente dos movimentos sociais, expresso, essencialmente, na incapacidade de avançar com propostas políticas de conteúdo ofensivo e que, principalmente, apontassem um caminho independente para as massas trabalhadoras. Boa parte dos sindicatos e movimentos organizativos da sociedade civil permaneceu subordinada, “dentro da legalidade do capital, deixando de ser um meio para constituir uma legalidade própria da classe trabalhadora e que alimentasse a construção de um projeto político alternativo à hegemonia neoliberal” (DRUCK, 1996 *apud* DRUCK, 2006, p. 330).

No primeiro governo, Lula já havia “sequestrado os movimentos sociais e as organizações da sociedade civil” (OLIVEIRA, 2010, p. 22-23). Vários sindicalistas ou ex-sindicalistas assumiram cargos em ministérios, na administração pública e em diretorias de empresas estatais. Segundo os resultados de uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV) divulgados em “O Estado de São Paulo”, em 05 de abril de 2008, indicou-se que “45% dos cargos de alto comando dentro do governo estariam nas mãos de sindicalizados enquanto a média nacional seria apenas 14%”.

Foram nomeados para os Ministérios do Trabalho e da Previdência Social ex-sindicalistas influentes da CUT (como por exemplo, Luiz Marinho) como também permaneceram, no segundo governo, em alguns cargos, figuras como Henrique Meirelles¹⁰, na presidência do Banco Central e, além disso, defendeu-se a “era Pallocci”¹¹. Ainda foram indicados nomes do meio empresarial para compor o novo Ministério, a começar por Jorge Gerdau Johannpeter, proprietário do maior conjunto de siderúrgicas no Brasil e de algumas no exterior, adquiridas durante as privatizações do governo FHC.

Outros sindicalistas também foram cooptados à frente dos poderosos fundos de pensão das estatais. Nesse momento, os movimentos sociais praticamente “desapareceram da agenda política”. Mesmo o MST permaneceu “manietado por sua forte dependência do governo, que financia o assentamento das famílias no programa de reforma agrária” (OLIVEIRA, 2010, p. 25). Como também grande parte da direção do movimento foi contemplada com verbas públicas para seus programas educacionais e culturais, induzindo tais dirigentes a assumirem uma postura de “neutralidade” favorável ao governo (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2009, p. 37).

Representantes dos movimentos sociais e organizações de apoio à luta pela terra são nomeados para cargos importantes no INCRA e no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Observa-se um aumento significativo na liberação de recursos para diferentes organizações relacionadas direta ou indiretamente com os sem-terra e com os assentados, incluindo o MST, para o desenvolvimento de projetos nas áreas de educação, formação, assistência técnica (MARQUES, 2006, p. 189).

¹⁰ Ex-funcionário do *Bank Boston*, que havia acabado de ser eleito deputado federal pelo PSDB com um “discurso raivoso” contra o PT (SAMPAIO JR., 2006, p. 80).

¹¹ Antonio Pallocci, ex-Ministro da Fazenda, envolvido no “escândalo do mensalão” (esquema de compra de votos de parlamentares para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo), em 2005/2006 durante o governo Lula. Os principais envolvidos no esquema de corrupção: Marcos Valério (empresário, “operador do mensalão”); Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT); Gilberto Carvalho (ex-chefe de gabinete do presidente Lula); José Dirceu (ex-Ministro Chefe da Casa Civil); José Genoíno (ex-presidente do PT); Roberto Jefferson (ex-deputado federal PTB/RJ); Renan Calheiros (ex-Senador Federal/AL); Jader Barbalho (ex-deputado federal PMDB/PA); João Paulo Cunha (ex-deputado federal PT/SP); João Magno (ex-deputado federal PT/MG), entre outros.

A cooptação de parte do MST ao governo petista e de outros movimentos de luta pela terra ou de ex-integrantes de entidades ligadas à questão agrária, como a Contag e a CPT, vislumbrou-se, principalmente, por meio da ocupação de cargos no INCRA onde pelo menos doze de suas 29 Superintendências Regionais/Estaduais, foram ocupadas por pessoas indicadas pelos movimentos, conforme declaração de um dos principais líderes do MST, João Paulo Rodrigues (MST, 2003): “o nosso objetivo maior é indicar nomes para todas as 29 Superintendências do INCRA. Até o momento, temos sido bem atendidos”. Como se pode verificar: o superintendente do INCRA/Goiás, Ailtamar Carlos da Silva (ex-advogado da Contag), chegou ao cargo por indicação da entidade; o superintendente do INCRA/Paraná, Celso Lisboa de Lacerda (que prestou assessoria como engenheiro agrônomo ao MST), foi indicado ao cargo pelo movimento; o superintendente do INCRA/Ceará, Eduardo Martins Barbosa (engenheiro agrônomo), assumiu o cargo por indicação da Contag com o apoio da CPT; o superintendente do INCRA/Piauí, Ladislau João da Silva (padre católico, ex-coordenador estadual da CPT), foi indicado ao posto pela entidade; o superintendente do INCRA/Paraíba, Júlio Cezar Ramalho Ramos (ex-assessor jurídico da Contag), chegou ao cargo com o apoio da entidade; o superintendente do INCRA/Mato Grosso do Sul, Luiz Carlos Bonelli, foi militante do MST e colaborador da Secretaria Agrária Nacional do PT, defensora do movimento; o superintendente do INCRA/Maranhão, Ricardo Monteiro dos Santos, foi presidente da CUT no Maranhão e militante do MST, que apoiou sua indicação; o superintendente do INCRA/São Paulo, Raimundo Pires Silva, trabalhou como assessor técnico para as cooperativas do MST, que o indicou ao cargo; o superintendente do INCRA/Rio Grande do Norte, César José de Oliveira, foi diretor da Associação de Apoio às Comunidades do Campo, que presta assessoria técnica ao MST; o superintendente do INCRA/Bahia, Marcelino Antonio Martins, engenheiro agrônomo, foi militante do MST e chegou ao cargo indicado pelo movimento (RIZEK, 2005).

Também foram indicados ou aprovados pelo MST: o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto; o Assessor Especial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Carlos Mário de Guedes; o Chefe de Gabinete do Ministro do MDA, Luiz Felipe Nélsis; o Secretário-Executivo do MDA, Guilherme Cassel; o Secretário de Agricultura Familiar do MDA, Valter Bianchini; o Secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, José Humberto Oliveira; o Secretário de Reestruturação Fundiária, Eugênio Conolly Peixoto; o

Presidente da CONAB, Luis Carlos Guedes Pinto (fundador da ABRA); o presidente do INCRA, Marcelo Resende; etc (ORTENBLAD, 2003).

Outras formas de transformismo e cooptação também foram evidenciadas diante da “política de aproximação” (BOITO; GALVÃO; MARCELINO, 2009, p. 174) do governo com a direção do MST. A partir das falas de João Pedro Stédile, um dos coordenadores nacionais do movimento, pode-se observar que no primeiro ano do governo eleito, Stédile já deixava claro que a relação do MST com o governo Lula seria de “parceria” e de que tudo estava “sendo repensado com a finalidade de dar prioridade às alianças políticas” (STÉDILE, 2010).

As eleições mudaram a correlação de forças na sociedade em relação à reforma agrária [...]. Antes nós tínhamos os movimentos sociais (MST, CPT, Contag, CUT) contra o governo, os latifundiários e o modelo econômico. Agora, o governo está de nosso lado e deixou o latifúndio mais fragilizado (STÉDILE, 2003, p. 09).

Ao mesmo tempo, Stédile também defendeu a política de distribuição e transferência de renda do governo Lula, ao afirmar que: “o Brasil precisa de uma política de investimentos que priorize a indústria de consumo de massa [...] valorizando os salários; para que assim se tenha um amplo mercado interno consumidor” (O Estado de São Paulo, 29 de fevereiro de 2004).

Para Ademar Bogo, membro da direção nacional do MST, “muitas lideranças se perdem e se corrompem porque se relacionam individualmente com representantes do Estado ou da classe dominante” (BOGO, 1999, p. 38), em nome dos interesses econômico-corporativos, arrefecendo a luta dos trabalhadores e promovendo a fragmentação dos movimentos sociais nas suas bases, ao invés de somarem esforços em torno da unidade política da classe trabalhadora.

“Por meio do transformismo e da cooptação por políticas de alívio à pobreza” direcionadas às massas populares e, no caso de dirigentes dos sindicatos e partidos de esquerda, cargos governamentais, empregos em ONGs, participação em fundos de pensão, os governos, sobretudo de Lula no Brasil, vêm “erodindo a base dos movimentos” (LEHER, 2010, p. 14).

Ao absorver “transformisticamente” as forças sociais antagônicas no aparato de Estado, desmobilizando as classes subalternas e os movimentos sociais, o governo Lula teria esvaziado todo o conteúdo

presente nos anos 1970 - 1980, tornando a política partidária praticamente irrelevante para a transformação social (BRAGA, 2009, p.7-8).

[...] o governo Lula conseguiu coroar a incorporação de parte das reivindicações dos “de baixo” com a bem orquestrada reação ao “subversivismo esporádico” das massas, representado pelo “transformismo de grupos radicais inteiros”. Da miríade de cargos no aparato de Estado até a reforma sindical que robusteceu os cofres das centrais sindicais, passando pelos muitos assentos nos conselhos gestores dos fundos de pensão, pelas altas posições em empresas estatais, pelo repasse de verbas federais para financiamento de projetos cooperativos, pela recomposição da máquina estatal [...] (BRAGA, 2009, p. 13).

Nesse sentido, o governo contribuiu para a “desarticulação da esquerda” e de “qualquer projeto social anticapitalista”, pela “desmobilização e despolitização” dos movimentos sociais (SOUSA JR. e NETO, 2010). No Brasil, conforme analisam Boito, Galvão e Marcelino (2009, p.36), a grande movimentação popular que caracterizou os anos 1980, com a criação de importantes sujeitos coletivos como a CUT, o PT, o MST, e a explosão de greves de massa em diversos setores, refluíu na década de 1990, tendo em vista a política assumida no país pelos diferentes governos do período, e a pressão da conjuntura internacional. Embora o início dos anos 2000 possa ser caracterizado como um período de “acomodação política” dos movimentos operário e popular, isso não denota, contudo, o desaparecimento das lutas.

Na base, a luta camponesa pela terra “mantém-se ativa e em ritmo crescente”. Porém, na cúpula do movimento também podemos constatar uma tendência à “acomodação política”. A década de 1990 corresponde as grandes manifestações políticas do MST contra o capitalismo neoliberal e o governo FHC. E nos anos 2000, especialmente, com a eleição de Lula o movimento dividiu-se, não sabendo que posição tomar diante do novo governo, que até então não havia correspondido a sua expectativa no que tange à luta pela reforma agrária (BOITO, GALVÃO e MARCELINO, 2009).

O cenário sindical brasileiro também se alterou significativamente durante os dois mandatos. O surgimento de novas entidades sindicais foi fruto de disputas políticas dentro do próprio movimento mediante a relação do sindicalismo com o governo. Mesmo assim, o apoio sindical ao governo Lula prevalece, na medida em que as entidades que lhe oferecem resistência possuem um espaço de atuação ainda pequeno, enfrentando dificuldades para organizar e mobilizar os trabalhadores (BOITO, GALVÃO e MARCELINO, 2009, p. 49). Por conseguinte, a proliferação de centrais sindicais¹² à insatisfação de uma parcela do movimento sindical tanto com a política do governo de manter o modelo neoliberal, quanto com o apoio da CUT e da Força Sindical a essa política, desencadearam movimentos de divisão e de fusão de correntes sindicais.

A capitulação do governo Lula ao *status quo* foi um duro golpe na classe operária. Interrompendo um incipiente processo de reascenso do movimento de massas, a negação da mudança gerou grande confusão e apatia no meio do povo. Nenhuma organização passou incólume pelo desastre. Todas sofreram traumáticos processos de fragmentação e divisão e muitas tiveram sua própria sobrevivência posta em questão (SAMPAIO JR., 2005, p. 77).

O quadro já difícil para os movimentos sociais, agravado ainda mais com a crise política que o PT sofreu em 2005 e que levou a um processo de “desmoralização” do governo, do parlamento e dos partidos, provocou um “processo de reação e resistências” no país. Principalmente, o MST, que de um lado vive as contradições criadas entre a sua própria trajetória de luta antineoliberal, de autonomia e

¹² O Movimento por uma Tendência Socialista (MTS), ligado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), participou da criação da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas), composta por entidades sindicais, organizações populares e movimentos sociais que têm como objetivo organizar a luta contra as reformas neoliberais e a própria política adotada pelo governo Lula (CONLUTAS, 2004). A Frente Esquerda Socialista (FES), ligada ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), criou a corrente denominada Intersindical, por entender que a CUT deixou de ser um instrumento de organização e unificação do movimento sindical para ser um instrumento de colaboração e conciliação de classes (INTERSINDICAL, 2006). Fora da CUT, sete entidades ligadas ao sistema confederativo, historicamente contrárias a mudanças na estrutura sindical, criaram a Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), com o objetivo de defender a permanência, supostamente ameaçada, da unicidade sindical (NCST, 2005).

independência em relação ao Estado e, de outro, a transigência e esperança em relação ao governo Lula, que ajudou a construir (DRUCK, 2006, p. 337).

Nessas condições, as relações entre os movimentos sociais e o Estado foram marcadas por contextos de “passivização e dessubjetivação das classes subalternas” (MARRO, 2009, p. 92), mesmo havendo uma relação de reciprocidade política e de participação de lideranças militantes na gestão pública do Estado. Mesmo assim, os movimentos sociais manifestavam a necessidade de desenvolvimento de uma “consciência crítica” sobre os rumos neoliberais que o governo havia assumido no período (SCHERER-WARREN, 2009). E não deixaram de expressar uma “postura crítica” ao governo, diagnosticando o “abismo social”, o “quadro dramático” vivido na realidade brasileira frente à “ausência de projetos de longo prazo” e o “não cumprimento de compromissos” assumidos (DRUCK, 2004, p. 338) com a classe trabalhadora.

Desse modo, inúmeros movimentos do campo, da cidade e trabalhistas ¹³ vinculados às classes subalternas, prosseguem desenvolvendo ações coletivas, contestadoras e resistentes aos contextos históricos e sociais em que estão inseridos, manifestando-se na forma de protesto, reivindicação e de denúncia diante do governo/Estado, mas também na alteração e efetivação de novas respostas às demandas nos campos político e social.

Apesar do posicionamento dúbio entre “apoio e resistência”, o MST segue com ações de luta e “formas de pressão ao poder do capital e da classe dominante”, continua buscando “instrumentos organizativos mais qualificados que penetrem na sociedade civil” com o objetivo de resistir, mobilizar, organizar e conscientizar as massas populares (BOGO, 2011, p. 1).

¹³ MST, Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), CPT, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), CONTAG, Movimento de Libertação do Sem-Terra (MLST); Via Campesina, Organização dos Trabalhadores no Campo (OTC), Movimento dos Povos Indígenas e Quilombolas, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTS), Movimento de Trabalhadores Desempregados, CONLUTAS, Intersindical, Central de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Sindicato Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), Coordenação de Movimentos Sociais, Central de Movimentos Populares, União Brasileira de Mulheres (UBM), dentre outros.

Resistir é opor-se ao estaque, é não aceitar e calar-se, é resistir as mais diferentes formas de opressão, dominação, coação, exploração, injustiças, enfim, é a manifestação e o movimento à transformação. [...] é produzir forças a partir de movimento metamorfose a fim de potencializar uma revolução constante (COIMBRA, 2009, p. 91-93).

Assim, o MST reflete em suas propostas expressões da concepção gramsciana de sociedade civil, espaço de luta de classes e disputa de hegemonia. Nesse sentido, tem como principal estratégia as lutas de resistência entendidas na perspectiva das lutas social e política, protagonizadas por meio da ação coletiva junto a outros atores políticos ligados às classes subalternas na disputa por projetos societários contra-hegemônicos.

1.3 LUTAS SOCIAIS E POLÍTICAS: A DIALÉTICA DA LUTA DE CLASSES

“A história de toda a sociedade existente até hoje tem sido a história das lutas de classe” (MARX; ENGELS, 2003, p. 26). No modo de produção capitalista a luta de classes desenvolve-se no confronto capital e trabalho bem como na polarização de duas classes fundamentais e antagônicas: a capitalista e a trabalhadora.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, o opressor e o oprimido permaneceram em constante oposição um ao outro, levada a efeito numa guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou, cada vez, ou pela reconstituição revolucionária de toda a sociedade ou pela destruição das classes em conflito (MARX; ENGELS, 2003, p. 26).

Essa complexa divisão da sociedade em classes se caracteriza, fundamentalmente, pelo conflito, pela disputa, pelo antagonismo da luta de uma classe contra outra, isto é, a luta de classes propriamente dita.

No entanto, a nossa época, a época da burguesia, possui uma característica: simplificou os antagonismos de classes. A sociedade global divide-se cada vez mais em dois campos hostis, em duas grandes classes que se defrontam – a burguesia e o proletariado (MARX; ENGELS, 2003, p. 26-27).

Para Marx, o movimento social não “exclui o movimento político. Não há jamais movimento político que não seja, ao mesmo tempo, social” (MARX, 2008, p. 192). Partindo do referencial marxista e, neste estudo, do pensamento e legado de Antonio Gramsci, entendemos as lutas de classe como expressão das lutas sociais e políticas, na medida em que estas partem de um processo comum, que, dialeticamente imbricadas, determinam o processo da luta de classes.

Sobretudo, é nesta perspectiva, que as lutas sociais e políticas são compreendidas aqui enquanto espaço de luta de classes, travadas em meio ao “processo de reprodução das relações sociais de produção” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1995) e situadas no contexto das correlações de forças sociais contraditórias que se estabelecem no embate entre capital e trabalho.

Entretanto, o conceito de luta política está apoiado na concepção gramsciana de “grande política”, voltada a criar “novas relações de força” (GRAMSCI, 2007, p. 35) e, superar a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas, tendo como horizonte a construção de uma nova hegemonia, ou seja, o que Gramsci chama de “sociedade regulada” (COUTINHO, 1997). “Enquanto existir o Estado-classe não pode existir a sociedade regulada” (GRAMSCI, 2007, p. 223), pois a superação entre governantes e governados só poderá existir na medida em que ocorrer “o desaparecimento da sociedade política e o advento da sociedade regulada” (GRAMSCI, 2006, p. 243), que implica além da igualdade política a igualdade econômica.

Travadas por amplas organizações de massas ligadas às classes subalternas, a luta no campo político identifica-se à disputa frontal pelo poder político e pela construção de outro projeto societário, “dos que da submissão querem passar para a conquista da autonomia, da liberdade, até chegar a um novo projeto de sociedade com dimensões ético-políticas” (SEMERARO, 2006, p. 19-20).

Na perspectiva gramsciana a luta política diz respeito à capacidade de ação coletiva que pode resultar na transformação da sociedade e que “revolucione as relações de dominação e a socialização

do político” (SEMERARO, 2006, p. 55), tendo como horizonte uma sociedade substantivamente democrática e humanamente emancipada.

Para Montañó e Duriguetto (2011, p. 116-117) a luta política depende do potencial de organização da classe trabalhadora, da definição das táticas e estratégias, da correlação de forças bem como do “espírito de iniciativa” e da “capacidade de agir politicamente” (SEMERARO, 2000). Envolve, portanto, a capacidade de ação coletiva na construção de um “projeto de sociedade revolucionário”, fundado no “autogoverno” e na “nova concepção de hegemonia”, a ser construída pelas classes subalternas como “superação de todas as formas de imposição e submissão” (SEMERARO, 2000); capaz de levá-las a sair das “posições reivindicatórias e defensivas” e partir para “estratégias propositivas e revolucionárias” (SEMERARO, 2006, p. 55).

Nesse aspecto, consideramos que as lutas sociais representam desdobramentos das lutas políticas, mesmo tendo objetivos mais imediatos e de caráter reivindicatório no campo dos direitos de cidadania. Pode-se dizer, contudo, que as lutas sociais são expressões da luta política e estão presentes diretamente nas contradições estruturais entre capital e trabalho e nas suas manifestações por meio das refrações da “questão social”, configurando formas e espaços das lutas de classes (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 117).

No campo da luta social, os movimentos sociais latino-americanos foram os principais protagonistas das “lutas de resistência ao neoliberalismo”, mesmo que a grande maioria das ações articulava-se em torno da defesa dos direitos de massa da população. No México, no Brasil, na Bolívia, no Equador, entre outros países, coube a esses movimentos o papel principal nas lutas “antineoliberais”, “empenhados na construção do socialismo e na descomodificação¹⁴ radical dos direitos sociais” (LEHER, 2010, p. 15).

Vincula-se a luta pela preservação dos direitos dos trabalhadores conquistados em sua trajetória histórica, reduzidos em grande medida frente às crises cíclicas do capital. Assim, a luta social articula-se a luta de resistência ao capital, isto é, uma luta de inconformismo das classes subalternas.

¹⁴ Leher (2010, p. 15) refere a descomodificação como processo de luta social objetivando retirar domínios sociais apropriados pelo capital (educação, saúde, meio ambiente, recursos naturais...) da esfera mercantil, com vistas a assegurar o dever do Estado para com esses direitos e pelo controle social desses.

Por um lado, as lutas de massas possuem um caráter espontâneo, porque seu limite reside no interesse do alcance imediato das conquistas econômicas. Por outro lado, ela deve ser entendido como o primeiro passo para a formação da consciência política, tendo em vista que, através da luta, os indivíduos passam a perceber as contradições da sociedade capitalista, a ineficiência do Estado para atender às reivindicações da classe trabalhadora. [...] Com isso, as massas vão, aos poucos, criando a habilidade da resistência coletiva [...] (BOGO, 2011, p. 131-132).

A luta social, portanto, é entendida numa perspectiva que mobiliza diferentes sujeitos políticos na luta pela defesa e ampliação dos direitos, sendo concebida como um momento da luta de classes, correspondente a um terreno preparatório ao que Gramsci define como “guerra de posição” (GRAMSCI, 2006, p. 300), o que implica uma conquista progressiva de espaços no campo “ético-político”, não se esgotando, portanto, no atendimento de interesses “econômico-corporativos”. A “guerra de posição” é, para Gramsci (2006), o processo de transição à sociedade regulada ou socialista e que reside na conquista da hegemonia pelas classes subalternas.

É importante observar, contudo, como tais lutas ocorrem em cada período histórico. Gramsci (2007, p. 37-38) adverte que:

O erro em que se incorre frequentemente nas análises histórico-políticas consiste em não saber encontrar a justa relação entre o que é orgânico e o que é ocasional: chega-se assim ou a expor como imediatamente atuantes causas que, ao contrário, atuam mediamente, ou a afirmar que as causas imediatas são as únicas causas eficientes [...]. A distinção entre “movimentos” e fatos orgânicos e movimentos e fatos de “conjuntura” ou ocasionais deve ser aplicada a todos os tipos de situação.

Se as lutas sociais são mais imediatas e conjunturais, não por isso perdem o “nexo dialético entre as duas ordens de movimento” (GRAMSCI, 2007, p. 38) com vistas ao atendimento das necessidades de produção e reprodução da classe trabalhadora frente à

complexificação da sociabilidade humana nesta etapa do capitalismo imperialista.

O reconhecimento da luta no campo dos direitos e da cidadania nos marcos do capitalismo sinaliza que a sua conquista integra uma agenda estratégica da luta democrática e popular, visando à construção de uma sociedade justa e igualitária (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p.195). Nesse sentido a cidadania significa a “capacidade conquistada [...] por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado” (COUTINHO, 2008, p. 50-51).

Mas para tal, “enormes desafios se impõem no tempo presente para a construção de processos ideopolíticos e prático-reivindicativos que direcionem a consciência e as ações das classes subalternas para a formação de uma contra-hegemonia de um projeto societário de efetiva intervenção anticapitalista” (MONTÃO; DURIGUETTO, 2011, p.350). Entretanto, a luta pelos direitos e pelas ideias de justiça e equidade só adquire um sentido emancipatório quando a luta social estiver em consonância com a luta política, incorporando-a num quadro mais abrangente e classista. Portanto,

A luta reivindicatória e social não pode estar separada da luta política. As lutas imediatas podem e, efetivamente, são elementos mobilizadores que, uma vez articulados no seu enfrentamento de classe à disputa política, permitirão o desenvolvimento de experiências concretas imprescindíveis à elevação do nível de consciência das massas. Separá-las é produzir uma fratura não só entre luta econômica e luta política; é também impedir que o indivíduo se torne consciente e sujeito de sua ação, quanto à compreensão da totalidade (MAURO, 2007, p.116).

A crise sem precedentes que estamos vivendo na atual ordem societária sob o domínio do capital expressa a necessidade de “complementaridade dialética das demandas imediatas particulares, mas não marginalizáveis, e os objetivos abrangentes da transformação sistêmica” sendo este “o programa válido do movimento revolucionário consciente e organizado” (MÉSZÁROS, 2010, p. 47). As lutas sociais e políticas ensejam ainda um “processo de universalização efetiva da

cidadania e, em consequência, na luta pela construção de uma sociedade radicalmente democrática e socialista” (COUTINHO, 2008, p. 70).

1.4 O MST NESTE CONTEXTO

Mais do que apresentarmos as formas de cooptação política do MST junto ao governo Lula, nosso propósito, neste trabalho, é identificar e potencializar as ações de resistência nos campos da luta social e da luta política e que tiveram grande repercussão nacional, juntamente do apoio e das alianças formadas com vários outros sujeitos coletivos no período entre 2003 e 2010. Entendemos que são essas ações de resistência que dão materialidade a dinâmica das lutas política e social do MST, na relação dialética da luta de classes, demonstrando, assim, as primeiras aproximações a construção de uma contra-hegemonia no período analisado.

A partir do primeiro contato com o objeto desta pesquisa por meio da identificação dos objetivos, ações e estratégias do MST nos campos da luta política e da luta social ¹⁵, apresentadas de forma mais descritiva no projeto de qualificação, observamos que: as *lutas políticas* revelam em suas propostas temas como a superação do capitalismo e do neoliberalismo; transformação do Estado; substituição do atual modelo econômico dependente do capital internacional; combate ao imperialismo; democratização da terra; luta pela reforma agrária; soberania popular; preservação do meio-ambiente; distribuição da riqueza; formação política e introdução de novos valores culturais; defesa de um projeto de nação pautado no socialismo, entre outros. É possível verificar a confluência do MST ao lado da CPT, Via Campesina, MAB e de diferentes movimentos sociais em manifestações massivas, quase sempre realizadas no Distrito Federal, contra organismos internacionais como a ALCA, a OMC, o FMI e o Banco Mundial. Além da solidariedade internacionalista, com mobilizações contra a ocupação do Iraque pelos Estados Unidos, a invasão do Líbano por Israel.

Por outro lado, as *lutas sociais* articuladas em torno da defesa dos direitos humanos, sociais e do trabalho ocupam boa parte da agenda do MST, “mas não aparece cindida das estratégias de construção de outro modelo civilizatório” (SIMIONATTO et. al, 2011, p. 12). Ao mesmo tempo em que acessam os direitos sociais como saúde, educação,

¹⁵ Conferir nos anexos A e B os quadros das lutas sociais e políticas do MST no período 2003-2010, apresentados no projeto de qualificação desta dissertação.

assistência e previdência social, moradia, alimentação, trabalho, necessários às necessidades de reprodução da vida, não se desvinculam dos processos da luta política e de organização coletiva.

Identificamos uma diversidade de manifestações do MST espalhadas por todo Brasil durante o governo Lula. Desde aquelas de cunho mais imediato e reivindicativo, como os bloqueios de rodovias (federais e estaduais) e as ocupações de órgãos públicos que demandam, principalmente, pelo cumprimento emergencial de acordos firmados com o governo para o atendimento da infraestrutura básica dos assentamentos. Por outro lado, localizamos uma série de ações direcionadas a um caráter político mais abrangente, por exemplo, as jornadas nacionais de luta que são desdobradas em diversas ocupações, acampamentos e marchas pela desapropriação de terras improdutivas, regularização fundiária e combate às injustiças sociais e violência no campo; os fóruns e assembleias sociais, os encontros, congressos e conferências articuladas em âmbito nacional e internacional que discutem uma proposta de reforma agrária popular para o Brasil. Portanto, são as últimas que procuramos dar evidência em nosso trabalho, por considerar sua proximidade à construção de uma contra-hegemonia, na medida em que o próprio MST a partir dessas ações de resistência demonstra sua “força política” ao desafiar os poderes burgueses constituídos (COMPARATO, 2001, p. 105).

Uma das principais características do MST é “a multiplicidade de dimensões em que atua” (CALDART, 2001, p. 208), sobretudo, no terreno das lutas políticas e sociais. Por isso, por questões metodológicas de pesquisa e objetivando proporcionar maior visibilidade à dinâmica da luta e ao protagonismo do MST nesses dois campos, definimos e delimitamos como prioridade de análise, três eixos centrais: *lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país*.

As ações do MST nos campos político e social incluem vários tipos de manifestações combinadas em “formatos organizativos diversos” (CALDART, 2001, p. 209), que contrariam “toda uma suposta tradição de passividade e anomia” (COMPARATO, 2001, p. 105) das classes subalternas no Brasil. Por isso, procuramos trabalhar com esses três eixos articulados destacando as propostas e ações de resistência mais importantes do período e que mais se aproximaram à construção de um projeto contra-hegemônico ao capital ¹⁶.

¹⁶ O sistema do capital é, na realidade, o primeiro na história que se constitui como totalizador irrecusável e irresistível, não importa quão repressiva tenha de ser a imposição de sua função

“Manifestar é uma ação individual e/ou coletiva no sentido de ocupar um espaço físico para torná-lo político” (DATA LUTA, 2010, p.8). Compreendemos que as manifestações envolvem as diferentes estratégias de luta da classe trabalhadora enquanto forma de “enfrentamento e resistência”. O enfrentamento e a resistência são entendidos como um “processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo” (FERNANDES, 2004, p. 02). Nesse sentido, as manifestações do MST se constituem por meio de ações diretas, potencializadas como mecanismo de obtenção, visibilidade e resposta às demandas populares no confronto entre classes. Além disso, compreendem “ações políticas massificadas”, que designam formas de organização, de luta e de resistência à hegemonia burguesa (MACHADO, 2005, p. 178).

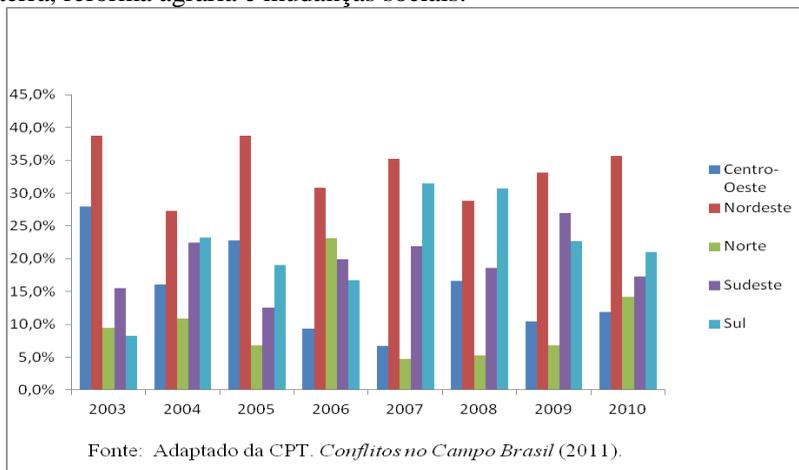
O gráfico 1¹⁷ demonstra em porcentagem as manifestações do MST por regiões durante o governo Lula no Brasil, articuladas no campo da luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais no país.

totalizadora em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência (MESZÁROS, 2002, p. 95-96).

¹⁷ Os dados referentes ao período (2003-2010) foram coletados e adaptados da CPT – *Conflitos no Campo Brasil – 2011*, sendo selecionadas e agrupadas por regiões apenas as manifestações organizadas pelo MST, disponíveis em:

- (2003) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/10-manifestacoes/49-manifestacoes-2003?Itemid=23>;
- (2004) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/10-manifestacoes/100-manifestacoes-2004?Itemid=23>;
- (2005) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/10-manifestacoes/50-manifestacoes-2005?Itemid=23>;
- (2006) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/10-manifestacoes/51-manifestacoes-2006?Itemid=23>;
- (2007) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/10-manifestacoes/52-manifestacoes-2007?Itemid=23>;
- (2008) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/10-manifestacoes/53-manifestacoes-2008?Itemid=23>;
- (2009) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/10-manifestacoes/163-manifestacoes-2009?Itemid=23>;
- (2010) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/10-manifestacoes/202-manifestacoes-2010?Itemid=23>.

Gráfico 1- Manifestações (%) do MST no Brasil (2003-2010). Luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais.



Partindo do gráfico 1 verificamos, em primeiro lugar, que nas duas gestões do presidente Lula, as manifestações do MST em torno da luta pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país foram frequentes em todos os anos de governo, tanto no primeiro como no segundo mandato. Nos anos de 2003 e 2004, a região Nordeste concentrou o maior número de manifestações do MST no país, principalmente, nos estados de Alagoas e Pernambuco. Em 2004, as regiões Sul e Sudeste também registraram um número significativo de manifestações nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Em 2005, também se concentrou na região Nordeste, posteriormente, na Centro-Oeste, nos estados do Mato Grosso do Sul e Goiás. No ano seguinte, o maior número de manifestações ocorreu novamente no Nordeste, logo após registrou-se no Norte, principalmente, no estado do Pará. Em 2007, concentrou-se no Nordeste e na região Sul, principalmente, no Paraná e no Rio Grande do Sul e, em 2008, concentrou-se na região Sul. No ano de 2009, a região Nordeste registrou o maior número de manifestações, em seguida concentrou-se no Sudeste. Em 2010, novamente, a região Nordeste registrou a maior ocorrência de manifestações realizadas pelo MST.

Também podemos observar a partir das pesquisas do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA, 2010, p. 8) que 35% das manifestações realizadas no Brasil no período de 2000 a 2010 se concentraram na região Nordeste, seguidas das regiões Sul (21,8 %) e

Centro-Oeste (15,2%), assim como todos os estados registraram algum tipo de ação/mobilização dos movimentos sociais que lutam por terra no país.

Nesse aspecto, com base no gráfico 1 apresentamos as ações de resistência do MST nos campos da luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais no país que tiveram grande repercussão nacional durante o governo Lula. Enfatizando-se, principalmente, aquelas que não se limitaram apenas às conquistas imediatas, mas que se mantiveram direcionadas a um projeto mais amplo, guiado pelo eixo fundamental de sua proposta que é a construção de um novo projeto de sociedade.

As principais ações do MST no campo da *luta pela terra* incluem as questões da democratização da terra, combate ao agronegócio e as transnacionais, destacando-se: a *Jornada Nacional contra o Latifúndio*, em 2003, seguida de marchas estaduais e de ocupações de latifúndios improdutivos, principalmente, em Pernambuco, onde envolveu a participação de mais de 3 mil famílias sem-terra. A criação de fóruns como a *Assembleia Popular Nacional*, que proporcionou o debate em torno da luta pela terra articulada a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A primeira edição da Assembleia Popular foi realizada no ano de 2005, com o lema: “*Mutirão por um novo Brasil*”, envolvendo a participação de aproximadamente 8.000 pessoas. E a segunda, realizou-se em 2010, com o seguinte lema: “*Na construção do Brasil que queremos*”. Nas duas edições também se destacaram as campanhas contra a ALCA, pela reestatização da Vale do Rio Doce e contra os altos preços da energia elétrica. Em novembro de 2004, foi realizado em Brasília, o *Primeiro Congresso da Terra e da Água*, contando com a presença de 10.000 indígenas, quilombolas, sem-terra e produtores familiares. Ainda em 2004, a luta contra as corporações do agronegócio adquiriu enorme visibilidade, quando cerca de 3.500 famílias ligadas ao MST derrubaram quatro hectares de uma plantação de eucalipto usado na produção da multinacional *Veracel Celulose*. Do mesmo modo, em 2008, mulheres ligadas a Via Campesina ocuparam uma unidade de pesquisa biotecnológica da multinacional *Monsanto* no município de Santa Cruz das Palmeiras (SP), e destruíram um viveiro de mudas e um campo experimental de milho transgênico. No mesmo ano, mais de mil trabalhadores do campo e da cidade realizaram a *Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e as Transnacionais* e ocuparam a transnacional de alimentos *Bunge*, em Passo Fundo (RS). Também cabe destacarmos a ocupação da Unidade Termelétrica Rio Madeira, em Porto Velho (RO) e a ocupação de aproximadamente 700

integrantes do MAB, Via Campesina e do MST, na sede do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em São Paulo, em protesto contra a hidrelétrica de Tijuco Alto. Também destacamos a participação ativa do MST em todas as edições do Fórum Social Mundial (FSM), quando a luta pela terra é articulada à luta por um novo horizonte anticapitalista.

A *luta pela reforma agrária* ganhou enorme visibilidade no país quando o MST começou a promover a *Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária*, mais conhecida como “*Abril Vermelho*”¹⁸, que ocorre anualmente no mês de abril com diversos acampamentos e ocupações de terras. Destacamos as ações do “*Abril Vermelho*” em 2010, que chegaram a 42 ocupações, totalizando 19 áreas ocupadas em Pernambuco, 9 em São Paulo, 5 na Paraíba, 3 em Sergipe, 2 no Ceará, 1 no Rio Grande do Sul, 1 em Santa Catarina, 1 em Minas Gerais e 1 no Mato Grosso do Sul (MST, 2010). A luta pela reforma agrária teve um dos seus momentos mais marcantes em 2005, com a *Marcha Nacional pela Reforma Agrária dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra*, que durou 17 dias e os trabalhadores marchantes percorreram cerca de 200 km, de Goiânia até Brasília, onde reivindicaram ao governo federal o compromisso com o Plano Nacional de Reforma Agrária. Em 2006, cerca de 700 trabalhadores do MST ocuparam a fazenda do deputado federal José Janene¹⁹, no Paraná, em protesto contra a corrupção como forma de aquisição de bens. Os militantes reivindicavam que logo que se comprovasse a compra desta com verbas ilícitas a mesma deveria ser destinada a reforma agrária. Em âmbito internacional, destacamos a *II Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural*, que aconteceu em março de 2006, em Porto Alegre (RS), reunindo mais de 2 mil participantes. Outro momento muito importante e que representou um amadurecimento político do MST foi a realização do seu *V Congresso Nacional: Reforma Agrária por Justiça Social e Soberania Popular*, em 2007, que reuniu cerca de 17.500 trabalhadores sem-terra, articulados na construção de um projeto político mais amplo para a reforma agrária, isto é, como parte dos anseios da classe trabalhadora de construir alianças em torno de um projeto socialista de sociedade. Cabe destacar aqui, o protagonismo das mulheres nessa luta, ao realizarem, em 2007, a *Marcha das Margaridas* na Esplanada dos

¹⁸ A jornada acontece desde 1996 em todos os anos no mês de abril, como forma de protesto ao assassinato brutal de 19 trabalhadores rurais sem-terra que participavam de uma marcha pela reforma agrária em Eldorado dos Carajás (PA).

¹⁹ Ex-líder do PP na Câmara Federal, acusado de ter sido um dos principais beneficiários do “mensalão” no governo Lula.

Ministérios, reunindo em torno de 50 mil trabalhadoras que além de reivindicar maior agilidade na reforma agrária também reivindicavam políticas sociais direcionadas às mulheres. Também enfatizamos a grande articulação massiva do *Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo* (FNRA)²⁰, que promoveu o *Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra*²¹, realizado no mês de setembro de 2010, envolvendo a participação de 519.623 pessoas. O plebiscito ocorreu no mesmo período da 16ª edição do “*Grito dos Excluídos*”, cujo lema foi: “*Onde estão nossos direitos? Vamos às ruas para construir um Projeto Popular*”. Em 2009, mais de 3 mil trabalhadores ligados ao MST e a Via Campesina realizaram o *Acampamento Nacional por Reforma Agrária*, em frente ao Estádio Mané Garrincha, no Distrito Federal, com duração de 9 dias. A mobilização integrava a *Jornada Nacional Unificada de Lutas* com o objetivo de reivindicar um Projeto Popular para o Brasil e maior agilidade na reforma agrária.

No campo da *luta por mudanças sociais no país*, destacaram-se as seguintes ações: em 2004, salientamos a realização do *10º Grito dos Excluídos*, cujo lema: “*Brasil - Mudança pra valer, o povo faz acontecer*”, que reuniu em torno de 15 mil pessoas que protestaram contra a exclusão social e em defesa de uma sociedade mais justa. Uma conquista muito importante para a história do MST foi a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes no estado de São Paulo, em 2005. Nesse período também evidenciamos a participação de

²⁰ O Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA) tem suas origens na década de 1980, quando nasceu a Campanha Nacional pela Reforma Agrária coordenada pelo Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas (Ibase) que já aglutinava as diferentes entidades de luta pela terra no Brasil. A campanha teve um papel importante no contexto da pressão para a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária no governo Sarney, quanto ao processo de elaboração da Constituição de 1988. A este processo somou-se, no início dos anos 1990, o Movimento da Ação da Cidadania de Combate à Fome e na Defesa da Vida, que colocou na pauta política do país a discussão sobre emprego, trabalho, renda, meio ambiente e reforma agrária (<http://www.limitedaterra.org.br>). São integrantes do FNRA: Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Ambiental (ABEEF), Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (ASPTA), ANDES, Cáritas Brasileira; Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIABE), Centro de Justiça Global, CIMI, CMP, CONTAG, CUT, Comissão de Justiça e Paz, Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), Empório do Cerrado, FETRAF, Foodfirst Information and Action Network (FIAN-Brasil), Grito dos Excluídos, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas de (IBASE), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Jubileu Sul/Brasil, MAB, MLST, MMC, MNDH, MPA, MST, MTL, Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome; Pastoris Sociais, PJR, Rede Brasil, Rede Social de Justiça, Terra de Direitos, CTB, entre outros (MST, 2010).

²¹ A consulta popular é uma das ações da Campanha Nacional pelo Limite da Propriedade da Terra que o FNRA promove há dez anos no Brasil (MST, 2010).

aproximadamente 200 mil pessoas no *11º Grito dos Excluídos*, que teve como lema: “*Brasil, em nossas mãos a mudança*”, em defesa de um novo modelo econômico, da criação de novos empregos, da distribuição de renda e de investimentos públicos nas áreas sociais, especialmente, em áreas de assentamentos. No ano de 2006, destacamos a elaboração de uma carta intitulada “*Dos povos do campo por dignidade e justiça*” que foi destinada ao presidente Lula, sendo resultante do *Encontro Nacional dos Povos do Campo por Dignidade e Justiça*, que contou com a participação de cerca de 2 mil pessoas que reivindicavam pela realização da reforma agrária, o compromisso com a justiça e melhores condições de vida para as populações do campo. Nesse campo de luta, também identificamos várias cartas e cartilhas elaboradas a partir do “trabalho de base” e de formação política do MST em parceria com outros movimentos de luta pela terra. Tais documentos expressam os conteúdos tratados nas análises de conjuntura, focados, principalmente, nas consequências do capital sobre os processos de lutas pela terra, pela reforma agrária e por mudanças sociais no país: “*O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária*” (CONCRAB, 2004); “*O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil*” (MST, 2004); “*A organicidade e o planejamento: construindo coletivamente*” (Setor de Formação MST/PA, 2005); “*Dossiê: MST escola*” (Coletivo Nacional de Educação MST/RS, 2005); *Nossa luta pela reforma agrária* (MST, 2005); “*Todos e Todas Sem Terra Estudando*” (Jornada de Educação MST/PR, 2006); “*A natureza do agronegócio no Brasil*” (Via Campesina, 2006); “*Biodiversidade e Reforma Agrária*” (Via Campesina, 2006); “*A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira*” (MST, 2006); “*Carta em resposta a crise econômica*” (MST, 2008), “*Para debater a crise*” (Assembleia Popular, 2009); “*A ofensiva da direita para criminalizar os movimentos sociais*” (VIA CAMPESINA, 2010).

“Gramsci nos ensina que não é possível separar economia e política” (LIGUORI, 2000, p. 12) e, é com base nesta perspectiva que trataremos nos próximos capítulos deste estudo, os três eixos fundamentais (*lutar pela terra, lutar por reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país*) articulados entre si e entrelaçados “contínua e dialeticamente” (SEMERARO, 2006, p. 20). Visto que as lutas gerais pela reforma agrária e por mudanças sociais não só passam pela luta imediata e direta pela terra, mas acima disso, perpassam à luta por um novo horizonte societário (STÉDILE; GÖRGEN, 1993).

Nessa direção, analisamos em que medida o MST buscou tencionar a direção social, política e econômica do governo Lula e de que forma as lutas nestes campos interferiram no processo político mais amplo, mediante a construção de alianças com outros sujeitos políticos e de que forma buscaram contribuir para a construção de um novo projeto de sociedade, tendo em vista uma efetiva disputa hegemônica.

As primeiras aproximações ao objeto desta pesquisa sinalizam que as ações do MST, no primeiro governo Lula, se concentraram na organização de sua própria base, principalmente, nos dois primeiros anos. Já no segundo mandato, as formas de negociação política se intensificaram, principalmente, pela grande necessidade dos trabalhadores rurais sem-terra renegociarem suas dívidas provenientes dos programas de financiamento da agricultura familiar e reforma agrária.

Após intensos períodos de mobilizações como os que antecederam a tão almejada vitória do PT para a presidência da República, que conforme já mencionado teve apoio político de grande parte dos movimentos sociais, especialmente, do MST, “as massas tendem a retroceder para assimilar os ensinamentos daquele momento histórico”, a fim de estabelecer “uma relação orgânica entre a realidade imediata e os objetivos a serem alcançados” (BOGO, 1999, p. 131-132).

Nessas condições, verificamos que no primeiro mandato, o MST optou por se recolher às suas bases, investindo fortemente na formação e na organização sociopolítica do movimento. O Setor de Educação e, principalmente o Setor de Formação do MST são responsáveis pelo trabalho de formação do militante por meio da formação de base, “fator determinante para se manter e avançar na busca de novas conquistas” (BOGO, 1999, p. 133). Geralmente, são as brigadas ²² por estados que iniciam o trabalho de formação política, indo para os acampamentos e assentamentos, onde são trabalhados textos, jornais, revistas, a partir da necessidade local e da conjuntura exposta. Consequentemente, o investimento na formação política dos trabalhadores denota a preocupação do MST com a elevação do nível da “consciência de classe” e da capacidade coletiva “para enfrentar a classe dominante com um projeto próprio” (SEMERARO, 2000).

Por meio dos “trabalhos de base” é que se proporciona a formação de espaços geradores de sujeitos, que colocam as pessoas em

²² As “brigadas” são organizadas por estados, sendo que cada uma se refere ao conjunto de aproximadamente 500 famílias, que podem ser reunidas por acampamentos e assentamentos de uma mesma região. Cada brigada possui um coordenador eleito pelas famílias, que passa a ser membro da direção estadual do MST.

movimento na construção de análises de conjuntura, das relações de forças políticas, da formação de articulações e alianças para o apoio político e econômico (FERNANDES, 2004). Entretanto, o MST, especialmente, no primeiro mandato petista, se deteve intensamente na definição e organização da pauta de luta frente ao novo governo, ao mesmo tempo, buscava motivar e potencializar o compromisso com as massas trabalhadoras, no sentido de garantir processos coletivos de discussão, decisão e amadurecimento político.

O “trabalho de base” também representou um terreno preparatório para a tomada de decisões em torno do planejamento e da organização coletiva dos objetivos a curto, médio e a longo prazo, propiciando, assim, possíveis formas de eliminação dos “aspectos espontâneos e ingênuos da consciência” (BOGO, 1999, p. 134) dos trabalhadores, além disso, contribuiu para a percepção da atual conjuntura e dos interesses antagônicos no embate com o governo.

Diante da “frustração crescente gerada pela excessiva morosidade governamental no que diz respeito à execução das políticas de reforma agrária” (BRUNO; DIAS, 2004, p. 65) e, em face dos grandes investimentos e ascensão política da grande burguesia interna industrial, do agronegócio e da política financeira internacional (BOITO, 2007, p. 64), demasiadamente, o MST, mais precisamente, em 2004, retoma de modo mais intenso e coordenado, as mobilizações e inicia uma série de ocupações de terras, reivindicando, dentre outras coisas, maior agilidade e ação na implementação de políticas públicas favoráveis a reforma agrária.

Para Gilmar Mauro (MST, 2006) o grande desafio não apenas para o MST, mas para toda a classe trabalhadora “é fazer um diagnóstico mais apurado deste momento que estamos enfrentando. [...] Compreender isso e a partir daí fazer luta de massa, estabelecer políticas de alianças que nos permitam enfrentar o problema não só como sem-terra, mas em conjunto com outros setores” [...] da sociedade.

O MST, neste sentido, “volta-se para seu interior e vem realizando novamente ocupações como forma de pressão, chamando trabalhadores desempregados urbanos para aglutinar-se à luta, mostrando-se assim, com vigor, para toda a sociedade, apesar da perda da ilusão de realização de sua forma de ser, através do governo Lula” (GRADE; AUED, 2006, p. 17).

A ocupação é uma ação que os trabalhadores sem-terra desenvolvem, lutando contra a exclusão causada pelos capitalistas e ou pelos proprietários de terra. A ocupação é, portanto, uma forma de materialização da luta de classes (FERNANDES, 2001, p. 2).

Essas ocupações percorreram, principalmente, os estados do Pará, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Goiás, Minas Gerais, Alagoas, Roraima, Espírito Santo e Santa Catarina. Em 2003, foram 540 ocupações; em 2004, totalizaram-se 662; em 2005, foram 561 e em 2006, foram 545 ocupações espalhadas por todo Brasil (DATALUTA, 2010, p. 12). Segundo a CPT (2007) o MST foi responsável, durante os três primeiros anos do governo Lula, por quase 60% das ações. Apenas em 2006, ano eleitoral, o número de ocupações realizadas pelo movimento reduziu para 212. Os dados da CPT (2007) também mostram que, no primeiro mandato, Pernambuco foi o estado com maior número de ocupações: 344. São Paulo teve 228 e o Paraná, 157.

Sendo assim, no primeiro governo, por pressão social dos movimentos sociais, foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que previa até o final de 2006, o assentamento de 400 mil novas famílias, além da garantia de acesso a terra por meio do crédito fundiário de 130 mil famílias e a estabilidade na terra com a regularização fundiária para outras 500 mil famílias assentadas. Conforme o plano seriam beneficiadas mais de 1 milhão de famílias e mais de 2 milhões de novos postos de trabalho no campo seriam gerados (MDA; INCRA, 2003). Na verdade, assentou-se em torno de 220 mil famílias apenas, embora o governo divulgasse dados de mais de 500 mil. Esses dados não correspondem à realidade porque foram somados como assentamentos novos, áreas de regularização fundiária, áreas de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens (MST, 2011).

No segundo governo Lula, as perspectivas do MST apontavam para uma relação baseada na “pauta, luta e negociação” (MAURO, 2006). Mesmo assim, o III Plano Nacional de Reforma Agrária não foi elaborado, evidenciando-se, assim, o descompromisso do governo em fazer a reforma agrária, sendo que também foram enviadas duas Medidas Provisórias (MPVs) ao Congresso Nacional. Uma em 2008, a MPV 422, e outra em 2009, a MPV 458, elevando a área passível de regularização na Amazônia Legal, de 100 mil hectares para 2500

hectares e, só passou no Congresso até 1500 hectares, favorecendo, contudo, uma “política de legalização da grilagem” (MST, 2011).

Assim como nos governos Collor e FHC, a política de criação de assentamentos no governo Lula também não conseguiu enfrentar o controle das terras pelos latifundiários, principalmente, pelo avanço do modelo agroexportador, onde a prioridade do Estado à produção em latifúndios para exportação favoreceu a criação de assentamentos dentro de uma política fragmentada de resolução de conflitos e políticas assistenciais.

Conforme demonstram os investimentos do Plano Safra 2009/2010, foram destinados R\$ 93 bilhões para o agronegócio e apenas R\$ 15 bilhões para a agricultura camponesa (MST, 2010). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) concedeu em empréstimos, apenas no ano de 2008, mais de R\$17,2 bilhões de reais para empresas do agronegócio. Ainda, no mesmo ano o Banco do Brasil emprestou por meio de linhas de crédito especial mais R\$ 10 bilhões para 20 empresas do agronegócio com ênfase na produção, insumos, industrialização e comércio (MST, 2009).

Mesmo assim, o acesso ao crédito agrícola para a agricultura familiar cresceu muito durante o governo Lula. No primeiro ano do governo, houve “repactuação e alongamento” de dívidas oriundas de operações de crédito rural de milhares de agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Pela primeira vez, os trabalhadores rurais foram contemplados, de fato, para a solução de seus passivos bancários, podendo sair da condição de inadimplência e ter acesso aos novos financiamentos. Por exemplo, no primeiro ano, para a safra 2004/2005, 550 mil trabalhadores rurais aderiram ao Seguro Agrícola para Agricultura Familiar, que tinha como objetivo garantir a cobertura de 100% do financiamento mais 65% da receita líquida esperada pelo empreendimento financiado pelo agricultor familiar e/ou assentado (PEDROSO, 2008).

Após três anos, verificou-se grande incremento de crédito pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)²³, visto que no governo Lula a média anual de contratos creditícios do

²³ Em 1994, no governo Itamar Franco, foi criado pelo Ministério da Agricultura e do Abastecimento, o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), antecipando algumas concepções que, um ano depois, seriam reformuladas para a instituição do Pronaf. Em 1996, o Pronaf passou a ser um programa governamental e a operar recursos do orçamento geral da União, que também poderiam ser aplicados em infraestrutura rural nos municípios e em capacitação dos produtores rurais, sendo que as três principais modalidades ou linhas de ação do Pronaf correspondem a: infraestrutura e serviços, capacitação e crédito.

programa correspondeu a 57% maior que no governo Fernando Henrique. E a média anual de montante de créditos financiados pelo Pronaf foi 72% maior (PEDROSO, 2008).

No entanto, no segundo mandato persistem as constantes propostas de renegociação das dívidas dos agricultores familiares e assentados, em virtude do agravamento do endividamento dos trabalhadores beneficiados pelos programas de financiamento rural, especialmente, o Pronaf. No II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA, 2003, p. 12) é evidente que a política de crédito, destinada ao atendimento da agricultura familiar, principalmente, aos pequenos agricultores assentados pela reforma agrária, não tem possibilitado o seu real crescimento.

Em 2007, o INCRA ampliou de R\$ 4 mil para até R\$ 6 mil o valor da modalidade de crédito, com o programa de Reabilitação de Crédito de Produção, tendo por objetivo atender ao maior número de assentados que não alcançaram o sucesso nos empreendimentos contratados através do antigo Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera), acarretando aos beneficiários a situação de inadimplência quanto aos financiamentos concedidos. As dívidas contraídas pelos assentados há mais de dez anos somam aproximadamente R\$ 265 milhões (INCRA/MDA, 2007). Em 2009, segundo a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), estimou-se um montante proveniente de crédito rural de aproximadamente R\$ 8,2 bilhões, referentes a 57,6 mil inscrições de agricultores familiares e assentados na dívida ativa da União, totalizando 49,2 mil devedores (MDA, 2009).

Mesmo com a complexa situação de “endividamento da reforma agrária”, constatamos que o MST não deixou de expressar suas formas cotidianas de resistência, atraindo a atenção pública e influenciando as políticas do Estado por meio da pressão e das negociações, que normalmente, foram e vem sendo representadas por uma série de ações coletivas, envolvendo uma forma organizada, visível e, principalmente, politizada, mesmo que na “contramão da hegemonia dominante” (SIMIONATTO, et. al., 2011).

As mobilizações desse tipo empregam diferentes repertórios que legitimam um instrumento democrático para fomentar as mudanças sociais, além de criarem uma série de incentivos que “persuadem os grupos contenciosos a fazer exigências ao Estado e negociar com suas autoridades” (CARTER, 2010, p. 204), promovendo assim, o desenvolvimento de parcerias com outras categorias da sociedade civil e

a sociedade política para fortalecer essas demandas e qualificar as condições de pressão.

Nesse cenário, verificamos que a pressão e a negociação política estão, principalmente, orientadas e situadas em ações diretas, como ocupação de terras, bloqueios de estradas, marchas, entre outras. As ações diretas são marcadas por momentos tensos de confronto com a polícia, força coercitiva do Estado, além das tensas negociações com o governo por medidas emergenciais. E os protestos, as manifestações e as ações organizadas a nível nacional indicam tentativas de maior “universalização das lutas das classes subalternas”, na medida em que “ensaia instrumentos organizativos que repõem o confronto de classes” (MARRO, 2009, p. 87), além de abranger um patamar político mais amplo.

Com relação as alianças políticas formadas com outros sujeitos coletivos no período analisado, um dos dirigentes nacionais do MST, José Batista Oliveira, em entrevista realizada pelo “Carta Maior”, em abril de 2007, revelou que:

A partir do momento que entendemos que não vamos conseguir fazer a reforma agrária com as forças que temos, desde 1997 começamos a investir na articulação com outras organizações da sociedade. O que estamos avaliando agora é que temos que fazer a luta conjunta, mesmo com diferenças na análise de conjuntura. Esta avaliação não partiu de um segmento ou de outro. Não é o MST que se juntou à Conlutas (PSTU) ou à Intersindical (PSOL) e está propondo uma ofensiva mais à esquerda ou contra o governo. Estes termos não ajudam. O que buscamos é construir ações que estão acima de nossas diferenças. A não redução dos direitos dos trabalhadores, é isso que nos dá unidade. A avaliação que vários movimentos estão fazendo é que, isoladamente, mesmo os mais fortes têm sofrido redução nas conquistas [...]. O MST está nesse arco de aliança porque cumpre um papel. Não estão em discussão hegemonismos, nem por parte do MST nem por parte de nenhuma organização. O desafio das articulações é potencializar a capacidade de organização de suas bases para transformá-las em ação [...]. (OLIVEIRA, 2007).

Embora as relações do MST com o governo Lula tenham sido marcadas por contextos de “passivização” (MARRO, 2009), numa conjuntura tão adversa para os movimentos sociais, este não abandonou suas formas de “contestação e rebeldia”, de “resistência e contra-hegemonia”. Vinculado às lutas das classes subalternas, hoje, o movimento parece não se contentar com a simples defesa de seus interesses corporativos e imediatos, mas tem buscado combinar bandeiras de luta unificadas, através de ações coletivas e de alianças em torno de uma pauta comum de ações numa efetiva disputa hegemônica.

Em vista disso, o MST enquanto movimento vocalizador das demandas das classes subalternas, apresentou durante o governo Lula e vem apresentando uma forma de luta que vai além da luta da “pequena política”, se colocando no horizonte da “grande política”, na medida em que se mostra capaz de “criar novas relações de força” (GRAMSCI, 2007, p. 35), atuando enquanto “força antagonista”, de “esforços incessantes e perseverantes” (GRAMSCI, 2007, p. 37) dedicados a organizar politicamente a luta de classes. Além de rearticular as forças do campo democrático-popular no enfrentamento do poder do Estado e da burguesia por meio da denúncia e da resistência às orientações governamentais em nome das demandas da classe trabalhadora, colocando como estratégia uma “nova ordem social” (COUTINHO, 2005, p. 11).

2 A LUTA PELA TERRA E O MST NA PERSPECTIVA DA CLASSE PARA SI

*No país de sombras e terras cercadas
quando um homem, uma mulher e uma bandeira,
um grupo de homens, mulheres e crianças e algumas bandeiras,
milhares de homens e mulheres e a multidão de sonhos e bandeiras
dispersos na atormentada geografia da esperança [...],
concentram toda a força dos excluídos em suas mãos [...],
toda a força do sonho em suas mãos,
toda a força de sua classe em suas mãos [...].
Eles, somos nós, os que não nos rendemos
ao cerco do cinismo e sonhamos:
Um país sem cercas sobre a terra e sobre o peito*

(PEREIRA, 2003, p. 481-482).

Nosso principal objetivo, neste capítulo, não é realizar um estudo aprofundado da história da luta pela terra no Brasil, mas potencializá-la no processo de constituição do MST enquanto “classe para si”, entendida na perspectiva da luta de classes. “A luta pela terra é concebida como uma etapa no processo de transformação social, [...] na direção do socialismo” (MARQUES, 2006, p. 190).

O foco principal da pesquisa, neste sentido, é potencializar a luta pela terra como práxis política articulada à luta pelo socialismo e outro projeto de sociedade, que se expressa em uma dialética da resistência e como ação contra-hegemônica a partir da articulação do MST no conjunto das forças sociais e políticas que estão dispostas a materializar uma nova ordem societária.

Das capitâneas hereditárias até os latifúndios modernos, das lutas messiânicas ao cangaço, das Ligas Camponesas ao MST, a luta pela terra no Brasil vem se configurando enquanto processo de resistências frente à estrutura fundiária que vem sendo mantida pelos mais altos índices de concentração do mundo. O que comprova que, historicamente, a questão agrária tem sido tratada pelo Estado brasileiro apenas com políticas conjunturais, em conformidade com o poder de pressão e mobilização dos movimentos de luta pela terra no país (FERNANDES, 2010, p. 162).

Diante disso, pretendemos resgatar a luta pela terra a partir do processo de formação do MST e as ações do Estado no âmbito da questão agrária brasileira, principalmente, no regime militar, período

que antecede a constituição do movimento, destacando-se, posteriormente, a política agrária da “Nova” República, dos governos de Fernando Collor e Itamar Franco, mais tarde, o aprofundamento da política agrária neoliberal no governo FHC até o governo Lula. Mesmo com a não realização da reforma agrária no governo petista, procuramos evidenciar o protagonismo do MST no processo histórico da luta pela terra no Brasil, inserido no contexto da luta de classes e de transformação do modo capitalista de produção, por sua vez, comprometido com a construção de uma sociedade mais justa, sem explorados e sem exploradores.

2.1 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA “CLASSE PARA SI”

Em *O Dezoito Brumário* Marx (1997) já explicava os aspectos das duas dimensões constitutivas de uma classe social: a “classe em si” e a “classe para si”. No que se refere a “classe em si”, Marx mencionava que, na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome. Quando a classe se torna consciente dos seus interesses em nome da classe trabalhadora e do antagonismo com o capital, organizados pela luta de classes, torna-se “classe para si”.

Portanto, em sua luta revolucionária, não basta o proletariado assumir-se enquanto classe (consciência em si), mas é necessário se assumir para além de si mesmo (consciência para si). Conceber-se não apenas como um grupo particular com interesses próprios dentro da ordem capitalista, mas também se colocar diante da tarefa histórica da superação dessa ordem (IASI, 2007, p. 32).

Em a *Miséria da Filosofia*, Marx (2008, p. 190) também tematiza acerca da “classe para si”, quando faz referência aos trabalhadores da grande indústria, que têm seus interesses divididos pela concorrência, mas a manutenção do salário, interesse comum, é que os reúne num pensamento de resistência – coalizão. Porém, a resistência não tem por objetivo apenas a manutenção do salário, visto que à medida que os capitalistas se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se, e a manutenção da associação torna-se mais importante que a manutenção do próprio salário. Nessa luta – “verdadeira guerra civil” -, reúnem-se e se desenvolvem todos os elementos necessários a uma “batalha futura”. Portanto, a associação adquire um “caráter político”.

Para Marx as condições econômicas, primeiramente, transformaram a massa do país em trabalhadores, com uma situação comum, interesses comuns, justificados pela dominação do capital. Essa massa, em face do capital, já é uma classe, mas ainda não o é “para si mesma”. Na luta, essa massa se reúne e se constitui em “classe para si mesma” e “os interesses que defende se tornam interesses de classe”. Sobretudo, a luta entre classes é uma luta política (MARX, 2008, p.190).

Nesse sentido, Marx (2008, p. 191) sustenta que no seio da luta política, “uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo entre classes”. E é a libertação da classe oprimida (trabalhadora) que vai implicar na criação de uma “nova sociedade”, desde que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais coexistir, sendo que o maior poder produtivo é a própria “classe revolucionária”. A organização dos elementos revolucionários como classe supõe a existência de todas as forças produtivas que poderiam se engendrar no seio da “sociedade antiga”.

“Isso significa que, após a ruína da velha sociedade, haverá uma nova dominação de classe, ou resumindo, novo poder político? Não”. (MARX, 2008, p. 191). A condição da “libertação” da classe trabalhadora é a “abolição de toda classe”. Entretanto, a classe laboriosa substituirá, no decorrer de seu desenvolvimento, a “antiga sociedade civil” por uma “associação” que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é o resumo do antagonismo na sociedade civil (Ibid p. 191-192).

Somente numa ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos entre classes às evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas. Até lá, às vésperas de cada reorganização geral da sociedade, a última palavra da ciência social será sempre: “O combate ou a morte: a luta sanguinária ou nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta” (MARX, 2008, p. 192).

É nesta direção que entendemos o MST, isto é, enquanto “classe para si”, na medida em que também tratamos a luta pela terra como questão política articulada à luta pelo socialismo e não como luta meramente econômica.

Ao se expandir para quase todos os estados brasileiros, mobilizando e organizando categorias da população rural e urbana (pequenos agricultores, arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros expulsos de suas terras, agricultores atingidos por barragens, assalariados rurais temporários ou não, e, mais tarde, trabalhadores expulsos do campo, trabalhadores das periferias e favelas das cidades), aquelas que não possuem os meios de produção e quer estejam ou não inseridas ao mundo do trabalho e marginalizadas pela modernização capitalista, percebemos o MST como expressão política da classe trabalhadora, ao defrontar-se com o próprio Estado burguês. Em nome da defesa das demandas e interesses dos trabalhadores e pela consolidação de um projeto coletivo de classe, capaz de propiciar a ultrapassagem das “lutas econômico-corporativas” para as “lutas mais duradouras e universais”, voltadas à construção de uma nova hegemonia (SIMIONATTO, 1998, p. 43).

Nesse sentido, o referencial gramsciano permite estudar o MST na perspectiva da “classe para si”, que em Gramsci é evidenciada no processo de correlação de forças, da passagem do momento econômico-corporativo ao ético-político, da estrutura à superestrutura.

Gramsci (2007, p. 40-46) distingue três momentos ou graus de relação de forças nas análises histórico-políticas, que no fundamental são os seguintes: o primeiro é a relação de forças sociais ligada à estrutura objetiva, independentemente da vontade dos homens; o segundo é a relação das forças políticas, ou seja, a avaliação do grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização dos grupos sociais; o terceiro é o da relação das forças militares, também nele podem-se distinguir dois graus: o militar, num sentido estrito ou técnico-militar e o político-militar.

Para Gramsci (2007, p. 41-43), o processo de formação de consciência se desenvolve no segundo momento, visto que “o desenvolvimento histórico oscila continuamente entre o primeiro e o terceiro momento, com a mediação do segundo”. Esse segundo momento pode ser analisado e diferenciado em vários graus que correspondem aos diversos momentos da consciência política coletiva, tal como se manifestaram na história até agora. O primeiro grau, que é o mais elementar, é denominado de “econômico-corporativo”, havendo uma “unidade homogênea” de determinado grupo profissional e o dever de organizá-la, mas não ainda uma unidade do grupo social mais amplo.

O segundo grau é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Neste momento já se coloca a questão do Estado, mas apenas no terreno de uma “igualdade político-jurídica” com os grupos dominantes, onde se reivindica o direito de participar da legislação e da administração no sentido de modificá-las, reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes.

O terceiro grau corresponde ao momento mais estritamente político, “que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas”. Neste momento, adquire-se a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo do grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Essa passagem da estrutura para a superestrutura, que se efetiva no terceiro momento da consciência política coletiva, essa tarefa “ontológico-dialética” de construir um novo “bloco histórico”, se expressa em Gramsci através do conceito “amplo” de política, denominado por ele de “catarse” (SIMIONATTO, 1998, p. 43).

Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isso significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas (GRAMSCI, 2006, p. 314).

Em Gramsci a “catarse” significa o momento em que o proletariado deixa de ser “classe em si” e torna-se “classe para si”. Isto é, o momento da passagem de “classe em si” a “classe para si”, em que as classes conseguem elaborar um projeto para toda a sociedade através de uma ação coletiva, cujo objetivo é criar um novo “bloco histórico”, ou a conquista da hegemonia pelas classes subalternas. “A ideia de catarse nada mais é do que a síntese do projeto gramsciano” (SIMIONATTO, 1998, p. 44).

Isso supõe “sair da passividade e deixar de aceitar a subordinação que a ordem capitalista impõe a amplos estratos da população, é preciso deixar de ser “massa de manobra” dos interesses das classes dominantes” e romper com o “plano corporativo”, elevando-se para um “plano universal” guiado pela vontade coletiva e política (GRAMSCI, 2007, p. 41; SIMIONATTO, 1998, p. 44).

2.2 RETOMADA HISTÓRICA DA LUTA PELA TERRA NO BRASIL

Entendemos as protoformas da luta pela terra no Brasil vinculadas ao processo de colonização (de exploração) portuguesa no país, onde o domínio e a posse da terra estão inseridos no contexto de formação das classes sociais e do poder econômico e político na sociedade (STÉDILE; GORGEN, 1993). Nesse âmbito, também consideramos as origens da questão agrária brasileira intrínsecas ao modo de produção capitalista, “cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 18).

A estrutura agrária brasileira está sendo alcançada por modificações decorrentes da dinâmica dos núcleos capitalistas localizados no país e no exterior. Ela recebe estímulos mais ou menos vigorosos, que provocam transformações de profundidade diversa em seu interior. [...]. A expansão, sob suas diversas modalidades, é inerente à dinâmica do sistema, quando já estruturado em certo grau. Em consequência, o capitalismo transforma de algum modo os sistemas “marginais”, seja modificando-lhes as estruturas seja anexando-os como apêndices (IANNI, 2004, p. 100).

“No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como um modelo socialmente reconhecido. Foi ela

quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução” (WANDERLEY, 2001, p. 36-37).

Podemos dizer, contudo que as formas de superexploração e o latifúndio foram fatores importantes para o desenvolvimento do capitalismo e o processo de expropriação do trabalhador no campo, principalmente, pela exportação de matérias-primas ao mercado externo e pela consolidação das grandes propriedades para o cultivo extensivo das terras, na medida em que “a utilização da terra se faz predominantemente e de maneira acentuada, em benefício de uma reduzida minoria” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 15). Conforme explica o autor:

A grande exploração, com sua produção comercial, representa o empreendimento agromercantil de uma classe socialmente bem diferenciada e caracterizada no conjunto da população rural: os grandes proprietários e fazendeiros, que aliás não se enquadram e integram propriamente naquela população, a não ser pelo fato de seu negócio ter por objeto a produção agrária, e de eles disporem para isso, como classe, da maior e melhor parcela da propriedade fundiária (Ibid, p. 51).

Isso denota o desenvolvimento de uma “burguesia agrária” e do “proletariado rural” demarcado pelo processo de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção na agricultura, uma vez que a própria “interação dialética dos ‘sistemas’ de produção, [...], transforma o modo de utilização do trabalho, provocando a proletarianização” (IANNI, 2004, p. 114) no campo.

O capitalismo pode revolucionar de modo amplo o mundo agrário, o que em geral destrói muitas das bases das condições de vida e trabalho do camponês. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo – compreendendo a acumulação originária, a monopolização da propriedade e da exploração da terra etc. – destrói bastante a comunidade rural. Provoca a proletarianização de muitos (IANNI, 2009, p. 140).

Nesse sentido, a questão agrária brasileira foi tomando diferentes contornos ao longo do tempo, consolidando os alicerces de uma estrutura agrária concentradora e excludente que convive com um contínuo processo de “capitalização” (IANNI, 2004, p. 100-101) ao mesmo tempo em que também intensifica o processo de expropriação do trabalhador do campo e de valorização do capital. Para o autor a expropriação pode se realizar através da “grilagem”:

[...], mas entendo grilagem não simplesmente como artimanha de papéis de cartório, de títulos falsos; a grilagem também como prática da violência privada, como uma técnica da apropriação econômica. Jagunço e pistoleiro fazem parte desse processo de transformação da terra devoluta, tribal, ocupada, em propriedade privada, com título jurídico formalmente correto. Nesse sentido temos, não simplesmente uma etapa final do processo da acumulação primitiva, mas talvez uma etapa final de esgotamento da fronteira interna. Pouco a pouco as terras estão se transformando em propriedades, monopolizadas, como “reserva de valor” (IANNI, 2004, p. 147).

“Pouco a pouco expropriam-se os antigos proprietários, isto é, os índios, sitiantes ou posseiros, os que não tem títulos; e as terras se transformam em terras griladas ou tituladas” (IANNI, 2004, p. 146-147). Assim, a história da luta pela terra no Brasil pode ser definida como o registro das lutas dos trabalhadores do campo para conseguir um “espaço próprio na economia e na sociedade” (WANDERLEY, 2001, p.36-37), procurando resistir, mesmo estando sempre em posição secundária no processo produtivo e subordinado à grande propriedade capitalista.

Desencadearam-se importantes formas de disputa e conflitos por terra no Brasil, principalmente, com os povos indígenas²⁴ e os negros pertencentes aos quilombos. Tal processo percorreu a formação das capitânicas hereditárias, as quais eram concedidas aos nobres portugueses, denominados de donatários, que deveriam explorá-las com recursos próprios, não sendo permitido vendê-las, sendo que apenas

²⁴ As lutas indígenas mais importantes no período colonial foram: a Confederação dos Tamoiós (1562-1563); a Guerra dos Bárbaros (1682) e a Guerra dos Guaranis (1753-1756) (MORRISAWA, 2001, p. 59).

poderiam fornecer parcelas de terras, as chamadas sesmarias, a quem tivesse interesse de usá-las somente para a produção.

Portanto, os donatários e sesmeiros não detinham o direito de propriedade, a estes cabiam apenas a povoação e a exploração, já que as terras permaneciam sobre o domínio da Coroa portuguesa. Apenas em 1850, no mesmo ano da abolição do tráfico de escravos, o Império decretou a primeira legislação sobre o uso de terras no Brasil, conhecida como *Lei de Terras*, que garantia o direito a propriedade privada da terra. Porém, esta lei garantia somente aos latifundiários o acesso e a posse da terra na condição de que pagassem determinado valor à Coroa, solidificando o processo de concentração fundiária no país.

É nela que se encontra a origem de uma prática trivial do latifúndio brasileiro: a grilagem de terras – ou a apropriação de terras devolutas através de documentação forjada – que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural e formalizou as bases para a desigualdade social e territorial [...] (MST, 2010, p. 08).

Desse modo, contribuiu para a manutenção dos direitos da grande propriedade, além de intensificar as disputas pela posse e registro de terras no país. Sem falar, que os escravos e imigrantes permaneciam impossibilitados do acesso a terra por falta de poder aquisitivo e, acabavam por trabalhar nas terras dos grandes fazendeiros por ser o único meio de garantir sua sobrevivência.

Dentre as diversas lutas pela terra que também influenciaram na formação do MST no Brasil, destacamos as lutas que correspondem ao período de 1850 a 1940 classificadas em lutas “messiânicas” e de “cangaço”; as “lutas violentas e radicais” pela terra no período de 1940-1955 e nos anos de 1950 a 1964 as “lutas pela organização” dos trabalhadores rurais.

As lutas “messiânicas” e de “cangaço” se estenderam de 1850 até 1940, sendo caracterizadas pelas grandes contradições e antagonismos nas relações entre os latifundiários e as massas camponesas. As lutas “messiânicas” sempre seguiam um líder religioso, isto é, uma espécie de “messias”, que fundamentava sua liderança na confiança religiosa. E o “cangaço”, principalmente, na região Nordeste, se manifestava por meio de lavradores que se transformavam em “cangaceiros” que se agrupavam em “bandos armados” na disputa pela terra na região e contra o coronelismo e o Estado. As principais lutas com grande

repercussão nacional nesse período foram as de Canudos, na Bahia (1870-1897), tendo como líder Antônio Conselheiro; a do Contestado, em Santa Catarina (1912-1916), tendo como liderança o monge José Maria; o Cangaço, no Nordeste (1917-1938), liderado por Lampião; a de Juazeiro, no Ceará (1900-1934), tendo como principal liderança o Padre Cícero (FERNANDES, 2000).

No período entre 1940 e 1955 aconteceram muitas revoltas populares, caracterizadas em “lutas violentas e radicais” pela terra, especialmente, nas regiões brasileiras onde já existiam iniciativas de urbanização bem como passavam estradas pelas terras, porém os posseiros que nelas viviam não possuíam a titulação da propriedade. Na tentativa de apoderar-se as suas terras, grandes empresas e fazendeiros provocaram, ostensivamente, violentos conflitos, inclusive armados. As lutas mais importantes nesse período foram: a Luta dos Posseiros de Teófilo Otoni em Minas Gerais (1945-1948); a Revolta de Porecatu no Estado do Paraná (1946-1950); a Revolta de Dona “Nhoca” no Estado do Maranhão (1951); a Revolta de Trombas e Formoso em Goiás (1952-1958); a Revolta do Sudoeste do Paraná (1957) e a Luta dos Arrendatários de Santa Fé do Sul, em São Paulo, no ano de 1959 (FERNANDES, 2000).

Os anos de 1950 a 1964 corresponderam às “lutas pela organização” dos trabalhadores rurais, destacando-se três importantes movimentos: a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Rio Grande do Sul (MASTER). As Ligas Camponesas correspondiam a uma organização de trabalhadores que lutavam contra o monopólio de classe sobre a terra, porém com muita dependência do PCB, em 1947, quando o governo Dutra declara o partido ilegal, as Ligas não sobrevivem. Em 1954, ressurgem a partir da luta dos engenhos de Pernambuco, constituindo-se num movimento de luta massiva e radical pela reforma agrária, espalhando-se por vários outros estados brasileiros, mas acabam sendo dissolvidas pelo golpe militar de 1964.

Em 1955, foi criada a ULTAB, que consistia num tipo de associação que defendia a sindicalização dos trabalhadores rurais sendo organizada nos três níveis (municipal, estadual e nacional), com forte influência do PCB. Apresentou maior organização nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná, principalmente, nas cidades mais periféricas, onde os trabalhadores reivindicavam por melhores salários e melhores condições de vida. O MASTER surgiu no período de 1959-1962 com grande influência do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB),

principalmente, no Estado do Rio Grande do Sul, que mobilizava os trabalhadores rurais a ocuparem terras que pudessem ser desapropriadas (MORRISAWA, 2001; FERNANDES, 2000).

Com o objetivo de desorganizar e impedir a proliferação das lutas camponesas, que vinham construindo suas formas de organização no país, setores da oligarquia latifundiária brasileira ligados às forças conservadoras internas e externas, executaram o golpe militar em 1964²⁵, destituindo o governo Goulart, que por sua vez, causara grande efervescência e mobilização das massas trabalhadoras em torno das reformas de base, que previam mudanças radicais na estrutura agrária, econômica e educacional do país, inclusive a realização de uma reforma agrária, que se transformou em debate nacional no período.

Com o golpe, as lutas populares sofreram violenta repressão, principalmente, os movimentos de luta pela terra. Os três movimentos camponeses mais bem organizados da época: a ULTAB, as Ligas Camponesas e o MASTER foram aniquilados pelos militares. Assim, o governo deixa explícita sua opção pelo investimento na modernização econômica, política e social do Brasil.

Nos anos da ditadura, apesar das organizações que representavam os trabalhadores sem-terra serem perseguidas, a luta pela terra continuou crescendo. Foi quando começaram a serem organizadas as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sob influência principal da ala progressista da Igreja Católica, que resistia ao regime ditatorial. Foi esse o contexto que levou ao surgimento da Comissão Pastoral da Terra, em 1975, que contribuiu na reorganização das lutas camponesas, deixando de lado o viés messiânico (MST, s/d).

²⁵ O golpe militar de 1964 correspondeu ao conjunto de ações contra as reformas de base nacional-populistas ocorridas em março de 1964, no Brasil e que no dia 1º de abril do mesmo ano, culminou num golpe de estado, derrubando o presidente João Goulart, dando início ao regime militar com o marechal Castello Branco. Significou um movimento das elites políticas para a substituição de autoridades e restabelecimento de alianças no interior da própria classe dominante, de modo a manter a sua hegemonia. O golpe estabeleceu um regime alinhado politicamente ao governo dos Estados Unidos da América e acarretou profundas modificações na estrutura política do país, bem como na vida econômica e social. Caracterizou-se pela falta de democracia, supressão de direitos constitucionais, censura, repressão e perseguição política. A ditadura militar permaneceu até 1985, quando Tancredo Neves, se elegeu presidente do Brasil pelas eleições indiretas (www.historiabrasileira.com).

Mais do que distribuir terras e em busca de maior eficiência na produtividade, o governo militar passou a incentivar a agricultura empresarial, solidificando as alianças com o grande capital multinacional. O que tornava imprescindível a modernização da agricultura e da sociedade de modo geral, e, ao mesmo tempo, impedia o crescimento das lutas dos trabalhadores rurais. Altera-se, com isso, a dinâmica da agricultura, e se institui um amplo processo de modernização conhecida como “modernização conservadora”, o que aprofunda ainda mais a concentração da terra e o êxodo rural, além de aumentar a pobreza rural (DAL MORO; MACHADO, 2010).

Em resposta à demanda por terra e como forma de controlar as lutas sociais no campo, o presidente do primeiro governo militar, marechal Castello Branco, decretou, em novembro de 1964, a primeira lei de reforma agrária no Brasil, o *Estatuto da Terra*, que fora criado pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Embora apresentasse uma proposta progressista de reforma agrária, se configurou como estratégia utilizada pelos governantes para “apaziguar” os trabalhadores do campo e “tranquilizar” os latifundiários, na medida em que atendia aos interesses do governo de impedir a expansão das lutas por terra.

As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra eram basicamente duas: a execução da reforma agrária e a política de desenvolvimento rural (Lei nº 4504, 30 de Novembro de 1964). Após três décadas, assim como destaca Coelho (s/d), observamos que a reforma agrária “ficou apenas no papel”, já a segunda meta concentrou grande respaldo do governo, principalmente, no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista da agricultura e o incentivo à política do agronegócio.

Ainda, junto ao Estatuto da Terra foram criados pelo governo militar o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), ambos visavam à promoção do desenvolvimento rural, e em 1970, no governo Médici, foram fundidos dando origem ao INCRA, voltado ao controle dos projetos de colonização (FERNANDES, 1998, p. 10).

Era preciso levar trabalhadores para que fosse possível implementar os planos da “Operação Amazônia”, pois de nada adiantariam grandes projetos agrominerais e agropecuários em uma região onde faltava força de trabalho. A alternativa foi a mesma empregada de há muito em território brasileiro para suprir a falta de

trabalhadores: lançar mão de programas de colonização (OLIVEIRA, 2007, p. 122).

“As poucas desapropriações serviram apenas para diminuir os conflitos ou realizar projetos de colonização, principalmente, na região amazônica. De 1965 a 1981, foram realizadas oito desapropriações em média, por ano, apesar de terem ocorrido pelo menos 70 conflitos por terra anualmente” (MST, s/d).

Com o intuito de solucionar os conflitos sociais no campo e atendendo aos interesses do governo militar e dos próprios latifundiários, os projetos de colonização na Amazônia, estiveram atrelados a “uma estratégia geopolítica de exploração dos recursos naturais pelos grandes grupos nacionais e internacionais e de ocupação populacional de fronteira como parte da segurança nacional” (FERNANDES, 1998, p. 09).

Durante o governo Médici, foram implementados dois importantes projetos de colonização voltados à promoção de assentamentos: o Projeto Integrado de Colonização (PIC), tendo por objetivo povoar o eixo da rodovia Transamazônica com a formação de agrovilas e, oferecendo algum tipo de assistência técnica e financeira aos trabalhadores rurais assentados e; o Projeto de Assentamento (PA), voltado, exclusivamente, para a demarcação das áreas das propriedades rurais, sem nenhum tipo de assistência técnica ou financeira às famílias assentadas (MORRISAWA, 2001, 96-106).

Entretanto, os projetos de assentamentos não apresentaram resultados positivos, pois a ineficácia de assistência técnica e financeira e até mesmo o despreparo de muitos trabalhadores assentados com o cultivo da terra, desestimularam o desenvolvimento das agrovilas. Muitos acabaram vendendo seus lotes de terra ou alugavam-nos para migrantes sem-terra recém-chegados na região (ADAS, 2004, p. 192).

Diante disso, o governo passou a incentivar o processo de povoamento da região, por meio do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria (PROTERRA), criado em 1971, oferecendo uma série de subsídios como isenção de impostos e incentivos fiscais para a instalação de mega-projetos agropecuários. Por outro lado, tais projetos causaram vasta apropriação e expropriação de terras, agravando a concentração fundiária brasileira. Algumas propriedades constituídas através desses projetos atingiram uma área maior do que alguns estados brasileiros ou de muitos países.

[...] Volkswagen (Companhia Vale do Rio Cristalino, localizada no sul do Pará, abrangendo uma área de 140 mil hectares); a Suiá-Missu (700 mil hectares, área quatro vezes maior do que a Baía de Guanabara), fundada pelo Grupo Ometto (80%) e Ariosto da Riva (20%), vendida posteriormente ao grupo italiano Liquifarm; a Companhia de Desenvolvimento do Araguaia – Codeara (600 mil hectares, de propriedade do Banco de Crédito Nacional, da família Conde); e muitos outros, pertencentes a diversos grupos – Bradesco, Bamerindus, Tamakavy (rede de lojas de Sílvio Santos), Sadia, Camargo Corrêa, Frigorífico Atlas (de que participam empresas alemãs), Drury’s Amazônica S.A (norte-americana), Projeto Jarí (1,5 milhão de hectares pertencente durante anos ao milionário norte-americano Daniel Ludwig); Geórgia Pacific (500 mil hectares), Toyomenka (300 mil hectares), etc. (ADAS, 2004, p. 193).

Nesse sentido, o poder político da classe latifundiária foi reafirmado pelo governo militar, ao incentivar grandes empreendimentos agroindustriais apoiados por uma política modernizadora da agricultura, voltados à geração de saldos comerciais externos e a maximização da renda fundiária e especulação no mercado de terras (DELGADO, 2010, p. 81-82).

Na verdade, a “modernização da agricultura” proposta pelo governo militar representou “um projeto elaborado para beneficiar a burguesia industrial e os grandes proprietários de terra” (MASSELLI, 1998, p. 15), além de não encontrar soluções para os conflitos agrários, provocou um aumento do desemprego e das condições de pobreza das populações rurais, agravando o quadro de miséria e exclusão social.

Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil. Sob a retórica da modernização, os militares aumentaram os problemas políticos e econômicos, e quando

deixaram o poder, em 1985, a situação do país estava extremamente agravada pelo que fora chamado de “milagre brasileiro” (FERNANDES, 2000, p. 41).

O processo de “modernização do campo” como estratégia da política centralizadora e desenvolvimentista do regime militar contribuiu, gradativamente, para a despolitização da questão agrária no Brasil, favorecendo a agricultura capitalista e aos interesses do grande empresariado nacional e estrangeiro, além de acentuar o crescimento das desigualdades socioeconômicas e a proliferação das grandes propriedades no país. “Esse modelo de modernização conservou a secular concentração da estrutura fundiária, intensificando a histórica luta pela terra e criou uma crise política que persiste até os dias de hoje” (FERNANDES, 1998, p. 07).

Além de provocar grave destruição ambiental, os projetos agropecuários desenvolvidos na região amazônica, acirraram os conflitos por terra e a disputa por territórios, representando, assim:

Um choque de interesses das partes envolvidas na ocupação recente da Amazônia, ou seja, as grandes empresas agropecuárias e minerais, os trabalhadores sem-terra, os pequenos e médios proprietários, os posseiros, os garimpeiros, os indígenas, os grileiros, os seringueiros e os castanheiros (ADAS, 2004, p. 193).

Os conflitos e disputa por terras nas regiões de colonização aumentaram significativamente, e com uso de muita violência, marginalizando grande número de trabalhadores. Na tentativa de conter tal situação, já no chamado período de “transição democrática”, foram criados órgãos para atuar nas áreas de conflito: o Grupo Executivo de Terras do Araguaia (GETAT), no Tocantins e o Grupo Executivo do Baixo Amazônia (GEBAM). E em 1982, é criado o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF), que atribuía um “caráter policial” para tratar a questão agrária no país bem como controlar o aumento das mobilizações por terra. Mesmo assim, as ocupações de terras prosseguiram de forma acentuada em vários estados brasileiros.

2.2.1 A entrada do MST nesse processo

No período de transição para o regime democrático, aconteceram em vários estados brasileiros muitas ocupações de terras por trabalhadores rurais que buscavam novas áreas de cultivo e que atendessem as necessidades de sobrevivência das famílias sem-terra no país. A CPT forneceu respaldo fundamental às mobilizações e a organização desses trabalhadores, promovendo encontros entre os camponeses, o que contribuiu a superar seu isolamento. Surge nessa época o MST, enquanto um movimento nacional de luta pela terra e pela reforma agrária, coincidindo com o final do governo Figueiredo e início do governo Tancredo Neves e José Sarney no Brasil. Surge também o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB).

A formação do MST deve-se, fundamentalmente, à ocupação da fazenda Macali, em 7 de setembro de 1979, onde, mais adiante, formou-se o acampamento conhecido como Encruzilhada Natalino, que desatou em uma série de outras mobilizações por terra na região de Ronda Alta, estado do Rio Grande do Sul. Pouco tempo depois, mais de 240 famílias sem-terra, organizadas em dois grupos rivais, ocuparam a fazenda Brilhante, adjacente à Macali. As famílias sem-terra permaneceram em acampamento provisório até setembro de 1983, quando o governador do Estado autorizou a compra de 1870 hectares de terras para o assentamento definitivo, nos municípios gaúchos de Ronda Alta, Cruz Alta e Palmeira das Missões (CARTER, 2010).

No oeste do Paraná, milhares de famílias de arrendatários, posseiros, meeiros, pequenos agricultores, e outros que perderiam suas terras por causa da construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu, também começaram a se mobilizar contra a expropriação à qual estariam sujeitos, organizados em nome dos “atingidos pelas barragens”, iniciado, na década de 1970, pela CPT. Tais mobilizações resultaram, em 1981, na constituição do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO), principal responsável pela fundação do MST no estado (FERNANDES, 2000).

Ao mesmo tempo em que ocorria essa ampla movimentação pela terra nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná, muitas outras ocupações eram registradas em outros estados brasileiros, a exemplo de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Com isso, abriram-se novos caminhos para a mobilização massiva dos trabalhadores sem-terra que reintroduziram a reforma agrária na agenda pública da nação.

Lembramos que no item 1.1 e 1.1.1 desta dissertação discorreremos, com mais detalhes, acerca do processo de formação e contextualização do MST no Brasil.

Após 21 anos de ditadura militar, Tancredo Neves é eleito presidente do Brasil pelo processo de eleições indiretas, através do Colégio Eleitoral. A “Nova” República assumiu o governo instaurando “novas alianças no seio do poder do Estado com a anuência militar” (OLIVEIRA, 2007, p. 126), a partir do pacto político entre PMDB e Frente Liberal, constituindo-se a chamada “Aliança Democrática”.

Antes mesmo de sua morte, Tancredo colocou como um de seus projetos prioritários a reforma agrária, nomeando para a presidência do INCRA o engenheiro agrônomo José Gomes da Silva, que até então era uma das maiores figuras defensoras da reforma agrária no país, o que facilitaria a articulação política para a implantação de um plano nacional de reforma agrária massiva.

Diante de tal episódio, no final janeiro de 1985, o MST realizara seu 1º Congresso Nacional, na cidade de Curitiba (PR), onde se registrou a presença de aproximadamente 1500 trabalhadores sem-terra de todo Brasil. Com a palavra de ordem: “*Sem reforma agrária, não há democracia*”, os principais objetivos do Congresso reuniam as reivindicações por uma reforma agrária sob controle total dos trabalhadores; a desapropriação de todas as terras com área acima de 500 hectares; a distribuição imediata de todas as terras em mãos dos Estados e da União; a expropriação das terras das empresas estrangeiras e a extinção do Estatuto da Terra, que até o momento só havia beneficiado a política de modernização do latifúndio (MEDEIROS, 1989). Definiu-se como bandeira de luta “*Ocupação, é a única solução*”, assim, as ocupações, articuladas e massivas, foram definidas como os principais instrumentos de luta dos sem-terra. Obviamente, isso sinalizava que, sob a ótica desses trabalhadores, “*terra não se ganha, se conquista*”.

No final de 1985, havia no país, em torno de 42 acampamentos organizados em 11 estados brasileiros, envolvendo aproximadamente 11.655 famílias, e a maioria desses acampamentos havia surgido de ocupações de terra (CPT, 1985, p. 14).

Com a morte de Tancredo assume o vice, José Sarney, ex-presidente da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), um dos partidos de sustentação do governo militar. A proposta de reforma agrária segue na agenda política do governo, e é anunciada, no final de maio de 1985, durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em Brasília pela CONTAG, considerando a importante contribuição do

MST nesse momento, pois já havia apresentado suas reivindicações para a reforma agrária antes do anúncio oficial do Plano. Em seguida, foram feitas articulações entre o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) ²⁶ e pelo INCRA para a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), que foi aprovado em outubro de 1985, segundo parâmetros do Estatuto da Terra de 1964.

O Plano previa atender entre 1985 e 1989 em termos totais para o Brasil 1,4 milhão de famílias rurais sem-terra ou com pouca terra (I PNRA, 1985) e, beneficiária, principalmente, os posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifúndios. Porém a versão aprovada estava diferente daquela aprovada pelo INCRA, assim, José Gomes da Silva e sua equipe renunciaram aos cargos (MORISSAWA, 2001).

O Plano havia sido modificado frente às pressões recebidas pelo patronato rural, naquele momento fundamentado na constituição da Frente Ampla, envolvendo a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

O I PNRA já trazia retrocessos em relação ao Estatuto da Terra, como por exemplo, o artigo (artigo 2º, § 29, do Decreto nº 91.766) onde está expresso que se evitará, sempre que possível, a desapropriação de latifúndios. Outro ponto, foram os imóveis que tivessem grande presença de arrendatários e/ou parceiros, onde as disposições legais fossem respeitadas. Dessa forma, o I PNRA já apareceu trazendo distorções em relação ao Estatuto da Terra (OLIVEIRA, 2007, p. 126).

Em contraponto, à proposta do I PNRA, surge em junho de 1985, a União Democrática Ruralista (UDR), entidade de direita formada por grandes proprietários rurais que se propunham a lutar contra a reforma agrária e contra o avanço dos movimentos de luta pela terra, especialmente, o MST.

²⁶ No início de 1989, através da Medida Provisória nº 29, de 15 de janeiro daquele ano, o governo Sarney extinguiu o MIRAD, repassando suas atribuições para o Ministério da Agricultura, que passou a se chamar Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária.

A UDR identifica a igreja progressista e o MST como seus grandes adversários e incentiva a organização de milícias privadas para o enfrentamento direto em defesa da propriedade, considerando ser a violência inevitável (MARQUES, 2006, p. 185).

Em 1986, os estados nordestinos começaram a se integrar ao MST realizando pequenas ocupações. A primeira ocupação na região ocorreu em 1987, na Fazenda Projeto 4045, em Alcobaça, na Bahia. No mesmo ano, é criado o primeiro programa de crédito fornecido aos assentados, denominado Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (PROCERA), tendo como objetivo central aumentar a produção e a produtividade agrícola dos assentamentos de reforma agrária no país. O programa estabelecia uma linha de crédito para os assentados, com juros e prazos diferenciados dos demais agricultores. Em 1999, foi extinto pelo governo FHC, ou melhor, foi inserido no Pronaf.

As ações da UDR foram ampliadas durante a Constituinte de 1988, quando os ruralistas conseguiram impedir no Congresso Nacional a proposta de uma reforma agrária “ampla, geral e irrestrita”, e inscreveu na nova Carta constitucional uma legislação mais “retrógrada” que o próprio Estatuto da Terra (OLIVEIRA, 2007, p. 127). A Constituição Federal de 1988, de certa forma, recuou no que concerne à questão agrária brasileira, quando comparada a legislação dos governos militares no que tange a desapropriação por interesse social:

As desapropriações de terra só podem ser feitas mediante justa indenização em título da dívida agrária preservando seu valor real resgatáveis até vinte anos a partir do segundo ano; não são passíveis da reforma agrária as pequenas e médias propriedades e a propriedade produtiva e ainda o caráter ambíguo e vago dos critérios de cumprimento de função social (DAL MORO, 2007, p. 3).

Embora o retrocesso legal da reforma agrária diante da Constituição, o próprio MST declarava através de um balanço das lutas no ano de 1988:

[...] estamos longe de construir um grande movimento de massas pela reforma agrária. [...] enfrentamos muitas dificuldades para massificar o movimento e organizar nossas bases. Apesar de tudo isso é possível avançar. Desde que haja organização na base, determinação pela resistência e muita vontade de lutar e trabalhar na terra (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, 1988).

Logo, a UDR obteve grande crescimento político, e em 1989, Ronaldo Caiado (um de seus principais líderes) candidata-se à presidência da República na sucessão de José Sarney, porém foi derrotado. Na década de 1990, com o declínio de sua atuação, acabou extinta, pois, em consequência do pacto político das elites que detinham o poder, seus quadros passaram a ocupar postos nos ministérios e órgãos da administração pública, fazendo valer na prática seu poder e ação contra a reforma agrária.

Embora o I PNRA contemplasse várias reivindicações propostas pelo MST, muitas delas não se concretizaram, conforme adverte o próprio MST:

O plano não reflete os interesses políticos do governo Sarney e da Aliança Democrática, pois o plano é mais avançado do que o governo. O INCRA e o Ministério da Reforma Agrária, o MIRAD, não teriam força política para colocar o plano em prática (MST, Caderno de Formação n.5, item 3, 1985).

Os resultados do Plano mostraram que haviam sido assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% da previsão. A distribuição regional dos resultados contemplou aos interesses das elites agrárias: a região Norte, como queria a UDR, recebeu a maior parte dos assentamentos com 41.792 famílias (46,5% do total assentado no país); em segundo lugar ficou a região Nordeste com 24.385 famílias (27,1%); em seguida o Centro-Oeste com 12.775 famílias (14,2%); e por fim, no Sudeste e no Sul, foram assentadas 10.998 famílias (12,2%). Menos de um décimo da meta prevista para o número de famílias a serem assentadas pelo I PNRA, tiveram acesso a terra (OLIVEIRA, 2007,

p.129). E, mais uma vez, consolidava-se na estrutura do poder do Brasil, a política agrária dos latifundiários.

Ao término do governo Sarney, o MST já se fazia presente em 18 estados brasileiros, consolidando-se como o movimento popular mais importante na luta pela terra e reforma agrária no país, graças a sua capacidade de luta, enfrentamento e resistência, o que contribui de forma muito positiva para a própria organização interna do movimento, tudo isso alicerçado pelo grande contingente de famílias sem-terra em suas bases.

Na década de 1990, Fernando Collor de Mello, foi o primeiro presidente eleito diretamente, depois do golpe militar de 1964. A vitória de Collor nas eleições presidenciais de 1989 e a derrota de Luiz Inácio Lula da Silva ampliaram os sentimentos de aflição da maioria dos movimentos sociais populares, visto que com a implantação do projeto neoliberal a situação do campo brasileiro se agravaria ainda mais.

O MST havia apoiado com muito entusiasmo o Partido dos Trabalhadores (PT) de Lula e sua promessa de impulsionar uma reforma agrária progressista. A administração neoliberal de Collor deixou essas políticas “em banho Maria”. Seus reiterados esforços por criminalizar as atividades do MST ampliaram a percepção da grave ameaça ao interior do Movimento (CARTER, 2010, p.213).

Em reportagem publicada na Revista Teoria e Debate (nº 24, 1994), Stédile declarou que:

A derrota eleitoral de 1989 da candidatura Lula e o ascenso do governo Collor representam uma derrota para toda a classe trabalhadora e nos atingiu duramente no campo. O governo imprimiu medidas anti-reforma agrária. Não houve nenhuma desapropriação, nenhuma família assentada. A falta de conquistas concretas desmotivou e levou as massas ao desânimo. Por outro lado, acionou todo aparato repressivo do Estado, através da Polícia Federal, das polícias militares e do Poder Judiciário para aniquilar qualquer organização de camponeses, em especial nosso movimento. Tivemos, em média, 120 lideranças presas por ano e por muitas semanas,

muitos torturados, muitos processos, perseguição e vigilância permanente.

A inserção do ideário neoliberal durante o governo Collor, fez com que a questão agrária fosse tratada com forte repressão ao lado da retração de recursos disponíveis para a agricultura brasileira. A política econômica de Collor teve como objetivo central acelerar o processo de implantação do neoliberalismo no país, dando início ao processo de privatização das empresas estatais, a redução das taxas alfandegárias e o incentivo às importações, além da diminuição dos investimentos do Estado nas áreas sociais, beneficiando claramente as classes dominantes.

Durante o governo do presidente Collor os movimentos sociais populares e sindicais, especialmente, o MST foram fortemente represados pelo Estado através das forças policiais e do Poder Judiciário. “O Estado reprimiu violentamente o MST, invadindo secretarias e prendendo lideranças em diversas regiões do país. Nesse tempo, o MST passou por um processo de refluxo” (FERNANDES, 2010, p. 170).

Stédile descreveu esse período como o “batismo de fogo” do movimento. Complementando, “poderíamos ter acabado ali. Se o governo tivesse durado os cinco anos previstos e nos apertasse mais um pouquinho, poderia ter nos destruído” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 105).

Ainda, nas palavras de Stédile, o MST, nesse momento, “voltou-se para dentro”, (STÉDILE; FERNANDES, 1999) e mesmo com diversas dificuldades, essas ações internas acabaram fortalecendo o movimento.

[...] os desafios se voltaram para os cuidados internos da organização: o fortalecimento dos setores, a organização interna dos assentamentos e acampamentos, a busca da autonomia política e financeira da organização e os debates e a elaboração de uma proposta política e organizativa para o setor de produção. Desafios que foram sintetizados na palavra de ordem “*Ocupar, Resistir e Produzir*” (<http://www.mst.org.br/node/840>).

Em maio de 1990, o MST realizou seu II Congresso Nacional, no Distrito Federal, no qual estiveram presentes militantes de todos os estados brasileiros. Manteve-se como palavra de ordem: “*Ocupar,*

resistir, produzir”. Isso mostrava que “as famílias sem-terra estavam dispostas a enfrentar todas as dificuldades, resistir e lutar por seus direitos”. O momento também foi fundamental para a consolidação da organização nacional do movimento e o desenvolvimento da “resistência de massas” (MST, 2007).

Nesse sentido, o MST organizou suas bases e, em 1992 é criada a Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil, Ltda (CONCRAB), em Curitiba (PR). Tendo como finalidade principal a representação política e a organização da produção nos assentamentos do MST (STÉDILE, FERNANDES, 1999).

Frente à ausência de um Plano Nacional de Reforma Agrária bem como da regulamentação constitucional relativa à desapropriação por interesse social, em janeiro de 1992, o governo Collor lançou o seu programa de reforma agrária chamado de “*Programa da Terra*”. “Tendo como um dos vértices a inclusão do Exército na tomada de decisões e aplicação de medidas, bem como a criação de bolsas de arrendamento e a aquisição de terra mediante compra para fins de reforma agrária” (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 84).

Nesse ano, também se estabeleceu o Decreto n. 433, de 24 de janeiro, que dispunha sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio da compra e venda. Algum tempo depois, o decreto tornou-se inviável por causa do enorme descrédito com os Títulos da Dívida Agrária; a maioria das terras oferecidas era imprópria para o cultivo agrícola; havia discordância entre o preço definido pelo INCRA e o da terra no mercado.

A meta para a reforma agrária era assentar 500 mil famílias e desapropriar 2,9 milhões hectares de terras, dos quais 735 mil já estavam disponíveis. Ou seja, era apenas 35% do que propusera e não cumprira José Sarney, em termos de novos assentamentos. Era uma redução expressiva das metas para a reforma agrária, e, além disso, o Ministério da Agricultura foi ocupado por Antonio Cabrera, oriundo de família de latifundiários, ligada à UDR (OLIVEIRA, 2007). Após os dois primeiros anos de governo, menos de 30 mil famílias haviam sido assentadas, e apenas 8 desapropriações de terras foram realizadas (CPT, 1991), revelando assim o total descompromisso com a política de reforma agrária no Brasil.

Alguns meses depois, ao lado da crise do plano econômico, o governo não conseguiu controlar o processo inflacionário, agravando a recessão econômica. Surgem, assim, suspeitas e denúncias de uma grande rede de corrupção envolvendo o próprio presidente Collor. Logo, instaura-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que culmina

no processo de impedimento (impeachment) e o afastamento do presidente do poder.

Assumiu a presidência da República, o vice-presidente, Itamar Franco, seguindo o plano econômico neoliberal de Collor. No governo Itamar implantou-se o Plano Real, obtendo grande êxito no combate pontual da inflação no país, condição básica que atribuiu significativa popularidade ao seu governo.

Durante o governo Itamar Franco foram aprovadas pelo Congresso Nacional a Lei nº 8.629, de 25/02/93, denominada Lei Agrária, e a Lei Complementar nº 76, de 06/07/93, conhecida como a Lei do Rito Sumário, que passaram a estabelecer, respectivamente, a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária e sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóveis rurais, por interesse social, para fins de reforma agrária no Brasil (OLIVEIRA, 2007, p.130).

Após ser fortemente represado no governo Collor, o MST começa a recuperar sua força política durante o governo de Itamar, prosseguindo com a palavra de ordem: “*Ocupar, resistir e produzir*”. Com o fim do governo Collor, o movimento apresentou ao novo presidente um conjunto de medidas para tornar viável a reforma agrária, mediante uma política de crédito e a criação de infraestrutura social nos assentamentos. De fato, Itamar Franco foi o primeiro presidente a receber o MST para negociar, encontro que significou um momento singular na história do movimento (FERNANDES, 2010, p. 170).

A Lei Agrária aprovada teve vários artigos vetados pelo presidente, a partir das reivindicações do MST no período (Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, 1993). Ao mesmo tempo, Osvaldo Russo, funcionário de carreira do INCRA e ex-coordenador da ABRA, que também prestava assessoria a CONTAG foi nomeado para a presidência do INCRA.

O Instituto apresentava, na época, o “*Programa Emergencial para Reforma Agrária*”, que tinha como principal meta, o assentamento de 20 mil famílias durante o ano de 1993, priorizando assentar cerca de 12 mil famílias ligadas ao MST. Além disso, tinha como objetivo central um novo modelo de desenvolvimento econômico para o país, que pretendia “conjunturalmente combater a fome, a miséria, a seca no Nordeste, o desemprego, a violência e a desigualdade regional” (INCRA, 1985/1994, p. 18).

No mês de setembro de 1993, o INCRA registrava 40 desapropriações de terras para fins de reforma agrária e o assentamento de 7.613 famílias. E em 1994, 14.150 famílias teriam sido assentadas em

84 projetos, sendo que a meta do Plano Plurianual para 1994 era de 60 mil famílias (INCRA, 1985/1994). Mesmo assim, os dados revelam uma conjuntura mais favorável ao MST durante o governo de Itamar do que no governo anterior.

2.2.2 A ascensão da luta pela terra

Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, para a presidência do Brasil, o projeto neoliberal não só teve continuidade como se aprofundou, radicalizando a histórica dependência externa do país, na medida em que se acelerava o processo de privatizações e agravava-se o montante da dívida pública externa e interna. Apesar disso, o controle do processo inflacionário por meio do Plano de Estabilização Monetária, mais conhecido como Plano Real, permitiu a ampliação do mercado consumidor por parte da população brasileira.

Ao mesmo tempo o governo também priorizava a política de modernização do país, tendo como estratégia fundamental a defesa das reformas constitucionais que, na verdade, foram impostas pelos organismos financeiros internacionais, principalmente, o FMI e o Banco Mundial, subordinando, cada vez mais, a economia brasileira aos interesses do capital financeiro mundial.

Por mais que o debate governamental estava centrado na política de estabilização e combate à inflação, as metas para a reforma agrária foram anunciadas em março de 1995, através do Programa de Reforma Agrária, que pretendia assentar 280 mil famílias durante os quatro anos de governo, o equivalente a 20% das metas do PNRA do governo Sarney. Todavia, “Cardoso realizou a mais ampla política de assentamentos rurais da história do Brasil”, no período entre 1994 e 1998 (FERNANDES, 2010, p. 170).

Morissawa (2001) nos mostra que, FHC assentou 264.625 famílias, porém 70% no Norte e no Nordeste, onde os custos das terras e as condições socioeconômicas eram mais baixas quando comparadas a outras regiões brasileiras. Nos dois primeiros anos do governo FHC, 450 mil famílias de pequenos proprietários rurais perderam suas terras diante da grave crise na agricultura familiar. Nesse instante, as conquistas de assentamentos e medidas complementares de apoio aos assentados resultaram da pressão e mobilização dos trabalhadores sem-terra. Da mesma forma, as desapropriações e aquisições de terras também aconteceram graças à pressão desses trabalhadores.

Nesse período, porém, o governo defendia a tese de que não havia mais latifúndios no Brasil e que não existiam tantas famílias sem-terra (Cardoso, 1991, p.10). Desse modo, acreditava que assentando apenas as famílias acampadas, o problema agrário seria resolvido. Mas o crescimento da demanda por terra, com a organização de novos acampamentos e mais ocupações, fez cair a tese por terra (FERNANDES, 2010, p. 170-171).

Assim, no primeiro governo FHC, o número de famílias acampadas passou de 20.000, em 1994, para 76.000, em 1998 (DATALUTA, 2007). Nesse tempo sucederam-se dois episódios marcantes na história da luta pela terra no país: os massacres de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, no estado do Pará, em 1996. Os dois acontecimentos foram amplamente divulgados pela mídia chamando a atenção pública nacional e internacional sobre a grave situação da luta por terra no Brasil.

O massacre no município de Corumbiara envolveu 300 policiais militares que invadiram, na madrugada, a Fazenda Santa Elina, ocupada por 514 famílias sem-terra, expulsando-as do local. O resultado dessa operação foi a morte de dois policiais e de dez trabalhadores sem-terra do MST. E o massacre de Eldorado dos Carajás²⁷ caracterizou-se pelo confronto brutal entre 200 policiais militares contra 1.200 trabalhadores sem-terra, que haviam bloqueado a rodovia PA-150, em razão da “expropriação de um enorme e muito cobiçado grupo de propriedades rurais no sul do Pará” (ONDETTI; WAMBERGUE; AFONSO, 2010, p.270). O massacre provocou a morte de 19 trabalhadores, e o ferimento de outros 41 sem-terra, incluindo mulheres e crianças e também quatro policiais militares (MORISSAWA, 2001).

Diante desses acontecimentos é possível afirmar, que nesse período, a luta pela terra e pela reforma agrária é tratada pelo governo como “conflito social”. Comparato (2001, p. 107) observa que a postura

²⁷ Apenas em 08 de maio de 2012, Mário Colares Pantoja e José Maria Pereira de Oliveira, comandantes das tropas da Polícia Militar, responsáveis pelo Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996, foram condenados pela Justiça. Em um julgamento de 2002, o coronel Pantoja foi condenado a 228 anos de prisão, enquanto o major Oliveira recebeu pena de 158 anos e quatro meses, ambos acusados de comandar a ação. Chegaram a ser presos no final de 2004, mas obtiveram habeas corpus e foram soltos no final de 2005 (<http://www.gazetadopovo.com.br>).

do governo diante do MST mudou após o massacre de Eldorado dos Carajás, quando FHC percebe “a necessidade de coordenar melhor as ações para poder enfrentar o movimento”. “Seja como for, o despreparo do governo para lidar com a questão agrária é claro”, visto que:

Essa mudança foi percebida pelos meios de comunicação: o governo resolveu adotar uma linha mais dura para enfrentar o MST. O objetivo é impedir não apenas as invasões de sedes do INCRA, como o MST vem fazendo nas grandes cidades, mas também a ocupação de fazendas, ação preferencial dos sem-terra. A proposta aprovada na reunião foi coordenar a repressão ao MST no Gabinete Militar da Presidência, em vez de deixar a tarefa para os governadores de Estado [...]. Toda vez que se verificar que as polícias militares não estão dando conta dos conflitos, tropas do Exército serão chamadas. (*Veja*, 26/06/96). De fato, o general Alberto Mendes Cardoso, chefe da Casa Militar do Palácio do Planalto, passou a supervisionar diariamente as atividades do MST, como informa outro artigo da revista *Veja* (23/04/97). Foi no exercício dessa nova função que ele visitou Eldorado dos Carajás, assim como sete acampamentos em áreas de conflito (Ibid, 2001, p. 107).

Esses acontecimentos deram novo destaque à questão agrária e levaram o governo a criar, em 1996, o Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária (MEPF), mais tarde transformado em Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Nesse sentido, é evidente que uma das estratégias do governo ao lidar com o MST é desqualificá-lo e buscar constantemente diminuir a importância e o alcance de suas ações, buscando atingir sua imagem e popularidade perante a opinião pública e junto à sociedade (COMPARATO, 2001).

Embora a conjuntura política se mostrasse desfavorável aos movimentos sociais do campo, o MST cresceu de forma expressiva a partir de 1995 e se converteu no principal foco de contestação política ao governo FHC e resistência ao projeto neoliberal, principalmente, no primeiro mandato. “O MST ganha ampla projeção internacional com ações de massa, pressiona fortemente o governo e alcança conquistas pontuais” (MARQUES, 2006, p. 186).

Em julho do mesmo ano, o movimento realizou o seu III Congresso Nacional, em Brasília, definindo duas metas prioritárias: continuar a luta pela reforma agrária e combater a política neoliberal do governo. “Cresce a consciência de que a reforma agrária é uma luta fundamental no campo, mas que se não for disputada na cidade nunca terá uma vitória efetiva”. Por isso, a palavra de ordem foi “*Reforma Agrária, uma luta de todos*” (OLIVEIRA, 2007, p. 160).

Guterres (2008, p. 112-113) a partir da análise dos objetivos e das propostas de reforma agrária discutidas pelo MST no seu I Encontro Nacional, realizado em Cascavel (PR), em 1984, e pouco mais de dez anos depois, em 1995, “vê-se por parte do MST uma proposta de reforma agrária muito mais amadurecida e detalhada”, sintetizando os estudos e debates do seu III Congresso Nacional.

No primeiro encontro a proposta girava em torno da conquista da “terra para quem nela trabalha”, e da necessidade de algumas mudanças sociais, o que refletia no entendimento ainda incipiente de seus integrantes acerca dos métodos de se alcançar isso. Dado que a preocupação central da época era o fortalecimento e a expansão do movimento. Já no terceiro encontro a proposta de reforma agrária bem como os objetivos gerais do MST demonstravam o conhecimento acerca dos problemas estruturais e conjunturais do país, apresentando um conjunto de medidas elencadas a favor da realização de uma reforma agrária inserida numa estratégia de mudanças sociais mais amplas em prol de toda a população. Os objetivos e as características da reforma agrária ampliam-se para outros temas, como educação, saúde, cultura, esporte, lazer, gênero, direitos humanos, meio ambiente, e, ainda, o papel de um Estado democrático e popular em seu programa, conforme disposto abaixo:

- a) Garantir trabalho para todos os trabalhadores rurais Sem-Terra, combinando distribuição da terra com distribuição de renda e desenvolvimento cultural;
- b) Produzir alimentação farta, barata e de qualidade a toda a população brasileira, em especial a que vive nas cidades, gerando segurança alimentar para toda a sociedade;
- c) Garantir o bem-estar social e a melhoria das condições de vida de forma igualitária para todos os brasileiros; de maneira especial aos trabalhadores e, prioritariamente, aos mais pobres;
- d) Buscar permanentemente a justiça social, a igualdade de direitos em todos os aspectos:

econômico, político, social, cultural e espiritual; e) Difundir a prática dos valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas, eliminando-se as práticas de discriminação racial, religiosa e de gênero; f) Contribuir para criar condições objetivas de participação igualitária da mulher na sociedade, garantindo-lhes direitos iguais; g) Preservar e recuperar os recursos naturais, como solo, águas, florestas etc., de maneira a se ter um desenvolvimento auto-sustentável; h) Implementar a agroindústria e a indústria como o principal meio de se desenvolver o interior do país; i) Gerar emprego para todos os que queiram trabalhar na terra (MST, 1995, p.188).

Para o autor esse amadurecimento político do MST caracteriza-se como uma cristalina passagem da consciência de “classe em si” a “classe para si”, do momento “egoístico-passional” para o “ético-político”, isto é, o movimento “tomou consciência de que seus problemas estão relacionados com os de todos os outros setores, de modo que sua resolução implica a consideração de fatores macroestruturais” (GUTERRES, 2008, p. 113-114).

Isso, no dizer de Gramsci (2007, p. 41) assinala a passagem da estrutura para a esfera das superestruturas:

É a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”, entram em confrontação e lutam até que uma delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda área social, determinando, além da unidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

Stédile e Fernandes (1999, p. 35-36) observam que o caráter político que ultrapassa os interesses imediatos e particulares de seus integrantes está presente desde o início do movimento. O que se

pretende evidenciar aqui, porém, é o amadurecimento desse caráter, que se dissemina pelas instâncias do movimento e, irradia-se em sua base.

Também foi criado em 1995, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (FNRA), com o objetivo de transcender as lutas mais corporativas dos movimentos sociais através de uma articulação nacional do conjunto dos movimentos sociais do campo, de entidades e pessoas comprometidas com a reforma agrária e a questão da democratização da terra (SCHERER-WARREN, 2007, p. 8).

Ainda em 1995, a Confederação de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)²⁸, recentemente filiada à CUT, contando com o apoio, principalmente, do MST, CPT e MAB, realizou o primeiro “Grito da Terra”, uma grande marcha nacional em Brasília na qual a entidade demonstrou força e apresentou as principais reivindicações ao governo federal no que tange a luta por terra e agricultura familiar no país. Desde então, além de repetir o Grito nacional a cada ano, também se tornou rotineira a realização de Gritos da Terra estaduais (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2011, p. 17).

Essas mobilizações apresentavam vasta pauta de demandas frente ao Estado e se constituíram em uma “forma espetacular de apresentação e negociação de reivindicações”, mas também de buscar apoio da sociedade para as propostas. As entidades sindicais vinculavam uma série de medidas consideradas de interesse dos trabalhadores rurais à força dessas mobilizações. É o caso da criação do Pronaf e do aumento de recursos para o PROCERA, hoje incorporado ao Pronaf (MEDEIROS, 2010, p. 131).

No início de 1997, o MST organizou uma grande Marcha a Brasília, que ganhou muita visibilidade na mídia. O movimento organizou a histórica “Marcha Nacional Por Emprego, Justiça e Reforma Agrária” com destino a Brasília, com data de chegada em 17 de abril, um ano após o massacre de Eldorado dos Carajás. A marcha se estendeu por dois meses, percorrendo mil quilômetros de caminhada a pé. Partiu de três pontos principais: São Paulo, onde se reuniram cerca de 600 militantes do MST do próprio estado paulista mais os oriundos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Outro ponto foi em Minas Gerais, em Governador Valadares, de onde partiam 400 trabalhadores sem-terra do estado mineiro contabilizando os demais militantes provenientes dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e

²⁸ Criada em 1963, uma entidade sindical que representa nacionalmente as federações estaduais dos trabalhadores rurais e, apesar de sofrer intervenção, se manteve na legalidade durante o regime autoritário no Brasil.

Bahia. E o terceiro ponto foi na cidade de Rondonópolis, no estado do Mato Grosso, de lá partiram cerca de 300 sem-terra, procedentes de Rondônia, do Mato Grosso do Sul, de Goiás, do Distrito Federal e do próprio Mato Grosso.

Além de denunciar o massacre contra os sem-terra de Eldorado de Carajás, a marcha tinha por objetivo buscar alianças com outras forças e setores da sociedade e fazer frente à ofensiva do governo FHC, que naquele momento, tentava rechaçar o MST. No dia 18 de abril, lideranças do MST foram recebidas pelo presidente Fernando Henrique, mas não chegaram a acordo algum (CHAVES, 2000).

As ocupações de terras mantiveram-se como principal forma de pressão ao governo. Em 1997, o MST realizou em torno de 173 ocupações. E em 1998, registrou-se 132 ocupações pelo MST (CPT, 1998; 1999). Embora os dados referentes ao número de assentamentos apresentem discrepâncias entre os divulgados oficialmente pelo governo e os apurados pela CPT e pela ABRA. Ocorre que os números divulgados pelo governo contabilizaram as áreas assentadas na Amazônia Legal, enquanto que a maior parte dos assentamentos ocorreu em outras regiões.

Nesse âmbito, a principal estratégia do governo FHC frente à política agrária brasileira, foi implantar o *Programa Cédula da Terra*, primeiramente, no estado do Ceará, em 1996, a exemplo de uma “reforma agrária assistida pelo mercado”, conforme desenhada pelo Banco Mundial e desenvolvida na África do Sul e Colômbia (OLIVEIRA, 2009, p. 58). No ano seguinte, o programa também atingia outros quatro estados brasileiros: Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco. Assim, trabalhadores rurais sem-terra e pequenos agricultores interessados na aquisição de terras deveriam organizar-se por meio de associações, apresentariam uma proposta de assentamento, obtendo empréstimo de um agente financeiro indicado pelo governo.

Além da hipótese de encontrar preços mais baixos, haveria um ganho político, por se privilegiar a negociação e não o confronto. Em que pese a afirmação recorrente, nos documentos governamentais, de que a desapropriação continuaria sendo o instrumento fundamental de acesso a terra, toda argumentação neles presente mostrava que havia desvantagens da desapropriação em relação às formas negociadas de obtenção de terras (em especial, os altos preços, os entraves judiciais e a conflitividade

inerente à desapropriação) (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 91).

No entanto, na medida em que o programa se consolidava, as reações se iniciaram por parte do MST, CONTAG, CPT, FNRA. As principais discussões “incidiram sobre o sistema de compra e venda de terra, que, segundo o Fórum, levava o poder público a abrir mão de conduzir a reforma agrária, deixando-a sob o controle direto dos proprietários de terra” (LEITE; MEDEIROS, 2007, p. 369).

A partir de 1999, com a reeleição do presidente Fernando Henrique, o MST e outros movimentos de trabalhadores rurais “experimentaram um enorme refluxo na luta pela terra” (FERNANDES, 2010, p. 171), na medida em que FHC por meio de sua estratégia governista restringia recursos orçamentários para os assentamentos do MST bem como incentivava à efetivação da “reforma agrária de mercado”. Somente no primeiro mandato de FHC estima-se que 450 mil famílias de pequenos proprietários rurais perderam suas terras para os bancos e foram morar no meio urbano (BOGO, 1999, p. 29).

2.2.3 O MST na defensiva

No segundo mandato, o governo FHC mudou de estratégia e desenvolveu uma política agrária mais repressiva, criminalizando a luta pela terra e desmoralizando os movimentos sociais, especialmente o MST, na tentativa de “descaracterizá-lo como movimento social, para enquadrá-lo como um movimento criminoso, que realiza um conjunto de ações fora da lei” (COMPARATO, 2001, p. 107).

Ao mesmo tempo desenvolveu uma política de “mercantilização da terra”, fortalecendo a concepção de uma reforma agrária voltada a medidas paliativas, que evoluía para uma “proposta de mercado”. Era essa a estratégia de FHC, reproduzir as experiências de reforma agrária conduzidas pelo mercado, como na África do Sul, Indonésia e Filipinas, para que, progressivamente, pudesse atender aos interesses político-econômicos das classes dominantes (LEITE; ÁVILA, 2007), e desmobilizar os movimentos de luta pela terra, principalmente, o MST que se colocava como forte resistência política ao governo.

Diante do quadro da reforma do Estado Brasileiro, ao longo dos anos 1990, vivenciamos, principalmente, a partir da instituição do Plano Real, em 1994, uma abrangente contrarreforma do Estado no país, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e

internos, e pela disposição política da coalizão de centro-direita protagonizada por FHC (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Nesse período, as reformas realizadas no Brasil “são fartas de exemplos cujo produto final resultou na descentralização e flexibilização de diversos serviços públicos” (SIMIONATTO, 2003, p. 283). No campo brasileiro, não foi diferente, a proposta do Banco Mundial para o “alívio da pobreza” veio com a política de reforma agrária com base no mercado, instaurando uma política de crédito fundiário como parte do processo de desenvolvimento do capitalismo moderno na agricultura. Sendo assim, “o crédito fundiário como uma política de contrarreforma agrária aparece como condição e consequência da forma pela qual o Estado recria o mercado de terras a favor do desenvolvimento capitalista” (OLIVEIRA, 2009, p. 58).

Assim, a política governamental de FHC regeu-se, sobretudo, pelos parâmetros de uma proposta de reforma do Estado, cujas diretrizes eram a descentralização de ações, o enxugamento da máquina administrativa e a privatização. Fez-se, contudo, através da criação de uma série de aparatos institucionais disponibilizados por medidas provisórias, decretos ou leis complementares.

No seu conjunto, tais dispositivos, de um lado, agilizaram as ações fundiárias governamentais; de outro, buscaram eliminar dos movimentos de luta por terra suas iniciativas. Paralelamente, alegava-se que as dimensões nacionais das metas de obtenção de terra excediam, cada vez mais, a capacidade operacional das superintendências regionais do INCRA e que a complexidade do processo era incompatível com a concentração das decisões, uma vez que os assentamentos se organizavam em âmbito local e regional.

Essas medidas governamentais foram aglutinadas numa política de desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar e sua inserção no mercado. Entretanto, em 1999, o governo criou o programa mais conhecido como “*Novo Mundo Rural*”, cujo lema era: “levar qualidade aos assentamentos” (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 89). A meta central era tratar os assentados como agricultores familiares e descentralizar o planejamento das ações junto aos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Esse programa também propõe um novo tipo de desenvolvimento rural em flagrante contraste com o padrão de agricultura incentivado até então pelo próprio governo, a produção monocultora em larga escala para exportação, o chamado “agribusiness”, ou agronegócio (ALENTEJANO, 2004, p. 7).

O Banco da Terra²⁹ também foi um dos programas de reforma agrária de mercado que serviu como instrumento fundamental para obtenção de terras e propor a descentralização das ações fundiárias, transferindo a maior parte da responsabilidade para o âmbito municipal, o governo não só buscou desarticular o MST e os demais movimentos do campo, apostando na incapacidade destes de se contrapor ao poder local, como apostou na desmobilização dos sem-terra, pois oferecia, teoricamente, a possibilidade de obtenção de terra sem necessidade de mobilização e pressão política (ALENTEJANO, 2004, p. 10).

Para Bogo (1999, p. 28-31) o Banco da Terra significou “a deturpação da verdadeira reforma agrária”, uma vez que o governo “abre mão de seu poder de fazer a reforma agrária em terras que deveriam cumprir função social, e entrega ao mercado, através da compra e venda”. Muitos latifundiários que não concordavam com o artigo 184 da Constituição Federal que obrigava o governo a pagar a desapropriação da terra, através de Títulos da Dívida Agrária com prazo de 20 anos, passaram a apoiar o Banco da Terra, pois este permitia que os próprios latifundiários fundassem associações com os trabalhadores sem-terra, e vendessem a estes, à vista suas propriedades, recebendo um valor acima do preço de mercado.

O Banco da Terra tem o objetivo estratégico de desqualificar os movimentos sociais organizados – especialmente deslegitimar o MST – atuando diretamente no âmbito econômico dos trabalhadores desorganizados. Assim, provocaria mudanças na correlação das forças políticas e ideológicas envolvidas na luta pela terra, beneficiando os interesses dos latifundiários e subordinando os trabalhadores rurais (CARVALHO Fº, 2001 apud ALENTEJANO, 2004, p. 11).

É exatamente nesse contexto que o governo extingue o PROCERA, criado pelo governo Sarney, substituindo-o pela linha “A” do Pronaf, inserindo juros mais altos e um limite menor de créditos às famílias assentadas. Com isso, boa parte dos recursos orçamentários dos programas de assentamentos rurais foram destinados a reforma agrária

²⁹ O Fundo de Terras e da Reforma Agrária (Banco da Terra) foi implantado pela Lei Complementar nº 93, de 1998, e pelo Decreto nº 3.475, de 2000. Foi extinto em fevereiro de 2003.

de mercado, através do crédito fundiário correspondente ao Programa Cédula da Terra, Banco da Terra e o Programa de Combate à Pobreza Rural, que concentraram no ano 2000, 25% do valor executado, em 2001, 35,5% e em 2002, 32,3% (MDA, 1995-2002).

Em 2001, o governo criou duas Medidas Provisórias: uma proibia o assentamento das famílias que participassem de ocupações de terras, e a outra impedia a vistoria das terras ocupadas por dois anos, quando ocupadas uma vez, e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez. Também foi criado um programa para cadastrar as famílias interessadas em obter terras por meio do correio nacional e da internet, a chamada “reforma agrária pelo correio”, que prometia fornecer o título de posse, em quatro meses, aos trabalhadores sem-terra inscritos. Em menos de dois anos se cadastraram 840 famílias, mas esse programa não assentou nenhuma delas (FERNANDES, 2010, p. 171).

No final do primeiro mandato de FHC é criado o “Projeto Lumiar”, que apresentava como objetivo central a assistência técnica e a capacitação de assentados, prevendo-se a constituição de equipes técnicas que atuariam diretamente nos assentamentos. Ainda no início dos anos 2000 uma série de denúncias foi anunciada pela grande mídia, envolvendo o desvio de recursos financeiros públicos destinados às cooperativas e aos assentados, em favor do MST. Logo, o governo descredenciou várias cooperativas ligadas ao MST, demitiu técnicos do Projeto Lumiar e abriu sindicância no INCRA. Em contraponto, o MST se mobilizou realizando várias ocupações nas Delegacias Regionais do INCRA e do Ministério da Fazenda, em vários estados, com o objetivo de chamar a atenção da opinião pública para o descaso do governo para com os assentamentos.

Para conter a mobilização, o governo adotou medidas repressivas contra o movimento e criou o Departamento de Conflitos Agrários na Polícia Federal e passou a espionar, por meio da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), os movimentos populares que, segundo relatórios apreendidos pelo Ministério Público Federal do Pará e divulgados pela grande imprensa, eram caracterizados como “forças adversas”, que deveriam ser “vigiadas, combatidas e eliminadas” (CPT/MST, 2001). Algum tempo depois, o Projeto Lumiar foi extinto.

Diante dessa conjuntura tão repressiva, a partir de 2001, o MST passou a assumir, estrategicamente, uma postura de defensiva frente ao governo federal, se retrai, mas sem perder o acúmulo de forças. Assim, optou por dedicar-se à luta pela defesa da pequena produção agrícola e dos assentamentos rurais, ao mesmo tempo em que combatia às multinacionais de biotecnologia e se colocava contra os transgênicos.

Tratava-se de uma mudança na situação e na estratégia do movimento (STÉDILE; FERNANDES, 1999), na tentativa de manter suas conquistas decorrentes das lutas anteriores, continuamente ameaçadas pela hegemonia neoliberal.

Em parte, o embate com o governo não se caracterizava mais diretamente pelas ocupações de terras e de órgãos públicos explicitamente, em defesa da reforma agrária, o MST, sobretudo, buscou afirmar parcerias com outros movimentos de luta pela terra ampliando suas dimensões de luta nos campos político e social, na medida em que também se distanciou apenas daquele viés reivindicativo.

Entretanto, em janeiro de 2001, durante o I Fórum Social Mundial, na cidade de Porto Alegre (RS), o MST, ao lado da Via Campesina, participou da destruição de uma plantação de milho geneticamente modificado de uma fazenda da multinacional *Monsanto*, em protesto aos transgênicos que desfavorecem à pequena produção agrícola. Além disso, a multinacional havia realizado acordos com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), através dos quais esta, repassaria a multinacional as variedades de soja desenvolvidas nos últimos anos, adaptadas às condições brasileiras, para serem transformadas em sementes transgênicas, resistentes ao herbicida *Roundup*, também da *Monsanto*. Em outubro do mesmo ano, cerca de 1200 trabalhadores sem-terra ligados ao MST, ocuparam a sede da EMBRAPA para protestar contra a efetivação desses contratos (MST, 2001).

Outra mobilização que merece registro foi a manifestação de mais de 7 mil trabalhadores rurais ligados ao MST e ao MPA, em novembro de 2001, em frente às agências bancárias de dez estados brasileiros. Esses trabalhadores reivindicavam pela renegociação das dívidas provenientes de créditos agrícolas. Logo, em seguida, o governo anunciou, oficialmente, a recontração das dívidas dos pequenos agricultores e assentados do MST, estimada em R\$ 4 bilhões, o que foi muito positivo para os trabalhadores (MST, 2001).

Embora FHC tenha afirmado que realizou “a maior reforma agrária da história do Brasil”, essa realidade gerou ao menos dois resultados: 1) o crescimento do número de famílias acampadas e assentadas, sendo que em 2004 esse número chegou a 180 mil; e 2) a precarização dos assentamentos. Visto que, nesse governo os projetos de assentamentos implantados ficaram incompletos, além de não terem infraestrutura básica, a maior parte desses assentamentos não recebeu crédito agrícola e de investimento, o que provocou a descapitalização de centenas de milhares de famílias (FERNANDES, 2010).

Tudo isso nos sugere que o governo Fernando Henrique “nunca teve um projeto de reforma agrária”. No decorrer dos dois mandatos, a maior parte dos assentamentos implantados foi resultado de ocupações de terra. Todavia, em seu segundo mandato, promoveu a “judicialização da luta pela terra”, criminalizando as ocupações e os movimentos camponeses, com forte presença do Poder Judiciário, decretando prisões de lideranças sem-terra, até mesmo de forma preventiva, como ocorreu na região do Pontal do Paranapanema (FERNANDES, 2010, p. 173).

Nessa conjuntura de refluxo, diminuíram as ocupações de terra e, em consequência, também reduziu-se o número de assentamentos implantados. Para garantir as metas promovidas pelo governo, o Ministério da Reforma Agrária “clonou” assentamentos criados anteriormente ou por governos estaduais e registrou-os como assentamentos implantados no segundo mandato FHC. Essas ações provocaram confusões nas estatísticas oficiais, de modo que em 2003, nem mesmo o INCRA conseguia afirmar com veracidade a quantidade de assentamentos que haviam sido implantados no período (FERNANDES, 2010).

2.3 A LUTA PELA TERRA ARTICULADA À CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA HEGEMONIA

A vitória do presidente Lula nas eleições de 2002 reascendeu as esperanças dos trabalhadores rurais sem-terra de que o governo avançaria no processo de luta pela terra, o que de certo modo motivou mais uma enorme frustração à classe trabalhadora brasileira, tendo em vista que o governo continuou mantendo os instrumentos da política agrária do governo FHC. Além do latifúndio, o maior desafio para a luta pela terra e implementação da reforma agrária passou a ser o agronegócio, com toda sua potencialidade. Sobretudo, essa vitória eleitoral não foi suficiente para gerar mudanças significativas na estrutura fundiária, no modelo agrícola e no modelo econômico do país.

Para combater as lutas por terra, o Estado e os defensores do agronegócio seguiram defendendo a política de “reforma agrária de mercado”. Essa iniciativa fez parte de uma tentativa de “despolitizar e desmobilizar” a luta pela terra, “jogando-a no âmbito do mercado” (FERNANDES, 2010, p. 188).

Entretanto, nossa prioridade, neste item, é protagonizar as ações de contra-hegemonia do MST durante os dois mandatos do presidente Lula, potencializando a luta pela terra como luta política e vinculada a um projeto socialista de sociedade. No terceiro capítulo abordaremos,

mais especificamente, a luta no campo da reforma agrária e por mudanças sociais no país, embora articuladas dialeticamente ao processo de luta pela terra.

Para o MST, a mobilização pela terra é uma “luta popular heterogênea, construída na práxis”. No Brasil, a luta pela terra avança alheia a existência ou não de um plano de reforma agrária, mesmo que se mantenha a reforma agrária na pauta política do Estado. Evidentemente, a participação do Estado nesse processo é fundamental, mas, no Brasil, o seu impulso não é determinante, nem propositivo (FERNANDES, 2010, p. 180).

Desse modo, a luta pela terra segue conforme o potencial de mobilização dos movimentos que lutam por terra. O MST se consolidou como movimento a partir da luta pelo acesso e direito a terra no país, não apenas por questões econômicas e de sobrevivência das famílias sem-terra, mas por realizar parte dos anseios da classe trabalhadora de construir uma nova sociedade, mais igualitária e socialista.

É possível afirmar que a luta pela terra entendida enquanto práxis política e articulada à construção de um novo projeto societário implica, de certo modo, na “passagem do momento econômico-corporativo ao ético-político”, conforme mencionado brevemente no item 2.1 desse capítulo, com base no referencial gramsciano.

A construção de uma “nova hegemonia” para Gramsci (2006, p. 260) se dá a partir da “consciência crítica” e da “vontade coletiva” no âmbito da “sociedade civil”, isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados” (GRAMSCI, 2006, p. 20).

Nesse aspecto, Coutinho (1994, p. 54-55) indica que é na esfera da sociedade civil, que as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da “direção e do consenso”, uma vez que os interesses “particulares” passam a se articular com os interesses “universais”.

Mas, para tal, Gramsci insiste na necessidade de que as classes sociais abandonem o seu modo de pensar corporativo, produto das relações sociais e do modo de ser próprio da sociedade burguesa, que obstaculiza a formação de um projeto coletivo (SIMIONATTO, 1998, p. 46).

Para a autora a construção da hegemonia exige, assim, a superação de “interesses particularistas e individuais” e, somente, a partir da “superação desse modo de ser e de pensar”, a “vontade

coletiva” avança e vai delineando uma “nova consciência”, que se manifesta e se concretiza na prática política. Constituir-se como classe hegemônica significa, assim, “tornar-se protagonista das reivindicações de outros estratos sociais [...] de modo a unir em torno de si esses estratos, realizando com eles uma aliança” (GRUPPI, 1978, p. 59 *apud* SIMIONATTO, 1998, p. 46) na luta por interesses comuns.

Pode-se dizer que é partir de um projeto coletivo das classes subalternas que se torna possível à construção de uma nova hegemonia, por meio de um trabalho incessante dos “de baixo”,

Para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela (GRAMSCI, 2006, p. 110).

Nesse sentido, entendemos que o MST por meio de suas ações coletivas de resistência no campo da luta pela terra, entrelaçada dialeticamente, à luta pela reforma agrária e por mudanças sociais, aproxima-se à construção de uma nova hegemonia, colocando-se no horizonte da “grande política”, à medida que também sintetiza “germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais” (GRAMSCI, 2007, p. 16).

Quando as manifestações do MST hipertrofiadas no campo meramente econômico através das “demandas materiais/emergenciais do cotidiano” (SCHERER-WARREN, 2007), como as reivindicações pelo acesso a terra, por infraestrutura nos assentamentos, por cestas básicas, saúde e educação no campo, regularização fundiária, desapropriação de terras, liberação de crédito, ou seja, aquelas demandas parciais e cotidianas, situadas no âmbito daquilo que Gramsci denomina de “pequena política”, passam a ser articuladas nacionalmente (em um plano “mais universal”), no terreno da luta política por meio dos fóruns, jornadas, congressos e assembleias, colocando a luta pela terra num patamar mais amplo, em prol da democratização da terra, contra as transnacionais, contra os transgênicos e o combate ao agronegócio, essas manifestações aproximam-se daquilo que Gramsci chama de “grande política”, para criar novas relações na efetivação de um projeto contra-hegemônico ao capital. É nesse momento que se dá “a passagem do

movimento reivindicativo para o movimento político propriamente dito” (SCHERER-WARREN, 2007).

Para a autora a aproximação/articulação da luta pela terra a um “novo projeto de nação” só é possível no “nível político articulatório” do movimento, através dos fóruns de debate, da atuação da Via Campesina do Brasil, da Assembleia Nacional Popular, da Semana Social Brasileira, do Fórum Social Mundial, etc. Propõe-se, contudo construir novas relações de força política com a sociedade e com os movimentos sociais urbanos, tendo em vista a ampliação de um “movimento de massa”.

Essas massas [...] aprendem na prática, ensaiam seus primeiros passos à vista de todos, tateiam o caminho, fixam objetivos, põem a prova suas próprias forças [...] realizam heroicos esforços para se elevar à altura das tarefas gigantescas, de envergadura universal [...] (LENIN, 1982, p. 12-13).

A necessidade de unificar as ações dos movimentos sociais no novo cenário político que vive o país após a vitória de Lula, impulsionou partir de um “esforço unificador” o MST e outras entidades do movimento social brasileiro, com destaque para a CUT, a UNE, a Ubes, a Conam e a Pastoral Operária à criação da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)³⁰, em agosto de 2003, buscando definir uma plataforma comum de propostas e organizar ações conjuntas, tendo como objetivo fortalecer o campo das mudanças e ampliar a democracia, mobilizar os trabalhadores e a população em geral, reunindo força suficiente para enfrentar “os interesses dos banqueiros, das transnacionais, dos latifundiários, bem como dos organismos internacionais, abrindo perspectivas para a construção de um novo país” (CMS, 2003). Além disso, visa também municiar o conjunto dos movimentos populares e a classe trabalhadora para que haja unidade de ação e mobilização popular, exigindo, conforme disse Lula em seu

³⁰ Há quem diga que esse novo espaço de articulação das organizações sociais não conseguiu unificar as ações das organizações sociais nem garantir a autonomia do movimento social, condições necessárias para que se pudesse levar a disputa do governo para as ruas. Não é surpresa que não tenha logrado tomar nenhuma iniciativa capaz de desequilibrar a correlação de forças. Na realidade, o imobilismo do movimento social tinha origens mais profundas e não seria resolvido sem profundas rupturas com o governo Lula e com tudo o que ele passou a representar (SAMPAIO Jr. 2005, p. 76).

discurso de posse: “o resgate das centenárias dívidas sociais deste país” (CMS, 21 de agosto de 2003).

Assim, os movimentos sociais e o MST tem definido uma agenda comum de lutas no campo da luta pela terra tendo como questão prioritária e estratégica a iniciativa de denunciar as consequências causadas pela ALCA ao conjunto dos países latino-americanos, e ao mesmo tempo, tem buscado organizar “lutas massivas” para combater o projeto da “área de livre comércio”. Estas mobilizações ganharam evidência nas caminhadas e marchas mundiais contra a ALCA, realizadas no contexto do 1º, do 2º e 3º Fórum Social Mundial (FSM), realizados em Porto Alegre (RS). O 3º FSM aconteceu no primeiro ano do governo Lula, trazendo muitas expectativas aos movimentos sociais que acreditavam no cumprimento de muitas promessas feitas na campanha eleitoral bem como durante toda a trajetória histórica do PT.

Em entrevista sobre a participação do MST no 3º FSM e quando questionado da possibilidade de levar a experiência do movimento a outros movimentos similares pelo mundo, Stédile, declarou que:

Em relação aos movimentos camponeses, nós temos uma articulação nacional e internacional que é a Via Campesina e, também sempre aproveitamos o FSM, para nos reunir, trocar ideias. Primeiro, entre nós dos movimentos camponeses, e depois também com outros movimentos sociais, nas assembleias mundiais que temos realizado. Mas também com outros setores sociais. De certa forma, [...] estamos produzindo uma globalização da luta pela terra. Porque nos últimos 20 anos, o capital financeiro internacional e suas multinacionais estão tomando conta da agricultura, das agroindústrias, do comércio agrícola, em todo mundo (STÉDILE, Portal da Terra, 15/01/2003).

Segundo o Jornal Sem-Terra (MST, 2006), o 6º FSM, em Caracas, teve a sua edição “mais politizada”. A relação entre movimentos sociais, governo e partidos foi intensamente discutida, detendo-se em um debate mais específico sobre as pautas das organizações sociais. Outro ponto que esteve presente nos debates foi o “sentimento anti-imperialista”, contra a guerra e pela necessidade de integração entre os países da América Latina.

O espaço de debate e articulação proporcionado pelo 6º FSM significou um importante momento para a Via Campesina Internacional e a Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) reforçarem a discussão sobre reforma agrária em todo o mundo e formularem estratégias e alternativas contra o neoliberalismo. Para resistir às políticas da OMC, FMI e Banco Mundial, “que expulsam as famílias do campo é preciso mobilizações concretas e conjuntas” (MST, 2006).

“O Fórum é um momento de articular alianças com outros setores para que, em conjunto, tomemos essas ações. Se isso não ocorrer, seguirão nos ameaçando, desprestigiando nossos movimentos e encarcerando nossos líderes”, afirmou Juan Tinney, da Coordenação Nacional Indígena e Campesina (Conic), da Guatemala. Uma destas articulações conjuntas é o 17 de abril, *Dia Internacional da Luta Camponesa* e o 16 de outubro, *Dia Mundial da Soberania Alimentar*.

De acordo com Jaime Amorim, integrante da coordenação nacional do MST, “as mudanças políticas em curso na América Latina, aliadas ao espaço que vem sendo construído pelo FSM, provocam um otimismo nos movimentos” (MST, 2006), sendo que:

Nunca tivemos tanto espaço para discutir a luta pela terra. Mas é preciso lembrar que não podemos ficar esperando que o governo faça a reforma agrária. Ela é fruto da organização da classe trabalhadora e de muita luta social. Ela não pode ser vista como uma política compensatória [...]. A democratização da terra é um projeto de desenvolvimento que vai beneficiar toda a sociedade.

Salienta-se, ainda que na 6ª edição do FSM e também ano eleitoral para a presidência da República brasileira, Marina dos Santos e Gilmar Mauro, integrantes da direção nacional do MST, já deixavam clara a necessidade de “construir alianças com diversos setores da sociedade para construir e debater o poder popular”. Sobretudo, “devemos continuar com as alianças com os movimentos sociais de base e de massas, como a Via Campesina, as assembleias populares e o Grito dos Excluídos, debatendo e construindo com eles um Projeto Popular para o Brasil” (JORNAL SEM-TERRA, 2006).

Teremos que estudar muito para entender a natureza do desenvolvimento atual do capitalismo e do imperialismo e suas implicações no meio rural. Temos também que aproveitar o espírito de preparação do V Congresso e fazer um bom debate sobre um novo programa agrário para o MST e toda a Via Campesina. Consolidar o processo de organicidade interna através das brigadas, setores, envolvendo mais gente e elevando o nível de consciência das pessoas, através da participação, estudo e educação. Desenvolver formas de envolver cada vez mais a juventude dos acampamentos e assentamentos nas atividades de formação e lutas para que eles sejam, de fato, uma força de resistência contra o sistema. Buscar cada vez mais desenvolver atividades de formação, qualificando a militância e os quadros de direção do nosso Movimento. Sobretudo, devemos aproveitar o ano eleitoral para continuar debatendo com a sociedade um projeto de transformação social [...] (SILVA, 2006).

Nesse caminho, o MST seguiu participando de todas as edições do FSM durante o governo Lula, na tentativa de pensar a luta pela terra articulada à construção de uma nova sociedade pautada no socialismo e que assegure “a justiça, a igualdade e a paz entre os povos” (MST, 2006).

Os jovens militantes do MST também marcaram presença nos Fóruns Sociais Mundiais através do *Acampamento Intercontinental da Juventude*, a fim de mostrar que estão “insatisfeitos com o sistema capitalista e que acreditam em transformações” na sociedade (MST, 2006).

O Fórum Social Mundial é um espaço de encontro aberto visando aprofundar a reflexão, o debate de ideias democráticas, a formulação de propostas, a troca sem entraves de experiências, e a articulação com vistas a ações eficazes, de instâncias e de movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e a dominação pelo mundo do capital e toda forma de imperialismo (CASSEN *apud* LÖWY, 2009, p. 121).

Com o lema “*Outro mundo é possível*”, o FSM passou pelo Brasil, Venezuela, Índia e Quênia, e outros países, “levando a esperança de um mundo novo com justiça social, democracia, sem destruir o planeta e valorizando as culturas nacionais”. O FSM foi fundamental para a construção de uma nova conjuntura “que valorize a integração e a solidariedade entre os povos” (MST, 2010).

Em 2010, último ano do segundo mandato do presidente Lula os movimentos sociais, dentre eles, o MST, reunidos no *Fórum Social Mundial Temático*, em Salvador, reafirmaram seu compromisso com a luta por justiça social, democracia, soberania, pela integração solidária da América Latina e de todos os povos do mundo, pelo fortalecimento da integração dos povos, pela autodeterminação dos povos e contra todas as formas de opressão.

“A Assembleia dos Movimentos Sociais foi importante para marcar a unidade dos movimentos neste ano eleitoral e enfrentar o debate para disputar hegemonia na sociedade” (SILVA, 2010).

Nessa edição, reunidos em Assembleia Nacional, os movimentos sociais também realizaram uma análise dos sete anos do governo Lula, destacando a “valorização” do salário mínimo e as políticas sociais como o Bolsa Família, visto que:

Muito mais há para ser feito. As reformas estruturais capazes de enraizar as conquistas democráticas não foram realizadas e a grave desigualdade social perpetrada por mais de 5 séculos em nosso país está longe de ser resolvida. Por isso, devemos lutar pelo aprofundamento das conquistas nesse período de embate político que se aproxima (MST, 2010).

No primeiro mandato do presidente Lula o modelo econômico assumido, de um lado, fez concessões importantes ao grande capital. Acoplou uma série de medidas de sentido redistributivo e de transferência de renda somados a pequenos aumentos do salário mínimo³¹ produziu uma ativação da economia local e do “consumo em massa”

³¹ De acordo com o DIEESE (2006) o reajuste do salário mínimo nacional no período entre 2003 – 2006 representou um aumento real de 25,32%. Sendo correspondentes, a R\$ 240,00 em abril/2003; R\$ 260,00 em maio/2004; R\$ 300,00 em maio/2005 e R\$ 350,00 em abril/2006. Os impactos dessas pequenas elevações estimam que: 39,9 milhões de pessoas têm seu rendimento referenciado no salário mínimo; R\$ 25,4 bilhões será o incremento de renda na economia e R\$ 6,3 bilhões o incremento na arrecadação tributária. Sem dúvida, tais estimativas justificam as

(SINGER, 2010, p. 06). Outras medidas no conjunto dos dois mandatos do governo petista englobam a expansão do crédito para as camadas de baixa renda, onde se inclui o crédito consignado, o crédito para a agricultura familiar, o microcrédito, a “bancarização” da população de baixa renda ou, no dizer de Granemann (2007) a “financeirização” ou a “cidadania monetária”.

O Estado respondeu com “focalizados” programas assistenciais: políticas governamentais destinadas a calar os reclamos dos mais pobres, e antecipar-se, freando os possíveis levantes que [...] se avizinhariam em um futuro próximo (PACHECO, 2007; tradução nossa; apud MARRO, 2009, p.155).

Tudo isso, aglutinado a um conjunto de medidas assistencialistas, sobretudo o Bolsa Família e o Luz para Todos³², ínfimas iniciativas de regularização de terras de quilombolas, os singelos reajustes do salário mínimo nacional entre outros, configurou a política social do governo Lula. Outras evidências foram o esvaziamento da proposta de reforma agrária “estrutural e massiva” prevista no II PNRA e as novas pressões para as reformas da previdência e assistência social.

Nessa direção, as políticas sociais no governo Lula situaram a emergência de “iniciativas exclusivas do Estado para responder a demandas da sociedade e garantir hegemonia” (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 37), tanto do ponto de vista econômico quanto político, conforme atestam as autoras:

medidas adotadas pelo governo Lula no que tange a ativação do consumo em massa, mais uma vez em defesa da legitimação de sua política macroeconômica.

³² O Governo Federal lançou em novembro de 2003 o Programa *Luz para Todos*, tendo como meta levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural até o ano de 2008. O mapa da exclusão elétrica no país revela que as famílias sem acesso à energia estão majoritariamente nas localidades de menor Índice de Desenvolvimento Humano e nas famílias de baixa renda. Cerca de 90% destas famílias têm renda inferior a três salários-mínimos e 80% estão no meio rural. Por isso, o objetivo do governo é utilizar a energia como vetor de desenvolvimento social e econômico destas comunidades, contribuindo para a redução da pobreza e aumento da renda familiar. A chegada da energia elétrica facilitará a integração dos programas sociais do governo federal, além do acesso a serviços de saúde, educação, abastecimento de água e saneamento. Durante a execução do Programa, novas famílias sem energia elétrica em casa foram localizadas e, em função do surgimento de um grande número de demandas, o programa foi prorrogado para ser concluído no ano de 2010. O Programa foi novamente prorrogado, agora para ser finalizado em 2011, para possibilitar que as obras contratadas até outubro de 2010 sejam realizadas (<http://luzparatodos.mme.gov.br>).

Pelo ângulo econômico, as políticas sociais assumem a função de reduzir os custos da reprodução da força de trabalho e elevar produtividade, bem como manter elevados níveis de demanda e consumo, em épocas de crise. Pelo ângulo político, as políticas sociais são vistas como mecanismos de cooptação e legitimação da ordem capitalista, pela via da adesão dos trabalhadores ao sistema.

Tais mecanismos utilizados pelo Estado em resposta governamental às demandas das classes subalternas, paulatinamente vão ao encontro da “pequena política”, na medida em que também “hipertrofiam na política social seu componente de controle e assistencialização” (MARRO, 2009, p. 04).

A esse emaranhado de ações que recebe ampla aprovação das classes subalternas Gramsci também (2000, p. 333) denomina de “consenso passivo” que implica a adesão de indivíduos ou camadas de classe “arreatando as paixões populares” ao projeto dos “dirigentes”. Nesta mesma direção Mota (2007, p. 127-136), apoiada em Gramsci, indica que no “conjunto dos programas sociais” da gestão petista ocorreu um “verdadeiro transformismo”, uma “nova reforma social e moral da burguesia, reveladora da sua pedagogia da hegemonia, ao atender a algumas necessidades objetivas da classe trabalhadora” e, em última instância, provocando uma “passivização da questão social” (MARRO, 2009, p. 169) passando a mesma a adquirir novos significados, tais como:

Questão social como exclusão; questão social como objeto da política social; questão social como ausência de cidadania e direitos sociais; questão social como desemprego (MOTA, 2007, p.136).

Essas tendências estão subjacentes à preservação da dinâmica capitalista e ao atendimento de necessidades imediatas da população, sem que se projete qualquer iniciativa no horizonte do enfrentamento das desigualdades sociais ao responder a dimensão compensatória da política social no governo Lula.

Mesmo com o descontentamento diante dos rumos tomados pelo governo Lula, “como o pesado investimento no agronegócio e a manutenção de uma política econômica considerada desfavorável ao

saneamento estrutural das desigualdades sociais” (GLASS, 2007), o MST tem demonstrado grande capacidade de detectar o “potencial de unificação” (ALMEIDA, 2007, p. 70) das lutas das classes subalternas no enfrentamento e resistência à hegemonia neoliberal, sendo que já nos primeiros anos do governo petista ficava evidente o não atendimento às expectativas da classe trabalhadora, tão pouco apontava avanços na reforma agrária. Para o próprio MST “a manutenção de uma política econômica neoliberal impede a realização de qualquer programa de reforma agrária” (Secretaria Nacional do MST, 2005).

Na tentativa de unificar a luta e fortalecidos pelos processos da *Semana Social Brasileira* e pelo *Jubileu Sul* através da campanha contra as dívidas externa e interna, com a campanha contra a ALCA se aprofundou o debate em mutirão e em assembleias populares em várias cidades e regiões de todo o país. Aglutinando, contudo os setores populares na busca por transformações sociais, através da *Assembleia Popular: Mutirão por um Novo Brasil*. Desde 2005, o MST tem liderado a criação e o fortalecimento de fóruns como a *Assembleia Nacional Popular*³³, iniciativa que busca articular movimentos de base de todo o país em torno do debate sobre “*o Brasil que queremos*”.

[...] a Assembleia Nacional Popular, dentre outros – é especialmente relevante para a formulação de políticas públicas e a construção dos ideários dos movimentos. É também uma importante ocasião para intercâmbios com movimentos de outra natureza (urbanos, de direitos humanos etc.) e negociações de pautas políticas (SCHERER-WARREN, 2007, p. 7-8).

No mês de abril de 2006, durante o *II Fórum Social Brasileiro*, realizado em Recife, a Coordenação dos Movimentos Sociais, da qual o

³³ A Assembleia Popular envolve organizações como o MST, Via Campesina, Grito dos Excluídos, Consulta Popular, entre outros. Surgiu enquanto processo da 4ª Semana Social Brasileira, realizada pelas Pastorais Sociais/CNBB. De 1997 a 1999, a CNBB liderou a realização da 3ª Semana Social sobre o tema central do resgate das dívidas sociais. Os grupos de reflexão e mobilização “não tardaram a perceber que a raiz da pobreza e miséria no país esta na Dívida Externa e agora, também na Dívida interna que neste ano de 2009 chegou a 1,8 trilhões de reais”. Deste processo surge o Jubileu Sul que organizou o plebiscito sobre a dívida externa no ano 2000 juntamente com diversas forças sociais e depois no ano de 2002 com a realização do plebiscito popular sobre a ALCA “se fortalece esse tipo de iniciativa como um espaço de formação política, de conscientização, responsabilidade e participação”. Durante estes vários processos outro debate vai sendo ampliado, isto é, “a reflexão sobre o modelo de país e que Brasil queremos” (ASSEMBLEIA POPULAR, 2009).

MST faz parte, lançou a proposta de desenvolvimento para o país, por meio do *Projeto Popular para o Brasil*. Trata-se de uma proposta unitária de desenvolvimento para o país, alicerçada na “soberania nacional, desenvolvimento, democracia e direitos sociais”.

O Projeto Popular para o Brasil apresenta uma nova proposta de desenvolvimento para o país, baseada em três objetivos principais: produzir uma análise científica da realidade brasileira, destacando a natureza das questões econômicas e sociais para resolver problemas como: desemprego, terra, alimentação, educação, saúde e moradia, isto é, produzir uma proposta para um desenvolvimento com justiça social; propor que estas soluções de desenvolvimento se transformem em bandeiras populares e estimular, apoiar e fortalecer as lutas de massa, pois somente grandes mobilizações casadas com a proposta do projeto é que poderão alterar a correlação de forças e ir forjando esse novo modelo de desenvolvimento nacional e, assim, produzir, a partir das necessidades e experiências concretas, novas formas orgânicas de acumulação de forças em torno deste projeto (MST, 2001, p. 26).

Conforme destaca João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, elegeram-se três bandeiras principais de luta para o ano de 2006: a reestatização da Vale do Rio Doce; o trabalho com a juventude e, principalmente, a construção de um novo programa de desenvolvimento para o país (Jornal de Brasil de Fato, 11 de julho de 2006).

Tal proposta desafia à construção de “um novo modelo de sociedade, um novo projeto de sociedade, um novo modelo de desenvolvimento”, através da organização popular, considerando-se:

Uma dinâmica está se constituindo que pode marcar uma etapa importante na organização dos movimentos sociais e populares, na participação do povo e na transformação e construção da sociedade que queremos. O exercício do poder popular deve estar a serviço da construção do Projeto Popular para o Brasil construído pelo próprio povo desde seu local, com dimensão

nacional e internacional (ASSEMBLEIA POPULAR, 2009).

O *Projeto Popular para o Brasil* visa enfrentar os limites atuais da sociedade “trazendo uma nova visão e novos valores”, como: igualdade, diversidade, justiça, liberdade, participação, transparência e controle social (Ibid). Nas duas edições da Assembleia Popular (2005 e 2010) também se destacaram as campanhas nacionais contra a ALCA; pela reestatização da Vale do Rio Doce; e contra os altos preços da energia elétrica ³⁴.

É importante resgatar que em 2003 houve um expressivo avanço na luta contra a ALCA a partir do *III Encontro Hemisférico Contra a ALCA*, realizado em La Havana, Cuba. Para Luiz Bassegio, secretário do Grito dos Excluídos Continental e da Coordenação da Campanha Continental contra a ALCA, “somente mobilizações massivas e simultâneas permitirão fortalecer a luta e derrotar o projeto imperialista de imposição da ALCA” (BASSEGIO, 2004).

Como pontos importantes neste processo de avanço da luta contra a ALCA, queremos destacar o fato de se ter definido como eixo comum articulador, barrar a implantação da ALCA, permitindo a soma de muitas forças e levando a organizar marchas, consultas, calendários comuns; enfim, superando a departamentalização; o trabalho pedagógico de conscientização das massas que as consultas e plebiscitos suscitaram; as manifestações massivas realizadas em Quebec, Quito, Porto Alegre, Buenos Aires, La Paz, Cancun e Miami. A Campanha também permitiu que um tema complexo, oculto, discutido apenas por técnicos e governantes, se tornasse um tema discutido pelo povo, pelos movimentos sociais, de forma a fazer entender que a ALCA é uma estratégia de dominação econômica, política, militar e cultural do governo estadunidense. Por

³⁴ Conforme proposta da Via Campesina (2008) acerca do modelo energético: “queremos que a organização do sistema energético brasileiro não atenda o lucro das empresas multinacionais e sim para o bem-estar da população brasileira. A energia se tornou um insumo básico na sociedade, mas que é negado à população que não tem acesso ou não pode pagar pelo serviço. Exigimos: 100 Kw/h grátis de energia para a população (isso já acontece no Paraná); igualdade de preço entre as tarifas pagas pela população e pelas grandes empresas; redução das tarifas de energia”.

fim, nos demos conta que a luta não é apenas contra a ALCA, mas, principalmente contra o sistema capitalista. A luta contra a ALCA é um dos campos de batalha (BASSEGIO, 2004).

As mobilizações dos sem-terra no Brasil articularam-se a outros sujeitos coletivos na luta contra as privatizações. No que tange a campanha pela reestatização da Vale do Rio Doce, enfatizamos:

Defendemos a reestatização da Vale - Os problemas causados pela atuação da Vale nas comunidades são consequências da sua privatização. A empresa pública passou para o controle privado em benefício do lucro de especuladores estrangeiros em 1997. Fomos e somos contra a venda da Vale, ocorrida num processo cheio de irregularidades, que consideramos crime de lesa pátria e traição ao povo brasileiro. Por isso, defendemos a anulação da sua privatização a partir das ações que estão na Justiça. Em 2007, mais de 40 organizações promoveram um plebiscito popular sobre a retomada da Vale por conta das irregularidades da privatização. O resultado demonstra que 3,7 milhões de brasileiros defendem que a mineradora volte a ser uma empresa pública. O artigo 176 da Constituição determina que as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União e devem seguir o princípio da soberania nacional (VIA CAMPESINA, 2008).

Até o momento a “Vale” continua privatizada tendo como principal adversário combativo o próprio MST (ALMEIDA, 2007). Mesmo assim, o compromisso e o apoio do MST nas campanhas citadas, denotam o posicionamento crítico do movimento contra o modelo de dominação capitalista em todas suas facetas e expressões. Do mesmo modo que busca “construir alternativas de integração que permitam que um novo mundo seja possível” através de esforços coletivos partindo das classes subalternas (MST, 2006).

Apesar da “cobrança mais dura” de um posicionamento claro do presidente Lula a respeito de suas demandas, não foi propriamente o governo o “alvo central” da Jornada Nacional de Lutas do MST, no chamado “*Abril Vermelho*” no ano de 2007 (GLASS, 2007). Segundo José Batista de Oliveira, dirigente nacional do MST em São Paulo, “o adversário principal das organizações populares é o capital financeiro, considerado a maior força política do país. E contra este e sua estratégia de subordinação do poder constitucional, o que resta é a união de todas as forças que se contrapõe à sua hegemonia” (MST, 2007).

Ao final da jornada, foi aprovada a versão final de um novo manifesto contra a política econômica do governo Lula e contra o agronegócio. Entre os movimentos envolvidos na aprovação do documento estavam presentes: Via Campesina, Intersindical, Conlutas, Coordenação dos Movimentos Sociais (Conam, CUT, MST, UNE e Marcha Mundial de Mulheres), Assembleia Popular e a Pastoral Operária (MST, 2007).

Junto à luta internacional da Via Campesina, o MST e demais movimentos ligados a ela, a partir da troca de experiências e das múltiplas articulações, tem apresentado uma plataforma unitária de lutas contra as políticas neoliberais e a chamada globalização capitalista: as multinacionais do agronegócio, os monopólios dos produtores de semente, os fabricantes de transgênicos, os grandes proprietários de terra.

Há um alargamento da plataforma política que extrapola as questões agrárias e fundiárias e passa, de forma geral, a aglutinar e a envolver os diversos setores da sociedade. De certa forma, é um conjunto de ensaio que está amadurecendo e, na medida em que vai ampliando a mobilização social, a pressão, vai se preparando para batalhas decisivas no futuro que irão romper com o modelo atual e construir um modelo alternativo [...] (BAGGIO, Revista Sem-Terra, 2007).

Isso se traduziu nas ações do MST contra os transgênicos, o que é tanto um combate contra a tentativa das multinacionais (*Monsanto*, *Syngenta*) de controlar totalmente as sementes, submetendo os trabalhadores à sua dominação, como uma luta pela preservação do meio ambiente. É preciso mencionar também seu enfrentamento às multinacionais de celulose que se multiplicam, às florestas de eucaliptos (monocultura) que destroem toda biodiversidade (LÖWY, 2010, p. 41).

Em nome da *Campanha Nacional por um Brasil Livre de Transgênicos*³⁵, o MST tem se colocado contra o plantio e a comercialização de transgênicos no país. Como pode ser observado a partir do documento intitulado: *Dez razões para ser contra os produtos transgênicos*, publicado pelo MST em 07 de junho de 2003, período em que foram editadas duas medidas provisórias (113 e 131) referentes à produção e comercialização de transgênicos, posteriormente convertidas em leis (Lei 10. 688, de 13 de junho de 2003 e Lei 10.814, de 15 de dezembro de 2003).

Dentre as dez razões mencionadas no documento para ser contra os transgênicos, destacamos a décima, uma vez que fica visível a posição do MST contra o modelo capitalista:

É possível ter sementes e alimentos saudáveis em grande quantidade para toda a população mundial, respeitando o meio ambiente, praticando uma agricultura saudável, sem depender de transgênicos. A fome existente no mundo e no Brasil não é decorrente da falta de alimentos, mas do modelo econômico concentrador de renda e de riqueza, que impede que muitas pessoas tenham acesso aos alimentos necessários para uma vida saudável (MST, 2003).

Retomando a palavra de ordem “*Por um Brasil Sem Latifúndio*”, do IV Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, no ano 2000, o MST novamente se coloca no combate ao latifúndio. Nesse trajeto, o enfrentamento ao “continuísmo” do latifúndio no Brasil e a necessidade de uma reforma agrária também atingiu visibilidade nacional já no primeiro ano do governo Lula, através da *Jornada Nacional contra o Latifúndio*, no *Dia Internacional de Luta Camponesa*, o dia 17 de abril³⁶. O MST promoveu uma série de eventos de “conscientização” e marchas estaduais, bem como ocupações de latifúndios improdutivos, durante todo o mês de abril.

³⁵A Campanha Nacional Por Um Brasil Livre de Transgênicos foi criada em 1999 por um grupo de organizações não governamentais (ONGs) contrárias a introdução de sementes transgênicas no país.

³⁶O dia 17 de abril foi instituído pela conferência da Via Campesina Internacional como Dia Mundial de Luta Camponesa, em homenagem aos mártires de Eldorado dos Carajás. Em todo mundo acontecem manifestações nesta data. Na mesma época, por iniciativa da ex-senadora Marina Silva, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto reconhecendo 17 de abril como o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária.

A iniciativa se fez necessária para mobilizar o povo nessa luta e esclarecer que muitos problemas enfrentados no meio urbano, como violência e desemprego, são ocasionados pelo êxodo rural, pela dificuldade que o trabalhador rural enfrenta em produzir e trabalhar a terra (CMI Brasil, 14/04/2003).

Em Pernambuco foram feitas 14 ocupações de latifúndios, com a participação de mais de três mil famílias. Outra ação programada foi a *Marcha contra o Latifúndio*, que se estendeu do dia 13 ao dia 14 de abril, com chegada à cidade de Cabo, onde houve um ato público contra o latifúndio. E no dia 15, a marcha chegou ao Recife, onde uma pauta de reivindicações contra “a manutenção do latifúndio e pela falta de um programa de reforma agrária efetivo e sério” foi entregue no Palácio do governo (MST, 2003).

No Paraná, além da *Marcha contra o Latifúndio* também se marchou contra a ALCA e pela cidadania. A marcha partiu de Ponta Grossa, com 250 caminhantes, se estendeu até Curitiba, onde aconteceu um ato contra a violência no campo. Em seguida os representantes dos trabalhadores iniciaram uma rodada de negociações com o governo do Estado e o INCRA.

No Rio Grande do Sul, houve quatro marchas, saindo dos municípios de Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas e Santana do Livramento. Em Minas Gerais, as marchas saíram em duas colunas - cada uma com cerca de 100 pessoas - uma da cidade de Formiga, e a outra de Frei Inocêncio se estendendo até Belo Horizonte, onde os marchantes acamparam por alguns dias, para realizar diversas audiências com representantes do INCRA.

Na Paraíba, o MST realizou sua Marcha contra o Latifúndio e pela Paz, saindo da cidade de Mari com destino a João Pessoa. Ao mesmo tempo, o movimento se posicionou contra a guerra dos Estados Unidos e Iraque. No Espírito Santo, duas colunas de manifestantes saíram em caminhada dos municípios de João Neiva e de Iconha, cada uma com 100 trabalhadores, rumo a Vitória. Em Goiás, a Marcha pela Paz, Reforma Agrária e Justiça Social caminhou rumo ao centro de Goiânia. Uma marcha com três colunas de marchantes também aconteceu em Mato Grosso. Em Sergipe, cerca de 700 famílias de trabalhadores rurais sem-terra montaram um acampamento na rodovia estadual 212, a 10 Km de Nossa Senhora da Glória, sertão sergipano.

Cerca de mil trabalhadores rurais sem-terra, de várias regiões de Santa Catarina, iniciaram uma marcha entre Gaspar e Florianópolis, passando por várias outras cidades do litoral do Estado.

Em Tocantins, diversas atividades aconteceram juntamente com outros movimentos do campo e o INCRA, foi realizado um seminário estadual para discutir o orçamento do INCRA em 2003; 75 famílias acamparam na Fazenda Bonanza, em Colméia; 500 famílias acamparam no INCRA para agilizar os encaminhamentos e posse do novo superintendente do instituto. Vários grupos de trabalho discutiram os seguintes assuntos: gestão participativa; créditos, vistorias e desapropriações. O resultado foi a criação de um Fórum Permanente de Negociações. No Rio de Janeiro, cerca de 50 famílias ocuparam uma faixa de terra às margens da rodovia BR-393, que liga a Via Dutra ao norte do país, próxima à entrada dos distritos de Dorândia e Vargem Alegre, no município de Barra do Piraí.

Na *Jornada Nacional de Lutas – “Abril Vermelho”* (2007), a ação do MST apontou “artilharia para o modelo agroindustrial abraçado pelo capital financeiro, visto como força maior no impedimento da reforma agrária”. “O presidente Lula será cobrado a se posicionar claramente” (BATISTA, 2007). De acordo com a direção nacional do MST, representada por Stédile e José Batista, para além das pautas específicas do movimento em cada estado, as mobilizações de 2007 visaram, por um lado, recolocar a reforma agrária na pauta nacional, uma vez que a questão se apagou do discurso programático do governo; por outro lado, a política do movimento se concentrou no confronto direto à confluência do capital financeiro com o latifúndio, força que estaria colocada como principal oposição à reforma agrária.

O fato de “a estrutura que está colocada politicamente para o campo brasileiro” ter sido uma opção explícita do governo Lula - reafirmada recentemente com a “beatificação” do setor sucroalcooleiro, elevado a herói nacional pelo presidente - tem suscitado no MST um processo complexo de reflexão sobre a relação do movimento com o Planalto. Um rompimento com Lula parece não estar colocado, mesmo porque o MST se coloca como força autônoma, sem alianças a serem rompidas, mas há uma elevação do tom das críticas e cobranças (BATISTA, 2007).

A partir do entendimento de que um dos fenômenos do neoliberalismo tem sido a submissão dos governos à hegemonia do capital, na avaliação do MST, “o governo Lula não escapou à regra”:

O capital está se institucionalizando. O que vemos nos últimos anos é que o capital impôs ao governo Lula a manutenção do modelo econômico anterior. Por outro lado, porém, o movimento quer de Lula um posicionamento político claro quanto à reforma agrária (BATISTA, 2007).

A partir da argumentação de José Batista (MST, 2007), de que há “uma elevação do tom das críticas e cobranças” e de que “estamos a nível de discussão” frente aos compromissos governamentais e da proposição de mecanismos para a reforma agrária e para a luta pela terra no país, destacamos:

Nós não vamos discutir números. O principal indicativo de que não foram cumpridas as metas do PNRA são as 140 mil famílias do movimento que estão acampadas. A maioria desses acampamentos existe desde 2003. Não é preciso discutir com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, se tem mais ou menos em número; as famílias são testemunhas: não fomos beneficiados pela reforma agrária. Mas queremos tratar com o governo federal. E queremos tratar não dizendo o que não fez, queremos tratar dizendo por que não fez. E se quiser fazer, então vamos discutir como. Nós estamos fazendo um esforço de propor o que tem que mudar para fazer a reforma agrária, para mexer na estrutura fundiária (BATISTA, Repórter Brasil, 16/04/2007).

De acordo com o dirigente do MST, apesar da sinalização por parte de Lula, no começo do ano, de que o governo queria “dialogar”, “não foi marcada nenhuma audiência com o presidente” (BATISTA, 2007). Não obstante, o movimento já apresentava uma extensa lista de reivindicações a ser negociada com o Planalto e os diversos ministérios. Entre as demandas, se destacam a adoção de mecanismos para a implementação de um “programa massivo de reforma agrária” que beneficiaria um milhão de famílias de trabalhadores sem-terra; a

atualização dos índices de produtividade e da mudança das normas internas para acelerar os processos de desapropriação, com aplicação dos ritos sumários; a destinação imediata para a reforma agrária de todas as fazendas hipotecadas em bancos públicos ou envolvidas com dívidas de impostos e direitos trabalhistas; assentamentos criados próximos às cidades, em terras férteis, combinados com agrovilas e agroindústrias, garantindo outros tipos de trabalho e renda para as mulheres e jovens; fortalecimento e expansão dos programas de educação e alfabetização do movimento; e, no aspecto administrativo, a vinculação do INCRA diretamente a Presidência da República e a contratação urgente de novos funcionários para o órgão.

Em defesa à democratização da terra, em novembro de 2004, foi realizado em Brasília, o *Primeiro Congresso da Terra e da Água*. O evento foi promovido pelas principais entidades nacionais que constituem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária, contou com a presença de 10.000 indígenas, quilombolas, sem-terra e trabalhadores rurais familiares. Apesar de convidados, nem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva nem o ministro do Desenvolvimento Agrário se fizeram presentes no evento. A única ministra que aceitou o convite, a de Minas e Energia, Dilma Rousseff, teve momentos de grande dificuldade de comunicação com os participantes, resultando até em manifestações maciças de desaprovação. A CPT, o setor Pastoral da CNBB e a Cáritas Brasileira, também vinculada a Igreja Católica, fizeram parte da organização do congresso, de certo modo, “dando claro sinal de seu compromisso em favor dos deserdados do campo em sua luta pela terra e a água como fonte de vida” (POLETTI, 2010, p. 137).

Um evento como este expressa com nitidez o posicionamento dos movimentos populares ligados à luta pela terra frente à política agrária e agrícola do governo federal. Ao mesmo tempo, elas revelam os dilemas da mobilização social em favor de transformações profundas frente a um governo eleito para responder a essas expectativas (Ibid, p. 138).

No primeiro ano de mandato, o governo Lula já dava evidentes sinais de ter cedido às pressões em favor de uma política econômica conservadora, deixando de lado seus compromissos históricos em benefício de mudanças que criariam novas oportunidades sociais para a maioria da população. A justificativa oficial de que era preciso

privilegiar o agronegócio e os setores exportadores para gerar superávit comercial, a fim de manter credibilidade internacional. Assim, cresceu a necessidade de intensificar a mobilização popular para pressionar o governo a mudar o rumo de sua política. A realização do Congresso da Terra e da Água, em 2004, resultou desse impasse, enquanto expressão dessa “inquietação popular”.

Para Fernandes (2008, p. 3) uma das principais características do MST é:

Saber acompanhar as mudanças das conjunturas políticas. Aliás, esta é uma prática de destaque nos principais espaços políticos do MST, que tem grande relevância para a defesa de sua resistência contra o capital. A participação do MST na Via Campesina muito contribuiu com essa compreensão. A maior e melhor compreensão das realidades é possível quando se acompanha as lutas de movimentos camponeses de vários países do mundo. O inimigo comum dos movimentos camponeses em todo o mundo chama-se agronegócio. Ser um movimento camponês na América Latina significa lutar pela reforma agrária e contra o agronegócio.

A luta contra as corporações do agronegócio adquiriu enorme visibilidade, especialmente, em 2004, quando cerca de 3.500 famílias ligadas ao MST derrubaram quatro hectares de uma plantação de eucalipto usado na produção da multinacional *Veracel Celulose*, no estado da Bahia. Formou-se um acampamento do MST localizado nos limites da área de propriedade da *Veracel*, que leva o nome do presidente Luis Inácio Lula da Silva. Com o mesmo objetivo, no *Dia Internacional da Mulher* (08 de março de 2006), aproximadamente 1200 mulheres ligadas à Via Campesina e ao MST, ocuparam o centro de pesquisa da empresa *Aracruz Celulose*, no estado do Rio Grande do Sul, destruindo estufas e mudas de eucalipto nos viveiros. A ação apontou como principal objetivo chamar a atenção pública e expor o debate em torno do impacto ambiental das grandes plantações sustentadas pelo agronegócio e pelo capital financeiro internacional. Além disso, representou um ato de apoio aos povos indígenas que, em janeiro de 2006, haviam sido expulsos pela empresa de duas aldeias (Tupiniquim e Guarani) no município de Aracruz (ES). Ao mesmo tempo, consistiu em

um protesto contra a empresa ³⁷ que possui o maior “deserto verde” no Brasil, e que no ramo do agronegócio, mais recebeu recursos públicos nos últimos anos ³⁸.

Referente à ação, Stédile, em nome do MST, declarou que “não é mais o capital industrial que controla a agricultura é o capital financeiro. As transnacionais. O inimigo não é mais o latifundiário tradicional, é o grande capital internacional” (Gazeta do Povo, 08/03/2006).

Diante do acontecimento, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, concluiu que:

Essa ação não tem nada a ver com o programa de reforma agrária. O programa se faz constitucionalmente em cima de áreas improdutivas. Portanto, esta ação neste laboratório deve ser tratado dentro do poder judiciário (Gazeta do Povo, 08/03/2006).

Para o governo ações desse tipo não são encaradas como resistência e contestação ao sistema vigente, muito menos como forma de luta pela terra e defesa de uma política de reforma agrária efetiva e por mudanças sociais no país. Na maioria das vezes, estas são criminalizadas e taxadas como “ato de vandalismo”. O que nos parece que as manifestações da questão social ainda são tratadas pelo Estado como “caso de polícia”, assim como no período da República Velha (1989-1930) no Brasil, desprovidas de qualquer reconhecimento no plano “político” e cada vez mais orientadas para o plano da “pequena política”. O que também nos remete ao mesmo tratamento (repressivo) da questão no governo FHC, conforme exposição do ex-presidente do INCRA, Milton Seligman, em abril de 1998: “enquanto durar o clima de violência, saem de cena o INCRA e o Ministério da Política Fundiária e entram a Polícia Federal e o Exército”.

Entretanto, em 2008, mulheres ligadas a Via Campesina e ao MST ocuparam uma unidade de pesquisa biotecnológica da multinacional *Monsanto* no município de Santa Cruz das Palmeiras

³⁷ A *Aracruz Celulose* tem cerca de 250 mil hectares de eucalipto no país, teria recebido entre 2003 e 2005, quase R\$ 2 bilhões, sendo que no final de 2005, teria sido aprovado um empréstimo de cerca de R\$ 300 milhões pelo BNDES (Jornal Brasil de Fato, 12 de abril de 2006).

³⁸ De acordo com as medidas para a safra 2006/2007 estava prevista a destinação de cerca de R\$ 10 bilhões para a agricultura familiar enquanto que R\$ 50 bilhões seriam destinados ao agronegócio (Ibid, 05 de junho de 2006).

(SP), e destruíram um viveiro de mudas e um campo experimental de milho transgênico. No mesmo ano, mais de mil trabalhadores sem-terra do campo e da cidade realizaram a *Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e as Transnacionais* e ocuparam a transnacional de alimentos *Bunge*, em Passo Fundo (RS). Onde houve intervenção da Brigada Militar, no momento em que os trabalhadores iniciavam a distribuição de alimentos agroecológicos à população, como forma de “chamar a atenção ao monopólio que as empresas de alimentos, entre elas a *Bunge*, implementam no mercado, sistema pelo qual definem os preços pagos pelo trabalhador nos supermercados que estão cada vez mais caros”. Além disso, os trabalhadores reivindicavam “o fim da atual política neoliberal [...], que tem beneficiado somente as empresas de celulose com incentivos fiscais e o agronegócio, sem investir na agricultura camponesa e na reforma agrária” (MST, 2008).

A Jornada Nacional de Lutas Contra o Agronegócio e as Transnacionais protesta contra o atual modelo de desenvolvimento adotado no Brasil. Este modelo, baseado no capital estrangeiro e nas transnacionais (empresas estrangeiras), principalmente dos setores de celulose, agronegócio e energia, tem levado o povo brasileiro ao empobrecimento. O principal malefício deste modelo está representando hoje na dita crise do alimento, que afeta todo o mundo, principalmente os países mais pobres. As transnacionais que detêm as sementes e controlam a exportação dos alimentos, juntamente com produtores do agronegócio, têm estocado a produção a fim de aumentar o preço dos alimentos no mercado internacional (MST, <http://www.mst.org.br/node/5757>, 2008).

Em setembro de 2009, a luta contra o agronegócio e as transnacionais também obteve vasta repercussão na mídia nacional e internacional, quando cerca de 250 famílias sem-terra do MST, ocuparam pela terceira vez uma área de aproximadamente 3 mil hectares, grilada pela empresa transnacional de sucos *Cutral*, localizada no interior do estado de São Paulo. A mobilização pretendia fazer pressão para que o governo federal agilizasse a retomada das áreas griladas (pertencentes à União) e efetuasse o assentamento das famílias acampadas na região. Logo após a ocupação, os trabalhadores rurais

iniciaram a organização do acampamento. Como forma de denúncia contra o agronegócio, as famílias derrubaram cerca de 3 mil pés de laranja, o que foi amplamente divulgado como “ato de vandalismo” pelos meios de comunicação por conta de imagens repetidas exaustivamente da destruição do laranjal. Diante do acontecimento, Camila Bonassa, dirigente estadual do MST (SP), esclareceu em mídia nacional:

Somos os primeiros e mais interessados em fazer com que as terras agrícolas realmente produzam alimentos. No entanto, não podemos nos calar enquanto terras públicas continuarem sendo utilizadas em benefício privado; enquanto milhares de famílias sem-terra continuarem vivendo na beira de estradas, debaixo de lonas pretas. A produtividade da área não pode esconder que a *Cutrale* grilou terras públicas. Aos olhos da população, por mais impactantes que sejam, as imagens não podem ocultar que uma multinacional extrai riqueza de terras griladas. Mais do que somente esclarecer os fatos, é preciso entender a complexidade e a dimensão da luta pela terra naquela região. [...] Aliado a tudo isso, há também a forte atuação do Poder Judiciário para emperrar o processo de reforma agrária. É preciso chamar atenção para a decisão da Justiça Federal de Ourinhos (SP) que, em agosto, decretou a extinção do processo em que o INCRA reclama a fazenda como terra pública. A Justiça alegou que o INCRA, órgão federal responsável pela execução da reforma agrária, é ilegítimo para reivindicar a área. Quem poderá fazê-lo então? Esperamos que essa decisão judicial, um exemplo dos entraves existentes para impedir o avanço da reforma agrária em nosso país, seja revertida nas instâncias superiores do Poder Judiciário. Queremos saber por que uma fazenda grilada não pode ser destinada a reforma agrária (BONASSA, 2009).

Após, o episódio, no mês de outubro de 2009, o MST emitiu em nota intitulada “*Contra a violência do agronegócio e a criminalização das lutas sociais*” que “a mídia foi taxativa em classificar a derrubada dos pés de laranja como ato de vandalismo” (MST, 2009). Além disso, a

nota apontava que uma informação essencial, no entanto, foi omitida: a de que a titularidade das terras da empresa de sucos cítricos é contestada pelo INCRA e pela Justiça. Tratando-se de uma grande área denominada Núcleo Monções, que possui cerca de 30 mil hectares. Desses 30 mil hectares, 10 mil são terras públicas reconhecidas oficialmente como devolutas e 15 mil são terras improdutivas.

O movimento também sustentou que havia um objetivo preciso nisso tudo, ou seja, o de impedir a revisão dos índices de produtividade agrícola, cuja versão em vigor tem como base o censo agropecuário de 1975 e viabilizar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o MST. Sendo que, a revisão dos índices evidenciaria que, apesar de todo o avanço técnico, boa parte das grandes propriedades não é tão produtiva quanto seus proprietários alegam e estaria, assim, disponível para a reforma agrária.

No ano de 2010, a *Jornada de Lutas contra o Agronegócio e contra a Violência: por Reforma Agrária e Soberania Alimentar*, organizada pelas mulheres camponesas se destacou em todo país, somando-se à luta feminista durante o dia 8 de março, as mulheres da Via Campesina e do MST se mobilizaram “para denunciar os malefícios do agronegócio contra a vida e o trabalho das camponesas” (MST, 2010). A jornada de lutas pretendia resgatar a data como o *Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras* e questionar o modelo de desenvolvimento imposto pelas empresas transnacionais, pelos bancos, pelo governo e pelo Estado para o campo brasileiro.

Com relação aos propósitos da jornada, Marina dos Santos, integrante da coordenação nacional do MST, afirmou: “defendemos alternativas viáveis como a agroecologia, a agricultura camponesa cooperada, a produção de alimentos saudáveis. A reforma agrária continua sendo uma medida democratizante e importante para a implantação destas propostas” (MST, 2010).

Atos, protestos e atividades de formação e estudos aconteceram em todas as regiões do país. Em São Paulo, 250 mulheres da Via Campesina e MST participaram da *3ª Ação Internacional da Marcha Mundial das Mulheres*, reunindo cerca de 3 mil trabalhadoras. No Rio de Janeiro, trabalhadoras da Via Campesina, MST e do Comitê de Erradicação do Trabalho Escravo marcharam na BR-101, rumo à Usina Capim, em Uruaí, Campos dos Goytacazes. No Paraná, aproximadamente 1.000 trabalhadoras rurais ocuparam a Usina Central do Paraná na cidade de Porecatu. O ato denunciava a monocultura da cana e o trabalho escravo. No Ceará, mais de 400 mulheres concentraram-se em frente à indústria química *Nufarm*, na região

metropolitana de Fortaleza. Elas protestaram contra a fábrica, oitava maior produtora de agrotóxicos do mundo.

Na Paraíba, 400 mulheres da Via Campesina e MST marcharam pelas ruas do município de Sousa, sertão da Paraíba. Elas denunciavam o uso desenfreado de agrotóxicos pelo grupo *Santana*, grande empresa agrícola. Em Alagoas, as manifestantes acamparam na praça dos Martírios, em Maceió, em frente ao Palácio do Governo do Estado. Em Delmiro Gouveia (AL), uma marcha discutiu a construção do Canal do Sertão, obra que pretende privilegiar os grandes latifundiários, já que seu usufruto será comercial.

Em Pernambuco, cerca de 180 mulheres reocuparam, pela quinta vez, a Fazenda Uberaba, no município de Bonito, brejo pernambucano. As manifestantes montaram acampamento junto com suas famílias. Em Recife, em torno de 400 mulheres da Via Campesina e MST ocuparam a sede da Secretaria de Agricultura do Estado de Pernambuco. Em Minas Gerais, aproximadamente 500 mulheres se mobilizaram para denunciar a situação de opressão por causa do agronegócio, da violência e do machismo, da criminalização e acima de tudo do sistema capitalista.

No Mato Grosso, realizou-se o *Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais*, onde também se promoveram debates sobre a atual conjuntura, os impactos sociais, ambientais e econômicos do agronegócio e o papel da mulher na transformação da sociedade. No Rio Grande do Sul, trabalhadoras da Via Campesina, MST e do MTD (Movimento dos Trabalhadores Desempregados), da Intersindical e do Levante da Juventude promoveram palestras e ocuparam a Delegacia do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Porto Alegre. Em Goiás, mais de 600 mulheres da Via Campesina e MST fizeram uma caminhada contra o agronegócio no município de Rubiataba. E em Rondônia, cerca de 200 mulheres do MAB, MST e da Via Campesina trancaram por uma hora a estrada de acesso ao canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, contra a construção das barragens no rio Madeira e todas as consequências negativas que as obras trazem para a vida da população.

Essas ações são constitutivas do “nível mobilizatório” da luta, conforme atesta Scherer-Warren (2007, p. 7):

Por meio desse tipo de atuação os movimentos buscam a visibilidade e o reconhecimento de suas demandas junto à sociedade civil, aos governos e à mídia. Tendem, assim, a assumir formas de pressão e reivindicação junto à esfera estatal. Os movimentos sociais rurais têm se utilizado especialmente das marchas de seus participantes a Brasília como estratégia deste nível organizativo, além de manifestações e protestos setorizados em várias regiões do país.

A resposta governamental diante dessas ações, geralmente, permanece no plano do “diálogo” e de “promessas” futuras de negociações e de cumprimento de acordos que amenizassem a situação instantaneamente. O que já pode ser observado, desde os primeiros anos de governo, a exemplo das falas de João Paulo Rodrigues, da coordenação nacional do MST, ao criticar a “lentidão” do governo Lula: “Nós estamos preocupados com a demora. [...] até agora não foi tomada nenhuma atitude concreta [...]. É preciso “agilidade” para cumprir as principais promessas de campanha” (MST, 2003).

Do mesmo modo, Isaias Vedovato, membro da coordenação estadual do MST (RS) declarou: “Cansamos de promessas vazias. Estamos frustrados com o ritmo da reforma agrária no governo Lula” (MST, 2004). Marco Antônio Sobrinho, da coordenação do MST do estado do Mato Grosso, também afirmou: “Cansamos das promessas feitas aqui. Não tomam providências” (MST, 2007).

Para Ademar Bogo, integrante da Coordenação Nacional do MST:

[...] após um período de enfrentamento sem vitórias, levam as massas ao cansaço e ao desânimo, fazendo com que elas se recolham à espera de outra oportunidade em que possam vislumbrar a possibilidade de alcançar algum ganho concreto (BOGO, 2011, p. 26-27).

Apesar do notável “descompromisso” do governo petista com o MST, o movimento persiste com suas ações de resistência e pressão no campo da luta pela terra, no sentido de que as demandas e os anseios dos trabalhadores sejam atendidos de forma efetiva pelo Estado.

Ainda, em 2010, o MST publicou através do Boletim Letraviva, a nota: “*A nova ofensiva do agronegócio contra o povo brasileiro*”, enfatizando que:

O Brasil é alvo de uma ofensiva do grande capital, articulado pelas empresas transnacionais e pelos bancos, dentro de uma aliança com os latifundiários capitalistas, que criaram um modelo de organização da agricultura, chamado de agronegócio.

Ao mesmo tempo, reafirmava seu posicionamento contra a compra de terras por empresas estrangeiras³⁹, contra o arroz transgênico da *Bayer*, contra as mudanças no Código Florestal, cuja proposta beneficia os latifundiários do agronegócio, com a abolição da Reserva Legal para agricultura familiar, a possibilidade de compensação fora da região ou da bacia hidrográfica e a transferência da responsabilidade de definição da legislação ambiental para os Estados e Municípios (MST, 2010).

“Para a superação do agronegócio é necessária a superação do capitalismo. [...] Sua superação pressupõe também a construção de um outro sistema” (CABRAL, 2009). Por isso a necessidade dos movimentos sociais de luta pela terra, entre eles o próprio MST ocupar as instalações de grandes empresas transnacionais como forma de resistência e contestação ao capital além de denunciar as contradições deste modelo e incluir numa plataforma conjunta de lutas a construção do socialismo. É neste contexto que se associa também a articulação com os movimentos sociais urbanos e com movimentos internacionais, como a Via Campesina.

“O modelo econômico neoliberal, baseado no capital financeiro, não tem condições de promover a justiça social e a soberania nacional. Nossa luta é para construir uma sociedade justa, igualitária e democrática” (VIA CAMPESINA, 2008). As jornadas de luta e as ações de resistência do MST realizadas, principalmente, durante o governo Lula proporcionaram o fortalecimento das alianças entre os movimentos sociais, envolvendo diversos setores da classe trabalhadora tanto do campo como das cidades, angariando forças políticas e sociais no embate entre classes e na disputa pela efetivação de um projeto contra-hegemônico, direcionado à construção de um novo horizonte societário.

³⁹ Dados do INCRA apontam que nos últimos anos foram vendidos pelo menos 4 milhões de hectares para pessoas e empresas estrangeiras (MST, 2010).

O MST ataca o cerne das relações sociais no capitalismo. [...] Enquanto ele se restringir a “pedir” terra, por si só, tem a simpatia de todos, a solidariedade dos diversos setores. Mas a partir do momento em que o movimento deixa de esperar e passa a ocupar terras, a propor a construção de um outro modelo de produção, não mais baseado na propriedade, mas no trabalho; não mais baseado no trabalho assalariado, mas na cooperação agrícola; não mais baseado na transgenia, mas na agroecologia, as reações surgem de todos os lados. O que muitos chamam de deturpação – a luta política – é na verdade o cerne dos movimentos sociais, é a razão de ser do MST (CABRAL, 2009).

É possível afirmar, sobretudo, que por meio dessas ações de resistência e contra-hegemonia, “de alcance nacional, o MST representa a incorporação à vida política de parcela importante da população, tradicionalmente excluída pela força do latifúndio” (CARVALHO, 2003, p. 203), à medida que também aproxima a luta pela terra e pela reforma agrária à perspectiva socialista de sociedade, enquanto eixo fundamental de sua proposta no âmbito da luta de classes.

3 A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA E POR MUDANÇAS SOCIAIS NO PAÍS

*A bandeira vermelha se moveu / É um povo tomando posição
Deixe o medo de tudo pra depois / Puxe a faca desarme sua mão
Fique muito tranquilo pra lutar / Desamarre a linha da invasão
A reforma está vindo devagar / Desembocar no rio da razão
Disparada de vacas e de bois / É o povo tomando posição
É o povo tomando direção.*

(Sem-Terra, CD - *Eu sou todo nós*, Zé Ramalho, 1998).

3.1 BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA REFORMA AGRÁRIA NO MUNDO

“A reforma agrária tem sido um instrumento clássico de redistribuição da riqueza desde a Antiguidade” (CARTER, 2010, p. 46). Os hebreus, gregos e romanos passaram por fases de redistribuição fundiária entre os séculos VII e II a.C. Enquanto que na era moderna a primeira grande reforma agrária teve início graças aos decretos da Revolução Francesa que revogavam os direitos de propriedade feudal abolindo a servidão rural. Na Inglaterra, o movimento da privatização de terras do século XVIII expulsou os camponeses de suas terras comunais forçando-os a migrar para as cidades industriais em pleno crescimento. Na Escandinávia, os camponeses receberam o direito de propriedade da terra no início do século XIX. Mais adiante, medidas similares levaram a extinção dos acordos feudais na Alemanha, Rússia, Espanha e Itália. Nos Estados Unidos, a Lei de Terras de 1862, promulgada durante a Guerra Civil, “consagrou o ideal da propriedade familiar” e incentivou a colonização no oeste do país. Assim, a propriedade da terra poderia ser destinada a qualquer família que tivesse interesse em cultivar um lote de terras sem proprietário. Ao reconhecer a ocupação, o governo repassava a propriedade de um lote de 64 hectares por família assentada. No Canadá, políticas semelhantes foram promovidas sob a Lei Agrária de 1872 (CARTER, 2010; LEITE; ÁVILA, 2007).

O século XX foi sem dúvida a “era da reforma agrária”, durante a qual diversas políticas de redistribuição fundiária foram adotadas em várias nações. Também marcou uma era de difusão de novas configurações de poder no campo com a maior presença do Estado, visto

que a maioria das transformações da propriedade rural teve o Estado como seu principal propulsor, sem falar no desenvolvimento de formas inéditas de organização e mobilização dos trabalhadores rurais (CARTER, 2010).

A reforma agrária comandada pelo Estado tomou muitas formas. Estas incluem intervenções estatais feitas de uma só vez, e exitosas, para criar propriedades camponesas igualitárias (República da Coreia) e desapropriação para criar agricultura coletivizada (Cuba). O sucesso das reformas tem variado: a reforma no Japão foi muito bem sucedida, a da Bolívia foi menos exitosa e a das Filipinas está algures entre os resultados destas duas (BORRAS; MCKINLEY, 2006, p. 2).

As reformas agrárias do século passado, no geral foram associadas ou influenciadas de algum modo à esquerda política, conduzindo significativas reformas fundiárias, muitas vezes por meio de “esquemas estatais de coletivização”, como a União Soviética, a China, a maior parte do Leste Europeu, a Coreia do Norte, o Vietnã, Cuba e a Etiópia. A reforma agrária na União Soviética, por exemplo, expropriou as terras de propriedade privada passando-as para a propriedade estatal, beneficiando grande parte dos trabalhadores rurais (CARTER, 2010, p.47).

Na China a experiência da reforma agrária se deu através de melhorias tecnológicas e da própria reforma do sistema de propriedade da terra, denominado “Sistema de Responsabilidade Familiar”. Com a transformação das propriedades coletivas em um sistema de pequenas propriedades familiares havia maior incentivo à produção agrícola e também a melhoria da infraestrutura e educação no campo. As rendas crescentes dos trabalhadores rurais eram aplicadas em bens produzidos por indústrias locais de base rural que empregavam intensivamente mão-de-obra, o que também contribuiu, significativamente, para a redução do índice de pobreza no país (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 72-73).

Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão, a Coreia do Sul e Taiwan implementaram importantes redistribuições de terras. Essas reformas foram apoiadas pelo governo estadunidense, sob o impacto da era da Guerra Fria. “Nos três casos, houve ápero confisco da base de captação da renda fundiária e sua entrega, quase gratuita, a produtores familiares anteriormente dependentes do jugo dos senhorios” (VEIGA, 1991, p. 148).

Para o autor o sucesso da reforma agrária japonesa em 1947, está atrelado ao pagamento de indenizações irrisórias aos ex-proprietários, o que foi fundamental para a desapropriação de 1/3 da área agrícola do Japão em apenas 21 meses, beneficiando 4 milhões de famílias. Os novos proprietários, na maioria ex-arrendatários, teriam incentivos para investir nas terras. Dessa maneira, o país ampliou bastante a produção agrícola, resolvendo os problemas de insuficiência de oferta.

No caso de Taiwan, antes da reforma agrária também predominava o sistema de arrendamento. No período entre 1948 a 1956 o governo passou a intervir no sentido de reduzir o preço do aluguel das terras, venda de terras públicas e a reforma agrária propriamente dita, desapropriou 139 mil hectares, repassando-os a 195 mil trabalhadores rurais. As indenizações também foram baixas, o que gerou uma distribuição de riqueza aos novos beneficiários (LEITE; ÁVILA, 2007, p.69).

A reforma agrária coreana em 1950, representou significativa distribuição de terras para os arrendatários, penalizando-se os ex-proprietários, que antes tinham direito a receber metade da produção. Importante ressaltar que esse processo gerou o declínio do poder político exercido pelos antigos proprietários e os novos assentados da reforma agrária poderiam definir o sistema produtivo. E isso foi acompanhado pela implantação de um sistema de apoio aos trabalhadores rurais, como um novo banco agrícola, assistência técnica e organizativa (Ibid, p. 70).

Nas décadas seguintes, os países asiáticos, como a Índia, o Paquistão, Bangladesh e o Sri Lanka seguiram o exemplo introduzindo restrições ao tamanho máximo das propriedades rurais.

As reformas agrárias asiáticas não provocaram efeitos benéficos apenas no meio rural. Elas provocaram também um desenvolvimento nos demais setores da economia, uma vez que os novos proprietários rurais garantiam às cidades a oferta de alimentos e matérias-primas, e delas demandavam bens de produção, insumos e bens de consumo (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 72).

Diversos governos nacionalistas, influenciados por ideias socialistas, expropriaram grandes latifúndios como, por exemplo, no México, Bolívia, Guatemala, Egito, Indonésia, Argélia, Síria, Iraque, Irã, Líbia, Portugal e Peru. O México teve uma ampla demanda social

pela distribuição de terras nos anos que se seguiram à revolução de 1910, todavia as principais medidas de reforma agrária do país, promulgadas pelo presidente Lázaro Cárdenas entre 1934 e 1940, “tiveram as marcas claras de um Estado ativo” (CARTER, 2010, p. 49).

Embora, no caso mexicano, as áreas destinadas à reforma agrária foram exatamente as menos aráveis, enquanto que as melhores terras não foram alvo da reforma, e permaneceram voltadas para a agricultura tradicional, com farta infraestrutura. No Egito, a reforma agrária não foi bem sucedida, uma vez que os altos preços das indenizações aos proprietários e a cobrança do valor de terras junto aos novos beneficiários prejudicou o processo. Apesar dos fatores limitantes, a reforma agrária ainda teve impacto positivo na distribuição da renda nacional (VEIGA, 1991).

Sob influência de fortes partidos de esquerda, a Itália, durante o final da década de 1940, também redistribuiu terras. O problema da terra foi amplamente discutido por Gramsci sinalizando que a unificação do Estado italiano no século XIX, deixou intocada a reforma agrária no país. Em seu texto *Alguns Temas da Questão Meridional*, escrito pouco antes de sua prisão pelo regime fascista, indicava que o problema da terra na Itália era uma questão nacional e não apenas um direito burguês de acesso à propriedade privada.

Depois de meados da década de 1960, o Chile também teve sua experiência de reforma agrária embora seja apontada por alguns, como exemplo de fracasso, uma vez que parte dos novos donos das terras acabou por vender suas propriedades. Apesar disso, a reforma agrária chilena, que beneficiou economicamente até mesmo o governo ditatorial que as atacou, ainda hoje é fator determinante na estrutura agrícola atual daquele país. Durante os governos Frei e Allende, um espaço de 600 mil hectares irrigáveis, ocupado por apenas dois mil fazendeiros deu lugar a presença de 60 mil beneficiários. Com a chegada ao poder, em 1973, o ditador Pinochet, perseguiu lideranças dos movimentos sociais e não concedeu nenhum tipo de assistência técnica ou financiamento para os produtores. Com a depressão econômica nos anos 1980, a política econômica do regime ditatorial chileno foi revista e passou novamente a apoiar as áreas de reforma agrária (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 67-68).

Outros países latino-americanos como Venezuela, Colômbia e Equador, deram início a tímidos esforços nessa direção após a Revolução Cubana de 1959 e a transformação radical da estrutura fundiária em Cuba. Na década de 1980, a Nicarágua, após a revolução sandinista, e El Salvador, em meio de uma guerra civil com insurgentes

de esquerda, também implementaram programas de transferência de terra (CARTER, 2010, p. 47).

Ao final dos anos 1980 um conjunto de elementos contribuiu para desmobilizar tais iniciativas reduzindo, contudo, o peso da reforma agrária no debate em torno da promoção do desenvolvimento mundial. A crescente urbanização do Terceiro Mundo, o aumento da produção agrícola com a introdução de tecnologias modernas, a queda do comunismo, a ascensão do neoliberalismo e a expansão global do agronegócio foram responsáveis para a formação desse novo clima com respeito à redistribuição fundiária (Ibid, p. 37).

Segundo Leite e Ávila (2007, p. 76), podemos notar que, em geral, países com nenhuma experiência de reforma agrária ou, ainda, onde ela se deu de forma bastante tímida, a exemplo dos países que adotaram o modelo de “reforma agrária de mercado” apresentam uma elevada concentração de renda, sem mencionar, obviamente, a forte concentração fundiária. É o caso de países como África do Sul, Argentina, Brasil, Colômbia, entre outros. Nesses países a própria sociedade acaba se tornando o principal propulsor da reforma agrária, a partir da implacável pressão “dos de baixo” exercida pela mobilização da massa dos trabalhadores sem-terra.

Em geral, o modelo comandado pelo mercado tem subestimado o poder dos grandes proprietários fundiários e agricultores capitalistas (que manejam poder político bem como poder econômico consideráveis) e superestimado o poder dos sem-terra e dos espoliados das terras. Na maioria dos casos, o poder econômico tem complicado os objetivos de equidade destes programas. Os grandes proprietários rurais têm frequentemente sido coniventes com funcionários do governo local para serem tendenciosos na seleção dos compradores das terras e na estimação dos valores das terras. Estes problemas têm atormentado as grandes experiências comandadas pelo mercado no Brasil, Colômbia e África do Sul (BORRAS, 2003 *apud* BORRAS; MCKINLEY, 2006, p. 3).

As políticas de reforma agrária no Brasil, na Bolívia e no Paraguai, por exemplo, também “têm um forte obstáculo: o agronegócio”. Este complexo de sistemas das corporações

multinacionais está desafiando os movimentos de luta pela terra “no impedimento da reforma agrária, ora pressionando os governos, ora fazendo parte do arco de alianças de apoio aos governos de direita, centro e esquerda na América Latina” (FERNANDES, 2008, p. 77).

Em comparação com outras experiências latino-americanas, o processo de reforma agrária no Brasil de 1985 a 2002 foi um dos menos significativos do hemisfério, sendo classificado em último lugar no índice da reforma agrária (0,63)⁴⁰ entre os países da América Latina, totalizando apenas 7,6% de terras distribuídas⁴¹ e 3,4% de trabalhadores rurais beneficiados (CARTER, 2010, p. 49-50).

Desde 1985, sucessivos governos brasileiros distribuíram terras agrícolas sob a pressão dos movimentos de luta pela terra, principalmente, do MST. Nos governos Collor e FHC, “o governo federal foi mais hostil” aos movimentos sociais do campo do que durante o governo Lula. Os governos de Cardoso e de Lula, por outro lado, “distribuíram mais terra do que os antecessores”. O governo Lula, por sua vez, “disponibilizou mais recursos para a qualificação dos assentamentos da reforma agrária e apoio a agricultura familiar do que todas as administrações passadas. No entanto, no geral, “a reforma agrária brasileira tem sido reativa, restrita e de execução morosa” (Ibid p. 60).

Para o autor as medidas de reforma agrária até o momento no Brasil procuravam satisfazer demandas imediatas, neutralizar conflitos locais e, acima de tudo, evitar um confronto maior com os grandes proprietários de terra. Dessa maneira, não repercutiram em ações contundentes com o objetivo de transformar o sistema fundiário e suas discrepâncias nas relações de poder. Entretanto, a reforma agrária brasileira é, em termos proporcionais, “uma das menores de toda a América Latina”.

A reforma feita entre 1985 e 2006 situa o Brasil no 15º lugar do Índice da Reforma Agrária apresentando apenas duas posições acima do último lugar. No total, o efeito distributivo das políticas agrárias brasileiras, tem tido um impacto mínimo sobre a estrutura agrária do país. Esse processo de reforma agrária beneficiou apenas 5% de toda a força de trabalho agrícola e distribuiu 11,6% do total das terras cultiváveis no país (DATA LUTA, 2008).

⁴⁰ O índice da reforma agrária mede a extensão e a intensidade do processo de redistribuição fundiária.

⁴¹ Refere-se à porcentagem de terras cultiváveis incluídas na reforma em relação ao total de terras cultiváveis disponíveis no país e, excluindo-se reservas públicas e áreas não agrícolas.

A “reforma agrária conservadora” do Brasil é o resultado de vários fatores fundamentados na acentuada desigualdade agrária do país; na manutenção da estrutura fundiária do período colonial por meio de várias práticas políticas atuais; na permanência dos fortes traços oligárquicos, “ancorados em uma poderosa classe latifundiária e um Estado débil e patrimonialista”. Esse sistema político se sustentou basicamente em uma economia voltada para a exportação primária, com ênfase na monocultura agrícola. No decorrer da história brasileira, “a elite agrária colheu os benefícios da proteção do Estado e o acesso privilegiado aos recursos públicos. Essas características patrimoniais geraram um modelo de desenvolvimento altamente excludente” (CARTER, 2010, p. 61).

Isto nos faz afirmar que não há reforma agrária em andamento no Brasil, mas uma política de assentamentos rurais, resultado da pressão dos movimentos sociais, mas que cada vez mais se transforma em instrumento do governo contra os mesmos movimentos sociais que a impulsionaram com sua luta (ALENTEJANO, 2004, p. 6).

Portanto, o futuro da reforma agrária brasileira “será definido, em médio e longo prazos, por uma constelação de elementos demográficos, econômicos e ambientais, além de uma série de fatores políticos”, o que dependerá muito da correlação de forças sociais e políticas, do movimento social pela reforma agrária impulsionado, principalmente, pelos setores populares do campo, das ideias e ações articuladas no âmbito da sociedade civil e, em última instância, da vontade política dos governantes (CARTER, 2010, p. 61).

Faz-se necessário retirar o tema da reforma agrária da “armadilha reducionista” na qual foi colocado historicamente pelo Estado brasileiro. Especialmente quando confrontamos as possibilidades e resultados da reforma agrária com aqueles advindos do processo de modernização da agricultura e de políticas que buscaram substituir a desapropriação de terras pelo crédito fundiário. Tal redirecionamento implicou em “revisitar” o papel do Estado nesse processo e considerar a organização dos movimentos sociais e sua capacidade de representação e alianças no sentido de pressionar o setor público para uma intervenção mais efetiva com relação à democratização do campo (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 144-145).

No caso brasileiro, as transformações ocorridas no campo durante as décadas de 60 e 70 [...] e o marco político-ideológico que se consolidou [...] conduziram a um progressivo reducionismo na concepção de reforma agrária, que foi redefinida [...] como um instrumento de “política de terras”. [...] As transformações das bases técnicas e econômicas não tiveram correspondência nos outros planos: a terra e a riqueza continuaram sendo concentradas por força dos novos interesses agroindustriais, da expansão da fronteira e dos interesses agrários tradicionais. [...] A terra mantém notável importância econômica e política. [...] A confluência no campo de dois processos – a modernização conservadora da produção e o agravamento dos fatores de exclusão [...] tende a tornar mais crítica a questão da terra (TAVARES, 1996, p. 5).

Nesse sentido, as perspectivas de levar adiante uma reforma agrária substancial permanecem incertas, visto que as possibilidades atuais de mudança na estrutura agrária brasileira enfrentam enormes barreiras políticas. A “capacidade dos interesses minoritários em impedir mudanças institucionais” (MONTERO, 2005 apud CARTER, 2010, p. 65) é uma das características mais duras e resistentes da atual política brasileira diante do quadro de reforma agrária no país.

3.2 A REFORMA AGRÁRIA QUE NÃO ACONTECEU

Em 2003, no seu discurso de posse, o presidente Lula se comprometeu em realizar a reforma agrária⁴² no Brasil, justificando ser:

⁴² Na concepção do Estado brasileiro, a reforma agrária corresponde ao conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. A concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64). De acordo com as diretrizes estabelecidas no II Plano Nacional de Reforma Agrária, implantado em 2003, a reforma agrária executada pelo INCRA deve ser integrada a um projeto nacional de desenvolvimento, massiva, de qualidade, geradora de trabalho e produtora de alimentos. Deve, ainda, contribuir para dotar o Estado dos instrumentos para gerir o território nacional (INCRA, 2011). Por outro lado a concepção de reforma agrária que nos parece “mais adequada” é aquela compreendida não somente como uma política de distribuição de ativos fundiários, mas como um processo mais geral – agrário, e não apenas fundiário – envolvendo o acesso aos recursos naturais, ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho e, especialmente, à distribuição do poder político (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 13). Outra concepção que nos permite complementar essa definição básica de reforma agrária é “a modificação da

Imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada. Vamos garantir acesso a terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz. Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. [...] A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais, a exemplo da gigantesca montanha de grãos que colhemos a cada ano (Discurso de posse, Brasília, 1º de janeiro de 2003).

O discurso gerou muitas expectativas aos movimentos sociais, principalmente, ao MST que acreditava que finalmente a reforma agrária começaria a ser implementada pelo governo federal como um dos compromissos de campanha, com duas promessas: massificar o assentamento de famílias e levar qualidade aos projetos de reforma agrária, complementando a infraestrutura dos assentamentos. O *Programa de Desenvolvimento Sustentável para uma Vida Digna no Campo*, apresentado para as eleições de 2006, reafirmava a mesma promessa do primeiro governo Lula:

estrutura agrária de um país, ou região, com vista a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola” (VEIGA, 1982, p. 7). Ou seja, “uma mudança na estrutura agrária pela intervenção do Estado”, que não se limita a esfera distributiva, mas que representa o acesso a um conjunto de oportunidades sociais mais amplo, “articulando-se ao desenvolvimento, à justiça e à igualdade social, além do combate à pobreza” (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 15).

O programa de governo incorpora a reforma agrária ampla, massiva e de qualidade como parte fundamental de um novo projeto de desenvolvimento nacional (Programa Vida Digna no campo, 2006, p. 23).

No primeiro mandato de Lula, o governo tentou estabelecer uma relação mais próxima com os movimentos sociais, possibilitando que contribuíssem na indicação de nomes para ocupar os cargos de segundo escalão para o governo, conforme exposto no item 1.2 dessa dissertação.

O povo brasileiro elegeu o governo Lula para fazer mudanças. Votou em um programa de compromissos de campanha, distribuído fartamente a toda população. O governo eleito comprometeu-se também, por meio de uma carta aos brasileiros, a promover mudanças, apesar de manter os contratos com o capital. [...] Houve uma perversa composição de forças políticas, incluindo conservadores e a direita, que assumiram postos de destaque no Banco Central, nos ministérios da Fazenda, da Agricultura e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Secretaria Nacional do MST, 2005).

Ao mesmo tempo em que Lula demonstrou comprometimento com os trabalhadores rurais sem-terra, também manteve o cumprimento de acordos com os latifundiários, os quais pressionavam o presidente contra a política de desapropriação de terras. O que influenciou o governo para que revisse sua política voltada para o campo, defendendo o acesso a terra sob o seu controle, ou seja, “sem luta de classe e sem conflitos” (BRUNO, 2008 apud FERNANDES, 2008, p. 78).

Nesse aspecto, a antinomia “reforma agrária” versus “modernização técnica”, que é proposta pelos governos conservadores em 1964, é “reposta” na atualidade sob novo arranjo político que se articula nos últimos anos do segundo governo do presidente FHC e também no governo do presidente Lula, quando se constitui uma estratégia de “relançamento” dos grandes empreendimentos agroindustriais apoiados na grande propriedade fundiária (DELGADO, 2010).

Essa estratégia, que estivera abandonada pela política macroeconômica do primeiro governo Cardoso, é adotada por pressão do constrangimento externo do balanço de pagamentos. Ela relança uma política agrícola de máxima prioridade ao agronegócio, sem mudança na estrutura agrária. [...] Esse arranjo da economia política é altamente adverso ao movimento da reforma agrária e às políticas alternativas de desenvolvimento pela via camponesa (Ibid, p. 81).

E nesse fim, a estratégia do agronegócio é “relançada” no governo Lula, reeditando em parte a política do período 1983-1993, caracterizada, principalmente, pela estratégia de geração de saldos comerciais expressivos ancorados na expansão das exportações primárias. Nesse contexto, a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, retorna às prioridades da agenda política macroeconômica externa e interna do país. A partir do segundo mandato petista, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)⁴³ assumiu o posto de “carro-chefe” do governo e, mais uma vez, a reforma agrária não se afigurou como prioridade na pauta política do Estado.

Isso repõe na agenda social brasileira “uma complexa e grave questão agrária”. Com a expansão do agronegócio no Brasil gerou-se a ampliação de uma massa de trabalhadores desempregados e camponeses sem excedentes, agravando o quadro de exclusão no campo.

“A expulsão da população rural, a crescente proletarianização e desemprego, além da existência de imensos e improdutivos latifúndios, significou que a tensão social no campo era constante [...], o que intensificou ainda mais o problema agrário no Brasil” (INSTITUTO CIDADANIA, 2001, p. 36). Em contrapartida, o governo promoveu “uma intensa política de promoção do capital financeiro na agricultura”, que por sua vez rearticula o poder político com o poder econômico dos grandes proprietários rurais (DELGADO, 2010, p. 105-108).

“O agronegócio procura desenvolver políticas de crédito e/ou bolsas de arrendamento, de modo a trazer os ocupantes de terra para o território do mercado”. Assim visa convencer os trabalhadores sem-terra

⁴³ O PAC (2007-2010) consiste em um programa de desenvolvimento do governo federal que visa promover o desenvolvimento e a aceleração do crescimento econômico do país, com ênfase no investimento privado, no investimento público em infraestrutura, estímulo ao crédito e ao financiamento, etc. Previa o investimento total de R\$ 503 bilhões de reais até o ano de 2010 (www.pac.gov.br/).

de que “o consenso em torno da lógica do grande capital é possível” (FERNANDES, 2010, p. 188).

[...] o MST vai disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital [...] (FERNANDES, 2008, p. 76).

Diante disso, já nos primeiros meses do governo Lula, o MST “não cessou as formas de pressão”, por meio de ocupações e marchas. Por causa da intensificação dos conflitos, o presidente Lula vinha afirmando constantemente na mídia que “ninguém fará a reforma agrária na marra” (FERNANDES, 2003).

“Ocupamos rodovias, órgãos governamentais, praças nas cidades, participamos de audiências com autoridades, pois entendemos que sem organização não há respeito aos direitos dos cidadãos” (BOGO, 1999, p.116) e, “sem luta pela terra não há reforma agrária” (FERNANDES, 2008, p. 78).

A reforma agrária é fruto exclusivo da pressão dos movimentos sociais. Nenhum governo, nem o Lula, fez da reforma agrária uma política pública, como meio para o desenvolvimento econômico. Se continua na cena política, é porque há movimentos sociais (OLIVEIRA, 2005/2006).

Durante os primeiros oito meses de 2003, o INCRA procurou trabalhar em um conjunto de políticas para atender os assentados em “estado de precarização”. Iniciou-se a elaboração de uma política de assistência técnica, foi retomada a política de educação para os assentados, e em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento

Agrário, formou-se uma equipe de especialistas para a construção do II Plano Nacional de Reforma Agrária, coordenada pelo professor Plínio de Arruda Sampaio ⁴⁴ (FERNANDES, 2003).

Desse modo, o INCRA tratou os conflitos fundiários como problema a ser resolvido com a implantação de uma política de reforma agrária. Entretanto, procurou resolver os conflitos por meio do “diálogo” e da “busca de soluções”, procurando “romper com as medidas repressivas criadas pelo governo FHC”. Essa postura política foi derradeira para a equipe de Marcelo Rezende ⁴⁵. O alto escalão do PT pressionou Lula para que o presidente do INCRA fosse substituído. No mês de setembro de 2003, Lula destituiu-o da presidência e nomeou um assessor parlamentar do PT como novo presidente do Instituto. Com essa medida, o governo demonstrou para os trabalhadores sem-terra e para os ruralistas o seu objetivo “de ter o controle político sobre os conflitos fundiários” (Ibid).

O Estado administra esse impasse por meio de uma conduta que procura conciliar os seus compromissos com as elites envolvidas em negócios agrários com a necessidade de manter a pressão social sob controle, desenvolvendo ações emergenciais e pontuais no campo sem atingir o âmago da questão agrária. Não resta outra alternativa aos movimentos que não a continuação da luta (MARQUES, 2006, p. 185).

O próprio Plano elaborado pela equipe do professor Plínio Sampaio foi revisto ⁴⁶, sendo que um grupo do MDA elaborou outro

⁴⁴ Há no governo Lula em disputa duas concepções de reforma agrária. Uma delas vem da Secretaria Agrária do PT, que vê a reforma agrária como política social compensatória auxiliar do Programa Fome Zero. A outra é aquela dos movimentos sociais, que veem a reforma agrária como política de desenvolvimento econômico, social e político visando a soberania alimentar do país. Por isso a pressão para a formação da equipe de Plínio de Arruda Sampaio em 2003, para a elaboração do II PNRA (OLIVEIRA, 2007, p. 174).

⁴⁵ Indicado pelo MST e CPT para a presidência do INCRA no governo Lula. Marcelo Rezende trabalhou no Instituto de Terras de Minas Gerais, durante o governo de Itamar Franco.

⁴⁶ O novo plano definia as seguintes metas a serem atingidas até o final de dezembro de 2006: 400 mil famílias sem-terra receberiam lotes em assentamentos da reforma agrária, 500 mil famílias de posseiros receberiam títulos de propriedade para seus terrenos, e 130 mil famílias receberiam crédito rural para a compra da terra. O Plano de Sampaio previa beneficiar um milhão de famílias em quatro anos, por meio das terras pertencentes aos latifúndios, mas o novo Plano incluía uma mudança fundamental, ou seja, o governo planejava assentar apenas 400 mil famílias dessa forma entre 2004 e 2006 (BRANFORD, 2010, p. 425).

documento que foi transformado no documento atual do II PNRA. Em novembro de 2003, durante a Conferência da Terra em Brasília, foi apresentado o II Plano Nacional de Reforma Agrária – *Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural* – o que, em um primeiro momento, indicava maior compromisso governamental com o tema. Foi elaborado a partir da atualização e ampliação do *Programa Vida Digna no Campo* (2002) – Programa de Governo de Lula quando candidato a presidência da República Federativa do Brasil.

Trata-se de um plano que integra um Programa de Governo e um Projeto para o Brasil Rural que busca retomar a trajetória anunciada pelo I Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 1985 como uma das expressões do projeto de redemocratização do país (II PNRA, 2003, p. 8).

No entanto, a análise de suas propostas e metas apontava novamente para mais “continuidades” do que “descontinuidades” em relação ao governo anterior, o Plano não rompeu com as políticas anteriores, embora tenha proposto o assentamento de um número de famílias maior do que no governo FHC. Talvez a diferença mais evidente residia na proposta de atuar a partir de áreas reformadas bem como no fortalecimento das condições de infraestrutura dos projetos. As metas do II PNRA eram:

- 400 mil novas famílias assentadas até 2006, sendo 30 mil em 2003, 115 mil em 2004, 115 mil em 2005 e 140 mil em 2006;
- 500 mil famílias com posses regularizadas até o final de 2006, com título definitivo da terra;
- 130 mil famílias com acesso a terra por meio do Crédito Fundiário, programa que substitui o antigo Banco da Terra: 17,5 mil até o final de 2003 e outras 37,5 mil, por ano, até 2006;
- a recuperação da capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos, bem como a universalização do direito à educação, à cultura e à seguridade social;
- o reconhecimento, demarcação e titulação de áreas de comunidades quilombolas;
- a garantia de reassentamento dos ocupantes não-índios de áreas indígenas;

- a promoção da igualdade de gênero na reforma agrária, com o apoio a projetos produtivos protagonizados por mulheres;
- a garantia de assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas.

Embora as metas em termos de famílias assentadas tenham sido singelas (400 mil) em relação ao quadro geral de famílias demandantes (em torno de um milhão), mesmo assim não foram integralmente cumpridas. Uma das críticas dirigidas a elas centrou-se no fato de que sob a rubrica “assentamentos rurais” considerou-se o assentamento de famílias em terras desapropriadas, em terras públicas (federais, estaduais, municipais), além de envolver processos de reordenamento e de regularização fundiária.

Supõe-se, no entanto, que o recurso ao uso de terras públicas não estivesse contemplado nas intenções iniciais do governo. Porém, frente às dificuldades administrativas e, particularmente jurídicas, de operacionalizar o processo de desapropriação, recorreu-se a esse instrumento numa proporção acima da esperada. Não foram feitas propostas de alteração na legislação de reforma agrária vigente, nem mesmo no que se refere à proibição da desapropriação de terras ocupadas e modificação nos índices de produtividade que informam se os imóveis rurais brasileiros são ou não passíveis de desapropriação.

Ao longo do governo do PT pairou certo receio em contrariar a elite rural e seus aliados na grande imprensa e o Congresso Nacional. Esse fato justifica em grande parte a recusa de Lula em executar a lei que autoriza a revisão dos índices utilizados para determinar a produtividade das grandes fazendas, fundamentada em mediações defasadas do Censo Agrícola de 1975 (CARTER, 2010, p. 227).

Em agosto de 2009, chegou à mídia mais uma rodada de discussões sobre a necessidade de atualizar os índices de produtividade da agricultura brasileira. O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, com o apoio do chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Luis Dulci, anunciou que a medida seria tomada em breve. Na ocasião, o ministro declarou que os novos índices eram “confortáveis para quem produzia na média regional” e deu alguns exemplos de áreas,

reconhecidas como de domínio do agronegócio, que estariam abaixo dos valores efetivamente atingidos em safras anteriores. O ano findou, mas os índices não foram atualizados. O tema não é novo. Os índices atualmente vigentes, calculados a partir do grau de utilização e de exploração econômica da terra, baseiam-se em números fornecidos pelo Censo Agropecuário de 1975, quando a modernização da agricultura e da pecuária brasileira dava seus primeiros passos. De lá para cá, essas atividades incorporaram muita tecnologia, tanto mecânica quanto química, além de avançarem no terreno das biotecnologias. No entanto, os índices nunca foram recalculados (MEDEIROS, 2010).

Por outro lado, alguns “avanços” foram registrados na dotação de recursos para gastos com a função orçamentária do setor agrário, especialmente, na arrecadação de terras, no reconhecimento de populações nativas, quilombos, ribeirinhos e instrumentos relativos às demandas dos movimentos de mulheres. Também foi aprovada a obrigatoriedade de emissão do título do lote em nome do casal. Incrementou-se a proposta de romper com a ideia de um modelo único de assentamento em todo país, associada no PNRA com a incorporação do “conceito de desenvolvimento territorial” na reforma agrária.

Entretanto, ainda não se identificou um tratamento mais exaustivo do governo diante de uma política mais efetiva de desenvolvimento das áreas reformadas, conforme mencionado pela ABRA no período. Além disso, programas como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foram ampliados e em janeiro de 2010 entrou em vigor a Lei de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Observa-se que os “avanços” obtidos no período vêm principalmente da ampliação do acesso a crédito, e infraestrutura dos assentamentos (INCRA, 2010).

No que tange a regularização das posses, o II PNRA propôs o cadastro georreferenciado do território nacional através do Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária. O principal objetivo era “criar uma estabilidade jurídica da estrutura fundiária brasileira, capaz de superar um conjunto de conflitos fruto de ocupações irregulares como a grilagem” (MDA, 2003). A regularização pode causar impacto importante em várias áreas, como nas fronteiras agrícolas dos cerrados,

da caatinga, do litoral, na região Amazônica, onde muitos trabalhadores rurais não possuem o documento de regularização da terra.

Em relação ao crédito fundiário, o Plano previa o financiamento da aquisição de terras por meio dos recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, providos pelo governo federal, sendo reembolsável pelos beneficiários. A estratégia de implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) desenvolvido com o apoio do Banco Mundial caracterizou-se na descentralização das ações, principalmente por intermédio dos governos estaduais e municipais, com participação da Contag, Fetraf-Sul e Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura, com apoio dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

O PNCF propõe-se a complementar o II PNRA, “constituindo-se em um mecanismo complementar de acesso a terra”. Tem como objetivo principal “viabilizar o acesso à terra aos agricultores familiares, jovens trabalhadores rurais, contribuindo para a erradicação da pobreza rural”. Para isso, as áreas utilizadas nesse programa não podem estar sujeitas à desapropriação. Apresenta duas linhas de financiamento de acordo com as necessidades dos beneficiários: a) Combate à Pobreza Rural; b) Consolidação da Agricultura Familiar (SRA/MDA, 2011, 29).

Desde o início de sua implementação em 2003 até fevereiro de 2010, o PNCF atendeu 76,4 mil famílias em 32.308 operações, sendo que a meta prevista era de beneficiar 130 mil famílias até 2006. A área adquirida através do programa foi de 1,26 milhão de hectares. Os recursos gastos com aquisição de terras, infraestrutura básica e infraestrutura comunitária foram de R\$ 2 bilhões neste período (SRA/MDA, 2011, p. 30). Além disso, esse sistema de assentamentos rurais que promove o acesso a terra por meio da compra “deixa o assentado endividado” (MIRALHA, 2006, p. 169).

Geralmente, os assentados da reforma agrária acessavam o programa por meio dos projetos comunitários habilitados ao crédito, que podem ser de infraestrutura básica (moradia, abastecimento de água, eletrificação, estradas internas à propriedade), de caráter produtivo (formação de pastos, instalações, conservação de solos e recuperação de áreas degradadas), de estruturação inicial das unidades produtivas (roças de subsistência e produções ou criações de autoconsumo, custeio das primeiras safras, aquisição de animais e plantio de plantas perenes), ou destinados à formação de poupança pelas famílias ou associações (fundos de poupança ou investimento, fundo rotativo comunitário,

capital de giro para as associações, participação em cooperativas de crédito).

Além disso, permitia-se aos beneficiários do crédito fundiário acesso automático ao Pronaf (linha A)⁴⁷ e a consolidação das atividades produtivas iniciadas no âmbito do programa. Ainda, possibilitava-se o acesso a outros programas implementados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e pela CONAB, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos, das políticas de acesso a mercado, preços mínimos, Seguro Safra, outras linhas do Pronaf (Agroindústria, Mulher, Jovem).

As iniciativas de reforma agrária se transformam em programas localizados, subfinanciados que talvez tenham sido “para combate à pobreza”, mas certamente não “para eliminar a pobreza”. [...] A descentralização dos programas comandados pelo mercado para os governos locais (ostensivamente para evitar problemas de uma burocracia centralizada) tem normalmente atendido aos caprichos do poder local de senhores de terras e agricultores capitalistas locais (BORRAS; MCKINLEY, 2006, p. 3).

É possível avaliar o Programa de Crédito Fundiário de forma “bastante negativa”, vendo nisso uma continuidade em relação ao governo anterior e aos programas do Banco Mundial que reproduzem a proposta da “reforma agrária de mercado” (LEITE; ÁVILA, 2007, p.101).

No primeiro ano do governo Lula foram duplicados os recursos do crédito rural para a agricultura familiar e assentados da reforma agrária, aplicados pelo Pronaf. De 2,4 bilhões de reais em 2002/2003 passou para 5,4 bilhões em 2003/2004. O número de contratos passou de um patamar estagnado de 950 mil para 1.550 milhão, ou seja, mais de 600 mil famílias tiveram acesso à política de crédito. E o crescimento continuou para a safra 2004/2005, com 7 bilhões disponibilizados e a

⁴⁷ A linha “A” contempla os agricultores familiares assentados pelo Plano Nacional de Reforma Agrária inclusive em reservas extrativistas ou em assentamentos estaduais ou municipais reconhecidos pelo INCRA, ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do governo federal que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo Proceca ou que não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf (MDA/SAF, 2004).

meta de alcançar 1,8 milhão de contratos e, em 2006/2007 concentrou-se em 10 bilhões de reais. Além disso, o Pronaf foi nacionalizado cobrindo aproximadamente 96% dos municípios brasileiros (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2006; BRANFORD, 2010).

Consequentemente, no segundo governo entre as principais exigências do MST está a renegociação da dívida dos trabalhadores assentados. Um dos principais motivos está vinculado ao quadro de carências dos programas de crédito que teve impactos importantes sobre a capacidade de pagamento dos empréstimos, levando um grande número de beneficiários à inadimplência (INCRA, 2003).

Segundo afirmação de José Valdir Misnerovicv (MST, 2010), coordenador nacional do MST, “em algumas regiões do país 60% das famílias assentadas não estão conseguindo pagar as dívidas que contraíram por meio de solicitação de empréstimos” e financiamentos rurais.

Muitas famílias acumularam dívidas nos últimos anos devido a esse modelo de agricultura que temos hoje em dia, e agora estão tendo muita dificuldade para pagar. [...]. Somente com a renegociação dessa dívida é que estas famílias poderão continuar acessando novos créditos e, dessa forma, seguir fortalecendo a cada dia sua produção (MISNEROVICV, Agência Brasil, 22 de abril de 2010).

Sob pressão dos movimentos sociais e das organizações dos trabalhadores rurais e assentados, uma série de medidas políticas e administrativas tratou de repactuar e alongar as dívidas assumidas junto aos programas de crédito, especialmente, o Pronaf. Já no início do primeiro mandato do governo Lula, houve algumas mudanças institucionais no programa, por exemplo, a sanção da Lei 10.696 de 02/07/2003 que dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural; a Resolução 3.115 de 31/07/2003 que autoriza a renegociação das operações de crédito rural ao amparo do Procerá, do Pronaf e dos Fundos Constitucionais de Financiamento Regional; a Resolução 3.130 de 30/10/2003 e a Resolução 3.163 de 15/01/2004 ambas dispõem sobre a repactuação e alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural amparadas por recursos do Procerá, do Pronaf, dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e de outras fontes.

Os subsídios e a possibilidade de renegociação contribuem para criar uma visão benevolente do crédito obtido. Ao construir tal imagem, talvez os agricultores estejam reproduzindo relações ancestrais de exploração, submissão e dependência que os agricultores trazem consigo. O crédito pode ser visto mais como um favor ou uma recompensa (do Estado para com os “excluídos” do desenvolvimento econômico e social) do que como um instrumento econômico que possui fins bastante específicos e obrigações pesadas, cuja maior sanção é a inadimplência e o estado de devedor (BRUNO; DIAS, 2004, p. 67).

Para José Batista de Oliveira (MST, 2010) no governo Lula, “não teve um programa, um projeto estruturado de reforma agrária”. De forma velada, o governo Lula não desapropriou terras nas regiões de interesses das corporações para garantir o apoio político do agronegócio (FERNANDES, 2008, p. 80), ficando evidente a opção governamental pela valorização do agronegócio no país, visto que:

Teve um programa com bases e recursos do governo federal para o agronegócio, altos investimentos. Do ponto de vista de orçamento, houve um incentivo, inclusive as agroindústrias do grande capital, para resolver os problemas da produção do monocultivo, financiado pelo Banco do Brasil e pelo BNDES e por bancos públicos de outros estados. O agronegócio não teve problema de orçamento, não teve problema de financiamento e não teve problema de agilidade dos órgãos, ou seja, do Ministério da Agricultura. Os bancos garantiram o seu financiamento. Assim, o agronegócio divulga altíssimos números de produção, milhões de produtos do agronegócio sendo que, quase 100 bilhões são financiamentos públicos ou empréstimo de dinheiro público [...] (OLIVEIRA, MST, 2010).

Inclusive, o refinanciamento de dívidas do agronegócio e a disponibilidade de novos créditos de investimentos e custeio favoreceram sua expansão sobre as terras da Amazônia, provocando alta degradação ambiental em áreas dos estados de Mato Grosso, Rondônia e

Pará. No Centro-Sul, as corporações do agronegócio adquiriram amplas áreas para expansão da cana-de-açúcar e do eucalipto. Em Roraima, na fronteira com a Venezuela, por exemplo, colocou-se em risco a manutenção das terras indígenas. Estas políticas reduziram o poder de pressão dos movimentos sociais de luta pela terra e intensificaram a dinâmica do modelo agroexportador no país.

“O governo se comprometeu a uma reforma agrária radical, mas não o fez”. A política agrária realizada, principalmente, no primeiro governo Lula não passou de “uma política meramente compensatória” (DAL MORO, 2007, p. 4-5).

O primeiro mandato do governo Lula foi marcado pelo esvaziamento da proposta e da concepção da reforma agrária. O exame do conteúdo dos principais documentos sobre o assunto mostra que as pretensões de implantar um processo de mudança no campo definharam, esmaeceram. Estudos mostram que as metas do programa de reforma agrária não foram alcançadas e que os dados de famílias assentadas foram divulgados de forma, no mínimo, enganosa. Os documentos informam que os assentamentos aconteceram principalmente em terras públicas e na Amazônia. A política agrária posta em prática não incomodou o latifúndio e chegou a beneficiar o agronegócio (FILHO, 2006, p. 37).

O governo não atuou de forma intensiva na desapropriação de terras, mesmo naquelas regiões de terras declaradamente griladas, sob o domínio dos latifundiários e das corporações do agronegócio. Oliveira (2007, p. 177-178) adverte que a política de reforma agrária do governo Lula foi marcada por dois princípios: “não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e, fazê-la nas áreas onde ela possa “ajudar” o agronegócio”. Isto é, a reforma agrária foi definitivamente, acoplada à expansão do agronegócio no país. Aliás, não custa lembrar mais uma vez que, é por isso que a portaria com os novos índices de produtividade dos imóveis rurais, não foi assinada até hoje.

De forma geral, a reforma agrária continua lenta e praticamente paralisada. Temos mais de 150 mil famílias acampadas na beira das estradas. O governo federal não tem nenhum projeto de reforma agrária. O sentido de um projeto de reforma agrária é mexer na estrutura da propriedade da terra, desconcentrar, distribuir e democratizar a terra [...]. Nós não identificamos nem no governo Lula, nem no seu programa, embriões desta perspectiva. Pelo contrário, os marcos atuais do modelo de reforma agrária deste governo são assentamentos pontuais e localizados. Não podemos dizer que isto é reforma agrária. [...] Os pequenos avanços que ocorreram e estão sendo implementados representam muito mais a iniciativa de pressão e mobilização social, de capacidade política e organizativa dos movimentos sociais do que vontade do próprio governo (BAGGIO, Revista Sem-Terra, 2008).

Também devem ser ressaltadas “as eternas desculpas” do INCRA quanto sua atuação frente a implementação da reforma agrária no país. A justificativa institucional diante da ineficácia das políticas favoráveis a reforma agrária permanecia ligada ao contingenciamento dos recursos pelo Tesouro, o sucateamento da instituição, a falta de funcionários, as greves dos funcionários, etc. (OLIVEIRA, 2007, p. 174).

Entendemos que o governo Lula não fez a reforma agrária propriamente dita, mas uma “política de assentamentos”, de “caráter de política assistencial, buscando resolver conflitos isolados sem fazer uma mudança na estrutura fundiária” (MST, 2010). Priorizou a política de regularização fundiária, porém alguns estudiosos da reforma agrária consideram que a regularização de áreas já ocupadas por posseiros, comunidades tradicionais, ribeirinhas, dentre outras, não pode ser considerado como parte de um processo reformista, pois não desconcentra a estrutura fundiária por meio de desapropriações, então a “reforma”, de fato, não acontece (SANTOS, 2011, p. 67).

A opção política do governo Lula de não fazer a reforma agrária por meio da desapropriação, e sim, principalmente, por meio da regularização fundiária, gerou um problema para os movimentos camponeses que mais atuam nas ocupações de terra – no caso, para o MST, responsável por 63%

das famílias em ocupações no período de 2000 a 2007. Neste período, 583 mil famílias ocuparam terras no Brasil. Destas, 373 mil estavam organizadas no MST. Em 2007, em torno de 70 mil famílias ocuparam terras, sendo que 45 mil estavam organizadas no MST (DATALUTA, 2008). A junção de políticas do governo Lula atingiu o MST. A predominância da criação de assentamentos por meio da regularização fundiária fez com que o tempo de acampamento das famílias aumentasse consideravelmente. Sem conquistas, muitas famílias abandonam os acampamentos, o que diminui a pressão contra o governo. A política compensatória do Bolsa Família –um auxílio financeiro mensal irrisório– também tem diminuído o poder de pressão dos movimentos organizados. Embora haja pesquisas em desenvolvimento sobre esta questão, ainda não temos resultados numéricos (FERNANDES, 2008, p. 81).

No primeiro governo Lula (2003-2006), 74% das áreas assentadas foram obtidas através da regularização; 13% por meio da desapropriação de terras; 10% por reconhecimento; 2% por compra e 1% por doação. No período (2007-2009)⁴⁸, 75% das áreas dos assentamentos foram obtidas por regularização; 16% por reconhecimento; apenas 7% por desapropriação e 2% por compra (DATALUTA, 2010).

Marina dos Santos, uma das lideranças nacionais do MST, critica a medida governamental de regularização fundiária sustentando que “é só para evitar os conflitos” entre o governo, o MST e demais movimentos que lutam por terra. “Isso que o governo fez é política paliativa, assistencialista, que não destrói o latifúndio, não democratiza, não descentraliza” (MST, 2009).

É possível afirmar, contudo, que a reforma agrária foi tratada pelo Estado no âmbito daquilo que Gramsci chamou de “pequena política”, paulatinamente, limitada e pulverizada em múltiplas ações “corriqueiras e focalizadas”. Entre elas a implantação do “seguro rural”; o aumento do volume de crédito rural disponibilizado aos pequenos agricultores e assentados por meio do Pronaf; o Programa “Bolsa Família”; o Programa “Luz para Todos”; a ampliação do programa de construção e

⁴⁸ Os dados referentes ao ano de 2010 não estão disponíveis no DATALUTA (2010).

melhoria de casas para os agricultores; a ampliação dos recursos para o programa de educação no campo (PRONERA) ⁴⁹; a ampliação dos recursos para assistência técnica nos assentamentos, entre outras.

O seguro agora cobre também o trabalho e garante a renda do agricultor em caso de prejuízos pela natureza. Mas ainda não é universal. O agricultor precisa ter empréstimos no banco para poder acessar o seguro. E, portanto, dos 5 milhões de famílias camponesas, ao redor de 1,2 milhões podem acessar o seguro; aumentou o volume de crédito rural disponibilizado aos pequenos agricultores através do PRONAF; Programa Luz para Todos; demarcação da área indígena histórica que é a Raposa do Sol, em Roraima; ampliação dos recursos para assistência técnica nos assentamentos, mas o atendimento ainda não é universal e nem público (VIA CAMPESINA, 2006, p. 34).

“Trata-se aqui de ações públicas fundamentais para o desencadeamento de um processo de reforma agrária capaz de enfrentar o agronegócio” (FILHO, 2006, p. 39). Nos dois mandatos do presidente Lula a reforma agrária agregou fundamentalmente, “a ampliação do espectro produtivo e de serviços básicos e essenciais no meio rural” (SANTOS, 2011, p. 67), mostrando-se favorável a esfera econômica em nome do grande capital nacional e estrangeiro. Ou seja, a reforma agrária do governo petista permaneceu subalterna à política econômica, mostrando-se “tímida e ineficaz” para com os trabalhadores sem-terra, inofensiva ao “velho latifúndio” e funcional aos interesses do modelo agroexportador.

“A mensagem não poderia ser mais clara: a reforma agrária estava fora da agenda política do governo Lula” (BRANFORD, 2010, p. 431). Durante sua história de 28 anos, o MST quase sempre avançou na base da sua própria capacidade de organização, resistência e esforço coletivo. Para a decepção de boa parte dos trabalhadores sem-terra do MST, o governo Lula “provaria não ser uma exceção”.

⁴⁹ A demanda apresentada em parceria com as universidades é muito superior aos recursos liberados. O governo federal tem liberado, em média, 30 milhões de reais por ano para esse programa, valor muito baixo diante das necessidades acumuladas e de outros gastos do próprio INCRA (FILHO, 2006, p. 46).

3.3UM COMPARATIVO ENTRE OS GOVERNOS FHC E LULA: OCUPAÇÕES E ASSENTAMENTOS

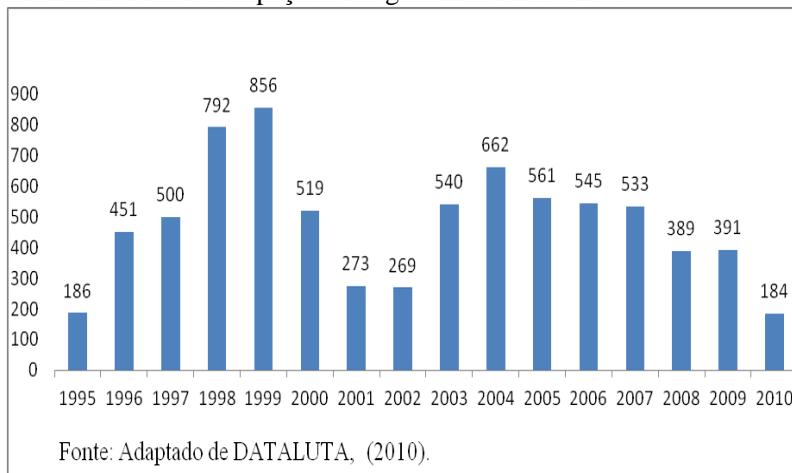
“A ocupação da terra é sempre um devir incerto” (FERNANDES, 2010, p. 180), tendo em vista os variados contextos e as distintas transformações de cada conjuntura. Na execução dessas ocupações, os trabalhadores sem-terra podem realizar diferentes formas de estabelecimento na terra. Em algumas experiências ocupam uma faixa de terra e prosseguem com as negociações, reivindicando a desapropriação da área. Em outras, ocupam a terra dividem-na em lotes e começam a trabalhar; ou ainda demarcam uma única área e plantam coletivamente. É uma das formas de luta mais frequentes que os sem-terra utilizam no enfrentamento ao governo e aos latifundiários, ao mesmo tempo em que se configura enquanto “porta de entrada” nos processos de luta para a conquista da terra, ou seja, do assentamento de fato.

As ocupações atuais realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST e por outros movimentos populares são ações de resistência em contraposição às grandes concentrações fundiárias e contra a exploração exacerbada. São formas atuais de retomar a luta histórica pela conquista da terra, do trabalho e de condições mais dignas de sobrevivência (SANTOS, 2009).

A primeira gestão do governo Lula começou com uma grande expectativa pela realização da reforma agrária no Brasil. Os movimentos sociais do campo, sobretudo, o MST realizaram “o maior número de ocupações de terras da história da luta pela terra no país”. Ao contrário da segunda gestão do governo FHC, que criminalizou as ocupações, o governo Lula sempre procurou dialogar com os movimentos camponeses (FERNANDES, 2008, p. 80). No entanto, Lula também incentivou uma política agrária que, paradoxalmente, fez avançar e refluir a luta pela terra no país, conforme demonstra o gráfico 2⁵⁰.

⁵⁰ Os dados referentes as ocupações no Brasil nos períodos (1995-2002) e (2003-2010) foram coletados e adaptados do *Banco de Dados da Luta pela Terra no Brasil* – DATALUTA (2010, p.15), com base no gráfico 1 – Brasil – Número de Ocupações - 1988-2010, disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2010.pdf.

Gráfico 2- Brasil: Ocupações nos governos FHC - Lula



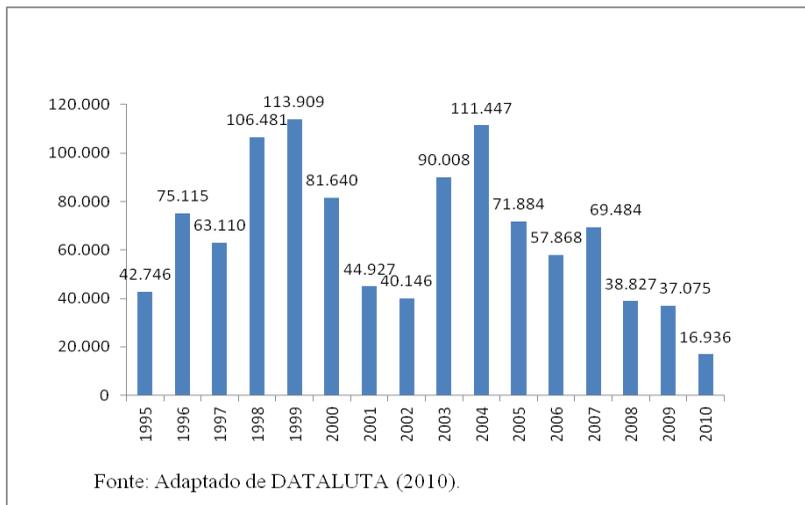
Nas duas gestões de FHC totalizou-se 3.046 ocupações, e nos dois governos do presidente Lula concentrou-se em 3.805 ocupações de terras. No governo petista as ocupações ocorreram em maior número, especialmente, no período 2003-2006, como forma de manifestação e cobrança diante do compromisso assumido por Lula em realizar uma reforma agrária massiva no país, que até então permanecia apenas no plano do “diálogo”.

Com relação ao governo FHC, podemos observar que, principalmente, no período entre os anos 2000 e 2002, houve uma redução significativa do número de ocupações bem como da quantidade de famílias em terras ocupadas, visto que se investiu repressivamente na criminalização das ocupações de terra, através da força policial e de medidas provisórias para não assentar famílias ocupantes de terras e não desapropriar terras ocupadas.

Ainda, com base na interpretação do gráfico 2 verificamos que no primeiro mandato do presidente Lula as ocupações reascenderam, principalmente, no ano de 2004, visto que os movimentos sociais perceberam a necessidade de angariar forças na luta pela reforma agrária, buscando aliar os movimentos do campo e da cidade. Já no segundo governo o número de ocupações decaiu consideravelmente no

período (2008-2010), conseqüentemente, diminuiu o número de famílias em ocupações, conforme expressa o gráfico 3⁵¹.

Gráfico 3 - Brasil: Famílias em ocupações nos governos FHC – Lula.



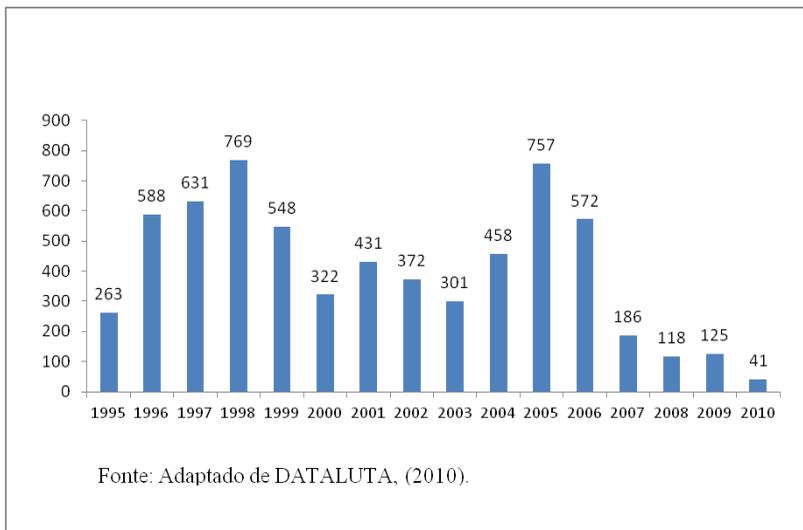
Durante a primeira gestão de FHC (1995-1998) havia 287.452 famílias sem-terra em ocupações e na segunda (1999-2002), o número reduziu para 280.622, em virtude da criminalização da luta e da morosidade governamental diante do assentamento dessas famílias. No governo Lula, não foi muito diferente, no período entre 2003 e 2006, havia 331.207 famílias em situação de ocupação de terra, já no período entre 2007 e 2010, o número diminuiu acentuadamente para 162.322.

Sauer (2010), explica a diminuição das lutas e mobilizações por terra como consequência do “diálogo” existente entre o presidente Luís Inácio Lula da Silva, e os movimentos sociais, principalmente o MST. Apesar do diálogo existente, o governo Lula não priorizou ações significativas como a democratização da propriedade da terra, e muitas famílias em ocupações acabavam por abandonar a luta, uma vez que não acreditavam mais nas propostas governamentais em relação à política de

⁵¹ Os dados referentes ao número de famílias em ocupações nos períodos (1995-2002) e (2003-2010) foram extraídos e adaptados do *Banco de Dados da Luta pela Terra no Brasil – DATALUTA* (2010, p.15), com base no gráfico 2 – Brasil – Número de famílias em ocupações - 1988-2010, disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2010.pdf.

assentamentos, visto que o próprio número de assentamentos também decaiu no segundo governo petista, o que pode ser visualizado a partir do gráfico 4⁵².

Gráfico 4 - Brasil: Assentamentos nos governos FHC – Lula.



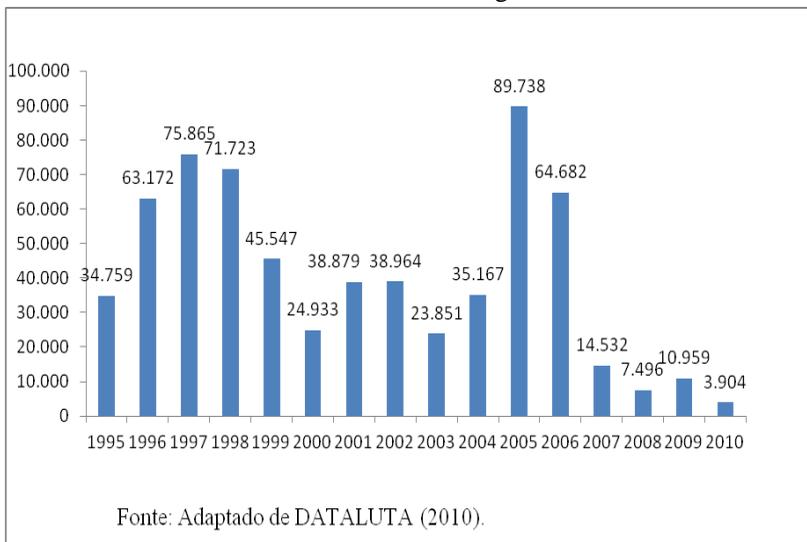
O período (1995-1998) foi o que mais se assentou famílias, totalizando 2.251 assentamentos, quando comparado ao número de ocupações (3.046) registrado nas duas gestões do presidente Fernando Henrique. Mesmo assim, os problemas e conflitos relativos à questão agrária permaneceram, principalmente, por causa de seu caráter estrutural associado à globalização do modelo agroexportador e a crescente criminalização da luta no segundo mandato, o que interferiu na redução do número de assentamentos no período entre 1999 e 2002, registrando-se 1.673.

O governo Lula obteve menos assentamentos do que o governo Cardoso, no primeiro mandato registrou 2.088, visto que no ano de 2005, quando sua popularidade decaía, em decorrência do escândalo do

⁵² Os dados referentes ao número de assentamentos registrados nos períodos (1995-2002) e (2003-2010) foram coletados e adaptados do *Banco de Dados da Luta pela Terra no Brasil – DATALUTA* (2010, p.22), com base no gráfico 3 - Brasil - Assentamentos Rurais - 1985-2010 - Número de áreas obtidas, disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2010.pdf.

mensalão, o presidente petista investiu pesado na reforma agrária, totalizando 757 assentamentos e 89.738 famílias assentadas. No segundo governo, assentou menos ainda, ou seja, um total de 470 assentamentos, conseqüentemente diminuiu o número de famílias assentadas pela reforma agrária, de acordo com o exposto no gráfico 5⁵³.

Gráfico 5 - Brasil: Famílias assentadas nos governos FHC - Lula



O número de famílias assentadas ao longo dos três anos do primeiro governo Lula tem sido muito inferior ao estabelecido no II Plano Nacional de Reforma Agrária apresentado no início do mandato (MARQUES, 2006, p. 188), sendo que se previa assentar 30 mil famílias em 2003, 115 mil em 2004, 115 mil em 2005.

Segundo José Batista Oliveira (da coordenação nacional do MST) o governo Lula colocou famílias em assentamentos onde o número de famílias não foi completado. Quando Fernando Henrique implantava um projeto, contava como assentados o total de famílias que o assentamento comportava. Na medida em que, no governo Lula, se contabiliza, novamente, essas famílias, há dupla ou tripla contagem. Os últimos

⁵³ Os dados referentes ao número de famílias assentadas nos períodos (1995-2002) e (2003-2010) foram coletados e adaptados do *Banco de Dados da Luta pela Terra no Brasil* – DATALUTA (2010, p.22), com base no gráfico 4 - Brasil – Assentamentos Rurais - 1985-2010 - Número de famílias em áreas obtidas, disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2010.pdf.

dados, até novembro de 2005, mostram que 53% das famílias que o governo anuncia ter assentado estão na Amazônia Legal, um exemplo inequívoco de que estamos diante de processo de regularização fundiária, mas não de reforma agrária, como pretendia o II PNRA (OLIVEIRA, 2005/2006).

No primeiro governo Cardoso assentou-se 245.519 famílias e, no segundo, registrou-se o assentamento de 148.323 famílias. Já no primeiro mandato petista, assentou-se 213.438 famílias e no segundo, apenas 36.891.

“A política de criação de assentamentos foi abandonada pelo governo” (MST, 2010). Em 2009 o governo Lula previa o assentamento de 75 mil famílias, porém apenas 10.959 foram assentadas. Os dados do governo federal referentes aos assentamentos em 2009 demonstram que:

1- O governo desrespeita as próprias metas. Denunciamos essa situação na nossa jornada de agosto e cobramos medidas concretas para garantir o assentamento de parte das 90 mil famílias acampadas em todo o país. Não fomos atendidos pelo governo, com a recomposição do orçamento do INCRA, maior investimentos em desapropriação de latifúndios e a atualização dos índices de produtividade. 2- A criação de assentamentos tem caráter de política assistencial, buscando resolver conflitos isolados sem fazer uma mudança na estrutura fundiária. Por isso, os assentamentos criados se concentram na região Norte do país, por meio da regularização fundiária ou da utilização de terras públicas. 3- Não existe uma política de governo para enfrentar o latifúndio nem um programa amplo e massivo de reforma agrária. O latifúndio do agronegócio avança no Sul e Sudeste, aumentando a concentração de terras (censo agropecuário). 4- Não houve alteração nos índices de concentração da propriedade da terra durante o governo Lula. Está em curso uma disputa entre dois modelos para a produção agrícola no país: o agronegócio e a pequena agricultura /reforma agrária. O governo federal dá prioridade ao modelo de produção do agronegócio, que avança com a expansão do latifúndio e das empresas transnacionais sobre o nosso território (MST, 2010).

Em reportagem publicada no Jornal Brasil de Fato (Edição Nº 148, 2005/2006) refere-se que no primeiro governo Lula sua “reforma agrária é mais qualitativa do que quantitativa, ou seja, o que interessa é oferecer boas condições de vida e trabalho para as famílias assentadas” (PESCHANSKI, 2005/2006). Ao argumentar a afirmação, Oliveira (2005/2006), complementou que:

Na realidade, o próprio Lula tem anunciado essa perspectiva, da reforma agrária qualitativa. Contrapõe-se, segundo ele, à do segundo mandato de Fernando Henrique, que era apenas quantitativa, baseada na política fundiária, sem atentar para a política agrícola. É preciso tomar cuidado porque toda reforma agrária tem que ser feita com esse caráter qualitativo. É inconcebível opor dois níveis de reforma agrária, como no discurso do governo. O não cumprimento das metas do 2º PNRA mostra que esse governo não criou as condições necessárias para a reforma agrária. Um dos pontos muito discutidos, em 2003, quando se fazia o II PNRA, era ter uma política de desapropriação de terras maior do que a meta estabelecida, para ter uma oferta maior do que a necessidade. Os embaraços não impediriam que se cumprisse as metas, pois haveria excedente. Desde aquele momento, o “núcleo duro” do Partido dos Trabalhadores (PT) foi impondo restrições à reforma agrária. Por exemplo: diziam que não se poderia fazer desapropriações em áreas de agronegócio. [...] As restrições aumentaram, com a política de contenção fiscal, do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que só a implementou porque tinha apoio do presidente.

Por incrível que pareça, a reforma agrária de Lula assentou menos que a de FHC, apesar da discrepância entre os dados divulgados por órgãos oficiais no período, como o INCRA e o MDA. No primeiro mandato, por pressão social dos movimentos sociais, foi elaborado o II PNRA, em que a proposta de assentamento era de um total de 520 mil famílias. Na realidade, assentaram-se apenas 213.438 famílias, embora o governo divulgasse dados de mais de 500 mil. Esses dados não correspondem à realidade porque eles somaram como assentamentos

novos áreas de regularização fundiária, áreas de reconhecimento de assentamentos antigos e reassentamentos de atingidos por barragens.

Independentemente da verdade por trás do jogo de números, fica claro que o governo Lula fracassou em implementar o tipo de reforma agrária progressista [...]. Suas tentativas não levaram a uma ruptura do velho sistema fundiário, que continuou tão concentrado quanto nunca (BRANFORD, 2010, p. 427).

No segundo mandato além de não ter sido elaborado o III Plano Nacional de Reforma Agrária, o governo se descompromissou em fazer a reforma agrária priorizando apenas as áreas passíveis de regularização fundiária. Isso quer dizer que a reforma agrária, propriamente dita, a qual era tão esperada pelos movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo o MST, não se efetivou no governo Lula, permaneceu enquanto “promessa a ser cumprida”.

3.4 O MST E A LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA

Desde o início da campanha eleitoral, “o MST vinha se mantendo cauteloso, estudando suas atitudes a fim de não prejudicar seu candidato, Lula” (SCOLESE, 2003).

O primeiro mandato de Lula foi, de forma estranha, um período difícil para o MST. Não há dúvidas de que no início até mesmo os líderes do movimento estavam empolgados e otimistas. Eles não acreditavam que o governo lhes entregaria a reforma agrária em uma bandeja de prata, mas achavam que a instalação de um governo de esquerda mudaria o equilíbrio de poder no país de forma a possibilitar uma mudança maior (BRANFORD, 2010, p. 427).

Em 2003, os movimentos sociais do campo se organizaram através do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e nos fóruns estaduais, para juntos discutir o II Plano Nacional de Reforma Agrária com o propósito de interferir na sua elaboração. Porém, no decorrer do governo Lula a predominância de uma política

concentradora de renda, subordinada aos bancos, guiou a reforma agrária justamente no caminho contrário, e as metas estabelecidas no Plano não foram cumpridas na íntegra, por sua vez, não tendo impacto na concentração fundiária brasileira.

À medida que os meses passavam, contudo, e nenhuma mudança concreta ocorria, os militantes do MST começaram a perder o ânimo. No entanto, ao tornar-se cada vez mais claro que o governo do PT não estava implementando o tipo de reforma agrária desejado, o MST se viu diante de um difícil posicionamento. Entretanto, o MST por meio dos trabalhos de base decide partir de uma compreensão básica sobre a correlação de forças na sociedade brasileira, reafirmando a necessidade da utilização da pressão social nessa conjuntura, o que permitiria ao movimento exercer um contrapeso importante à influência da classe burguesa oponente da reforma agrária no país.

A decepção dos sem-terra em relação aos primeiros meses do governo do PT resultou no bloqueio de uma estrada no interior de Alagoas, visto que “a passagem de quase 40 dias de governo e sem nenhuma atitude sobre as famílias de trabalhadores rurais acampadas em todo o país” (RODRIGUES, MST, 2003). Sob caráter de urgência, as lideranças do movimento cobravam do governo que todas as famílias sem-terra fossem assentadas imediatamente.

O bloqueio é um método de luta e ação direta que ganha sentido para segmentos de classe expulsos do mundo da produção e dos canais de mediação política clássicos, assim como um mecanismo de exposição pública de uma outra territorialidade de classe, disputada e construída nos bairros da periferia urbana. Pode abrir espaços de encontro entre diversos sujeitos (estudantes, desempregados, professores, trabalhadores fabris, vizinhos, indígenas), evidenciando sua capacidade de refletir universalmente diversas experiências da subalternidade (MARRO, 2009, p. 89).

Dias depois, em audiência na sede do INCRA, em Brasília, o MST cobrou “agilidade” ao ministro Miguel Rossetto, no assentamento dessas famílias e na indicação das superintendências regionais do INCRA, na contratação de novos quadros. De acordo com Rodrigues (MST, 2003): “Até agora não começaram a fazer nada. Nós pensamos como movimento social, e não como governo”.

Por um tempo, o presidente Lula conseguiu, com seu carisma pessoal, minimizar o descontentamento por parte dos movimentos sociais, sobretudo do MST. Em várias ocasiões, em conversas com os trabalhadores sem-terra, Lula incentivou-os a dar prosseguimento à mobilização. Num desses encontros com o MST, afirmou: “eu quero dizer aos camaradas trabalhadores que estão aqui que vocês não devem ter medo de fazer exigências. Vocês não devem se intimidar. Vocês devem continuar exigindo o que acham necessário exigir” (Folha de São Paulo, 29 de junho de 2004).

Uma onda de mobilizações por terra desatou ao longo dos anos iniciais da primeira gestão petista, ao mesmo tempo em que levou o próprio MST a alterar algumas das suas táticas de pressão. Outras medidas de protesto e resistência, sobretudo, em particular manifestações, bloqueios de estrada, ocupação de prédios públicos e órgãos governamentais, aumentaram de modo substancial. Muitas dessas ações foram efetuadas de forma sincronizada em vários pontos do estado e do país, objetivando intensificar as lutas e aumentar o poder de pressão dos trabalhadores nas negociações com o governo.

Aqui, é fundamental reconhecermos que isso denota uma tentativa inicial de “universalização” da luta das classes subalternas, isto é, uma “tendência à unificação ainda que em termos provisórios” (GRAMSCI, 2002, p. 135). A necessidade de costurar nacionalmente, os tímidos ensaios dessas experiências “auto-organizativas” por meio das ações diretas, abre um cenário de politização dos grupos subalternos (MARRO, 2009). “Todo traço de iniciativa autônoma por parte dos grupos subalternos deve ser de valor inestimável” (GRAMSCI, 2002, p. 135) para a unificação da luta.

Um exemplo válido dessas experiências iniciais de auto-organização e “universalização” da luta das classes subalternas foi o *Fórum Mundial pela Reforma Agrária* (FMRA), que foi realizado em Valência, Espanha, em dezembro de 2004. O FMRA reuniu um número expressivo de organizações originárias de mais de 70 países, sendo que boa parte delas era ligada diretamente aos movimentos de camponeses, trabalhadores rurais sem-terra, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores, além das associações representativas, sindicatos, cooperativas, etc. As sessões especiais sobre o tema nas edições globais e regionais do Fórum Social Mundial serviram para informar as instituições e os movimentos não ligados diretamente a luta pela terra, sobre o caráter estratégico da reforma agrária, “não somente como medida de redução da pobreza mas, sobretudo, como instrumento de justiça social” (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 10-11).

O FMRA tornou-se uma referência importante na discussão sobre a luta pela reforma agrária em âmbito mundial:

Constituiu-se num espaço de denúncia, crítica, análise, expressão, visibilidade e propostas de um conjunto diferenciado de lutas, políticas, processos e atividades, cuja diversidade de situações, culturas e trajetórias sociais tornou-se um ponto estratégico para uma discussão ampliada da questão agrária no século XXI e, em particular, do processo de democratização da terra (LEITE; ÁVILA, 2007, p. 152).

É importante destacar a participação e apoio dos governos de várias nações no FMRA, para debater os desafios que envolvem as lutas por reforma agrária em todo o mundo. O Brasil foi representado pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto.

Rossetto citou o exemplo do Brasil, um país que é hoje um dos maiores produtores de grãos do mundo, que é o maior exportador líquido de alimentos e que, no entanto, apresenta altíssimos índices de concentração de terra e de renda, um processo crescente de exclusão social e pobreza, de violência no campo e um modelo produtivo predatório dos recursos naturais (WEISSHEIMER, 2004, p.2).

Ainda, o ministro acrescentou que:

“Devemos ter uma estratégia produtiva, sim, mas uma estratégia que aponte para uma outra agenda de desenvolvimento, que tenha a reforma agrária como uma proposta central”. E ela é central, enfatizou Rossetto, porque tem a ver com a ocupação de nosso território, com a produção de alimentos de qualidade, com a geração de emprego e renda no campo, e, sobretudo, com a ruptura com uma tradição cultural de dominação que vê o campo fundamentalmente como um símbolo de atraso, útil apenas para a acumulação e reprodução de capital. Uma agenda, então, que tem a ver também com as formas de vida que queremos construir para nosso futuro (WEISSHEIMER, 2004, p. 2).

A partir das argumentações do ministro do MDA durante o FMRA, verificamos o reconhecimento governamental diante da “urgência” da reforma agrária brasileira, através dos seus “belíssimos discursos [...] e nada mais” (GRAMSCI, 2007, p. 319), porque até agora a reforma permaneceu limitada ao “plano discursivo”.

Nesse sentido, o MST vem fazendo um esforço para nacionalizar a luta a partir do ensaio de um conjunto de bandeiras de lutas que possam mobilizar os trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária. Segundo Roberto Baggio, integrante da coordenação nacional do MST pelo estado do Paraná:

Desde 2003-2004, estamos num processo constante de organização e fortalecimento para acertar táticas e definir estratégias mais claras [...]. Isto fortalece o conjunto das forças sociais e, a cada ano que passa, essas forças e o processo vão crescendo e amadurecendo [...]. Isto revela um amadurecimento político do movimento social, que passa a entender que as verdadeiras mudanças dependem de capacidade política, de mobilização e pressão, rompendo com as estruturas centrais do capital (BAGGIO, 2007).

Diante disso, a luta pela reforma agrária se evidencia em âmbito nacional por meio de uma plataforma comum de ações através da *Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária*, mais conhecida como “*Abril Vermelho*”. Durante o governo Lula, em todos os anos compreendidos entre 2003 e 2010, no mês de abril, o MST promoveu uma série de ocupações por conta do “*Abril Vermelho*” para cobrar a “agilidade” da reforma agrária ao governo. Os militantes ocuparam latifúndios, sedes de bancos (Banco do Brasil e Banco do Nordeste), prédios do INCRA, praças de pedágio em vários estados brasileiros.

Conforme a Comissão Pastoral da Terra (2011), as ocupações em torno do “*Abril Vermelho*”, no ano de 2003, totalizaram 23 ocupações espalhadas principalmente, nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Sergipe, Bahia, etc. Em 2004, registrou-se 92 ocupações; em 2005, 47; em 2006, 31; no ano de 2007, 66; em 2008, 64; em 2009, 33 e em 2010 concentrou-se em 74 ocupações distribuídas pelo país.

O “*Abril*” de 2004 obteve o maior número de ocupações, atribuindo grande relevo à Jornada Nacional de Lutas, visto que o MST e demais movimentos populares potencializaram críticas à política

econômica e à reforma agrária do governo Lula, “adormecidas pela cantilena da demora e dos parcos investimentos sociais, [...] colocando publicamente gritos ritmados pelos acordes de insatisfação e reivindicação” (ROMÃO, 2005, p. 241).

Durante a jornada, Stédile (MST, 2004), membro da direção nacional do MST, pronunciou:

O Abril Vermelho não é um roteiro de ocupações e invasões de terra, mas sim um movimento de mobilizações organizadas e que contará também com a participação de outras entidades da sociedade civil [...]. É preciso que os movimentos de massa ganhem novo ânimo e voltem às ruas para discutir um modelo alternativo para este país.

Em resposta ao “*Abril Vermelho*” de 2004, o Movimento Nacional de Produtores (MNP), promoveu o “*Maio Verde*”, com o objetivo de “informar a população sobre a importância do agronegócio” (MNP, 2004).

Em entrevista concedida na cidade de Três Lagoas (MG), o presidente Lula comentou acerca dessas ações, afirmando que:

A reforma agrária não vai ser feita no grito dos trabalhadores ou no grito dos que são contra. Ela vai ser feita respeitando a legislação vigente e no clima de harmonia que norteia o comportamento de meu governo (SILVA, 2004).

Em fevereiro de 2004, em audiência com representantes do MST e da Contag, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, já havia garantido recursos para a reforma agrária, assegurando o PNRA como uma de suas ações prioritárias. Na reunião com os movimentos sociais foram apresentadas as metas do PNRA.

Serão assentadas 47 mil famílias no primeiro semestre de 2004. Até o final do ano, esse número sobe para 115 mil famílias. Nós temos recursos para iniciarmos uma reforma agrária massiva e de qualidade. É uma estratégia de governo e nós iremos cumprir as metas do PNRA (ROSSETTO, 2004).

No mês seguinte, o presidente Lula, após reunir-se com os ministros no Palácio do Planalto, para discutir a execução orçamentária da reforma agrária, anunciou:

A meta é assentar 115 mil famílias no campo até o final do ano. O governo federal vai liberar R\$ 1,7 bilhão suplementares até o final do ano para garantir a meta do Ministério do Desenvolvimento Agrário de assentar 115 mil famílias no campo ainda este ano (LULA, Agência Brasil, 31 de março de 2004).

Diante disso, Marina dos Santos, membro da direção nacional do MST, argumentou:

Sabemos que o governo não cumprirá a meta. O modelo econômico em vigência não permite. Essa controvérsia que há na realização da reforma agrária não é novidade nesse país. Pena que enfrentamos isso também no governo Lula. Essa política de assentamentos realizada não altera em nada a estrutura fundiária (SANTOS, 2005).

Em 2003, o governo anunciou pouco mais de 36 mil famílias assentadas. Quando se verificou, pelo Diário Oficial, o número de atos públicos de desapropriação de terra, viu-se que, nesse ano, a área desapropriada permitiria o assentamento de algo em torno de nove mil famílias. A maioria das ações foi de regularização fundiária (OLIVEIRA, 2005).

Em novembro de 2003 fizemos um acordo com o governo, que se comprometeu a assentar 400 mil famílias em três anos de mandato. Quase um ano e meio depois, menos de 60 mil famílias foram assentadas e o orçamento para a reforma agrária sofreu um corte de dois bilhões. O dinheiro foi destinado ao superávit primário, para pagar os juros das dívidas externa, interna e os bancos (MST, 2005).

As metas não foram cumpridas e a “reforma agrária não avançou de forma sistemática” (SANTOS, MST, 2005):

A reforma agrária ficou paralisada, deixou de ser um conjunto de medidas para atacar a concentração da propriedade da terra, para virar um mero programa de compensação social, com poucas famílias assentadas e sem a qualidade prometida no Plano Nacional de Reforma Agrária.

Em 2 de maio de 2005, o MST realizou a *Marcha Nacional pela Reforma Agrária*, percorrendo o trajeto de Goiânia até Brasília, durante 17 dias, contando com aproximadamente 12 mil caminhantes reunidos para “caminhar, protestar e chamar a atenção da sociedade brasileira para a grave situação de pobreza e desigualdade no campo” (MST, 2005) em torno do lema “*Reforma agrária já*”.

Eles representam as mais de 200 mil famílias acampadas e 350 mil assentadas no país. Representam os desempregados, os pequenos agricultores, as mulheres camponesas, a juventude, os estudantes, os professores, os indígenas, os movimentos sociais e todos aqueles que clamam por transformações e exigem mudanças concretas para melhorar a vida do povo brasileiro. É a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, fruto da solidariedade nacional e internacional. Todos os dias, a caminhada começará às 5h00. Durante a manhã, antes do sol esquentar, nossos companheiros e companheiras marcharão quase 200 quilômetros. Na mochila, carregarão livros e cartilhas para estudarem à tarde. Dentro de si, cada marchante carrega os valores da generosidade e da vontade de chegar. À noite, a marcha cede lugar a atividades culturais que elevarão o nível de consciência do nosso povo. Vamos a Brasília exigir a reforma agrária, mudanças na política econômica e denunciar a escravidão do trabalhador e da trabalhadora rural produzida pelo agronegócio (MST, 2005).

Chaves (2000, p. 15-24) se propõe a “tomar a marcha dos sem-terra como um *locus* privilegiado do MST como ator político e do contexto sociocultural que o baliza”. Isso porque a marcha representa “uma espécie de síntese dos elementos constitutivos do MST e também de seus desafios: a construção de uma identidade e de uma sociabilidade própria e, ao mesmo tempo, de um poder político eficaz”.

A eficácia da marcha nacional pode ser melhor compreendida se tomada como ação coletiva expressiva, cuja importância teve por suposto a capacidade de comunicar os fundamentos ideológicos e os propósitos políticos do MST e, ao evocar referências simbólicas consagradas, angariar-lhe a conformidade e solidariedade da sociedade mais abrangente. Delimitada no tempo e no espaço, a Marcha demarcou uma esfera específica no curso da vida social, podendo ser considerada um ritual de longa duração (CHAVES, 2000, p. 15).

A marcha nacional foi um dos momentos mais importantes da luta pela reforma agrária no governo Lula: “nunca, em toda história, houve uma marcha pacífica de protesto tão massiva, longa e sofisticada quanto esta mobilização a Brasília” (CARTER, 2010, p. 32).

Segundo o autor foi um evento de larga escala, comparável a outras grandes marchas de longa distância do século XX, como a caminhada de Mahatma Gandhi, em 1930, que desafiou o domínio colonial britânico ao fazer seu próprio sal; a marcha de Jarrow Crusade, realizada por operários desempregados do nordeste da Inglaterra até Londres, em 1936; a marcha de Selma e Montgomery, no Alabama, liderada por Martin Luther King, em 1965, no auge do movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos; e a marcha dos povos indígenas da Amazônia boliviana até La Paz, em 1990, para reivindicar direitos a terra e a proteção da Floresta Amazônica.

Cada trecho da marcha teve início antes do amanhecer. Canções de protesto, palavras de ordem e conversas com os parceiros ajudavam a animar as cinco horas diárias de caminhada. À tarde e à noite os camponeses tinham atividades de estudo e lazer. Uma equipe pedagógica se encarregou de organizar diversas jornadas de

reflexão e debate, com palestras oferecidas por intelectuais, políticos e lideranças do movimento. Esses encontros promoveram discussões sobre temas relacionados à proposta de reforma agrária do MST, à conjuntura política brasileira, formas contemporâneas de imperialismo, aos perigos das sementes transgênicas e outras preocupações ambientais (CARTER, 2010, p. 29).

Enquanto a marcha se aproximava da capital federal, representantes do MST mantiveram-se ocupados em reuniões com ministros do governo, líderes do Congresso e autoridades do Poder Judiciário. No decorrer de duas semanas, participaram de 50 reuniões com 20 ministérios e órgãos do governo federal. Além de exigir o cumprimento do PNRA por parte do governo federal, apresentaram petições em favor de vários projetos de desenvolvimento rural e reivindicaram proteção dos direitos humanos no campo.

Todavia, o clima das negociações promovidas pelo MST acabou esfriando com o programa de austeridade fiscal do governo, aliado às crescentes taxas de juros. Antes da marcha, o Ministério da Fazenda havia determinado um corte no orçamento para os programas sociais, inclusive a reforma agrária. Assim, o cumprimento da antiga promessa do presidente Lula de realizar uma reforma agrária progressista foi prejudicado pelas restrições dos gastos orçamentários.

Após reunir-se com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Fátima Ribeiro, da coordenação nacional do MST, deixou claro que:

Nós não aceitamos, que os dois bilhões de reais da reforma agrária vão pagar juros da dívida brasileira, dando ainda mais lucros para os banqueiros. A esperança é a última que morre e é por isso que estamos nos mobilizando (MST, 2005).

Após percorrer 256 quilômetros até chegar à Brasília e passarem a noite ao lado do estádio Mané Garrincha, cerca de 20 mil militantes do MST e demais movimentos de luta pela terra saíram em passeata pelas ruas da capital brasileira. Essa caminhada de protesto foi coordenada por indígenas e negros do estado da Bahia. A primeira parada da passeata foi em frente a Embaixada dos Estados Unidos, onde deixaram uma pilha de “lixo americano” (embalagens de *McDonald's* e de *Coca-Cola*), também queimaram armas de brinquedo para criticar o consumismo e

imperialismo norte-americanos. Em frente ao Ministério da Fazenda, o MST realizou um ato em favor de um “autêntico modelo de desenvolvimento nacional”. Na passeata os manifestantes exibiam um enorme cartaz que denunciava o Ministério da Fazenda como a “*Fazenda do FMI*”.

No Palácio da Alvorada, o presidente Lula recebeu calorosamente uma delegação de 50 membros do MST, sindicatos, ativistas de direitos humanos, grêmios estudantis, etc. Lula encantou os manifestantes ao vestir um boné do MST. Depois de várias negociações, o governo concordou em cancelar os cortes do orçamento para a reforma agrária, contratar 1.300 novos funcionários para o INCRA e oferecer mais apoio para os assentamentos já implantados.

Os encontros entre o Presidente da República e representantes do MST também são importantes, pois é a partir deles que tanto o governo quanto o movimento se reconhecem mutuamente como interlocutores políticos. [...] Os dirigentes do movimento têm plena consciência de que precisam da mediação do governo para atingir os seus objetivos. Apenas o governo pode desapropriar terras, conceder indenizações, garantir crédito aos assentados, estabelecer uma política agrária e executá-la (COMPARATO, 2001, p. 108).

“Conseguimos fazer o governo renovar conosco “sete compromissos” com o objetivo de acelerar a reforma agrária” (Secretaria Nacional do MST, 2005):

- 1) Cumprimento das metas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 2005: a) O governo reafirma seu compromisso com as metas do II PNRA: 115 mil famílias assentadas em 2005 e 400 mil assentadas até o final de 2006; b) Envio ao Congresso Nacional, de projeto de lei de suplementação orçamentária com os recursos necessários para cumprir a meta;
- 2) Revisão dos índices de produtividade;
- 3) Reestruturação e fortalecimento do INCRA: a) O Ministério do Planejamento autorizou a contratação de 137 servidores já aprovados em concurso, principalmente agrônomos; b) Autorizar

a realização, ainda em 2005, de novo concurso para o INCRA, com abertura de 1.300 vagas; c) Nova estrutura organizacional do INCRA;

4) Priorizar, na seleção para os assentamentos, observadas as demais condições legais, os trabalhadores em acampamentos mais antigos;

5) Assegurar uma cesta básica mensal para todas as famílias acampadas;

6) Descontingenciar os recursos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera;

7) Mais qualidade para os assentamentos - acesso ao crédito pelos assentados: a) Reajustar o teto de financiamento do Pronaf A de R\$ 15 mil para R\$ 18 mil (1,15% ao ano, carência de até 5 anos, 10 anos de prazo para pagar, desconto de 46% para pagamentos em dia); b) Aumento de um para três dos créditos de custeio aos assentados (juros de 2% e rebate de R\$ 200,00 para pagamentos em dia), no valor de até R\$ 3 mil cada, sendo os dois primeiros com risco da União e o terceiro com garantia de compra da produção; c) Instituir um Crédito de Recuperação de Assentamentos, no valor de até R\$ 6 mil por família (1% de juros, carência de até três anos e até 10 anos de prazo para pagar), com disponibilidade de recursos fixada a cada Plano Safra; d) Assegurar a disponibilidade de R\$ 100 milhões para acesso exclusivo dos assentados ao Pronaf Agroindústria (até R\$ 18 mil por família, 3% de juros para pagamentos em dia, até três anos de carência e 8 anos para pagar) através de fundo de aval ou outro instrumento de garantia; e) Instituir, além do atual crédito de instalação/fomento de R\$ 2,4 mil, um segundo recurso de fomento aos assentados, no ano seguinte, no mesmo valor; f) Aumentar de R\$ 1 mil para R\$ 1,5 mil os recursos para construção de cisternas no semiárido.

Em entrevista do Jornal Sem-Terra (fevereiro de 2006) a integrantes da direção nacional do MST, Marina dos Santos, afirmou que “a maior parte destas reivindicações seguiu sem ser cumprida”:

O governo não cumpriu com os compromissos assumidos com os 12 mil marchantes [...]. A não publicação da portaria interministerial que atualiza os índices de produtividade faz com que as mais de 140 mil famílias de sem-terra que estão acampadas continuem a sofrer todo tipo de privação nas beiras das estradas. Nós do MST vamos continuar fazendo lutas pela reforma agrária, organizando os sem-terra, cobrando e pressionando o governo para que cumpra com suas promessas e faça de fato o assentamento imediato das famílias acampadas pelo Brasil afora.

“Pouco aconteceu”. “Até agora, o governo vem fazendo regularização fundiária e não desapropriação de terras para beneficiar famílias acampadas e ligadas aos movimentos sociais”. O comprometimento de assentar 115 mil famílias em 2005 resumiu-se, a aproximadamente 20 mil. Outras 120 mil famílias continuaram acampadas. A prometida portaria que altera os índices de produtividade para cálculo das desapropriações também não havia sido publicada, os critérios estão, portanto, defasados e não possibilitam que áreas improdutivas sejam convertidas para assentamentos (Secretaria Nacional do MST, 2005).

Com relação à retomada do compromisso de “mais qualidade para os assentamentos” e “acesso ao crédito pelos assentados”, em fevereiro de 2004, o MST já havia protocolado junto à Superintendência Nacional de Desenvolvimento Agrário do INCRA (SDA/INCRA) uma proposta de mudança para os créditos dirigidos aos assentamentos rurais. Intitulada “*A política de crédito para a reforma agrária*”, a proposta deu início a todo um processo de discussão e de negociação entre representantes do movimento e do governo.

Respalhando a proposta de crédito, o documento do MST discorria sobre a reforma agrária, associando-a a uma “luta política pela distribuição da riqueza e poder” e ao novo momento político inaugurado pelo governo Lula; tratando das relações entre a reforma agrária e as políticas públicas e destacando a necessidade de construção de “um novo marco institucional” para reordenar as atuais políticas. Nesse momento, o MST demarcou sua posição defendendo uma política de crédito específica para os trabalhadores assentados, que seja dissociada do Pronaf, avaliado como “ineficaz na tentativa governamental de consolidar e desenvolver os assentamentos rurais”. Ao mesmo tempo,

reivindicava uma política pública própria de assistência técnica e extensão rural para os assentamentos, destacando, em ambos os casos, sua oposição à “política que o MDA está montando para a agricultura familiar” (BRUNO; DIAS, 2004, p. 65).

Na *Marcha Nacional pela Reforma Agrária*, o MST também colocava como peça fundamental para avançar na reforma agrária a reestruturação do INCRA:

O INCRA continua sendo um órgão amorfo, do ponto de vista da organização da reforma agrária. Está muito aquém das necessidades atuais e do compromisso do governo Lula de reestruturar e fortalecer esta instituição. Este compromisso está abandonado, para não dizer esquecido pelo governo federal. Em qualquer projeto de reforma agrária massivo, que se tem como objetivo democratizar o acesso da propriedade e a terra no Brasil, é preciso bons instrumentos públicos do Poder Executivo para criar esta dinâmica de assentamentos, desapropriações, etc. Neste aspecto, o INCRA necessitaria cumprir uma função central de agilidade, de rapidez, de dinamizar toda uma estrutura pública em prol da reforma agrária (BAGGIO, MST, 2007).

Em 9 de agosto de 2005, o MST divulgou um documento “*Posições políticas do MST nessa conjuntura*”, fazendo críticas severas aos rumos do governo petista. O documento explicitava que dos 115 mil assentamentos previstos para o ano, apenas 20 mil foram realizados e o não cumprimento dos compromissos assumidos pelo governo por ocasião da Marcha Nacional pela Reforma Agrária (ocorrida em maio).

Em 29 de novembro de 2005, depois de dois anos de duração, foi encerrada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana (CPMI da Terra)⁵⁴. Seu relatório, aprovado por 13 votos a oito, classificou as ações de ocupação de terra como “atividade terrorista e crime hediondo”. Na verdade, refletindo o grau de

⁵⁴ Em 2003, o Congresso Nacional criou a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana, com o objetivo de realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana, os movimentos sociais de trabalhadores (que têm promovido ocupações de terras, áreas e edifícios privados e públicos, por vezes com violência), assim como os movimentos de proprietários de terras (que, segundo se divulga, têm se organizado para impedir as ocupações por vezes com violência) (<http://www.senado.gov.br>).

polarização que envolve esta problemática, desenvolveram-se paralelamente duas CPMI's. A dos ruralistas, cuja finalidade era atingir os movimentos sociais de trabalhadores rurais, em especial o MST, procurando criminalizar suas principais lideranças. E a dos parlamentares que apoiam a causa da reforma agrária, que realizou um diagnóstico da situação fundiária e identificou forte relação entre o elevado grau de concentração de terras e a ocorrência da violência no campo (TELLES MELO, 2006).

No dia seguinte, a Coordenação Nacional do MST em nota “*O MST sobre CPMI da Terra*” expôs sua indignação frente à atuação da maioria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, declarando que a Comissão apenas cumpriu com:

Os objetivos criminosos e odiosos da UDR e seus aliados, atuou para desvirtuar o objetivo original da comissão, que era traçar um amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, os processos de reforma agrária e urbana e propor soluções para os problemas encontrados. [...] A Câmara dos Deputados, que deveria ser representação do povo brasileiro, demonstra mais uma vez que continua sendo instrumento de defesa dos poderosos de nosso país, que resistem à realização da reforma agrária. O movimento repudia as posições apresentadas no relatório aprovado e reafirma seu compromisso de continuar sua luta para que as mais de 4,8 milhões de famílias sem-terra tenham acesso à reforma agrária.

Apesar dos diversos entraves governamentais frente à luta pela reforma agrária, o ano de 2005 representou para o MST conquistas como a inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF)⁵⁵

⁵⁵ Situada em Guararema (a 70 km de São Paulo), a escola foi construída, entre os anos 2000 e 2005, graças ao trabalho voluntário de pelo menos mil trabalhadores sem terra e simpatizantes. Nos cinco primeiros anos de sua existência, passaram pela escola 16 mil militantes e quadros dos movimentos sociais do Brasil, da América Latina e da África. Não se trata, portanto, de uma “escola do MST”, mas de um patrimônio de todos os trabalhadores comprometidos com um projeto de transformação social. A escola oferece cursos de nível superior, ministrados por mais de 500 professores, nas áreas de Filosofia Política, Teoria do Conhecimento, Sociologia Rural, Economia Política da Agricultura, História Social do Brasil, Conjuntura Internacional, Administração e Gestão Social, Educação do Campo e Estudos Latino-americanos. Além disso, possui cursos de especialização, em convênio com outras universidades, por exemplo, Direito e Comunicação no campo (<http://www.universidadepopular.org>).

e a realização da Marcha Nacional. Gilmar Mauro, membro da direção nacional (MST, 2005) complementou:

Este foi um período difícil não só para o MST, mas para todos os movimentos sociais brasileiros. Assistimos a uma etapa de anos de dificuldades para conseguir avanços concretos. Com relação à reforma agrária, o governo não tem uma política clara com metas estabelecidas que tragam a perspectiva de alterar a estrutura fundiária brasileira. Tudo se parece mais com uma compensação do que com algo que aponte, realmente, para a modificação da estrutura fundiária no país. Isso dificulta a luta dos movimentos sociais. É claro que tivemos alguns elementos e conquistas fundamentais, como a inauguração da ENFF que nos traz a perspectiva de formação política e ideológica de quadros. Isso aponta para lutas de massa como a Marcha Nacional. Este é o caminho mais importante a ser seguido nessa difícil etapa que a classe trabalhadora enfrenta.

“Para mudar esta realidade temos que mudar a correlação de forças políticas. Por isso, defendo que o nosso grande desafio em 2006 é debater com outros setores da sociedade o momento que vivemos, para permitir estabelecer novas alianças e enfrentar o conjunto deste processo” (MAURO, MST, 2006). Nesse cenário, definiu-se como uma das principais tarefas do MST para o ano de 2006, “a construção de alianças com outros setores da sociedade” (MST, 2006).

Obviamente, 2006 nos coloca como desafio preparar nosso Congresso que vai ter que debater estas questões estratégicas. Como por exemplo, a questão agrária que se modifica, principalmente com as políticas adotadas pelo segundo mandato de FHC e no governo Lula. Temos que interpretar esta transformação para fazer o enfrentamento político. Nossa disputa vai além do latifúndio, passa pelo capitalismo, o agronegócio que está interligado com o sistema financeiro internacional. [...] Debater e clarificar isso dentro do MST é muito importante. A segunda tarefa é continuar o processo de mobilização de massa. E

a terceira é articular as lutas imediatas, como a nossa da reforma agrária, com as de outros setores que talvez não sejam mais da categoria operária, fabril, [...] a juventude urbana, os sem-teto, com prioridade, no nosso caso, com a Via Campesina. Estes são grandes desafios para 2006 e pelos anos que temos pela frente (MAURO, 2006).

No entanto, ao longo de 2006, especialmente, por ser período eleitoral, o MST intensificou a retomada das ocupações em várias regiões brasileiras (Paraíba, Pernambuco, Recife, Bahia, Goiás, São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Paraná, Espírito Santo, Minas Gerais). No Rio Grande do Sul, o MST ocupou um dos maiores latifúndios do estado – a fazenda Guerra, área de 7 mil hectares localizada no município de Coqueiros do Sul – , sendo a maior ocupação do movimento nesse estado nos últimos dez anos (Jornal Brasil de Fato, 17 de março de 2006).

“O MST luta por avanços democráticos pela via institucional e utiliza as ocupações de terra, seguidas da formação de acampamentos com centenas de famílias sem-terra, como principal mecanismo de pressão” (MARQUES, 2006, p. 184). José Batista de Oliveira (MST, 2011) destacou que:

No primeiro governo Lula, houve um grande número de famílias acampadas, porque se criou expectativa de que o governo iria fazer reforma agrária. Porque, historicamente, havia um compromisso. No segundo governo, houve uma diminuição porque muitas pessoas desistiram de ficar acampadas. Têm pessoas que estão acampadas desde o início do governo Lula.

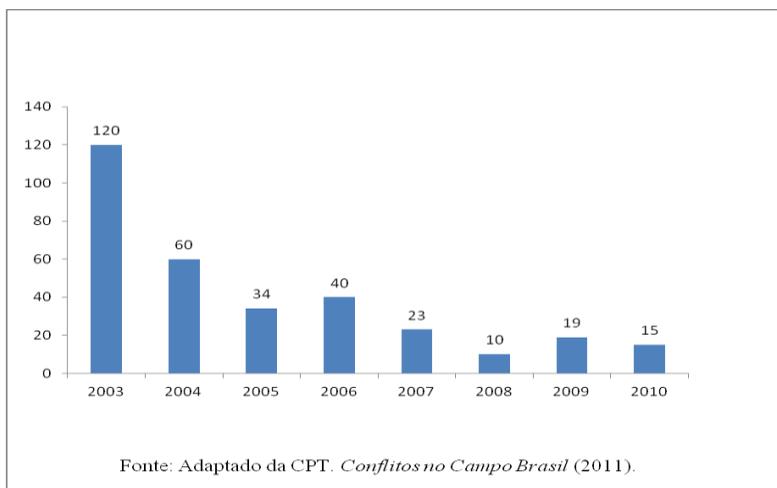
Na primeira gestão de Lula registrou-se 254 acampamentos do MST e na segunda, o número decaiu acentuadamente para 67 acampamentos, conforme exposto no gráfico 6⁵⁶.

⁵⁶ Os dados referentes ao número de acampamentos registrados no período (2003-2010) foram extraídos e adaptados da CPT – *Conflitos no Campo Brasil – 2011*, sendo selecionados somente aqueles organizados pelo MST no Brasil, disponível em:

(2003) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/7-acampamentos-2003?Itemid=23>;

(2004) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/8-acampamentos-2004?Itemid=23>;

Gráfico 6 - Brasil: Acampamento do MST (2003 – 2010)



Segundo Clédson Mendes, líder da frente de massa do MST do Pontal do Paranapanema (SP), “durante o governo Lula algumas famílias desistiram da luta pela terra”:

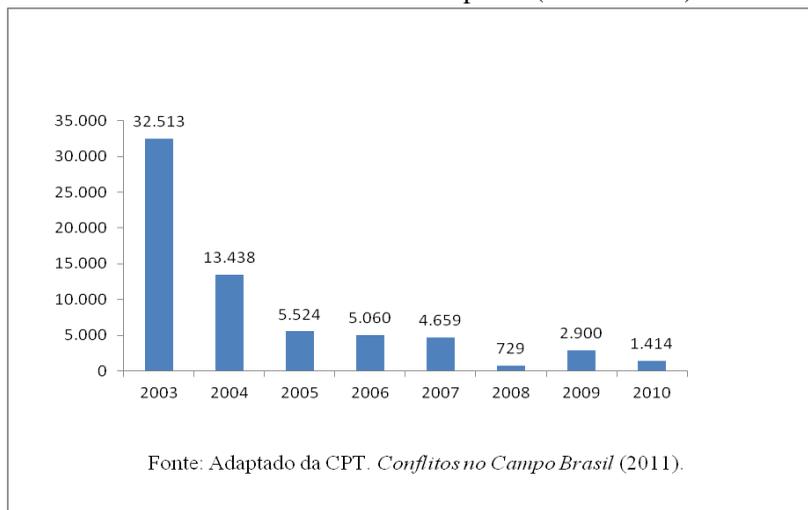
Eles tinham uma expectativa que o governo Lula garantiu que ia assentar todas as famílias acampadas. Muitas famílias aguardaram até 2004, 2005, aí viram que não se concretizou o assentamento e desanimaram, foram embora para a cidade, outros foram assentados, mudaram de região, como aqui no Pontal também tem uma especificidade que é terra devoluta, se tornou mais difícil conquistar terra pelo ITESP, pelo governo do Estado, então as famílias foram para outra

-
- (2005) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/9-acampamentos-2005?Itemid=23>;
- (2006) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/10-acampamentos-2006?Itemid=23>;
- (2007) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/11-acampamentos-2007?Itemid=23>;
- (2008) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/12-acampamentos-2008?Itemid=23>;
- (2009) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/137-acampamentos-2009?Itemid=23>;
- (2010) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/195-acampamentos-2010?Itemid=23>.

região que o INCRA assentou mais famílias, foi gente para Andradina, outros foram para Iaras, foram em busca de conquistar um pedacinho de terra. E outras permanecem na luta (MENDES, 2010, p. 4).

No primeiro governo Lula haviam 56.535 famílias acampadas e no segundo mandato, registrou-se 9.702 famílias em acampamentos do MST, de acordo com o gráfico 7⁵⁷.

Gráfico 7- Brasil: MST – Famílias acampadas (2003 – 2010)



⁵⁷ Os dados referentes ao número de famílias acampadas no período (2003-2010) foram extraídos e adaptados da CPT – *Conflitos no Campo Brasil – 2011*, sendo selecionadas somente as famílias ligadas ao MST, disponível em:

(2003) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/7-acampamentos-2003?Itemid=23>;

(2004) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/8-acampamentos-2004?Itemid=23>;

(2005) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/9-acampamentos-2005?Itemid=23>;

(2006) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/10-acampamentos-2006?Itemid=23>;

(2007) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/11-acampamentos-2007?Itemid=23>;

(2008) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/12-acampamentos-2008?Itemid=23>;

(2009) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/137-acampamentos-2009?Itemid=23>;

(2010) - <http://www.cptnacional.org.br/index.php/component/jdownloads/finish/18-acampamentos/195-acampamentos-2010?Itemid=23>.

Fernandes (2008) argumenta que a criação de assentamentos através da regularização fundiária acaba proporcionando maior tempo de acampamento, conseqüentemente, muitas famílias acampadas desanimam e abandonam os acampamentos. Outro fator que pode estar associado é a inclusão de grande parte dessas famílias acampadas no Programa Bolsa Família, o que também tem retraído o poder de pressão dos movimentos sociais diante do governo.

Nesse sentido, “a reforma agrária é mantida na agenda política com muito custo, pois, além de contrariar os interesses do agronegócio, ela passa a ser questionada em sua eficiência como política pública” (MARQUES, 2006, p. 188).

Uma das preocupações centrais do MST e da Via Campesina Internacional é o processo de reforma agrária defendido pelo Banco Mundial e a sua dinâmica compensatória e excludente. Em março de 2006, em Porto Alegre (RS), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) celebrou a sua *II Conferência Internacional para a Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural*, reunindo mais de 2 mil participantes, sob auspícios do governo brasileiro. O último encontro da FAO sobre este tema havia sido em 1979 (CARTA MAIOR, 2006).

Durante a conferência (entre os dias 6 e 10 de março), em carta aberta ao presidente Lula os movimentos sociais ligados a Via Campesina, apontaram para “a necessidade do Brasil defender os interesses de seu povo e não do setor agroexportador”, exigindo que o governo articule a suspensão de todas as negociações na OMC.

O que está sendo negociado atualmente na OMC, caso se consiga o acordo, implica graves conseqüências para a agricultura camponesa, como também para as economias locais, porque implica na privatização dos recursos naturais, na abertura e liberalização dos mercados. Acreditamos que não cabe à OMC regular a alimentação e a agricultura nem os serviços públicos. Estamos falando de direitos básicos da sociedade que não podem ser tratados como simples mercadorias. A soberania alimentar dos povos deve ser o princípio sobre o qual devem ser baseados os tratados internacionais (MST, 2006).

“Os governos estão permitindo a privatização de um bem que é público, a terra. Isto reflete na agricultura e nas sociedades indígenas, ameaçando a soberania alimentar e a autodeterminação dos povos”, afirmou Saul Vazquez, do Conselho Mexicano de Indígenas.

Outro momento fundamental para o amadurecimento político do MST e que repercutiu na “representação da vontade coletiva autônoma que se auto-organiza em oposição à ordem social vigente, gerando uma cisão que contesta a subalternidade” (DEL ROIO, 2007, p. 70), foi a realização do seu *V Congresso Nacional: Reforma Agrária por Justiça Social e Soberania Popular*.

Os Congressos Nacionais do MST são organizados a cada cinco anos, acompanhando as transições políticas e reafirmando objetivos por meio das palavras de ordem definidas pelos militantes. O I Congresso Nacional do MST foi realizado em 1985, com a seguinte palavra de ordem: “*Sem Reforma Agrária, não há democracia*”; o II Congresso (1990): “*Ocupar, resistir, produzir*”; o III Congresso (1995): “*Reforma Agrária, uma luta de todos*” e o IV Congresso (2000): “*Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*”.

Entre os dias 11 e 15 de junho de 2007, o V Congresso do MST, reuniu 17.500 trabalhadores de 24 estados do Brasil, além de 181 convidados internacionais, entre eles, representantes de 21 organizações de trabalhadores oriundos de 31 países. Marina dos Santos, membro da direção nacional do MST, fez o discurso de abertura do evento, enfatizando-o enquanto instrumento de luta fundamental para o “reascenso do movimento de massas e que possibilite um projeto político, popular, revolucionário, que resolva os problemas sociais do povo brasileiro, da América Latina e do mundo” (SANTOS, 2007).

[...] nosso V Congresso tem que ser um marco na história da classe trabalhadora. Um marco contra o imperialismo, um marco contra as políticas neoliberais desse governo, um marco contra as transnacionais, um marco na luta por uma legislação que limite o tamanho máximo da propriedade, uma certeza na orientação de Florestan Fernandes: não se deixar cooptar, não se deixar esmagar, obter conquistas para o povo. Um marco na luta e defesa da reforma agrária como forma de democratizar a terra, distribuir renda, produzir emprego e trabalho e combater o aquecimento global provocado pelo modelo de sociedade consumista, que não se preocupa com o

término dos recursos naturais e suas consequências na vida da população. E, principalmente, um marco na construção das lutas pela manutenção e avanço dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, na unidade, na formação de militantes e lideranças, na elevação do nível de consciência e cultural do povo, na defesa do meio ambiente. [...] No amanhã, certamente nosso V Congresso será considerado um dos maiores eventos de camponeses do Brasil e do mundo. Este reconhecimento não será somente pelo número de trabalhadores que reunimos, mas pela qualidade de lutas, porque nesses quase 30 anos de nossa longa marcha de enfrentamento e resistência ao latifúndio e ao capital, conquistamos e construímos muito, superamos desafios. Nossa força reside no número de pessoas organizadas, aprendemos que um povo organizado é como uma muralha invencível. Nossa luta cresceu e se multiplicou, nossa organização se espalhou e se enraizou por todo o Brasil, projetamos nossas propostas e nossas ideias por toda a América Latina e em várias partes do mundo, onde conquistamos amizades, fortalecemos a utopia coletiva de um mundo mais justo. Cultivamos a solidariedade entre nós e com todos os povos em luta nos 4 continentes (Discurso de Marina dos Santos na abertura do V Congresso do MST, 11 de junho de 2007).

Além de incentivar a integração do MST com diversos setores da sociedade, incluindo outros movimentos sociais, o V Congresso atuou como espaço de discussão das questões que embasam os esforços pela construção de “um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro” (Carta do V Congresso do MST, 2007).

Também foram aprovadas propostas de luta contra: qualquer política que tente retirar direitos dos trabalhadores já conquistados; as privatizações do patrimônio público; a transposição do Rio São Francisco; as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio; o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala; as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e

o comércio agrícola brasileiro; o trabalho escravo, a superexploração do trabalho; a violência no campo e a criminalização dos movimentos sociais (FERREIRA, 2007, p. 2).

Durante o Congresso ficou evidente a proposta de construção de um Projeto Popular para o Brasil, que se articula a partir do combate ao agronegócio, e vai além, quando o MST propõe elementos de um novo modelo de desenvolvimento para a sociedade. Para isso o movimento elencou na Carta do V Congresso uma série de medidas necessárias: um limite máximo do tamanho da propriedade da terra; a demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas; que a terra e a água, como bens da natureza, estejam condicionadas aos interesses do povo; o controle da produção de agrocombustíveis pelos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, buscando a soberania energética de cada região; a defesa das sementes nativas e crioulas; a difusão das práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente; a produção de alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno; a preservação das matas e o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, na luta contra o aquecimento global; o acesso ao ensino fundamental, à escola de nível médio e à universidade pública, gratuita e de qualidade para a classe trabalhadora; o desenvolvimento de diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora; que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres; finalmente, a democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.

No penúltimo dia do Congresso, os militantes realizaram uma marcha percorrendo aproximadamente 7 km de extensão na capital federal, e anexaram uma grande faixa no muro do Congresso Nacional, acusando os três poderes da República de “impedir a reforma agrária”.

Nesse sentido, observamos que a pauta política do MST no campo da luta pela reforma agrária, ultrapassa a luta econômica pela terra, se aproximando ao caminho para a construção de uma sociedade mais igualitária. “A reforma agrária é o principal instrumento político para a ruptura com o atual modelo de desenvolvimento excludente, concentrador de terras”, deverá tocar, portanto, nos pilares que fundamentam a desigualdade e a exclusão social (SANTOS, 2007).

No início do segundo mandato, o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (do qual o MST faz parte) lançou a

Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra. Esta campanha havia sido suspensa para atender a um pedido do então candidato a presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, em 2003. Para não provocar constrangimentos eleitorais à elite rural e urbana, o FNRA aceitou o pedido (VIGNA, INESC, 2007).

Criada em 2000 pelo FNRA a *Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra: em defesa da reforma agrária e da soberania territorial e alimentar*, é uma ação de mobilização da sociedade brasileira para incluir na Constituição Federal um novo inciso que limite às propriedades rurais em 35 módulos fiscais, sendo que as áreas acima dos 35 módulos seriam automaticamente incorporadas ao patrimônio público.

Articulados massivamente e retomando a mobilização pelo limite da terra, em 2008, nas instalações do estádio Mané Garrincha, em Brasília, cerca de três mil pessoas entre assentados, acampados, sem-terra, trabalhadores da agricultura familiar, povos tradicionais, grupos ambientalistas, quebradeiras de coco, comunidades ribeirinhas e agentes de pastorais sociais, vindas de mais de vinte estados brasileiros, participaram do *Acampamento Nacional pelo Limite da Terra*, já estudando a possibilidade futura de fazer um plebiscito popular sobre o limite da propriedade da terra no Brasil.

Enquanto espaço estratégico de debate, de formulação de objetivos comuns de luta, de elaboração de princípios e de encaminhamento de ações concretas de impacto político, o Fórum promoveu o *Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade da Terra*, realizado de 1º a 12 de setembro de 2010, envolvendo a participação de 519.623 pessoas.

O Plebiscito contou com duas perguntas formuladas às quais se deviam responder sim ou não. A primeira delas: você concorda que as grandes propriedades de terra no Brasil, devem ter um limite máximo de tamanho? E a segunda: você concorda que o limite das grandes propriedades de terra no Brasil possibilita aumentar a produção de alimentos saudáveis e melhorar as condições de vida no campo e na cidade?

Em relação à primeira pergunta 95,52% (495.424 pessoas) responderam afirmativamente, 3,52% (18.223), negativamente, 0,63% foram votos em branco e 0,34%, votos nulos. Quanto à segunda pergunta os que responderam sim foram 94,39% (489.666), 4,27% (22.158) responderam não, 0,89 % foram votos em branco e 0,45%, votos nulos. Ou seja, cerca de meio milhão de pessoas disseram “sim” ao limite da propriedade de terra.

O plebiscito popular, além de consultar a população sobre a necessidade de se estabelecer um limite máximo à propriedade da terra, teve a tarefa de ser, fundamentalmente, um importante processo pedagógico de formação e “conscientização” do povo brasileiro sobre a realidade agrária do nosso país e de debater sobre qual projeto defendemos para o povo brasileiro. Além disso, o Plebiscito Popular pelo Limite da Propriedade de Terra veio como um instrumento para pautar a sociedade brasileira sobre a importância e a urgência de se realizar uma reforma agrária justa em nosso país (FNRA, 2010).

No último ano do governo Lula, por não ter atendido aos compromissos assumidos com o MST durante os dois mandatos, e a reforma agrária ter sido “focada e pontual”, sem passar por um processo “massivo”, o movimento mais uma vez, através da *Jornada Nacional de Lutas* retomou os pontos de pauta dos anos anteriores, principalmente, aqueles afirmados em agosto de 2009, quando aconteceram as marchas e o Acampamento Nacional em Brasília.

As principais propostas que continuaram na agenda de luta pela reforma agrária e que não foram cumpridas pela gestão petista correspondem a atualização dos índices de produtividade, ao orçamento do INCRA para a reforma agrária, ao assentamento das famílias acampadas pelo MST, ao crédito para implantação e ao crédito de investimentos e custeio.

Nas negociações de agosto de 2009, o governo havia assumido publicamente em fazer a atualização dos índices de produtividade até o final do respectivo ano, o que não aconteceu. O governo também havia prometido complementar o orçamento do INCRA em R\$ 380 milhões para desapropriação de terras. Além de o governo não cumprir, deixou de aplicar R\$ 190 milhões de um pacote de áreas que já estavam encaminhadas para imissão de posse, no final de dezembro.

Vamos reivindicar que o governo encaminhe com urgência ao Congresso um projeto de lei para o suplemento orçamentário para obtenção de terras neste ano. Como não foi feito, o orçamento de 2010 foi reduzido para apenas R\$ 480 milhões e

está comprometido com áreas desapropriadas no ano passado. Portanto, para que o INCRA possa responder a uma meta mínima, necessita de um suplemento orçamentário de pelo menos R\$ 1,3 bilhões (MST, 2010).

Com relação ao assentamento das famílias acampadas do MST, o governo assumiu em 2003 o compromisso de assentar todas as famílias acampadas, o que até o momento não tinha se concretizado de acordo com a meta. “Das 8 mil famílias novas assentadas em 2009, o MST praticamente não foi contemplado. Aliás, esse número explicita claramente a falta de prioridade do governo” (MST, 2010). Enquanto proposta, o movimento reivindica a garantia de recursos para as superintendências estaduais do INCRA para planejarem metas de vistoria e avaliações de imóveis para desapropriações, e oferecer condições para manter as equipes técnicas em campo. Além de priorizar o assentamento de novas famílias nas regiões de maiores conflitos e de maior mobilização, onde se concentram as famílias acampadas.

Para o MST mesmo com avanços importantes em função das mobilizações nacionais, principalmente com os chamados Créditos de Instalação (fomento, apoio mulher, habitação e semiárido), as dificuldades se concentraram na aplicação dos recursos, justificada pelo “engessamento” do processo de aplicação dos créditos, que tem também aumentado consideravelmente os custos e a necessidade de funcionários.

Vamos fazer duas propostas: a edição de uma portaria para desburocratizar a aplicação desses créditos, garantindo mais rapidez e agilidade; e o estabelecimento da unificação dos procedimentos operacionais e repasse para as superintendências. No caso do fomento de apoio às mulheres assentadas, o crédito foi regulamentado e, desde 2000, todas têm esse direito garantido. No entanto, a maiorias das secretarias regionais do INCRA não aplicaram nenhum crédito dessa modalidade (MST, 2010).

As propostas de criação de uma modalidade de crédito de investimento que se adaptasse à realidade dos assentamentos não foram atendidas, os assentados permanecem condicionados a linha “A” do Pronaf, que segundo o próprio MST, “é insuficiente, não atende às

necessidades e criou uma geração de inadimplentes”. A opção do governo tem sido apenas fazer ajustes no programa.

É necessário continuar a pressão para que os assentados tenham uma linha de crédito específica. No entanto, vamos construir uma alternativa de negociação, propondo perdão ou anistia a todas as dívidas dos assentamentos, para que as famílias possam acessar novo crédito. Vamos cobrar também a regulamentação do Programa de Assistência Técnica e do Pronera, além de outros pontos específicos (MST, 2010).

O MST tem se relacionado com o governo de diferentes maneiras, “alternando entre posições de confronto e de negociação”. “Ora mais próximo, ora mais distante” (MARQUES, 2006, p. 184). Embora grande parte de suas demandas e reivindicações se concentre no plano da luta econômica e social, as ações de resistência no campo da luta pela reforma agrária denotam ensaios auto-organizativos que sinalizam, ainda que provisoriamente, uma “tendência à unificação” da luta das classes subalternas.

Nesse aspecto, entendemos que o MST através dessas experiências autônomas de organização no campo da luta política pela reforma agrária também busca a superação dos “interesses particulares” em face de “interesses universais”, articulados num projeto contra-hegemônico ao capital, permitindo assim, “o eventual desenvolvimento do “espírito de cisão”, caminho para a negação da subalternidade” (DEL ROIO, 2007, p. 75), o qual é continuamente rompido pela iniciativa dos grupos dominantes (GRAMSCI, 2002, p. 135).

3.5 A LUTA POR MUDANÇAS SOCIAIS E OS DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DE UMA CONTRA-HEGEMONIA

O MST subverte percepções, normas e costumes tradicionais. Ele perturba a “ordem natural das coisas”. Ele expõe, dá voz a, e canaliza as tensões subjacentes na sociedade [...]. Alguns consideram essa agitação um anátema nacional. Outros simpatizam com seu impulso de ruptura com a ordem existente. Entre os últimos, muitos veem no movimento um poderoso símbolo e uma fonte de inspiração na luta por concretizar a promessa da igualdade de direitos e a plenitude da cidadania.

(CARTER, 2010, p. 37)

Para que a luta do MST desafie a construção de uma nova hegemonia, “é preciso que a peleja por reforma agrária ultrapasse a distribuição de terra” (MACHADO, 2005, p. 177).

Nesse sentido, a proposta de reforma agrária popular do MST vai ao encontro de um novo projeto de sociedade, para além da questão econômica da terra. A discussão em torno de um novo projeto para a reforma agrária no país é de longa data, resultado do amadurecimento político do MST “no meio das massas” e de sua “capacidade motivadora, agitadora, organizadora e formadora”, estabelecendo uma proposta comprometida com “a ligação entre os aspectos particulares da luta específica com os aspectos universais da luta de classes” (BOGO, 2011, p. 20).

Uma das linhas políticas reafirmadas na carta do V Congresso Nacional do MST, em 2007, já sustentava o compromisso de “articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro”.

Conclamamos o povo brasileiro para que se organize e lute por uma sociedade justa e igualitária, que somente será possível com a mobilização de todo o povo. As grandes transformações são sempre obra do povo organizado. E, nós do MST, nos comprometemos a jamais esmorecer e lutar sempre (MST, 2009).

É fundamental caminhar de forma unitária, apoiando lutas de várias organizações para, conjuntamente “desgastar os inimigos comuns”, principalmente se tais organizações possuírem o objetivo estratégico de lutar pela reforma agrária, e não apenas para alcançarem objetivos “corporativos e oportunistas”. “Na esfera da reforma agrária, é fundamental unificar as forças com toda a sociedade para lutar contra o inimigo comum representado pela força do latifúndio” (BOGO, 1999, p.142).

Em julho de 2009, o MST apresentou sua proposta de reforma agrária, expressa no documento *A Reforma Agrária Necessária: por um Projeto Popular para a Agricultura Brasileira*.

Essa proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano e natureza. De maneira que, todo processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política e da alienação ideológica e da destruição da natureza. Buscando valorizar e garantir trabalho a todas as pessoas como condição à emancipação humana e à construção da dignidade e da igualdade entre as pessoas e no restabelecimento de relações harmônicas do ser humano com a natureza (MST, 2009).

As condições necessárias para implementação de um programa popular de reforma agrária depende de uma proposta de mudanças sociais no campo, que atendem os interesses da ampla massa

trabalhadora. Também depende de um processo de “luta permanente”, no campo e nas cidades, para conseguir acumular forças suficientes, diante dessas mudanças, que as classes dominantes, os latifundiários, e os grandes capitalistas “jamais aceitarão, pois terminaria com seu processo de exploração e acumulação”. “Para que possamos alimentar esse programa e torná-lo realidade, depende de dois fatores básicos” (MST, 2009):

1- *Mobilização popular*: o povo deve ser o sujeito de todo processo de mudanças no campo. E as mudanças somente acontecerão com a pressão popular. Somente a construção de um amplo movimento popular que reúna os milhões de trabalhadores interessados nas mudanças na sociedade, poderá alterar a atual correlação de forças e viabilizar as mudanças necessárias. Para isso é necessário organizar, massificar, e ampliar a participação popular nas lutas e mobilizações, de forma permanente. As mudanças necessárias somente serão realizáveis com uma ampla participação popular, antes e durante a aplicação do programa. Esse programa de reforma agrária somente se viabilizará com ampla participação popular, de todos os setores. Devemos levar esse debate, da necessidade de uma ampla reestruturação da propriedade e da produção agrária, para todas as escolas, meios de comunicação e espaços de debate, para conscientizar a toda sociedade brasileira de sua importância e dos seus benefícios para todo povo. As conquistas atuais de assentamentos, associações, cooperativas e organizações sociais, fazem parte desse processo de mobilização e acúmulo de forças para realização de uma verdadeira reforma agrária. [...] 2- *A ação do Estado Democrático Popular*: a implementação dessas mudanças implica necessariamente em que o Estado, com tudo o que representa de poder (executivo, legislativo, judiciário, segurança e poder econômico) seja o instrumento fundamental de implementação das propostas. Seguramente deverá ser um Estado diferente do atual. Deverá ser gerido democraticamente, com ampla participação das massas e buscando sempre o bem

comum. Por outro lado, deverá haver um novo nível de colaboração e complementaridade, entre os governos federal, estadual e municipal.

A reforma agrária se configura num dos caminhos “mais seguros para resolver os problemas sociais no Brasil” (BOGO, 1999, p. 155), quando inserida “como parte dos anseios da classe trabalhadora de construir uma sociedade: igualitária e socialista”. Para isso, “as propostas de medidas necessárias fazem parte de um amplo processo de mudanças na sociedade, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura capitalista de organização da produção” (MST, 1995, p. 20).

Por isso a reforma agrária adquire caráter abrangente, de contestação e também de apresentação de soluções dos sérios problemas sociais que temos em nosso país. Não basta resolver o problema da terra e do crédito; é preciso cobrar do Estado os complementos, quais sejam: moradia decente, atendimento à saúde de boa qualidade, educação, transporte, aposentadoria etc., e estendê-las para outras categorias sociais, que também, através de lutas, deverão buscar a garantia dos seus direitos [...] (BOGO, 1999, p. 43).

Para Marina dos Santos (MST, 2005) “cada vez mais vemos que a prioridade é a remuneração do capital financeiro e nenhuma resolução dos problemas sociais. A falta de emprego, renda, saúde, educação, moradia e terra estão aumentando e o povo não acredita mais no sistema eleitoral que está imposto [...]”.

No penúltimo ano do primeiro governo petista, para mostrar ao governo e ao Brasil sua insatisfação, diversos movimentos sociais saíram às ruas de diversas capitais brasileiras (Curitiba, Recife, Salvador, Brasília e Rio de Janeiro), para reivindicar mudanças na política econômica do governo Lula. A mobilização articulou militantes da Via Campesina, da Coordenação dos Movimentos Sociais, que reúne entidades de base brasileiras, como o MST, a UNE e a CUT.

Mesmo antes da eclosão da crise política do “mensalão”, os movimentos sociais já vinham construindo de forma articulada uma plataforma comum por mudanças nas políticas do governo. Na chegada da *Marcha Nacional pela Reforma Agrária* em Brasília, no dia 17 de maio de 2005, foi entregue ao presidente Lula um documento com “o

que precisa ser feito para mudar a vida do povo brasileiro” (MST, 2005), sistematizado através de propostas de mudanças para o meio rural, agricultura camponesa e reforma agrária, para a política econômica e para a política em geral:

- 1- Cumprir a meta de assentar 430 mil famílias sem-terra, até final do mandato, conforme prometido no Plano Nacional de Reforma Agrária.
- 2- Implementar um programa de instalação de agroindústrias nos assentamentos e um novo crédito especial para reforma agrária.
- 3 - Defender a Amazônia e a biodiversidade brasileira contra os interesses transnacionais e impedir o processo de privatização da água.
- 4 - Garantir o princípio da precaução e impedir a liberação do plantio comercial de qualquer semente transgênica, antes que se tenha pesquisa de suas consequências para o meio ambiente e para a saúde das pessoas.
- 5 - Punir exemplarmente todos os fazendeiros responsáveis pela violência contra os trabalhadores. Federalizar o julgamento dos processos de assassinato. Aprovar imediatamente a lei de expropriação das fazendas com trabalho escravo.
- 6 - Demarcar imediatamente todas as áreas indígenas, conforme determina a Constituição, apoiar e valorizar a cultura dos povos indígenas. Regulamentar todas as terras quilombolas.
- 7 - Aplicar os 60 bilhões de reais do superávit primário anual, que é dinheiro do povo recolhido nos impostos, para investimentos que gerem emprego para todos. Aplicar em moradia popular, saúde pública e em educação gratuita para todos jovens. Implementar programa para erradicar o analfabetismo em nossa sociedade.
- 8 - Baixar as taxas de juros real (Selic) para o mesmo nível praticado nos Estados Unidos e nos países vizinhos como Venezuela e Argentina; ou seja, 2,5% ao ano, e não os 19,25% cobrados atualmente, que só dão apenas aos bancos.
- 9 - Dobrar o valor real do salário mínimo e o valor da aposentadoria: para 454 reais mensais em maio de 2005, e 566 reais em maio de 2006, visando

distribuir renda e melhorar as condições de vida dos mais pobres. Honrando também, dessa maneira, o compromisso assumido pelo governo de dobrar o poder de compra do salário durante seu mandato.

10 - Recuperar o controle governamental e público sobre o Banco Central e sobre a política monetária. Impedir a autonomia do órgão, como querem e estão fazendo os banqueiros e o FMI.

11 - Não assinar o acordo da ALCA. Não aceitar regras da OMC, que afetem profundamente toda a economia brasileira. Manter apenas acordos comerciais que possam beneficiar o povo.

12 - Realizar uma Auditoria Pública da dívida externa, como determina a Constituição Federal, e renegociar seu valor, já que o custo da dívida já foi pago diversas vezes. A partir daí, redirecionar esses recursos para a educação, conforme proposta da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Renegociar a dívida pública interna, alongando seu pagamento sem prejudicar o orçamento da União.

13 - Mobilizar as bancadas no Congresso Nacional para aprovar a regulamentação do Plebiscito Popular, projeto de lei (nº 4718/2004) apresentado pela OAB e CNBB. Para que o povo possa decidir sobre as questões fundamentais que lhe dizem respeito.

14- Democratizar o uso dos meios de comunicação de massa no país. Rever as concessões políticas e liberar o uso das rádios e tevês comunitárias.

15- Condenar em todos os organismos internacionais a política de guerra e de violação de direitos humanos do governo Bush, exigindo a retirada das tropas estadunidenses do Iraque. Retirar imediatamente as tropas brasileiras do Haiti.

16- Promover um verdadeiro mutirão nacional, debatendo junto à sociedade um projeto de desenvolvimento nacional que garanta soberania nacional e defina como prioridade a garantia de trabalho para todos e todas, o combate da desigualdade social e uma verdadeira democracia

política (MST, 2005, Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/2930>).

Com a repercussão da crise, os movimentos e entidades organizadas em torno da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS)⁵⁸, soltaram a “*Carta ao Povo Brasileiro*”, no dia 21 de junho de 2005, “contra a desestabilização política do governo e contra a corrupção: por mudanças na política econômica, pela prioridade nos direitos sociais e por reformas políticas democráticas” (CMS, 2005).

Nas últimas eleições, com a esperança de realizar mudanças na política neoliberal que vinha sendo praticada desde 1990, o povo brasileiro elegeu o Presidente Lula. Até este momento, avaliamos que pouca coisa mudou e presenciamos um mandato cheio de contradições. De um lado, o governo seguiu com uma política econômica neoliberal, resultado de suas alianças conservadoras. De outro, adotou um discurso da prioridade social e uma política externa soberana e de aliança com as nações em desenvolvimento (CMS, 2005).

Diante da atual crise econômica e política, “vimos a público defender, e propor ao governo Lula, ao Congresso Nacional e a sociedade civil, as seguintes medidas” (CMS, 2005):

⁵⁸ CUT, MST; UNE, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBes), Associação Brasileira de ONGs (Abong), Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil / Pastorais Sociais (CNBB/OS), União Brasileira de Mulheres (UBM), Conam, Coordenação dos Movimentos Populares (CMP), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conem), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz (Cebrapaz), Juventude Operária Cristã (JOC), Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), MTST, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino (Contee), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CTNTE), União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, CIMI, CPT, Federação Nacional das Associações (Fenac), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cefemea), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento (Ibrades), Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (Educafro), Movimento dos Sem-Universidade (MSU), Conic, Associação Nacional dos Pós Graduandos (ANPG), Corrente Sindical Classista (CSC), MPA, Comissão Brasileira Justiça e Paz, Ação da Cidadania Contra a Fome a Miséria e pela Vida, Federação Nacional dos Economistas, Federação Nacional dos Advogados, Sindicato dos Economistas do DF, Conselho Nacional de Iyalorixás e Ekedes Negras, Campanha Jubileu Brasil contra as dívidas e contra a Alca, Pastoral Operária Nacional, Grito dos Excluídos, Marcha Mundial de Mulheres.

1- Realizar e apoiar uma ampla investigação de todas as denúncias de corrupção que estão sendo analisadas no Congresso Nacional e punir os responsáveis

2- Excluir do governo federal setores conservadores que querem apenas manter privilégios, afastar autoridades sobre as quais paira qualquer suspeição e recompor sua base de apoio, reconstruindo uma nova maioria política e social em torno de uma plataforma antineoliberal.

3- Realizar mudanças na política econômica no sentido de priorizar as necessidades do povo e construir um novo modelo de desenvolvimento. A sociedade não suporta mais tamanhas taxas de juros, as mais altas do mundo, sob o pretexto de combater a inflação. A sociedade não sustenta a manutenção de um superávit primário, que apenas engorda os bancos. Os recursos públicos têm de ser investidos, prioritariamente, na garantia dos direitos constitucionais, entre eles, emprego, salário-mínimo digno, saúde, educação, moradia, reforma agrária, meio ambiente, demarcação das terras indígenas e quilombolas.

4- Realizar, a partir do debate com a sociedade, uma ampla reforma política democrática. Uma reforma que fortaleça a democracia e dê ampla transparência ao funcionamento dos partidos políticos e aos processos decisórios. Por isso, somos favoráveis à fidelidade partidária, ao financiamento público exclusivo das campanhas, à exclusão das cláusulas de barreira, e à apresentação de candidaturas em listas fechadas com alternância de gênero e etnia, obedecendo critérios de representação política pluriétnica e multirracial. Queremos também a imediata regulamentação dos processos de democracia direta, que implica o exercício do poder popular mediante plebiscitos e referendos, conforme proposta apresentada pela CNBB e a OAB ao Congresso Nacional.

5- Fortalecer os espaços de participação social na administração pública e criar novos espaços nas empresas estatais e de economia mista, viabilizando o controle social e real compartilhamento do poder.

6- Fortalecer as iniciativas locais em favor da cidadania e da participação e da educação popular, como por exemplo, os comitês pela ética na política, conselhos de controle social, escolas de formação política.

7- Enfrentar o monopólio dos meios de comunicação, garantindo sua democratização, inclusive através do fortalecimento das redes públicas e comunitárias.

Ao mesmo tempo uma série de mobilizações aconteceu em várias cidades brasileiras. Em Curitiba, houve uma caminhada no Parque Barigui, um ato em frente ao Ministério da Fazenda e debate com João Pedro Stédile, coordenador nacional do MST, Antônio Carlos Spis, diretor de comunicação da CUT, e Gustavo Petta, presidente da UNE. Em Salvador, integrantes do MST promoveram uma manifestação na estrada velha do Aeroporto. Em Recife, trabalhadores rurais ligados ao MST também fizeram um ato em frente ao Ministério da Fazenda e se reuniram com o governador, Jarbas Vasconcelos, e com representantes do INCRA para apresentar uma pauta de reivindicações para políticas em âmbito estadual. Em Brasília, concretizaram-se atos em frente aos ministérios das Relações Exteriores, para protestar contra as negociações na OMC, e da Fazenda. Na parte da noite, as entidades ligadas a CMS e outras organizações, como a Associação Brasileira de ONGs e a CNBB promoveram debate sobre a conjuntura e alternativas para o projeto popular para o país.

Além da multiplicidade de ações diretas e da necessidade de manter uma constante negociação com o Estado e com o governo buscando atender às demandas do cotidiano das suas bases, “procuramos resistir através de um intenso trabalho de educação” (BOGO, 1999, p. 80), e do investimento na formação política a partir das bases do MST enquanto processos de transformação social, “que vão desde as demandas cotidianas das populações excluídas à defesa de projetos mais duradouros de mudança social, de viés socialista” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 14).

Ademar Bogo, membro da direção nacional do MST, explica a proposta do projeto socialista de sociedade do MST:

O socialismo que queremos, será científico no que diz respeito às leis do desenvolvimento da sociedade, mas não se firmará apenas sobre os fundamentos das forças produtivas e do controle

do Estado. Ele será mais amplo e atingirá consciências, tornará a cultura ética e a moral revolucionárias; fortalecerá as identidades, cuidará para não exaurir a natureza e tampouco inventará projetos que coloquem em risco a vida no planeta. Prezará pela igualdade, justiça e afetividade, e tudo aquilo que os seres sociais deste tempo novo tiverem condições objetivas e subjetivas para aperfeiçoarem a sociedade que ajudarão a construir (BOGO, 2002, p. 25).

Diante disso, Bogo (1999, p. 81-85), insiste que o movimento precisa “investir na formação de seus membros”, para que as mudanças na sociedade possam vir a acontecer. A formação “é entendida como processo pessoal e coletivo, feito na interação interpessoal e na conjugação de ‘teoria e prática’”. Ela “implica a assunção de valores e objetivos bastante amplos” (CHAVES, 2000, p. 107).

Nesse sentido, a formação dos intelectuais deve buscar trabalhar de modo incessante para “elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas”, isto é, para “dar personalidade ao amorfo elemento de massa”, o que significa trabalhar na criação de “elites de intelectuais de novo tipo”, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela (GRAMSCI, 2006, p. 110).

No entanto, este processo de criação dos intelectuais é longo, difícil, cheio de contradições, de avanços e recuos, de debandadas e reagrupamentos; e, neste processo, a “fidelidade” da massa [...] é submetida a duras provas. O processo de desenvolvimento está ligado a uma dialética “intelectuais-massa” (GRAMSCI, 2006, p. 104).

Desse modo, a formação dos intelectuais, vinculados organicamente à classe trabalhadora, no caso do MST, é mediada pela elaboração teórica ⁵⁹ advinda do próprio movimento sendo divulgada pelos “aparelhos privados de hegemonia” (jornais, revistas, cartilhas, boletins), indicando a necessidade de provocar a formação de uma visão própria de mundo e a elevação cultural das massas, habilitando-as a desconstruir o discurso racional burguês e preparar o terreno para a construção de uma nova hegemonia (SIMIONATTO et. al., 2011).

⁵⁹ É preciso deixar claro que os documentos escritos são de autoria do MST, da Via Campesina e demais movimentos sociais vinculados às classes subalternas. Consistem em ações educativas de esclarecimentos sobre a conjuntura política atual, que ultrapassa questões pontuais, propondo um olhar de criticidade sobre a realidade, e que contribuem para a formação política da classe trabalhadora.

Ou seja, o MST cria os seus próprios “intelectuais orgânicos” na medida em que, faz surgir, na respectiva realidade, a consciência de classe, evidenciando, na perspectiva gramsciana, que a criação de uma “nova cultura” é parte decisiva na construção do processo revolucionário, que busca, “gradual ou abruptamente, a substituição da ordem capitalista por uma sociedade sem classes e sem exploração” (MONTAÑO, 2006, p. 144).

Em geral, a radicalidade desse movimento está em que implica outro arranjo da vida e trabalho. Em sua prática, padrões, valores, ideais, ele se opõe aos princípios do mercado, ao predomínio da mercadoria, ao lucro, à mais-valia. Sempre compreende um arranjo das relações sociais no qual se reduzem, ou dissipam, a expropriação, o desemprego, a miséria, a alienação (IANNI, 2009, p. 143).

Nesse sentido, as práticas educacionais e de formação política do MST vão ao encontro da luta por mudanças sociais, sem perder o foco principal da luta que é a construção de uma nova ordem societária, que se operam no “nível organizativo das bases do movimento” (SCHERER-WARREN, 2009) na medida em que se criam condições para a elevação do nível de consciência de toda a base, através da materialidade das lutas sociais e políticas e da própria organicidade do movimento. Assim, os documentos e materiais produzidos para a educação e a formação política dos militantes abarcam questões concretas localizadas no campo dos direitos de cidadania como também incitam a luta para a construção de uma sociedade mais justa, ao mesmo tempo, em que apontam indicativos para elaboração de um novo modelo civilizatório.

A formação política do MST tem como ponto de partida os *cadernos de educação e de formação*, compreendidos e trabalhados em sua maioria como *cartilhas*, independentemente, de sua classificação formal. As cartilhas constituem instrumentos fundamentais da luta política, revelando-se como importante estratégia na criação de uma nova subjetividade para o enfrentamento dos “perversos mecanismos de passivização e dessubjetivação das classes subalternas” (MARRO, 2009, p.92) na atualidade.

São documentos teóricos produzidos por militantes do MST (muitas vezes, com respaldo teórico de pesquisadores) para subsidiar os

debates em torno da luta pela terra, da reforma agrária e da luta por mudanças sociais. Tratam de análises estruturais e conjunturais em torno do desenvolvimento brasileiro e as perspectivas das lutas sociais e políticas do movimento social para a construção de uma sociedade mais igualitária, pautada no Projeto Popular para o Brasil.

Nesse trajeto, a proposta de formação política do MST pode ser considerada uma alternativa contra-hegemônica voltada para uma perspectiva de emancipação humana e transformação social. Ao mesmo tempo assume uma função “orgânica”, na medida em que opera como meio para a construção de uma nova hegemonia. Assim, o processo educativo do MST está atrelado à formação do sujeito social, isto é, do próprio sujeito sem-terra, o que parece percorrer pelos referenciais gramscianos na medida em que busca construir o próprio grupo de intelectuais a partir da formação intelectual das massas.

As ideias de Gramsci passam a fundamentar a formação dos novos intelectuais na práxis hegemônica dos subalternos, cujas lutas teóricas e práticas buscam criar uma outra filosofia e uma outra política, capazes de promover a superação do poder como dominação [...] (SEMERARO, 2006, p. 380).

Após o período de euforia da eleição de Lula, o MST deparou-se com a necessidade de retomar os trabalhos de base do movimento, objetivando a formação política dos militantes e o conjunto de suas reivindicações diante do novo governo. Em 2004, o Setor de Formação do MST/PR, elaborou a cartilha de estudo: “*A organicidade e o planejamento: construindo coletivamente*”. A cartilha tratava do compromisso com o desenvolvimento de uma “educação de classe”, enfatizando a importância da formação continuada dos trabalhadores sem-terra, enquanto sujeitos dessa formação e integrantes das ações que fortalecem a militância do movimento.

É preciso dizer que a formação de militantes é um grande desafio para o MST. Sem militantes bem formados não é possível fazer as mudanças que sonhamos... Uma organização, para ter vida longa, necessita formar seus próprios quadros. [...] Então cabe a nós desde o acampamento preparar bem os militantes que dirigem nosso movimento (Cartilha

– A organicidade e o planejamento: construindo coletivamente. MST, 2004, p. 13).

A cartilha de estudos também apresentou as primeiras avaliações do MST acerca dos rumos políticos tomados pelo governo, especialmente, em relação à reforma agrária:

O governo teve todo o primeiro ano do mandato para fazer um plano que serviu somente para estabelecer metas que ficaram muito abaixo do que se esperava. Isto porque a intenção do governo era investir nos assentamentos já feitos e não em desapropriações de novas áreas. Enfim, aprovou o plano prevendo assentar 530 mil famílias em 4 anos, mas as duas premissas principais não foram resolvidas, ou seja, o governo não resolveu o problema financeiro para fazer as desapropriações, nem reestruturou o INCRA com funcionários qualificados e infraestrutura para fazer as desapropriações (Cartilha – A organicidade e o planejamento: construindo coletivamente. MST, 2004, p. 2).

Diante do descaso com a reforma agrária e à medida que ficava clara à prioridade ao agronegócio, os movimentos sociais passaram a resistir contra tal postura governamental. Consequentemente, a Concrab elaborou mais uma cartilha: “*O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária*”, com o intuito de combater o agronegócio e a concentração fundiária no Brasil. Sinalizando que a agricultura familiar é a principal responsável pelo abastecimento interno do país e que ao lado da reforma agrária continuam sendo a solução para os problemas do campo. Em parte, a cartilha também apontou alguns aspectos que justificam a organização capitalista da agricultura brasileira.

O Brasil tem uma das sociedades mais desiguais do mundo, rica e injusta, com enormes diferenças entre ricos e pobres. E, certamente, uma das causas históricas para essa situação foi a forma como durante séculos as classes dominantes legislaram e resolveram a questão do acesso ao principal patrimônio da natureza, a terra (Cartilha - O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária. MST, 2004, p. 88).

Além disso, foram apresentadas algumas expectativas em relação ao governo do presidente do Lula:

O povo votou por mudanças. Mudanças não apenas de presidente – mudou o presidente para mudar o modelo econômico. E a política de reforma agrária a ser adotada, mais do que tudo, depende das mudanças no modelo econômico, em geral, de nossa economia. [...] Esperamos que o novo governo tenha coragem de não perder essa oportunidade histórica, aliado com os movimentos sociais do campo e apoiado pelo desejo de mudanças de todo o povo brasileiro, de fazer finalmente uma reforma agrária, verdadeira, de novo tipo (Cartilha - O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária. MST, 2004, p. 95-98).

Nesse período, seguindo uma temática semelhante o movimento compilou vários textos apresentando-os em forma de cartilha, intitulada “*O MST: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil*”, com o objetivo de servir de base para os estudos coletivos da militância do MST através de cursos de formação, incitando os militantes a continuarem na luta pelo amadurecimento político do MST e pelas mudanças na sociedade, partindo de uma perspectiva de classe.

A luta corporativa, embora possa conseguir alguma vitória, não será duradoura. As contradições serão cada vez maiores entre os trabalhadores e a burguesia e isso somente se resolve quando a luta adquirir um caráter político e de classe (Cartilha - A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil. MST, 2005, p.11).

A cartilha também apresentou como elementos fundamentais para o processo de mudanças sociais na sociedade, os princípios políticos norteadores da plataforma de lutas da Via Campesina Internacional:

1) A defesa da soberania alimentar. Soberania Alimentar como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar. 2) A soberania alimentar supõe o acesso à terra e a

disponibilidade de créditos públicos para que os (as) camponeses (as) tenham a possibilidade de produzir e vender seus produtos a um preço justo. 3) A Via Campesina não se opõe ao comércio agrícola, desde que as condições acima enunciadas sejam respeitadas, em particular para aqueles produtos que necessitem de condições climáticas específicas. 4) As políticas agrícolas não podem ser definidas por instâncias comerciais como o Banco Mundial ou a OMC (Organização Mundial do Comércio) que atendem aos interesses de corporações multinacionais. É papel das forças políticas e dos governos decidir sobre as políticas nacionais, sejam agrícolas ou de qualquer outro teor, e não dos agentes do mercado. Essas decisões devem respeitar os direitos humanos e as convenções internacionais e, ainda, ser submetidas a uma jurisdição internacional independente. 5) Em uma democracia, é indispensável uma participação ativa dos movimentos camponeses no processo de definição de políticas agrícolas e alimentares. A transparência da informação, a liberdade de expressão e o direito de se organizar são as condições indispensáveis dessa participação. 6) Atualmente, se discute em vários fóruns ao redor do mundo aspectos que estão estreitamente ligados com nossa vida cotidiana, com nossa ação como camponeses, tais como a regulamentação e aproveitamento da biodiversidade, o uso e conservação dos recursos genéticos e a liberação dos organismos transgênicos, que afetam a saúde da população, o ambiente e a economia camponesa. Os órgãos internacionais responsáveis por esses temas enfrentam um grande dilema: adotar a via que leva à construção de uma relação respeitosa entre a natureza e a sociedade, ou adotar a via que o livre comércio quer impor, da dominação do capital financeiro e do abandono da soberania alimentar. Para a Via Campesina, a biodiversidade tem como base fundamental o reconhecimento da diversidade humana, a aceitação de que somos diferentes e de que cada povo e cada pessoa tem liberdade para pensar, para ser e agir. Vista dessa maneira, a

biodiversidade não é só flora e fauna, solo, água e ecossistemas. Envolve tradições culturais, sistemas produtivos, relações humanas e econômicas, formas de governo. Em essência: liberdade e igualdade. A diversidade é nossa própria forma de vida. A diversidade vegetal nos proporciona alimentos, remédios e casa, assim como a diversidade humana, com pessoas de diferentes condições, ideologias e religiões, possibilitam a riqueza cultural. Isso demonstra que temos que evitar a imposição de receitas nas quais predomine uma só forma de vida ou um só modelo de desenvolvimento. 7) Nos opomos à privatização e a patentes dos materiais genéticos que dão origem à vida, à atividade camponesa, à atividade indígena. Os genes são propriedade da própria vida. Nós, os camponeses, a temos protegido, cuidando dela com uma educação clara de geração em geração, com um profundo respeito à natureza. Somos nós, os camponeses, que realizamos o melhoramento genético e nossa maior contribuição é a evolução de cada uma das espécies. Camponeses, homens e mulheres, pequenos agricultores, junto com pescadores e artesãos, os povos indígenas e as comunidades negras, historicamente somos os que conservamos, criamos e manejamos sustentavelmente, a biodiversidade agrícola que foi, é, e será a base de toda a agricultura (Cartilha - A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil. MST, 2005, p. 26-30)

Em 2006, a Via Campesina construiu duas cartilhas, sendo uma delas intitulada “*A natureza do agronegócio no Brasil*”, e a outra denominada “*Biodiversidade e Reforma Agrária*”. A primeira reuniu informações sobre a evolução da organização capitalista na agricultura brasileira e as origens do agronegócio no campo, apresentando algumas denúncias contra fazendeiros do agronegócio, demonstrando os crimes cometidos contra trabalhadores e contra o meio ambiente.

Se olharmos para nossa história, podemos ver que nesses 500 anos de colonização, e de formação da civilização brasileira e de ocupação de nosso território, tivemos a rigor apenas três grandes

modelos econômicos adotados na nossa economia e na nossa agricultura. Esses modelos econômicos foram variações, formas particulares de organizar a produção dos bens e mercadorias em nossa sociedade, sob a égide do modo de produção capitalista, imposto a este território e à nossa sociedade desde que aqui chegaram os europeus em 1500 (Cartilha - A natureza do agronegócio. Via Campesina, 2006, p. 7).

A cartilha também mencionava que embora o governo Lula “tenha se comprometido com a reforma agrária e com o fortalecimento da agricultura camponesa, na prática, os ministérios mais fortes atuam claramente priorizando a agricultura do agronegócio” (Cartilha - A natureza do agronegócio. Via Campesina, 2006, p. 32).

E a segunda (“*Biodiversidade e Reforma Agrária*”), incorporou temas referentes à biodiversidade, ecologia e agroecologia na temática geral da reforma agrária. Trouxe um balanço das políticas norte-americanas para a América Latina que, conforme a cartilha vem aprofundando os “mecanismos de opressão e exploração dos mais pobres”.

Os EUA adotam a política permanente, independente de governo de plantão, de que eles precisam ter a supremacia absoluta sobre os demais países. Nenhum país ou grupos de nações poderá se equiparar ao seu poder hegemônico; usam os mecanismos do dólar como moeda internacional, da dívida externa do governo dos EUA frente a inversionistas de outros países, em especial de outros governos, e o déficit comercial, como meros mecanismos de transferência de riquezas de todo mundo para lá. E assim vão mantendo sua supremacia econômica; eles não atuam como uma república a mais, no cenário das nações, eles atuam, conscientemente como um império (Cartilha - Biodiversidade e reforma agrária. Via Campesina, 2006, p. 11).

Com o objetivo de preparar os trabalhadores sem-terra para o V *Congresso Nacional do MST*, realizado em junho de 2007, o MST elaborou, no ano de 2006, uma cartilha chamada “*A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira*”,

propondo discussões para que fosse aprovado no V Congresso, o programa agrário do MST.

A luta pela reforma agrária não depende apenas de derrotar o latifúndio, ou seja, a grande propriedade improdutiva e atrasada. Esse latifúndio está se modernizando e se transformando em agronegócio. E os que não querem se modernizar, se transformam em reserva de terra, em fronteira de expansão para outros fazendeiros capitalistas, que depois vão comprar suas terras para produzir para exportação e assim impedem a reforma agrária (Cartilha - A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira. MST, 2006, p. 17-18).

A cartilha deixou clara a importância da mobilização social para os processos de mudanças na sociedade, destacando-se que:

O povo deve ser o sujeito de todo processo de mudanças no campo. E as mudanças somente acontecerão com a pressão popular. Somente a construção de um amplo movimento popular que reúna os milhões de trabalhadores interessados nas mudanças na sociedade poderá alterar a atual correlação de forças e viabilizar essas mudanças necessárias. Para isso é necessário organizar, massificar e ampliar a participação nas lutas e mobilizações, de forma permanente (Cartilha - A Reforma Agrária Necessária: Por um projeto popular para a agricultura brasileira. MST, 2006, p. 45).

Diante do grave quadro de crise, em novembro de 2008, o conjunto dos movimentos sociais brasileiros, organizados, principalmente, pela CMS, Assembleia Popular e Via Campesina, da qual o MST faz parte, emitiu ao governo federal algumas propostas no sentido de aproveitar “a brecha da crise para mudar a política macroeconômica de natureza neoliberal, e ir construindo um novo modelo de desenvolvimento nacional, baseado em outros parâmetros, sobretudo na distribuição de renda, na geração de emprego” (Propostas apresentadas ao governo brasileiro pelos Movimentos Sociais de todo o Brasil, 2008, p. 39).

Nossa preocupação fundamental é aproveitar para que nessa mudança se logrem medidas concretas que visem melhorar as condições de vida de nosso povo, garantindo os direitos à educação pública, gratuita, democrática e de qualidade em todos níveis, à moradia digna, ao acesso à cultura e às reformas urbana e agrária. Infelizmente, a maioria do nosso povo não tem acesso a esses direitos básicos. Sabemos que poderosos interesses dos capitalistas locais, das empresas transnacionais e, sobretudo do sistema financeiro, concentra cada vez mais riqueza, renda, e impedem que nosso povo usufrua da riqueza por ele produzida (Propostas apresentadas ao governo brasileiro pelos Movimentos Sociais de todo o Brasil, 2008, p.39-40).

Tais propostas sistematizam conteúdos “para que possamos resolver, de fato, os problemas do povo, e impedir que de novo as grandes empresas transnacionais e os bancos transfiram para o povo o custo da crise”: defesa e fortalecimento da estratégia de integração regional a partir do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e Aliança Bolivariana para as Américas (ALBA); apoio a substituição do dólar nas transações comerciais por moedas locais; defesa a consolidação do Banco do Sul para impedir a especulação dos bancos, do FMI e dos interesses do capital dos Estados Unidos; defesa de uma nova ordem internacional, que respeite a soberania dos povos e nações; controlar e reduzir imediatamente as taxas de juros; impor um rigoroso controle da movimentação do capital financeiro especulativo; revisar a política de manutenção do superávit primário, “que é uma velha e desgastada orientação do FMI – um dos responsáveis pela crise econômica internacional”; realizar a auditoria integral da dívida pública; proposição da criação de uma política de preservação e recuperação dos biomas brasileiros; contra a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, entre outras (Propostas apresentadas ao governo brasileiro pelos Movimentos Sociais de todo o Brasil, 2008, p. 40-44).

Nesse percurso, em março de 2009, os movimentos sociais que integram várias articulações nacionais como as citadas anteriormente e os movimentos articulados na campanha da ALBA, construíram coletivamente a cartilha “*Para debater a crise*”. A cartilha “reúne alguns subsídios para entender o que está acontecendo no sistema

capitalista mundial e aqui no Brasil” (ASSEMBLEIA POPULAR, 2009, p. 5).

Ela pretende ser um subsídio para estimular o debate e a reflexão sobre a natureza e a gravidade da crise que estamos enfrentando. [...] Esperamos que ela motive o debate entre a militância e as instâncias de nossos movimentos, pastorais e todos os espaços de reunião de nosso povo. E motive também a prepararmos outros materiais mais didáticos, pedagógicos, destinados a nossa base social. Ela é uma cartilha para a militância, e por isso será necessário, que nos estados, na nossa base, consigamos produzir outros materiais mais simples, mas didáticos que consigam dialogar e explicar para as massas, o que está acontecendo (ASSEMBLEIA POPULAR, 2009, p. 5).

Na cartilha de estudos procurou-se elencar uma série de consequências da crise para a classe trabalhadora, tais como: desemprego; queda da renda; o governo terá menos recursos públicos para aplicar em educação, saúde e transporte; os preços dos alimentos devem subir; os preços recebidos pelos pequenos agricultores pelos seus produtos vão cair; os capitalistas vão pressionar para mudar os direitos sociais e trabalhistas; aumento da jornada de trabalho e da intensidade do trabalho; maior carga de impostos sobre os trabalhadores; aumento das tarifas de serviços que antes eram públicos e agora são privados, como energia, transporte, água etc; aumento da inadimplência: os trabalhadores terão dificuldades para pagar suas dívidas.

Além disso, buscou salientar as propostas apresentadas pela Assembleia Mundial dos Movimentos Sociais, como medidas de emergência para a crise, debatidas durante a realização do Fórum Social Mundial, em janeiro de 2009, em Belém, com a participação de centenas de dirigentes de movimentos sociais de todos os continentes:

1. A nacionalização dos bancos, para que os governos controlem o capital financeiro e o coloquem a serviço da produção e da população.
2. Implementação de uma nova moeda internacional. O dólar é uma moeda controlada e emitida pelo governo dos Estados Unidos e é utilizada para os Estados Unidos financiarem seu déficit comercial e de orçamento. Por isso não

pode mais servir de base do intercâmbio comercial entre as nações. É preciso construir uma nova moeda internacional, que esteja sob controle de organismos internacionais e não de governos.

3. Redução da jornada de trabalho, sem redução do salário em todos países do mundo.

4. Garantir a soberania alimentar e energética para toda a população mundial. Ou seja, os governos têm que ter políticas que estimulem a produção de alimentos e de energia, em cada país, sem depender mais dos outros.

5. Fim de todas as atividades bélicas, guerras entre países e regiões. Retirar todas as tropas de ocupação em todos os países. Desmantelar todas as bases militares estrangeiras em todos os países. Há nesse momento mais de mil bases militares no exterior, especialmente do governo dos Estados Unidos e dos países da Europa.

6. Reconhecer a soberania e a autonomia dos povos, garantindo o direito à autodeterminação sobre seus territórios e riquezas. Sem a ingerência das empresas transnacionais.

7. Garantir a toda a população de nossos países o acesso ao direito à terra, água potável, alimentos, território, emprego, educação, saúde e cultura.

8. Democratizar os meios de comunicação e de informação de nossos países, para que a sociedade os possa controlar, sem objetivo de lucro nem de manipulação.

9. Construir uma nova ordem mundial, com novos organismos internacionais, mais democráticos e representativos do povo, no lugar dos atuais OMC, FMI, Banco Mundial, que devem ser fechados, pois são responsáveis pela crise.

10. Realizar auditorias públicas transparentes com a participação da sociedade de todas as dívidas externas de cada país. E evitar que o pagamento das dívidas seja um mecanismo de espoliação e transferência de riqueza dos pobres para os ricos.

11. Os governos devem aplicar políticas publicas que garantam em primeiro lugar o direito ao emprego, com distribuição de renda a toda a população.

12. Os governos devem garantir a aplicação de políticas públicas que preservem o uso dos

recursos naturais (petróleo, minérios, terra, água, biodiversidade, energia) em proveito das necessidades da população.

13. As sementes e os bens da natureza são patrimônio da humanidade e não podem ser privatizados.

14. Os governos devem aplicar novas políticas de transporte público, através de metrô, trens, barcos, bicicletas etc, superando o atual modelo de transporte individual por veículos automotivos.

15. Os governos devem priorizar os investimentos públicos em amplos programas de educação pública e gratuita em todos os níveis, para toda a população (ASSEMBLEIA POPULAR, 2009, p.37-38).

No mesmo ano, o MPA do estado do Espírito Santo, publicou com o apoio do MST e do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM) a cartilha: “*Um alerta sobre o Fomento Florestal: experiências e alternativas*”. Com esta cartilha, o MPA procurou incentivar o debate sobre o fomento florestal⁶⁰ entre a população camponesa, sobretudo na região serrana do estado do Espírito Santo, onde essa prática havia expandido intensamente nos últimos anos, ocupando propriedades inteiras onde antes eram produzidos alimentos, de forma diversificada, e onde viviam famílias de camponeses. A cartilha foi considerada um instrumento importante de formação para tentar reverter este processo, mantendo as famílias no campo produzindo alimentos sustentáveis para a população.

A produção teórica no campo da educação e da formação tende a sistematizar o “início da afirmação da consciência política” (BOGO, 2011, p. 22) do movimento, além de contribuir para a construção da formação política da classe trabalhadora e os anseios para o amadurecimento político de uma identidade de classe, diante de uma conjuntura tão adversa para a defesa de um projeto contra-hegemônico. Nessa “disputa de projeto com a burguesia” é fundamental que “não se perca o rumo das mudanças necessárias a serem feitas” (SANTOS,

⁶⁰ O programa de Fomento Florestal – o plantio de eucalipto por agricultores – foi criado em 1990 pela Aracruz Celulose, como estratégia para ampliar as plantações de eucalipto sem precisar comprar mais terras, o que era proibido para ela naquele momento. Hoje, a Aracruz chama o programa de Produtor Florestal e o mesmo conta com cerca de 4 mil contratos de fomento em 96 mil hectares no estado do Espírito Santo, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (MST, 2009).

MST, 2005), visto que as demandas mais pragmáticas são melhor acolhidas, mas os referenciais politizados são mais rejeitados pelo Estado (SCHERER-WARREN, 2007, 14-15).

Através dessas cartilhas identifica-se a necessária e ineliminável relação entre cultura e hegemonia. Estes espaços, denominados por Gramsci de “aparelhos privados de hegemonia” são indispensáveis na formação de uma nova cultura política contraposta aos valores ideológicos exacerbados pela ideologia neoliberal. Gramsci (2002, p.268) assevera que “a nova construção só pode surgir de baixo para cima” envolvendo os estratos nacionais mais subalternizados “econômica e culturalmente”, tornando-os protagonistas “de um fato histórico radical que envolva toda a vida de um povo e ponha cada qual, brutalmente, diante das próprias responsabilidades inderrogáveis”.

A MODO CONCLUSIVO: OS IMPASSES NA ATUAL CONJUNTURA ADVERSA PARA A DEFESA DE UM NOVO PROJETO SOCIETÁRIO

*Como então? Desgarrados da terra?
Como assim? Levantados do chão?
Num balanço de rede sem rede
Ver o mundo de pernas pro ar.*

(Chico Buarque, 1997).

Os governos Collor, FHC e Lula proporcionaram a “integração” do Brasil ao neoliberalismo, ou seja, aos interesses ligados ao processo de mundialização do capital financeiro. Durante estes três governos, a agricultura foi gradativamente integrada à lógica das grandes companhias transnacionais que dominam as principais cadeias do agronegócio global. As implicações negativas do processo de modernização capitalista no campo, ocorridas na fase conhecida como “modernização conservadora”, por si só justificariam a retomada da questão agrária ao debate nacional, reprimida que fora pelo governo militar durante a ditadura. Todavia, quem de fato o fez foram os sem-terra. Trabalhadores e camponeses reivindicaram o acesso a terra e lutaram por direitos sociais. Organizaram-se e confrontaram a estrutura agrária. Recolocaram a questão agrária na pauta política nacional.

As mudanças decorrentes da dinâmica de acumulação do capital financeiro ampliam consideravelmente a desigualdade social e transformam as relações e a composição de classe, implicando profundas incidências na própria luta de classes. Diante do contexto de hegemonia neoliberal evidencia-se um profundo empobrecimento da vida política coletiva, pois o que parece estar em jogo é uma expropriação crescente das classes subalternas, isto é, uma “retirada do poder” dessas classes no seio do Estado (MARRO, 2009, p. 46) e, orientadas, paulatinamente, para a “pequena política”.

Consequentemente, os trabalhadores sem-terra, organizados sob a forma coletiva de MST, vão erguer sua resistência contra a expropriação capitalista repondo os antagonismos que produzem a luta de classes, se colocando como um sujeito político coletivo na universalização das demandas das massas trabalhadoras, fortalecendo a construção de resistências e ações contra-hegemônicas ao capital, sem perder o eixo

fundamental de sua luta que é a construção de um novo horizonte societário.

A vitória de Lula no processo eleitoral em 2002 e, posteriormente, a sua reeleição, em 2006, representou “um caleidoscópio de protestos, promessas, possibilidades, frustrações, insegurança, falta de horizontes” (OLIVEIRA, 2003) para a classe trabalhadora brasileira. Em um contexto de crise do capital, além de não ter se constituído numa possibilidade “antineoliberal”, o governo do PT deu continuidade à política macroeconômica dos governos anteriores. Em nome do “neodesenvolvimentismo”, o governo Lula procurou através de suas políticas, esmorecer o potencial de mobilização das massas populares, seja através de políticas que visem cooptar os movimentos sociais e suas lideranças, ou através de mecanismos assistencialistas (como o Bolsa Família, o Luz para Todos, os programas de crédito).

A cooptação de importantes movimentos sociais para essa política, entre eles o próprio MST, que ainda resiste, abriu caminho para aquilo que Gramsci chamou de “transformismo”, desencadeando um processo de desarticulação coletiva e despolitização crescente das classes subalternas, expresso, na incapacidade destas de avançar com propostas políticas de conteúdo ofensivo que indicassem uma trajetória independente para as massas trabalhadoras.

Alguns entraves que desafiam constantemente os movimentos sociais numa conjuntura tão adversa às classes subalternas podem estar associados: as dificuldades de mobilização dos movimentos sociais do campo, à medida que a construção civil tem absorvido boa parte desses trabalhadores oriundos do meio rural, com baixa qualificação profissional; o avanço crescente do agronegócio em detrimento da realização da reforma agrária; as medidas paliativas de enfrentamento à questão social pelo Estado, através dos programas de combate a pobreza (por exemplo, o Bolsa Família); a crescente criminalização das lutas sociais mediante as forças coercitivas do Estado; a cooptação política através do aparelho burocrático estatal; o crescimento das organizações do terceiro setor no atendimento às demandas de caráter emergencial; a proliferação do movimento pentecostalista no campo e na cidade, com forte influência na passivização e conformação das massas populares; a desarticulação e fragilidade política dos partidos e sindicatos, etc. (LEHER; COUTINHO; BOTELHO; COSTA, 2010; SIMIONATTO et. al., 2011).

Nesse cenário, os movimentos sociais, sobretudo, o MST não deixaram de expressar uma “postura crítica” ao governo, diagnosticando a ausência de projetos de longo prazo e o “não cumprimento de compromissos” assumidos, principalmente, no tocante a reforma agrária.

Apesar do posicionamento dúbio entre “apoio e resistência”, “conformismo e rebeldia”, o MST segue com ações de luta e formas de pressão ao poder do capital e da hegemonia burguesa, refletindo em suas propostas expressões da concepção gramsciana de sociedade civil, espaço de luta de classes e disputa de hegemonia. Nesse sentido, tendo como principal estratégia as lutas de resistência entendidas na perspectiva das lutas sociais e políticas, protagonizadas por meio da ação coletiva ao lado de outros sujeitos políticos na disputa por projetos societários contra-hegemônicos.

Nosso propósito, neste trabalho, concentrou-se na identificação e na qualificação das ações de resistência do MST nos campos social e político e que tiveram grande repercussão nacional, junto do apoio e das alianças formadas com vários outros sujeitos coletivos no período entre 2003 e 2010.

Identificamos uma diversidade de manifestações do MST espalhadas por todo Brasil durante o governo Lula. Desde aquelas de cunho mais imediato e reivindicativo, como os bloqueios de rodovias e as ocupações de órgãos públicos que demandam, principalmente, pelo cumprimento emergencial de acordos firmados com o governo para o atendimento da infraestrutura básica dos assentamentos, assistência técnica, saúde, educação e liberação de crédito rural, entre outras.

Por outro lado, localizamos uma série de ações direcionadas a um caráter político mais abrangente, por exemplo, as jornadas nacionais de luta que são desdobradas em diversas ocupações, acampamentos e marchas pela desapropriação de terras improdutivas, regularização fundiária e combate às injustiças sociais e violência no campo; os fóruns e assembleias sociais, os encontros, congressos e conferências articuladas em âmbito nacional e internacional que discutem uma proposta de reforma agrária popular. Portanto, são as últimas que procuramos dar evidência em nosso estudo, por considerar sua proximidade à construção de uma contra-hegemonia ao capital.

A luta no campo político tem rechaçado claramente o neoliberalismo, representando estratégias contra-hegemônicas fundamentais na universalização das demandas da classe trabalhadora, na mediação com a luta de classes e na elaboração de uma nova hegemonia calcada na formação de um novo consenso que caracteriza o

sentido do projeto societário instaurado pelas classes subalternas. O antagonismo entre a classe burguesa e as classes subalternas segue como principal foco das lutas políticas.

As lutas sociais articuladas em torno da defesa dos direitos humanos, sociais e do trabalho ocupam boa parte da agenda do MST, mas não aparece cindida das estratégias de construção de outra ordem societária. Ao mesmo tempo em que acessam os direitos de cidadania, não se desvinculam dos processos da luta política, pressão popular e de organização coletiva.

A partir das primeiras aproximações ao objeto desta pesquisa, constatamos que a luta pela terra é protagonizada pelo MST na perspectiva da luta de classes, articulada à luta política por um novo projeto societário pautado no socialismo. As ações do MST nesse campo se expressam em uma dialética da resistência e como ação contra-hegemônica a partir de sua articulação no movimento da “classe para si”, no processo de correlação de forças disposto a materializar uma nova sociedade.

Durante o governo Lula a aproximação da luta pela terra a um “novo projeto de nação”, se deu através dos fóruns de debate, da atuação da Via Campesina, da Assembleia Nacional Popular, da Semana Social Brasileira, do Fórum Social Mundial, etc. O MST contudo, se esforçou para a construção de novas relações de força política com a sociedade e com os movimentos sociais urbanos, tendo em vista a ampliação de um “movimento de massas”, para combater o projeto da ALCA e do Banco Mundial, as transnacionais, o agronegócio, os transgênicos, etc.

A construção e o fortalecimento de alianças com outros sujeitos coletivos tanto do campo (MAB, CPT, Via Campesina, MMC, MPA) como da cidade (MTST, Intersindical, Conlutas, CUT, UNE, Ubes, Conam, Pastoral Operária) e a criação da Coordenação dos Movimentos Sociais revelou-se como uma das principais estratégias da luta política fundamental para o enfrentamento ao Estado, sinalizando uma “tendência à unificação” das lutas das classes subalternas.

As modalidades auto-organizativas vivenciadas pelas classes subalternas, sobretudo aquelas potencializadas pelo MST no âmbito da luta pela terra, reforma agrária e por mudanças sociais no país, são capazes de “acompanhar a dinamicidade da diversidade das ações das massas” (BOGO, 2011, p. 11) e congregar interesses individuais em vontades coletivas no terreno da sociedade civil, enquanto processo revolucionário, de “guerra de posição”. Ao abrir um cenário de amadurecimento político também convidam à universalização da luta, ao tempo que chamam a “nacionalizar, aprofundar e multiplicar a

resistência às políticas neoliberais”. “Resgatando a própria voz de seus militantes” na valorização da luta e da ação direta como “mecanismos para aceder a negociações com o poder político e conquistar suas reivindicações” (MARRO, 2009, p. 85), sem perder o foco principal de sua proposta que é a construção de um novo projeto de sociedade.

Apesar das várias tentativas de politização da luta pela reforma agrária para forjar coletivamente uma alternativa popular para o Brasil, principalmente, por meio do Fórum Nacional pela Reforma Agrária, pelo Congresso Nacional do MST, pela Jornada Nacional de Lutas, a reforma agrária foi tratada pelo governo Lula no âmbito daquilo que Gramsci chamou de “pequena política”, paulatinamente, orientada em múltiplas ações focalizadas, como o seguro rural, o Pronaf, os programas assistenciais como o Bolsa Família e o Luz para Todos.

Tratam-se de ações governamentais fundamentais para o desencadeamento de um processo de reforma agrária capaz de “enfrentar” o agronegócio. Correspondem a medidas de “controle” e “disciplinamento” das lutas sociais e políticas, na tentativa de desmobilizar os movimentos sociais ligados as classes subalternas. Desse modo, os atores políticos coletivos, sobretudo, o MST, procurou tomar iniciativas contundentes para garantir canais de negociação para a colocação das suas demandas face a resposta governamental petista limitada à “assistencialização” dos processos de luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais no país.

Ao contrário do governo FHC, que criminalizou intensamente as ações de resistência do MST, o governo Lula sempre se mostrou aberto aos canais de negociação com o movimento por meio do “diálogo”. Porém, o governo usou dessa artimanha política, justamente, para apaziguar os possíveis confrontos com o MST, geralmente, as negociações resultavam na promessa e no comprometimento de acordos assumidos ao longo dos dois mandatos.

A primeira gestão do presidente Lula aumentou os fundos de apoio à agricultura familiar e o orçamento destinado a melhorar as condições de vida nos assentamentos já implantados. Todavia, a proposta de reforma agrária com potencial de alterar as estruturas no campo e reverter a situação de injustiça e de exclusão foi esvaziada no decorrer do tempo. Os fatos passados e os vagos compromissos atuais não abonam a promessa de “reforma agrária ampla, massiva e de qualidade” (FILHO, 2006).

No primeiro mandato do governo Lula é visível a presença de ações mais tímidas frente à proposta do novo governo, sobretudo quanto às possibilidades de realização de uma reforma agrária. Isso porque, ao

longo de sua história, o PT e, mesmo o presidente Lula, reiteradas vezes apoiaram a ideia de uma reforma agrária para o Brasil e receberam de vários movimentos sociais, dentre eles o MST, amplo apoio político. Já no segundo mandato observa-se uma série de ações de resistência provenientes do descontentamento com o governo pela manutenção da política neoliberal, e o pesado investimento no agronegócio e o seu aprofundamento não apenas em limites estruturais, mas principalmente, políticos, além do incontestável “descompromisso” com a reforma agrária.

Verificamos que foi praticamente, um “trabalho de base” que o MST fez no primeiro governo do PT, de forma mais precisa nos dois primeiros anos, optando por se recolher às suas bases, investindo fortemente na formação política do movimento. O MST, neste sentido, volta-se para seu interior e vem realizando novamente ocupações como forma de pressão, chamando trabalhadores das cidades para aglutinar-se à luta.

O não atendimento ao compromisso de assentar prioritariamente as famílias acampadas; a não atualização dos índices de produtividade; a manutenção da política orientada pelo Banco Mundial através dos programas Banco da Terra ou crédito fundiário, fundamento da chamada “reforma agrária de mercado”; a liberação do plantio e comercialização da soja transgênica; a falta de iniciativa governamental, parlamentar e administrativa, para remover leis e medidas de governos anteriores que emperram e prejudicam o processo de reforma agrária; a não implementação de um amplo programa de reforma agrária massiva, que, de fato, representasse atacar a concentração da propriedade da terra e o atendimento de milhares de famílias sem-terra: constituem os pontos de pauta que permaneceram para a agenda de luta do MST no segundo governo Lula, uma vez que não foram atendidos no decorrer do primeiro governo, ficando apenas no plano do “diálogo” e da “promessa a ser cumprida”.

Entretanto, no segundo governo as formas de resistência foram retomadas novamente pelo MST, principalmente, pela reivindicação frente ao comprometimento do governo com as promessas assumidas durante o primeiro mandato, visto que uma das grandes necessidades dos trabalhadores rurais sem-terra naquele momento, concentrava-se na renegociação das dívidas provenientes dos programas de financiamento da agricultura familiar e reforma agrária.

A resposta governamental permaneceu no plano do “diálogo” e de “promessas” futuras de negociações e de cumprimento de acordos que amenizassem a situação paliativamente, por meio de uma conduta

que buscou conciliar os seus compromissos diante do agronegócio com a necessidade de manter a pressão social sob controle, desenvolvendo ações pontuais, como a renegociação de parte das dívidas dos assentados possibilitando a liberação de novos créditos.

Não resta outra alternativa ao MST, senão a continuação da luta, “carecemos presentemente do principal: mobilização popular. Somente um reacenso do movimento de massas poderá nos trazer alguma vitória” (GUHUR; SILVA, 2009, p. 91). Seja por meio dos “esforços incessantes e perseverantes” das massas, pelo reconhecimento de nacionalizar a luta e as ações diretas, combinando agendas unificadas, seja pelo investimento na formação política dentro do próprio movimento, pois a complexidade dessa luta não pode prescindir da preparação teórico-crítica como parte da hegemonia, uma vez que se dispõe a “fortalecer a luta de classes e emancipar, enquanto totalidade, a classe e as forças populares” (BOGO, 2011, p. 126).

Dentre os movimentos sociais de massa, o MST se destaca não só pelo fato de possuir um objetivo muito mais amplo, que é a construção de um novo projeto societário, “mas essencialmente por desde já – e não depois de se “apoderar” do aparelhamento político e produtivo – fazer isso em seus espaços (que podem ser, por exemplo, seus acampamentos, assentamentos, escolas, faculdades, encontros, congressos, reuniões, associações, unidades de produção etc.)” (GUTERRES, 2008, p. 152).

“[...] Temos que defender a revolução, aquela que estamos fazendo todos os dias. E para poder defendê-la é preciso fazê-la, construindo-a, fortificando-a com esse trabalho” (GUEVARA, 1986 apud BOGO, 2011, p. 107). Trata-se, portanto, de uma “revolução no cotidiano” (SHERER-WARREN, 1987, p. 48-50), diariamente consolidada a partir de uma nova cultura política, que lança luz no caminho a ser trilhado pelos embriões de uma nova sociedade.

Por outro lado, observamos que o projeto popular do PT, sobretudo, no governo Lula aponta para um processo de “ilusão-falência”, em que “se afogam frequentemente os entusiasmos mais esplendorosos” (GRAMSCI, 1917, p. 1) à medida que parece associar um padrão de esgotamento do Estado que não consegue cumprir com sua proposta de mudanças junto à classe trabalhadora e subalterna além do provimento de medidas paliativas. Diante disso, nos questionamos: “*Até que ponto o subsídio do Estado fortaleceu a estratégia do MST frente à construção de um novo projeto societário?*”.

“Existe um grande debate, à esquerda e à direita, acerca [...] do alcance das propostas do MST”. Para alguns, a proposta de luta do movimento “em um mundo globalizado é um imenso arcaísmo tanto do

ponto de vista econômico como social”. Para outros, “ela se justifica pelos seus efeitos imediatos sobre o padrão de vida de milhões de famintos”. Neste sentido, a luta do MST é apresentada “como um meio (talvez o único) para a conquista da cidadania por milhões de “excluídos””. No entanto, existem os que julgam que “o projeto prático do MST é francamente revolucionário, não se limitando à simples realização de uma reforma agrária nos marcos do sistema capitalista” (ALMEIDA; SÁNCHEZ, 1998, p. 86).

O MST é o que há de mais vivo nas lutas sociais no Brasil, hoje. A quantos desencontros resistirá? Pagar para ver pode representar um custo político muito elevado para todos os que se empenham em construir, na prática, uma plataforma de lutas que promova um encontro cada vez mais necessário e que, agora, graças em grande parte à atuação do MST, também se revela possível. Não exatamente um encontro de organizações (embora também passe por isso), mas entre as lutas das grandes massas de trabalhadores (empregados ou não) da cidade e do campo (ALMEIDA; SÁNCHEZ, 1998, p. 90).

Para tanto, procuramos valorizar o potencial de confronto do MST com o capitalismo, ao repor os antagonismos que produzem a luta de classes que se tenciona entre um processo de expropriação crescente dos trabalhadores e uma luta mediada pela dialética da resistência que é forjada nesse espaço de luta de classes e disputa de hegemonia. A partir da materialidade da luta nos campos da luta pela terra, reforma agrária e mudanças sociais defendidas pelo MST abriram-se caminhos, mesmo que provisoriamente, que vislumbram, nestes tempos difíceis, possibilidades de unificação de lutas por outro modelo de sociedade.

As contribuições do Serviço Social numa conjuntura tão desfavorável as lutas das classes subalternas reacendem as mobilizações populares a partir de um projeto coletivo de sociedade, de modo a convergir suas ações sócio-profissionais a serviço dos interesses dos setores populares, no sentido de fortalecer esse segmento, na medida em que concebe as lutas políticas e sociais não apenas como mecanismo de acesso aos direitos de cidadania, mas como possibilidade de transformação da sociedade.

O que desafia a profissão a construir respostas coletivamente em prol da classe trabalhadora, fundamentadas no projeto ético-político

profissional pautando-se nas lutas por direitos e pela construção de um novo projeto societário, “sem dominação-exploração de classe” (CFESS, 2005, p. 21).

Mesmo que o Serviço Social desenvolva “sua intervenção em um espaço de tensão e contradição entre sua função de reprodução do sistema [...] e sua defesa dos direitos e conquistas sociais” (MONTAÑO, 2006, p. 143), é possível afirmar que a profissão contribui e vem consolidando seu projeto profissional em direção ao horizonte traçado para “uma nova ordem societária” (CFESS, 2005, p. 21), evidenciando-se o comprometimento com os movimentos sociais voltados à disputa por outro projeto de sociedade.

E, para tal, o suporte da teoria social crítica fundada na raiz marxiana e marxista, descortina-se como perspectiva ineliminável no estudo das expressões da questão social dado que “ser radical é tomar as coisas pela raiz, e a raiz, para o homem, é o próprio homem” (MARX, 1983, p. 8).

REFERÊNCIAS

ABERS, R; SERAFIM, L; TATAGIBA, L. A participação na era Lula: repertórios de interação em um Estado Heterogêneo. **35º Encontro Anual da ANPOCS**. Outubro, 2011. Acesso al texto completo: 23/02/2012.

ADAS, M. **Panorama geográfico do Brasil**. 4. Ed. São Paulo: Moderna, 2004.

ALENTEJANO, P. R. R. **A política de assentamentos rurais do governo FHC e os desafios da reforma agrária do Brasil no século XXI**. AGRÁRIA, n° 1, pp. 2-15, 2004.

ALMEIDA, L. F. R. de. **Fora das lutas não há o que fazer, a não ser esperar a cooptação**. In: Instituto Humanitas Unisinos – IHU. 23 de Janeiro de 2007. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/4376> Acesso em: 21/10/2011, as 13h24.

_____. **Lutas sociais e questões nacionais na América Latina**: algumas reflexões. In: Lutas Sociais n° 17/18 - 2º sem. 2006 e 1º sem. 2007 ISSN 1415-854X, NEILS – Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. Faculdade de Ciências Sociais. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais PUC-SP, 2007.

ALMEIDA, L. F. de; SÁNCHEZ, F. R. Um grão menos amargo das ironias da história: o MST e as lutas sociais contra o neoliberalismo. In: **Lutas Sociais**. Volume 5. Dez/1998. NEILS - Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. PUC/SP.

ANDRIOLI, A. I. **A reforma agrária e o governo Lula**: entre a expectativa e a possibilidade. In: Revista Espaço Acadêmico, 31/12/2003. Disponível em: <http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=s137>. Acesso em: 27/12/2011, às 14h47.

ASSEMBLEIA POPULAR. O que é a Assembleia Popular?

Disponível em:

<http://www.assembleiapopular.org/index.php/assembleia-popular.html>,

Publicado em 2009, Acesso em: 22/02/2012.

BANCO MUNDIAL. World Development Report 2006: Equity and Development. Washington DC: The World Bank, 2005.**BASSEGIO, L. Derrotar a Alca para garantir nossa soberania.****Disponível em:** <http://www.mst.org.br/node/2897> 16 de fevereiro de 2004.**BATISTA, J. Associação de capital e latifúndio é algo político maior, diz MST.** Disponível em:<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=997>. Publicado em 16/04/2007. Acesso em: 17/02/2012.**BEHRING, E. R. Políticas sociais no governo Lula: uma reflexão.**

Revista Inscrita. ISSN 1415-0921. CFESS - Ano VI – Nº IX – Novembro de 2004.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. Política Social: fundamentos e história. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.**BOGO, A. Arquitetos dos sonhos.** São Paulo: Expressão Popular, 2002._____. **Lições da luta pela terra.** Salvador: Memorial das Letras, 1999._____. **Revolução e contra-revolução.** Comunicação apresentada no Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, Serpa, 23-25/Set/2004._____. O Movimento e Consciência Social. In: **V Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo** – Marxismo, Educação e Emancipação Humana. UFSC. Florianópolis. Abril de 2011._____. **Organização política e política de quadros.** 1ª Edição, São Paulo: Expressão Popular, 2011.

BOITO, A. Jr. **A hegemonia neoliberal no governo Lula**. Crítica Marxista, n. 17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003.

BOITO, A.; Galvão, A.; Marcelino, P. **Brasil**: o movimento sindical e popular na década de 2000. In OSAL, Buenos Aires: CLACSO Ano X, N° 26, Outubro/2009.

Boletim Eletrônico da Fundação Perseu Abramo. **Lula, quem?** Edição nº 46 – maio de 2005.

BONASSA, C. **MST explica ocupação da transnacional Cutrale**. Publicado em: 12/12/2009. Disponível em: <http://massote.pro.br/2009/10/mst-explica-ocupacao-da-transnacional-cutrale/> Acesso em: 14/04/2012.

BORON, A. **La izquierda latinoamericana a comienzos del siglo XXI**: Nuevas realidades y urgentes desafíos. In: Revista OSAL. N.13, Buenos Aires, 2004, p.41-56.

BORRAS Jr. S. M; McKinley T. O debate não resolvido da Reforma Agrária: para além de modelos comandados pelo Estado ou pelo Mercado. **International Policy Centre for Inclusive Growth. Research Brief**. n 2; Nov 2006. Disponível em: < <http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCPolicyResearchBrief2.pdf> >. Acesso em: 19/08/2011, às 19h12.

BRAGA, R. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.) **Hegemonia às avessas**. São Paulo: Boitempo, Outubro de 2009.

BRANFORD, S. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BRASIL. *Estatuto da Terra*. Lei nº 4504, de 30 de Novembro de 1964.

Brasil. Portaria 2607 de 10 de dezembro de 2004. Aprova o Plano Nacional de Saúde / PNS – **Um Pacto pela Saúde no Brasil**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/GM_2607.pdf . Acesso em: 29/11/ 2011, às 22h35.

BRUNO, R. A. L; DIAS, M. M. **As políticas públicas de créditos para os assentamentos rurais no Brasil**. Relatório de Consultoria. Rio de Janeiro. Agosto, 2004.

CABRAL, R. Reforma Agrária, MST e socialismo: contradição? In: **Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos**. Publicação em 03 de março de 2009. Disponível em: http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5053&Itemid=2 Acesso em: 04/04/2012.

CALDART, R. S. **O MST e a formação dos sem-terra**: o movimento social como princípio educativo. Estudos Avançados Vol. 15 n° 43. ISSN 0103-4014. São Paulo, Set/Dez, 2001.

CAMPIONE, D. Hegemonia e contra-hegemonia na América Latina. COUTINHO, Carlos Nelson e TEIXEIRA, Andréa de P. (Orgs.). **Ler Gramsci e entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, L. L. V. **O ideário político do MST**: marxismo e nacionalismo. (Monografia Bacharelado em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2006.

CARVALHO, J. M. **A cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social** – O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHAVES, C. A. **A marcha nacional dos sem-terra**: um estudo sobre a fabricação do social. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ-Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

COIMBRA, F. H. **Processos de resistência no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**: cartografias do cotidiano em um assentamento de reforma agrária. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social-UFSC, 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos de terra no Brasil**. 1985, p. 14.

COMPARATO, B. K. **A ação política do MST**. São Paulo em Perspectiva. Vol. 15 (4), 2001.

CONCRAB. **O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária**. Cartilha da Concrab (Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil), 2004.

Coordenação Nacional do MST. O MST sobre CPMI da Terra. MST Informa ESPECIAL nº 104 Ano V, 30 de novembro de 2005. In: **Agência Latinoamericana de Información**. Disponível em: <http://alainet.org/active/9909&lang=es>. Acesso, 02/06/2012, às 19h45 min.

CORAZZA, G. **O MST e um projeto popular para o Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História. Santo Ângelo/RS, 2003.

COUTINHO, C. N. **A hora de refundar a esquerda**. In: Jornal dos Economistas. Nº 193, Rio de Janeiro: Agosto de 2005.

_____. **Contra a corrente**. São Paulo: Cortez, 2008.

CPT. **Comissão Pastoral da Terra**. Conflitos no Campo Brasil – Relatório 2011. Disponível em: <http://www.cptnacional.org.br/index.php/noticias/12-conflitos/1081-conflitos-no-campo-brasil-2011>.

CPT/MST. **INCRA patrocina desmoralização do MST**. de 9 de novembro de 2000. Disponível em: <http://www.mst.org.br/informativos/>. Acesso em: 04/09/10.

DAL MORO, M; MACHADO, P. A questão agrária e agricultura camponesa no estado do Rio de Janeiro. In: **XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Brasília, 31 de julho a 05 de agosto de 2010.

DAL MORO, M. Reforma Agrária no Governo Lula: o mesmo tratamento a uma velha questão. **XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**. Foz Iguaçu: 2007.

_____. **O MST e a luta pela terra.** X Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. RJ: 2001.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra.** Relatório 2010. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.

DEL ROIO, M. **Gramsci e a emancipação do subalterno.** Revista de Sociologia e Política Nº 29. Nov. 2007.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

Discurso de posse do presidente Lula. Brasília, 1º/01/2003. Disponível em: <http://www.fenecon.org.br/informe/0022-Discurso.htm> Acesso: 12/10/2011, às 09h12.

DRUCK, G. **Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência.** En Publicacion OSAL: Observatorio Social da America Latina, año VI. nº 19. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. Julio. 2006. Acceso al texto completo: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal19/debatesdruck.pdf>

_____. **As reformas sindical e trabalhista no contexto da flexibilização do trabalho.** Boletim da APUB (Associação dos Professores Universitários da Bahia), 2004.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. **Gênese e Desenvolvimento do MST.** Caderno de Formação / MST nº 30. São Paulo: 1998.

_____. **O MST e as reformas agrárias do Brasil.** OSAL/CLACSO. Año IX Nº 24 de Outubro de 2008.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A ocupação como forma de acesso a terra.** Trabalho organizado para apresentação no XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001.

_____. **Questão Agrária:** conflitualidade e desenvolvimento territorial. Seminários no Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University, 2004, 57 p.

FERREIRA, A. V. **Na luta por “reforma agrária: por justiça social e soberania popular”**, o movimento dos trabalhadores rurais sem terra ocupa a capital federal brasileira durante a organização do seu 5º congresso nacional. In: Expressões Geográficas, UFSC, julho/2007.

FONTES, V. **Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes.** Revista Em Pauta. Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Nº 21, p. 23-36, julho, 2008.

FREI, B. **Movimentos Sociais afastaram-se do governo Lula.** Correio do Brasil - Ano XI - Número 4043. 05/02/2010. Disponível em: <http://correiodobrasil.com.br/movimentos-sociais-afastaram-se-do-governo-lula-diz-frei-betto/160910/> Acesso em: 23/08/2011.

GLASS, V. **Associação de capital e latifúndio é algo político maior, diz MST.** Disponível em: <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=997>. Publicado em 16/04/2007. Acesso em: 17/02/20112.

_____. **MST, alianças políticas e governo Lula.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/4052>, 26/04/2007. Acesso em: 10/03/2012.

GRADE, M; AUED, I. **A busca de uma nova forma do agir humano: o MST e seu ato teleológico.** XI Encontro Nacional de Economia Política, Vitória/ES, 2006.

GRADE, M. **MST: luz e esperança de uma sociedade igualitária e socialista.** Dissertação de Mestrado. PPGE/UFSC. Florianópolis - SC, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. 3ª edição. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho. Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Alguns Temas da Questão Meridional. **Escritos Políticos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **La Città futura**. 11/02/1917, pp. 1. Disponível em: <http://www.antonioqramsci.com/cittafutura.htm#indifferenti>. Acesso em: 29/08/2012, às 23h32.

GRANEMANN, S. **Políticas Sociais e financeirização dos Direitos do Trabalho**. Revista Em Pauta, n. 20, Rio de Janeiro: UERJ, 2007, p. 57-68.

GUERRA, Y. O Serviço Social frente à crise contemporânea: demandas e perspectivas. In: **Revista Polêmica**: com os olhos no futuro do Serviço Social. CRESS: Belém-PA, maio de 2001.

GUHUR, D. M. P; SILVA, I.M.S. **As políticas sociais neoliberais no quadro de mundialização do capital**: um “movimento em busca dos anéis sacrificados no passado para salvar os dedos”. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.35, p. 76-95, set.2009 - ISSN: 1676-2584.

GUTERRES, J. A. **A questão agrária brasileira e a atuação do MST para efetivação de direitos a luz do conceito de hegemonia em Gramsci**. Dissertação de Mestrado. UFPR, 2008.

IAMAMOTO, M. V. e CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico/metodológica. São Paulo, Cortez/CELATS, 10^o edição, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS – CE, Debate n. 6, 1997.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, O. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. A utopia camponesa. In: WELCH, C. A. et. al. **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V. 1 – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

INCRA. **Resumo das atividades do INCRA – 1985/1994**, p. 18.

Jornal Brasil de Fato. “**A força feminina contra o deserto verde**”. Publicado em: 20/03/2006. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/>.

_____. “**Agronegócio: pacote do governo privilegia agronegócio**”. Publicado em: 05/06/2006. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/>.

_____. “**Outro Brasil**”: movimentos apresentam projeto de desenvolvimento. Publicado em: 11/07/2006.

_____. “**Santa Aracruz? Malditas mulheres?**” Publicado em: 12/04/2006. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/>.

_____. **Movimentos criticam lentidão da reforma agrária**. Publicado em: 17/03/2006. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/>.

Jornal Sem Terra. **A construção de alianças com outros setores da sociedade:** uma das principais tarefas do MST para 2006. N. 259 Fev. 2006. Entrevista a integrantes da direção nacional do MST.

LARA, R. **A produção do conhecimento em Serviço Social:** o mundo do trabalho em debate. Tese de Doutorado. UNESP: Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Franca/SP, 2008.

LEHER, R. Uma penetrante perspectiva teórica para compreender o modo como os dominantes dominam. NEVES, Lúcia M. W. (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital.** Rio de Janeiro: Editora Xamã, 2010.

LEITE, S. P; ÁVILA, R. V. **Um futuro para o campo:** reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2007.

LEITE, S. P; MEDEIROS, L. Marchas e contra-marchas na política agrária. In: Instituto de Estudos Socioeconômicos-INESC (org.). **A era FHC e o governo Lula: transição?** Disponível em: <http://www.inesc.org.br/conteudo/livros/>. Acesso em: 23/07/2007, p. 369.

LENIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. Jornadas Revolucionárias. In: **Obras Completas.** T. 9. Moscou: Editorial Progresso, 1982.

LESBAUPIN, I. **Uma avaliação do governo Lula:** 2003-2007. Iser Assessoria: Publicações Individuais. Março/2008.

LIGUORI, G. **O pensamento de Gramsci na época da mundialização.** Novos Rumos. Ano 15 Nº 32, 2000.

LÖWY, M. Crise ecológica, capitalismo, altermundialismo: um ponto de vista ecossocialista. **Margem Esquerda,** São Paulo, n.14, pp.36-42, 2010.

MACHADO, E. A (des) constituição de classe no MST: dilemas da luta anti-sistêmica. In: MACHADO, E. **MST, neoliberalismo e dilemas da luta pela terra no Brasil**. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. **Dossiê: Estado e trabalhador (a)s em perspectiva histórica**. UFPE, Recife, 2005.

MACHADO, E. M. **Questão Social: objeto do Serviço Social? Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 2, jul./dez. 1999.

MACHADO, E. R. **Na contramão do neoliberalismo: sem-terra e piqueteiros**. Revista Espaço Acadêmico – Nº 50 – Julho/2005 – Mensal – ISSN 1519.6186 - ANO V. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/050/50cmachado.htm> Acesso em: 08/04/2011, às 11h27.

MACHADO, J. **As eleições de 2002 e o significado do governo Lula** – Uma contribuição ao debate dos desafios diante da esquerda brasileira. Revista Espaço Acadêmico, n. 42, Nov./2004. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/042/42cmachado.htm>.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M; **Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2007.

MARINI, R. M. Duas notas sobre o socialismo. In: **Lutas Sociais**. Volume 5. Dez/1998. NEILS - Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. PUC/SP.

_____. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In SADER, E. (org.). **Dialética da dependência**. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes/ Laboratório de Políticas Públicas (LPP), 2000.

MARQUES, M. I. M. **Relação Estado e MST: algumas fases e faces**. Lutas & Resistências, Londrina, v. 1, Set. 2006.

MARRO, K. I. **A rebelião dos que “sobram”**: reflexões sobre a organização dos trabalhadores desempregados e os mecanismos sócio-assistenciais de contra-insurgência na Argentina contemporânea. Tese de Doutorado. UFRJ: Rio de Janeiro: 2009.

MARTINS, J. S. **Os Camponeses e a política no Brasil**. 4ª ed., Petrópolis: Vozes, 1990.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Lisboa: Presença, 1983.

_____. **Miséria da Filosofia**. Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. **O capital: crítica da economia política - o processo global da produção capitalista**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991. Livro III, v. VI.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Publicado pelo Instituto José Luis e Rosa Sundermann. Série Cadernos Marxistas: São Paulo, 2003.

MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. São Paulo: UNIMEP, 1998.

MAURO, G. **A dialética das lutas socialistas: o movimento dos sem-terra e as novas formas de construção do poder popular na América Latina**. Revista Em Pauta, n. 19, Rio de Janeiro, UERJ, 2007, p.107-134.

MDA. **Orçamento da reforma agrária**. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – 1995-2002.

MEDEIROS, L. S. de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. **Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX**. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

_____. Social movements, the State and the experience of market-led agrarian reform in Brazil. In: GHIMIRE, K. (ed.) **Civil society and the market question**: dynamics of rural development and popular mobilization. Palgrave/MacMillan/Unrisc, New York: 2005.

MENDES, C. Entrevista no dia 23 de junho de 2010. In: ORIGUÉLA, C. F. **Ocupações de Terra em 2010**: algumas considerações e perspectivas. Boletim DATALUTA – Artigo do mês: outubro de 2010. ISSN 2177-4463. Disponível em: www.fct.unesp.br/nera.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Boitempo, 2002.

_____. **O Século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

MIRALHA, W. **Questão agrária brasileira**: origens, necessidades e perspectivas de reforma hoje. Revista NERA – Ano 9 Nº 8 . Janeiro/Junho de 2006 – ISSN 1806-6755.

MISNEROVICV, J. V. **MST reivindica renegociação da dívida e linha de crédito para assentados**. In: Agência Brasil. Publicação em: 22 de abril de 2010.

MONAL, I. **Imperialismo e lutas sociais**. Comunicação apresentada no Encontro Internacional “Civilização ou Barbárie”, Serpa/Portugal, 23-25 de Setembro, 2004.

MONTAÑO, C. **Um projeto para o Serviço Social crítico**. Rev. Katálysis Florianópolis/SC v. 9 n. 2, jul/dez. 2006.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MORISSAWA, M. **A História de luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

_____. **A história pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

_____. Em terras brasileiras. In: **A história pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOTA, A. E. **Serviço Social e Seguridade Social**: uma agenda recorrente e desafiante. Revista em Pauta. Nº 20. UERJ, 2007.

MST. **O MST**: A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil – Documentos Básicos. 1ª edição, 2005.

_____. **A construção de alianças com outros setores da sociedade**: uma das principais tarefas do MST para 2006. Jornal Sem-Terra, 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/259/entrevista>. Acesso em: 25/02/2012.

_____. **A nova ofensiva do agronegócio contra o povo brasileiro**. Publicado em: 25/06/2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/A-ofensiva-do-agronegocio-contra-o-povo-brasileiro> Acesso em: 19/04/2012.

_____. Caderno de Formação Política nº 5. Junho/1985.

_____. Caderno de Formação. Nº 23, 1996.

_____. Cartilha de Estudos – **A Organicidade e o Planejamento**. MST/PR. Nº 01, 2004.

_____. **Construindo o Caminho**. São Paulo: MST, julho de 2001.

_____. **Contra a violência do agronegócio e a criminalização das lutas sociais**. Publicado em: 22/10/2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8439> Acesso em: 14/04/2012.

_____. **Em todo o país, camponesas lutam contra agronegócio e violência contra a mulher**. Especiais e Campanhas. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/9236> Acesso em: 17/04/2012.

_____. **Ergue a tua voz**: marcha nacional 2005. Documentário em vídeo, MST, 2005.

_____. **Informe sobre a ofensiva da imprensa burguesa contra o MST**. Secretaria Nacional do MST. Publicado em: 31 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/8022>.

_____. **MST – Lutas e conquistas**. 2ª edição. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, Janeiro de 2010.

_____. **Nota do MST sobre dados de assentamentos do governo**. Publicado em: 12/02/2010. Nota da Coordenação Nacional do MST, 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/9097>. Acesso em: 02/06/2012, às 17h24.

_____. **O que queremos do governo na nossa jornada**. Publicado em 19 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/9606> Acesso em: 02/06/2012, às 21h45 min.

_____. **Polícia reprime manifestação contra as transnacionais no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/5757>, Publicado em: 10/06/2008 Acesso em: 30/01/2012.

_____. **Posições políticas nessa conjuntura**. Publicado em: 09 de agosto de 2005. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/2938>.

_____. Programa de Reforma Agrária. **Caderno de Formação**. São Paulo, 1995.

_____. Setor de Educação. **Princípios da educação no MST**. Caderno de Educação. São Paulo, n. 8, 2002.

_____. **Um histórico do MST**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque> Acesso em: 10/11/2011, às 15h 23 min.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1998

NEVES, L. M. W. **O empresariamento da educação**. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

_____. **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. (org.). **Direita para o Social e Esquerda para o Capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Editora Xamã, 2010.

NOGUEIRA, M. A. As três ideias de sociedade civil, o Estado e a politização. In: COUTINHO, C. N.; TEIXEIRA, A.P. (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Era Lula consagra república sindical**. Publicado em: 05 de abril de 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,era-lula-consagra-republica-sindical,152028,0.htm>.

OLIVEIRA, A. M. **Crédito Fundiário e Mercado de Terras: Contrarreforma Agrária do Banco Mundial no Ceará – Brasil Agrária**, São Paulo, Nos 10/11, 2009.

OLIVEIRA, A. U. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária**. Estudos Avançados Vol. 15 N° 43. ISSN 0103-4014. São Paulo, Set/Dez, 2001.

_____. **O governo faz discurso sobre a reforma agrária, mas barra sua realização**. PESCHANSKI, J. A. Brasil de Fato. Edição N° 148 – 29/12/2005 a 04/01/2006.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.) **Hegemonia às avessas**. Economia, Política e Cultura na Era da Servidão Financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. O avesso do avesso. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.) **Hegemonia às avessas**. Economia, Política e Cultura na Era da Servidão Financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O enigma de Lula: ruptura ou continuidade?** Publicado em 18/05/2003 Disponível em: <http://geografiaeconjuntura.sites.uol.com.br/brasil/br44.htm>.

OLIVEIRA, J. B. **Combater a pobreza é fazer a Reforma Agrária**. Entrevista por Vanessa Ramos. MST, 2011. Disponível em: <http://www.mst.org.br/>.

_____. **Dirigente do MST fala de alianças, governo Lula e poder popular.** In: Carta Maior, Abril/2007. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=13962 Acesso: 07/11/2011, às 19h45.

ORTENBLAD, C. A. **O MST no poder.** Rio de Janeiro: Março/2003. Disponível em: <http://www.beefpoint.com.br/cadeia-produtiva/espaco-aberto/o-mst-no-poder-i-5316n.aspx>. Acesso em: 27/10/2011, às 12h50.

PEDROSO, M. T. **Agricultura familiar no governo Lula:** produção, agregação de valor e comercialização. Textos e publicações: Fundação Perseu Abramo. Publicado em: 01/04/2008.

PINASSI, M. O. **Da miséria ideológica à crise do capital:** uma reconciliação histórica. São Paulo, Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do Trabalho).

PNRA. **I Plano Nacional de Reforma Agrária.** Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985.

PNRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária.** MDA/INCRA: Brasil, 2005.

PRADO JÚNIOR, C. **A Questão Agrária no Brasil.** 5. ed., São Paulo: Brasiliense, 2000.

RIZEK, A. **Nós pagamos, eles invadem.** Veja, São Paulo, ano 38, nº 10, p. 42-48, 09/03/2005.

ROMÃO, L. M. S. **O grito que faz nascer a manhã (ou o amanhã).** Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v.5, p. 237-246, 2005.

SAMPAIO JR, P. de A. **Brasil:** as esperanças não vingaram. Em Publicacion: OSAL-Observatorio Social de América Latina, año VI, n. 18. CLACSO-Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires: Argentina, Enero: 2006.

SANTOS, M. J. **A luta pela reforma agrária**. Disponível em:
http://www.rel-uita.org/agricultura/ambiente/lucha_por_la_reforma_agraria-por.htm.
 Setembro de 2007 Acesso em: 02/06/2012, às 22h12 min.

SANTOS, R. O. C. **O que teve de reforma agrária no governo lula?**
 Campo Território: Revista de Geografia Agrária, v. 6, n. 12, p. 63-78,
 agosto, 2011.

SANTOS, M. **Discurso de Marina dos Santos na abertura do Congresso do MST**. Brasília, 11 de junho de 2007.

SAUER, S. **Terra e modernidade**: a reinvenção do campo brasileiro. 1º Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SINGER, A. **Lulismo**. Um movimento informal de políticas públicas.
 In: Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU On-line, Edição Nº 352, ANO 10, Nov/2010: São Leopoldo, RS.

SCHERER-WARREN, I. **A política dos movimentos sociais para o mundo rural**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 15, no. 1, 2007, p. 5-22.

_____. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, I.; KRISCHKE, Paulo J. (o rgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. Brasiliense: São Paulo, 1987.

_____. Redes para a (re) territorialização de espaços de conflito: Os casos do MST e do MTST no Brasil. **Interface**: a Journal for and about social movements. Vol. 1 (1): January 2009.

SCOLESE, E. **Gestión Lula decepciona al MST y causa revuelta de ruralistas**. Folha de São Paulo. 13/02/2003.

SRA/MDA. **Programa Nacional de Crédito Fundiário**: uma avaliação qualitativa (2003-2010). Estudos de Reordenamento Agrário Nº 7 - ISBN 978-85-60236-07-7. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação, Projeto Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

SEMERARO, G. **Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade**. In: Caderno Cedes – Campinas, vol. 26, n. 70, p. 373-391, set/dez. 2006. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 08/04/2012, às 22h12 min.

_____. **O marxismo de Gramsci**. In: Especial para Gramsci e o Brasil. Juiz de Fora, MG, 2000. Disponível em: <http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=289>. Acesso em: 14/09/2011 , às 14h12 min.

SILVA, J. G. **O que é questão agrária?** 18. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção primeiros passos).

SILVA, L. I. L. Entrevista. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u59704.shtml> Acesso em abril de 2004. Acesso em 20/05/2012, às 20h07min.

SILVA, M. **A construção de alianças com outros setores da sociedade**: uma das principais tarefas do MST para 2006. Jornal Sem-Terra, 2006. Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/259/entrevista>. Acesso em: 25/02/2012.

SIMIONATTO, I. et. al. As lutas das classes subalternas na realidade brasileira: entre conformismo e rebeldia. **IV Seminário Científico Internacional**. Teoria Política do Socialismo. Antonio Gramsci: a periferia e os subalternos. ISSN 2175-4039. UNESP - Universidade Estadual Paulistas. Marília/SP, 2011.

SIMIONATTO, I. O social e o político no pensamento de Gramsci. AGGIO, A. (org.). **Gramsci**: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. Editora: UFSC. Florianópolis/SC, 1995.

_____. A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. COUTINHO, Carlos N; TEIXEIRA, Andréa de P. (Orgs.) **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Estado e sociedade civil em tempos de globalização:** reinvenção da política ou despolitização? Revista Katálysis do Departamento de Serviço Social da UFSC. Edição n. 1, volume 7. Florianópolis: 2004.

_____. **Estado, sociedade civil e lutas sociais:** uma análise gramsciana do Brasil no período de 2003-2010. Núcleo de Pesquisa Estado Sociedade Civil e Políticas Públicas. Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

_____. **Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia:** uma abordagem gramsciana. Rev. Katálysis. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 41-49 jan./jun. 2009.

_____. Sociedade civil e lutas sociais na América Latina: entre a harmonização das classes e as estratégias de resistência. **Seminário PROCAD.** Rio de Janeiro, 2010.

SINGER, A. **Lulismo.** Um movimento informal de políticas públicas. In: Revista do Instituto Humanitas Unisinos – IHU On-line, Edição Nº 352, ANO 10, Nov/2010: São Leopoldo, RS.

SINGER, P. A Economia Solidária no Governo Federal. In: **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise.** Ano 9, n. 24, agosto 2004. Brasília/ Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. p.03-5.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente:** A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

_____. **Brava Gente:** A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3 ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

STEDILE, J. P. **Entrevista.** Disponível em: <<http://www.ultimosegundo.ig.com.br/useg/Brasil/artigo/0,,1566258,00.html>> Acesso em março de 2004. Acesso em 20/05/2012, às 19h43min.

_____. **MST e o governo Lula:** parceria sem perder a autonomia. In: Jornal dos Economistas. Nº 164, Rio de Janeiro: março/2003.

_____. **Trabalhadores: O MST e a luta pela terra.** Teoria e Debate nº 24 - março/abril/maio de 1994. Publicado em 17/04/2006.

STÉDILE, J. P.; GÖRGEN, F. S. **A luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Scritta, 1993.

TAVARES, M. C. **A questão agrária e as relações de poder no país.** Folha de São Paulo. São Paulo, p.5, 1996.

TELLES MELO, J. A. (Org.). **Reforma agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil.** São Paulo: Ed. Unesp, 2006.

TERRON, S. L; SOARES, G. A. D. **As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio.** In: Opinião Pública, Campinas, vol. 16, nº 2, Novembro, 2010, p.310-337.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Edusp/Hucitec, 1991.

VEIGA, J. E. **O que é reforma agrária?** 3ª Edição. São Paulo: Brasiliense, 1982.

VIA CAMPESINA. **A luta contra o agronegócio e as transnacionais.** Subsídios para a Jornada de Junho de 2008.

VIA CAMPESINA. **A Natureza do Agronegócio no Brasil, 2006.**

_____. **Biodiversidade e Reforma Agrária, 2006.**

VIGNA, E. **Governo responde às propostas do FNRA.**
www.inesc.org.br. Acesso em 27/08/2011.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo-RS: UPF, 2001.

WESZ, JR. V. J. **A questão agrária brasileira: novos contextos e velhos desafios.** In: Revista Espaço Acadêmico. Nº 106 – Ano X – ISSN 1519-6186, Março de 2010.

WEISSHEIMER, M. A. **Reforma agrária, lições do passado e tarefas do presente**. Conferência de abertura do Fórum Mundial da Reforma Agrária. Valência/Espanha. 6 de Dezembro de 2004. Agência Carta Maior.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1996.

Websites Consultados:

ABONG. Associação Brasileira de Organizações Não - Governamentais. <http://www.abong.org.br>

BLOG DO PLANALTO. Reforma Agrária. <http://blog.planalto.gov.br>

BRASIL DE FATO. Agência Brasil. <http://www.brasildefato.com.br>

CÁTEDRA LIBRE ANTONIO GRAMSCI.
<http://catedragramsci.blogspot.com>

CARTA MAIOR. <http://www.cartamaior.com.br>

CMP. Central de Movimentos Populares. <http://cmprio.blogspot.com>

CMI. Centro de Mídia Independente. <http://www.midiaindependente.org>

CONLUTAS. Coordenação Nacional de Lutas.
<http://www.conlutas.org.br>

CORREIO CIDADANIA. <http://www.correiocidadania.com.br>

CPT. Comissão Pastoral da Terra. <http://www.cptnacional.org.br>

CTB. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.
<http://portalctb.org.br>

CUT. Central Única dos Trabalhadores. <http://www.cut.org.br>

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. <http://www.fct.unesp.br/nera>

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. <http://www.dieese.org.br>

ESTUDOS DE SOCIOLOGIA.
<http://seer.fclar.unesp.br/index.php/estudos>

FOLHA DE SÃO PAULO. <http://www.folha.uol.com.br>

FORÇA SINDICAL. <http://www.fsindical.org.br>

FSM. Fórum Social Mundial. <http://www.forumsocialmundial.org.br>

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. <http://www.fpabramo.org.br>

GRITO DOS EXCLUÍDOS. <http://www.gritodosexcluidos.org>

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
<http://www.ibge.gov.br>

INFORMATIVO LETRA VIVA. <http://www.mst.org.br>

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
<http://www.incra.gov.br>

INSTITUTO PÓLIS. <http://www.polis.org.br>

INTERSINDICAL. Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora. <http://www.intersindical.org.br>

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
<http://www.ipea.gov.br>

JORNAL SEM TERRA. <http://www.mst.org.br/jornal>

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens.
<http://www.mabnacional.org.br>

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. <http://www.mda.gov.br>

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
<http://www.mds.gov.br>

MEC. Ministério da Educação. <http://portal.mec.gov.br>

MMC. Movimento de Mulheres Camponesas.
<http://www.mmcbrazil.com.br>

MME. Ministério de Minas e Energia. <http://www.mme.gov.br>

MPOG. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
<http://www.planejamento.gov.br>

MS. Ministério da Saúde. <http://portalsaude.saude.gov.br>

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
<http://www.mst.org.br>

NCST. Nova Central Sindical de Trabalhadores. <http://www.ncst.org.br>

NOVOS ESTUDOS CEBRAP – Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. <http://www.scielo.br/nec>

O ESTADO DE SÃO PAULO. <http://www.estadao.com.br>

O GLOBO. <http://oglobo.globo.com>

OSAL. Observatorio Social de América Latina.
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>

OPINIÃO PÚBLICA. <http://www.scielo.br/revistas/op/paboutj.htm>

RADIOAGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PLANALTO.
<http://www.radioagencianp.com.br>

REVISTA SEM TERRA. <http://www.mst.org.br/revista>

REVISTA SINDICAL. <http://www.revistasindical.cl/index>

REVISTA VEJA. <http://veja.abril.com.br>

TRIBUNA POPULAR. <http://www.tribunapopular.com.br>

VERMELHO. <http://www.vermelho.org.br>

VIA CAMPESINA. <http://www.viacampesina.org>

VIDEOTECA VIRTUAL GREGÓRIO BEZERRA.
<http://www.armazemmemoria.com.br/cdroms/videotecas/MST/index.htm>

ANEXO A – Quadro MST – Luta Política (2003-2010)

MST – Luta Política		
Dimensões	Período	
	2003 – 2006	2007 – 2010
<i>Defesa de um Projeto de Nação pautado no Socialismo</i>	Fórum Social Brasileiro (2003), Fórum Social Mundial (2003, 2004, 2005, 2006), I Assembleia Popular Nacional - DF (2005).	Fórum Social Mundial (2007, 2008, 2009, 2010), II Assembleia Popular Nacional - GO (2010).
<i>Perspectiva e Consciência de Classe</i>	Marcha Nacional da Classe Trabalhadora (2004), Seminário de Educação Popular e Lutas Sociais (2004), 12º Grito dos Excluídos: <i>"Na força da indignação, sementes de transformação"</i> (2006).	Protesto na sede da Celesc/SC pela defesa e ampliação dos direitos trabalhistas (2009), Jornada Nacional Unificada de Lutas (2009), Assembleia Nacional dos Movimentos Sociais (2010), Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (2010).
<i>Enfrentamento ao Capitalismo e ao modelo Neoliberal</i>	Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária: <i>"Abril Vermelho"</i> (2003, 2004, 2005, 2006), Semana de Ação dos Povos em Hong Kong (2005), Manifesto contra o avanço do capitalismo no campo (2006).	Carta ao Congresso Nacional em resposta à crise econômica (2008), Cartilha da Assembleia Popular <i>"Para Debater a Crise"</i> (2009), Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Agrária: <i>"Abril Vermelho"</i> (2007, 2008, 2009, 2010), Jornada de Lutas das Mulheres Camponesas (2010).
<i>Socialização do Poder e Redistribuição da Riqueza</i>	Manifesto da Terra e da Água (2004), IV Semana Social Brasileira - CNB (2004, 2005, 2006).	14º Grito dos Excluídos: <i>"Vida em primeiro lugar, Direitos e Participação Popular"</i> (2008), Seminário América Latina: <i>"Movilización, construyendo desde abajo"</i> (2010), Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (2010).

Continua

<p><i>Democratização da Terra, Combate ao Agronegócio e as Transnacionais</i></p>	<p>Ocupações de terras - PA, PR, SP, MS, PE, BA, RS, GO, MG, AL, RO (2003, 2004, 2005, 2006), Fórum Mundial da Reforma Agrária (2004), Cartilha: <i>O Agronegócio X Agricultura Familiar e a Reforma Agrária</i> (2004), Cartilha: <i>A natureza do agronegócio no Brasil</i> (2006).</p>	<p>Jornada Nacional de Lutas contra o Agronegócio a as Transnacionais (2008), Ocupação da Unidade Termelétrica Rio Madeira-RO (2008), Protesto contra a hidrelétrica de Tijuco Alto-SP (2008), Ocupação da unidade biotecnológica da Monsanto-SP (2008), Ocupação da fazenda da empresa de celulose Veracel-BA (2009), Ocupação das terras de propriedade da Cutrale-SP (2009), Ocupações de terra – PE, SP, PA, RS, MG, SC, CE, SE, MT (2007, 2010), 12ª Romaria da Terra e das Águas (2010), Campanha pelo Limite da Propriedade da Terra (2010), Manifesto em defesa da democracia e do MST (2010), Manifesto das mulheres do campo e da cidade contra o agronegócio e soberania alimentar-RS (2010).</p>
<p><i>Luta pela Reforma Agrária</i></p>	<p>Marcha das “Margaridas” (2003), Marcha/protesto contra descumprimento de acordos firmados pelo governo (2004), XII Encontro Nacional do MST (2004), Carta: <i>“Nossa luta pela Reforma Agrária”</i> (2005), Marcha Nacional pela Reforma Agrária-DF (2005), Cartilha: <i>O MST – A luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil</i> (2005), Bloqueio de rodovia/passeata - BA, GO, SC, PE, AL, MT, MS, RS (2006), Audiências com Ministro de Desenvolvimento Agrário-RS e INCRA (2005, 2006), Acampamento em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário-RS (2006).</p>	<p>V Congresso Nacional MST: <i>“Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular”</i> (2007), Marcha e ocupação do Ministério da Fazenda (2009), Acampamento Nacional pela Reforma Agrária (2009), Audiência com Ministérios do Planejamento e da Fazenda (2009), Vigília em frente ao INCRA Nacional (2009), Ato público pela conquista da terra após 5 anos do massacre de Felisburgo (2009), 13º Encontro Nacional do MST (2009), Audiências com Ministro de Desenvolvimento Agrário-RS e INCRA (2008), , Reunião com INCRA e Comissão Interministerial- DF (2009).</p>

Continuação

<p><i>Luta pela Soberania Popular e Combate ao Imperialismo</i></p>	<p>9º Grito dos Excluídos: <i>“Tirem as mãos, o Brasil é nosso chão”</i> (2003), III Encontro Hemisférico contra a Alca – Cuba (2003), Protesto contra o imperialismo na Câmara dos Deputados e Senado-DF (2005), I Assembleia Popular Nacional (2005).</p>	<p>Protesto contra a guerra no Iraque em frente à Embaixada dos EUA-DF (2007), Passeata em protesto contra visita de George Bush-SP (2007), Carta dos Movimentos Sociais das Américas do V Congresso Nacional MST (2007), 13º Grito dos Excluídos: <i>“Isto não Vale: Queremos Participação no Destino da Nação”</i> (2007).</p>
<p><i>Combate à Criminalização dos Movimentos Sociais</i></p>	<p>Marcha em resposta à criminalização do MST-SP (2003), Ato contra impunidade e violência no campo – RJ (2006), Audiência discute violência contra famílias Sem-Terra-SP (2006), Nota de repúdio às denúncias contra MST-RS (2006).</p>	<p>Moções de solidariedade e repúdio (2007), Ato contra criminalização dos movimentos sociais (2007), Ato Político contra a Criminalização dos Movimentos Sociais e Sindicais (2008), Manifesto em defesa da democracia e do MST (2009), Cartilha: <i>“A ofensiva da direita para criminalizar os movimentos sociais”</i> (2009), Ato contra criminalização na Assembleia Legislativa-RS (2010), Documentário: <i>“Lutar não é Crime”</i> (2010), Ato pela libertação de presos políticos do MST (2010).</p>

Continua

<p><i>Luta pela Preservação Ambiental</i></p>	<p>Manifestação contra transgênicos-BH (2003, 2006), IV Conferência Internacional da Via Campesina (2004), Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003, 2005), Campanha contra a transposição do Rio São Francisco (2005).</p>	<p>Ocupação da ferrovia Carajás da Vale do Rio Doce - PA (2007), Plebiscito Privatização da Cia Vale da Rio Doce (2007), Carta de Maputo da V Conferência Internacional da Via Campesina - Moçambique (2008), Campanha “<i>O petróleo tem que ser nosso</i>” (2009), Protesto contra modelo energético em frente ao Ministério de Minas e Energia-DF (2009), Nota pública contra o desmonte da política ambiental (2009), Cartilha sobre o Fomento Florestal (2009), Nota sobre desmatamento (2009), Campanha Desmatamento Zero (2009), Documentário: “<i>Ser da Terra</i>” (2010), Protesto – uso de agrotóxicos - contra empresa Heringer em MG (2010).</p>
<p><i>Luta por um Projeto Popular para o Campo</i></p>	<p>Campanha Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade (2003), V Jornada de Agroecologia “<i>Construindo o Projeto Popular e Soberano para a Agricultura</i>” – PR (2006), Cartilha: <i>A reforma agrária necessária – por um projeto popular para a agricultura brasileira</i> (2006).</p>	<p>VII Jornada de Agroecologia-PR (2008), Centros de formação e Capacitação Técnica em Agroecologia-PR (2008), Proposta do MST para Reforma Agrária Popular (2009).</p>
<p><i>Formação Política e Cultural</i></p>	<p>Seminário de Educação Popular e Lutas Sociais (2004), Teatro de Precissão do MST e Brigadas de estudo (2005), I Mostra Latino-Americana de Teatro de Grupo - SP (2006), Oficina de teatro MST - PR (2006), Jornada Nacional de Lutas dos Sem Terrinhas (2006).</p>	<p>II Mostra Latino-Americana de Teatro de Grupo - SP (2007), I Jornada Cultural do MST-SC (2007), Curso de formação técnica e política-MA (2007), Oficina de teatro no acampamento da juventude do MST (2010).</p>

Continuação

<p><i>Defesa de uma Sociedade Justa e Igualitária</i></p>	<p>10º e 11º Grito dos Excluídos (2004, 2005), Ato público contra a corrupção e por mudanças na economia no Ministério da Fazenda e Congresso Nacional (2005), Carta dos Movimentos Sociais ao Povo Brasileiro (2005), Carta ao governo Lula: “<i>Dos povos do campo por dignidade e justiça</i>” (2006), Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo (2006).</p>	<p>V Congresso Nacional do MST: “<i>Reforma Agrária: por justiça social e soberania popular</i>” (2007), Carta do V Congresso Nacional do MST contra as injustiças sociais (2007).</p>
---	--	--

Quadro elaborado pela autora (2011).

ANEXO B - Quadro MST – Luta Social (2003-2010)

MST – Luta Social		
Dimensões	Período	
	2003 – 2006	2007 – 2010
<i>Defesa da política pública de Educação</i>	<p>II Conferência Nacional “<i>Por uma educação no campo</i>” (2004), Cartilha de estudo: “<i>A organicidade e o planejamento: construindo coletivamente</i>” (2005), Dossiê: <i>MST escola</i> (2005), Cartilha sobre a Jornada de Educação: “<i>Todo e toda sem terra estudando</i>” (2006), I Seminário Nacional sobre Educação Básica de Nível Médio nas Áreas de Reforma Agrária (2006).</p>	<p>III Seminário Nacional das Escolas Itinerantes-PR (2008), Audiência pública entre MST e MPE sobre o fechamento das Escolas Itinerantes-RS (2009), Protesto em defesa da Educação (2009), Reunião Nacional do Pronera-GO (2009), Ato no INCRA marca formatura <i>Licenciatura e Educação no Campo: Curso de Pedagogia da Terra-MG</i> (2010), IV Seminário Nacional do PRONERA: “<i>Reforma Agrária e Educação no Campo</i>” (2010), 16º Encontro de Educadores do MST-BA (2010), Audiência com o TCU para rever acordo do Pronera (2010), Conferência Nacional da Educação (2010), Jornada Nacional de Lutas dos Sem-Terrinha (2010).</p>
<i>Defesa da política pública de Saúde</i>	<p>12ª Conferência Nacional de Saúde: “<i>Saúde um direito de todos e um dever do Estado. A saúde que temos, o SUS que queremos</i>” (2003), Ocupação na sede da Secretaria de Saúde do DF (2004).</p>	<p>Cartilha: “<i>Nossos compromissos com a terra e com a vida</i>” (2009), Reunião sobre convênios firmados com Ministério da Saúde e MDS e Combate à Fome (2010), Cursos de políticas públicas em saúde para populações do campo-RJ (2010), Manifesto contra a privatização da saúde pública (2010), Seminário: <i>20 anos do SUS</i> (2010).</p>

Continua

Continuação

<p><i>Defesa da política pública de Habitação e Moradia</i></p>	<p>Marcha pela criação do Programa Nacional de Habitação Rural (2003), Romaria do Trabalhador: “<i>Trabalho e Moradia</i>” (2004), Seminário de Direitos Humanos e Despejos Forçados (2006).</p>	<p>Protesto Nacional contra as políticas fundiária e habitacional (2007), Carta de repúdio ao Ministro das Cidades (para impedir despejo forçado dos sem-teto em BH (2008), Jornadas em Defesa da Moradia Digna (2007, 2009), Jornada Nacional de Lutas contra Despejos (2010), Encontro de Habitação Rural-MG (2010).</p>
<p><i>Defesa e ampliação dos Direitos Humanos</i></p>	<p>Marcha Mundial pela paz (2003), Relatório Anual do Centro de Justiça Global-RJ (2004), Nota de solidariedade ao Líbano e Palestina (2006), Conferência Nacional de Direitos Humanos (2003, 2004, 2006).</p>	<p>Denúncia a ONU do caso <i>Syngenta</i> (2007), Vigília durante o julgamento que concebeu condenação judicial do fazendeiro acusado do assassinato da missionária estadunidense Dorothy Stang (2007), Conferência Nacional de Direitos Humanos (2008), Ato público em defesa do Programa Nacional de Direitos Humanos (2009), Quinta Plataforma em Dublin para os defensores dos Direitos Humanos (2010).</p>
<p><i>Defesa e ampliação dos Direitos Sociais e do Trabalho</i></p>	<p>Plenária Nacional da Coordenação dos Movimentos Sociais-SP (2004, 2005), V Conferência Nacional de Assistência Social: “<i>SUAS - Plano 10</i>” (2005), II Congresso Nacional da Pastoral da Juventude Rural (2006), Carta do PJR ao Presidente Lula (2006).</p>	<p>Encontro Nacional contra as Reformas (2007), Marcha Nacional na Esplanada dos Ministérios (2007), Jornada Nacional Unificada de Lutas: <i>em defesa dos direitos sociais</i> (2009), 16º Grito dos Excluídos: “<i>Onde estão nossos Direitos?</i>” (2010).</p>

Continua

Continuação

<i>Combate ao Trabalho Escravo</i>	Fórum de Erradicação do Trabalho Escravo – MA (2004), II Conferência Interparticipativa sobre Trabalho Escravo e Superexploração-MA (2006), Reunião com a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo-TO (2006).	Campanha de apoio à “ <i>Proibição de crédito a fazendeiros escravagistas</i> ” (2010), Campanha contra o trabalho escravo do agronegócio (2010), Abaixo-assinado aprovação PEC 438/2001 (2010), I Semana Nacional de Combate ao Trabalho Escravo (2010), I Encontro Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (2010).
<i>Defesa da Agricultura Sustentável, Biodiversidade e Segurança Alimentar</i>	Campanha: “Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade” (2003), Destruição da plantação de milho transgênico da Monsanto-Pr (2003), Tentativa de ocupação do Ministério da Agricultura (2003), Carta de denúncia sobre a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (2006), Cartilha: <i>Biodiversidade e Reforma Agrária</i> (2006).	Moções aprovadas na <i>III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional</i> (2007), Jornada de Lutas por Soberania Alimentar (2008), Carta de Maputo da V Conferência Internacional da Via Campesina (2008), Seminário sobre proteção da agrobiodiversidade (2009), Manifesto das mulheres do campo e da cidade contra o agronegócio e soberania alimentar-RS (2010).
<i>Defesa da Agricultura Camponesa e combate aos Agrotóxicos</i>	3ª Semana de Agroecologia e Agricultura Camponesa-RJ (2004), 3º Congresso Brasileiro de Agroecologia (2005), 2º Encontro Nacional de Agroecologia (2006), 5ª Jornada de Agroecologia – PR (2006).	Carta Política da <i>IV Festa Estadual da Semente da Paixão-PB</i> (2007), Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos (2009), Feira da Reforma Agrária-RJ (2010), Jornada de Agroecologia-Pr (2010).

Quadro elaborado pela autora (2011).